



O
R
T
I
G
E
I
M

A edição que o leitor tem em mãos busca cumprir três objetivos. O primeiro: resgatar a memória da luta dos camponeses maranhenses pela posse da terra, através do depoimento de um de seus principais líderes, Manoel da Conceição. O segundo: mostrar como essa luta continua, agora impregnada da fundamental relação entre sustentabilidade e sobrevivência. O terceiro: homenagear um homem que um dia foi considerado *um subversivo indomável* e que mesmo tendo conhecido de perto a dureza da prisão, da tortura e do exílio continua firme em sua utopia de que um mundo melhor ainda é possível.

Manoel da Conceição Santos

CHÃO DE MINHA UTOPIA

EDITORAufmg

MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS

PAULA ELISE FERREIRA SOARES

WILKIE BUZATTI ANTUNES

Organizadores

CHÃO DE MINHA UTOPIA



projeto república: núcleo de
pesquisa, documentação e
memória | UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



Ministério do
Desenvolvimento Agrário



EDITORAufmg

CHÃO DE MINHA UTOPIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

REITOR Ronaldo Tadêu Pena

VICE-REITORA Heloisa Maria Murgel Starling

EDITORA UFMG

DIRETOR Wander Melo Miranda

VICE-DIRETORA Silvana Cóser

CONSELHO EDITORIAL

Wander Melo Miranda (presidente)

Carlos Antônio Leite Brandão

Juarez Rocha Guimarães

Márcio Gomes Soares

Maria das Graças Santa Bárbara

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

Paulo Sérgio Lacerda Beirão

Silvana Cóser

PROJETO REPÚBLICA
NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

COORDENAÇÃO GERAL
HELOISA MARIA MURGEL STARLING

COORDENAÇÃO DA LINHA SENTIMENTO DE REPÚBLICA,
SENTIMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
HELOISA MARIA MURGEL STARLING
JUAREZ ROCHA GUIMARÃES
MARCELA TELLES ELIAN DE LIMA

EQUIPE DE PESQUISA
ALÉSSIO ALONSO ALVES
ANA LETÍCIA OLIVEIRA GOULART
AUGUSTO CARVALHO BORGES
BRENO TADEU DE PINHO TAVARES BARROSO
BRUNO VIVEIROS MARTINS
CARLOS EDUARDO FRANKIW DE ANDRADE
JOÃO RICARDO FERREIRA PIRES
PAULIANE DE CARVALHO BRAGA
RAFAEL DA CRUZ ALVES
RAISSA BRESCIA DOS REIS
THEO COSTA DUARTE
THIAGO LENINE TITO TOLENTINO
WILKIE BUZATTI ANTUNES

CONSULTORIA
LÍGIA BEATRIZ DE PAULA GEMANO

Luiz Inácio Lula da Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Guilherme Cassel
MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Daniel Maia
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Rolf Hackbart
PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

Adoniram Sanches Peraci
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR

Adhemar Lopes de Almeida
SECRETÁRIO DE REORDENAMENTO AGRÁRIO

José Humberto Oliveira
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Joaquim Calheiros Soriano
COORDENADOR-GERAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Vinicius Macário
COORDENADOR-EXECUTIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E
DESENVOLVIMENTO RURAL

MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS

CHÃO DE MINHA UTOPIA

Paula Elise Ferreira Soares
Wilkie Buzatti Antunes

Organizadores

Belo Horizonte
Editora UFMG
2010

ASSISTÊNCIA EDITORIAL	Euclídia Macedo e Eliane Sousa
EDITORIAÇÃO DE TEXTO	Maria do Carmo Leite Ribeiro
REVISÃO E NORMALIZAÇÃO	Michel Gannam
REVISÃO DE PROVAS	Arquiolinda Machado, Danivia Wolff e Mariella Segeroli
PROJETO GRÁFICO	Cássio Ribeiro
FORMATAÇÃO E CAPA	Robson Miranda
PRODUÇÃO GRÁFICA	Warren Marilac

© 2010, Manoel da Conceição Santos

© 2010, Paula Elise Ferreira Soares | © 2010, Wilkie Buzatti Antunes

© 2010, Editora UFMG | © 2010, MDA

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

Santos, Manoel da Conceição.

S237e Chão de minha utopia / Manoel da Conceição Santos ; Paula Elise
Ferreira Soares, Wilkie Buzatti Antunes, organizadores. – Belo Horizonte :
Editora UFMG, 2010.
323 p. : il. – (Origem)

ISBN: 978-85-7041-804-3

1. Camponeses – Maranhão. 2. Camponeses – Brasil – Atividades
políticas. I. Soares, Paula Elise Ferreira. II. Antunes, Wilkie Buzatti.
III. Título. IV. Série.

CDD: 305.5698121

CDU: 323.3:63-051(812.1)

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação da
Biblioteca Universitária da UFMG

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 – Ala direita da Biblioteca Central - Térreo

Campus Pampulha – 31270-901 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Tel.: +55 31 3409-4650 Fax: +55 31 3409-4768

www.editora.ufmg.br editora@ufmg.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD

SBN Qd. 2 Bloco D Lote 16 Loja 10 Ed. Sarkis, 2º Subsolo 70040-910 Brasília/DF

Tel./Fax (61) 2020-0189/0168

www.mda.gov.br www.nead.org.br

PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento
Rural Sustentável

Aos trinta e cinco trabalhadores rurais que, nas décadas de 1960 e de 1970, participaram do curso de formação ministrado pelo Movimento de Educação de Base, lutaram à frente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim e se tornaram militantes da organização política Ação Popular. Em especial a: Luzia, Eurídice e seu esposo Raimundo Amorim; José Francisco Silva, sua esposa Lurdes e Joaquim Matias Neto, os Lavanca; Antônio Lisboa Brito; Manoel Dourado, Eustáquio, José Luiz de Lage Grande.

Manoel da Conceição

Sumário

APRESENTAÇÃO

Guilherme Cassel 13

INTRODUÇÃO

Paula Elise Ferreira Soares 15

Essa terra é nossa

Depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no estado do Maranhão

INTRODUÇÃO

Ana Maria Galano 35

CAPÍTULO I

PESSOAS, FAMÍLIAS NA PRODUÇÃO 39

CAPÍTULO II

MENINO 61

CAPÍTULO III

AQUELE INFERNO MISTURADO COM RELIGIÃO 71

CAPÍTULO IV

ESSA TERRA É NOSSA 85

CAPÍTULO V

PRA ONDE É QUE VAI A MUDA? 91

CAPÍTULO VI	
DESBRAVANDO O VALE DO PINDARÉ-MIRIM	109
CAPÍTULO VII	
O PRIMEIRO SINDICATO	129
CAPÍTULO VIII	
FOGO NO GADO	145
CAPÍTULO IX	
REPARA O QUE É MASSA PREJUDICADA	163
CAPÍTULO X	
GUERRILHA, SINDICATO OU PROTESTANTISMO?	181
CAPÍTULO XI	
PAIOL E ROÇA COLETIVA	195
CAPÍTULO XII	
MINHA PERNA É MINHA CLASSE	207
CAPÍTULO XIII	
CONTRA O VERBALISMO DE ESQUERDA	221
CAPÍTULO XIV	
PRISÃO E TORTURAS	235
CAPÍTULO XV	
PARA A DESCOBERTA DAS COISAS	257

Entrevista e documentos

LUTA CAMPONESA NO MARANHÃO Por Jorge Almeida	291
CHÃO DE MINHA UTOPIA Manoel da Conceição Santos	305
EM DEFESA DO EMPODERAMENTO COLETIVO DAS CLASSES TRABALHADORAS Manoel da Conceição Santos	313
SOBRE OS ORGANIZADORES	319
SOBRE O PROJETO REPÚBLICA	320
SOBRE O NEAD/MDA	322

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste livro é trazer para a cena pública elementos de memória, próprios ao Brasil rural, acionados pelo relato de personagens representativos do pensamento, das lutas e dos movimentos sociais no campo. Muitos foram os personagens da nossa história comum que enfrentaram diretamente os desafios da questão agrária. Alguns foram homens de ação, cuja iniciativa soube lidar com a fragilidade dos negócios humanos e com os riscos de uma aventura rumo às incertezas da história. Outros foram homens de palavra, que, com uma luz singular e poética, dotaram de sentido e preservaram do esquecimento iniciativas memoráveis. Por esses motivos, esta obra pretende relembrar essas ações e essas palavras, ao recuperar a trajetória do líder camponês Manoel da Conceição – um *subversivo indomável*, como definiu, em entrevista famosa, o jornal *O Pasquim*, esforçando-se para explicar a história de vida de um personagem que participou do Movimento de Educação de Base; animou a revolta do Pindaré-Mirim; militou na organização de esquerda Ação Popular; ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores; e, ainda hoje, atua politicamente em organizações e cooperativas de trabalhadores rurais no sul do estado do Maranhão.

A história que Manoel da Conceição nos conta é de resistência à opressão, de vivências de expulsão de terras, de busca por justiça, pelo fim da ditadura militar no Brasil e pela conquista dos direitos

humanos. Com o objetivo de garantir não só as terras, mas uma formação política permanente ao trabalhador rural, Manoel da Conceição ampliou sua luta – passou a incluir educação, crédito, uso de um agroextrativismo capaz de firmar a coexistência entre homem e natureza e a organização da produção dos agricultores familiares. Suas lutas são muitas. Recuperar parte delas é uma das contribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Universidade Federal de Minas Gerais àqueles que não deixam de se entusiasmarem com a aventura da construção de um outro mundo possível.

Guilherme Cassel

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

INTRODUÇÃO

Em 1979 foi publicado pela editora Maspero, em Paris, *Cette terre est à nous*, ou *Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no estado do Maranhão*, livro formado pela edição de vinte horas de entrevistas conduzidas pela socióloga Ana Galano com o líder camponês Manoel da Conceição Santos, ambos exilados na Europa em função das perseguições promovidas pela ditadura militar brasileira.

“Ligado o gravador”, conforme relata Ana Galano, “Manoel da Conceição se empertigava, limpava a voz e falava muito alto, como se a entrevista estivesse sendo simultaneamente transmitida para o futuro público de seu livro”.¹ Não se transmitiu simultaneamente, mas, através da opção por apenas transcrever e agrupar as entrevistas realizadas com Mané – como prefere ser chamado –, a narrativa do livro acabou conservando o tom de discurso político, indo além de uma simples compilação de memórias. De fato, o líder possuía uma intenção clara ao construir uma narrativa coerente de sua vida, apesar de nem sempre cronológica: desejava denunciar as condições de vida e injustiças a que vinham sendo submetidos, há anos, os camponeses pobres do Maranhão, além de denunciar

as atrocidades que o governo brasileiro promovia contra os presos políticos naquele momento.

Para além dessas intenções, contudo, ao narrar suas memórias à socióloga, Mané, certamente, foi construindo um espaço para se refazer após anos de sofrimento infligidos pelas mais bárbaras torturas. Relembrar, naquele momento, mais que denunciar significava se recompor, se recordar, reafirmar seus princípios de vida – marcadamente socialistas –, para, a partir desses, encontrar explicações e significados para suas vivências e experiências. Relembrar significava também reencontrar pessoas, tanto aquelas que amava e admirava, quanto as que desprezava, todas figuras que o ajudavam a se repensar. Assim, *Essa terra é nossa* expõe as ideias e reflexões de Manoel da Conceição acerca do que viveu bem como suas expectativas para o futuro. Apresenta-nos esse líder, um dos maiores defensores da reforma agrária no Brasil, tal como pensava as coisas do mundo e sentia-se no final da década de 1970.

No livro, a história que Manoel da Conceição nos conta é uma história de resistência à opressão, iniciada desde a infância – quando morava em Santa Luzia, área próxima a Copaíba, no interior do Maranhão –, passando pela adolescência marcada pela religiosidade e vivências de expulsões de terras, até a vida adulta, quando então passou a fazer da luta por justiça, pela reforma agrária e, mais tarde, pela construção de uma sociedade socialista o sentido de sua vida. Em meio às descrições geográficas dos lugares por que passou e do detalhamento dos costumes dos camponeses maranhenses, Mané nos conta como as injustiças que vivenciou – incluindo-se a perda de sua perna em decorrência dos tiros desferidos por policiais durante uma invasão ao sindicato de Pindaré-Mirim, do qual era presidente – o transformaram em um homem marcado pelo desejo de vingança em relação aos grandes proprietários de terras. Desejo que ganhou, contudo, um novo significado depois da ocorrência de

dois encontros: primeiramente com o Movimento de Educação de Base (MEB) e, mais tarde, com a organização política Ação Popular (AP), ambos ocorridos na região do Vale do Pindaré-Mirim, palco das primeiras lutas de trabalhadores rurais lideradas por Manoel da Conceição.

Segundo o líder, a partir do contato com o (MEB), passou a compreender que as mesmas injustiças sofridas por sua família e por alguns de seus conhecidos eram experimentadas por milhares de camponeses em todo o Brasil. De fato, através de um curso de alfabetização baseado no método de Paulo Freire, o MEB promoveu a politização de vários camponeses da região do Pindaré-Mirim. Esses, então, passaram a perceber que sua autonomia só seria garantida por meio de sua educação e de sua organização em sindicatos comprometidos com a luta pela terra, bem como perceberam a necessidade de se manterem a produção e a comercialização desta sobre seu controle, sobretudo através do cooperativismo. Tais ensinamentos foram fundamentais para a condução das lutas dos trabalhadores rurais na região do Pindaré-Mirim na década de 1960, bem como marcaram a forma de pensamento de Mané.

Já em contato com a AP – organização de esquerda que teve grande atuação junto aos trabalhadores rurais e urbanos na década de 1960 e 1970 –, o líder nos conta que aprendeu a sonhar com uma sociedade que não se baseasse no princípio da hierarquia, que não fosse dividida entre dominantes e dominados. Na AP encontrou pessoas que, assim como ele, desejavam construir um outro mundo; vivenciou relações baseadas no princípio da solidariedade, experimentando relações de amizade que reforçaram sua crença na possibilidade de construção de uma sociedade marcada pela igualdade e pela justiça. E, ao viajar para a República Popular da China, financiado pela AP e com a finalidade de frequentar cursos sobre o marxismo e os processos revolucionários ocorridos nesse

e em outros países, Mané presenciou o esforço de construção de uma sociedade socialista em um país majoritariamente agrário, tendo se encontrado pessoalmente com o líder Mao Tse-Tung. Por tudo isso, se tornou um militante abnegado, o que, por um lado, levou-o a se tornar um dos dirigentes nacionais dessa organização política, mas, por outro, motivou enormes perseguições do governo militar brasileiro.

Contudo, a vida de luta de Manoel da Conceição não se encerrou em meio às torturas e prisões, como termina a narrativa apresentada em seu livro. A partir dali tomou novos rumos marcados por novas experiências e ideias que ampliaram sua compreensão acerca da luta pela construção de uma sociedade anticapitalista. Além disso, vários episódios ocorridos durante o período cronológico abarcado pelo livro não foram contados, não porque não fossem importantes, mas porque a obra foi escrita ainda no período ditatorial, o que fazia do silêncio, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência. Uma questão fundamental, por exemplo, como a da mobilização nacional e internacional pela libertação do líder, então preso político, foi um dos episódios que não foram tratados de forma ampla no livro.

De fato, ainda durante o período em que estava preso, Mané recebeu cartas e telegramas de apoio e solidariedade de diversas partes do mundo, inclusive do Papa João Paulo VI. Passou a ser um dos presos políticos acompanhados pelo movimento Anistia Internacional, o qual, em um mês, enviou mais de vinte mil cartas de protesto endereçadas ao então presidente Garrastazu Médici. A entidade britânica intitulada British Committee Against the Dictatorship in Brazil, sediada em Londres, também conduziu uma campanha em favor de sua libertação; e a Associação de Agricultores Suíços, através da embaixada de seu país, começou a pressionar o governo brasileiro com a busca de informações sobre o paradeiro do líder – incomunicável e isolado dos demais presos políticos

por vários meses –, o que gerou um impasse diplomático entre os países. Na Albânia, a rádio “Tirana” denunciava continuamente a situação brasileira e protestava contra a prisão de Mané. Inclusive, diante de sua incomunicabilidade, muitos o consideraram morto, o que levou o governo a decretar três dias de luto, nos quais vários pontos da cidade foram cobertos com panos pretos.

Foi criado, ainda, na Suíça, por militantes da luta pela garantia dos direitos humanos, o Comitê Internacional Manoel da Conceição, bem como houve diversas manifestações pela sua libertação em países como França, Alemanha e Itália. Grande foi, principalmente, a contribuição da Igreja Católica do Brasil, através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), e da Igreja Protestante nos Estados Unidos. Nesse país foram criados, por Marcos Arruda e pelo pastor Tom Clinton, dezoito Comitês de Solidariedade das Igrejas Evangélicas Norte-Americanas. Diante de tanta pressão realizada pelas organizações nacionais e internacionais, o regime militar brasileiro acabou por libertar Mané, com a condição de que ele deixasse o país.

Assim, em liberdade, após três anos e sete meses na prisão, partiu para o exílio na Suíça, acompanhado pelo representante da Liga Suíça de Defesa dos Direitos do Homem. A partir de sua chegada ao novo país, sugeriu que a organização que levava seu nome passasse a ser denominada de Comitê de Solidariedade ao Povo Brasileiro, órgão a partir do qual iria realizar uma enorme campanha de denúncias das atrocidades cometidas pela ditadura militar com os presos políticos. Durante o exílio, participou de uma intensa campanha internacional em favor das liberdades democráticas no Brasil, dos direitos humanos e da anistia ampla, geral e irrestrita. Contando com uma rede de solidariedade formada por sindicatos, igrejas, Anistia Internacional e governo suíço – a qual permitia ao líder camponês, sua filha Mariana e sua mulher Denise que

permanecessem no país –, pôde participar, ainda, de manifestações políticas e palestras ocorridas em países europeus, africanos e do Oriente Médio. Na Holanda, em 1978, por exemplo, Mané esteve presente no Ato Público Nacional em homenagem aos mortos e feridos durante a invasão nazista. Nessa ocasião, denunciou que o governo brasileiro estava comprando urânio enriquecido do governo holandês com a intenção de fabricar uma bomba atômica. Em consequência, segundo o líder, esse governo europeu suspendeu as negociações com os militares brasileiros por dois anos.

Além disso, nos meses de novembro e dezembro de 1978, Mané participou de um curso sobre cooperativismo no Instituto Antônio Sérgio do Sector Cooperativo, sediado em Lisboa. Esse curso fazia parte do Programa de Formação patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Também ajudou sindicalistas refugiados a se organizarem como oposições sindicais em diversos países europeus.

Em seus últimos dias no exílio, começou a articular a retomada de sua luta, no Brasil, em favor dos trabalhadores rurais e urbanos. Juntamente com outros brasileiros, preparou um evento internacional em Genebra, que durou três dias e contou com a presença de quarenta exilados que estavam espalhados pela Europa. Nesse evento se debateram as propostas de criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as quais já estavam sendo discutidas no Brasil e que chegaram ao conhecimento dos exilados através de jornais e revistas. A formação dessas organizações, para Manoel da Conceição, certamente significava a continuação da luta iniciada por ele na década de 1960, junto ao Movimento de Educação de Base (MEB) e, mais tarde, junto à Ação Popular (AP), ou seja, significava a luta pela organização e conscientização dos trabalhadores e pela interferência e atuação destes na política nacional.

Assim que tomou conhecimento das propostas de criação do PT e da CUT, Mané começou “a escrever para o Lula, ainda lá na Suíça. De vez em quando mandava para ele um cartão”. Até o dia em que, com a declaração da anistia, enviaria seu último recado “lá da Suécia dizendo: ‘Lula, eu vou chegar no Brasil (...) tal dia e eu quero que você esteja lá, com os companheiros operários, no aeroporto, porque eu não posso chegar sozinho lá porque posso ser pego’.”² Ao chegar ao saguão do aeroporto de São Paulo, no dia 9 de outubro de 1979, às nove horas da noite, se deparou com vários operários e trabalhadores lhe aguardando: “eu não sei quantos homens não, porque não conferi, só sei que tinha bastante homem lá e gente, companheiros operários e trabalhadores.”³

O objetivo de participar da criação do PT e da CUT foi um dos que guiaram os primeiros anos de Mané no Brasil. Quatro dias depois de chegar a São Paulo, se dirigiu para o ABC Paulista, onde participou de uma reunião no sindicato dos metalúrgicos, junto a centenas de operários e alguns intelectuais, da qual saiu a primeira comissão responsável pela condução do processo de criação do PT. Tal processo, segundo o líder, seria iniciado pela organização de grupos de base em ruas, bairros e comunidades rurais e, apenas depois de consolidados tais núcleos, seria definido o diretório do partido. Foi convidado para ajudar a criar as bases do PT em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba e depois “de Mário Pedrosa e Apolônio de Carvalho segue o nome de Manoel da Conceição Santos no livro de fundação do Partido dos Trabalhadores, no Colégio Sion, São Paulo, em 1980”.⁴

Como forma de ajudar o partido nascente a se consolidar e, de fato, se tornar uma organização de peso na política nacional, Manoel da Conceição, mesmo consciente de que não teria condições de vencer, aceitou disputar duas eleições: em 1982 candidatou-se a

governador do estado de Pernambuco e em 1994 candidatou-se a senador da República pelo estado do Maranhão. Sobre a experiência de ser candidato, destaca:

Até hoje eu não sei ser candidato. Sabe o que eu sei fazer? É a organização dos trabalhadores, formação, capacitação, reflexão. Isso eu sei fazer em qualquer lugar, na fábrica, no campo. Mas, companheiro, disputar voto eu não sei. Eu não sei disputar voto porque eu não sei mentir (risos).⁵

Em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, São Paulo, participou – junto a cinco mil homens e mulheres de todas as regiões do país – do Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizado no galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz, a partir do qual se criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essa organização sindical nacional surgia com o objetivo de ser um contraponto ao sindicalismo ligado ao Ministério do Trabalho ou a qualquer partido político. Propunha-se a construir e a defender um sindicalismo autônomo, comprometido com as classes, que permitisse aos trabalhadores urbanos e rurais possuir órgãos de representação que, de fato, se constituíssem em grupos de pressão e defendessem seus interesses. Como havia aprendido durante suas experiências e lutas como presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Pindaré-Mirim, a construção de órgãos de classe comprometidos era fundamental para que os trabalhadores se politizassem.

Além da CUT e do PT, Manoel da Conceição ajudou também a “fundar, desde o primeiro momento, o MST no Rio Grande do Sul. Fui lá pra ajudar a fazer a primeira grande ocupação que houve lá. E conduzi para o Maranhão, também, a proposta, ajudei a fazer lá o MST.”⁶ Contudo, percebia uma limitação que esse movimento apresentava naquele momento, pois acreditava que, além de ocupar as terras, era necessário torná-las produtivas, sobretudo através da criação de cooperativas. Isso porque,

com a cooperativa eles [os trabalhadores rurais/posseiros] continuam lutando por consciência de que é necessário mudanças. Se você se preocupa em só ocupar, só ocupar, mas não tem a política de formação permanente, formação científica, filosófica e técnica, os companheiros vão esquecendo de que ele (...) só queria comer mesmo, queria a terra pra plantar, pra comer e pronto; e já tem ela, não quer mais lutar. É preciso despertar em nós essa consciência filosófica e política de transformação que a gente quer; senão, não adianta.⁷

Justamente com o objetivo de garantir não só as terras, mas uma formação política permanente ao trabalhador rural, Manoel da Conceição, juntamente com Manoel Raimundo Silva, agricultor pernambucano vinculado à Ação Católica que conheceu no exílio, antes mesmo da formação dos primeiros núcleos do MST, idealizaram a criação de uma Organização Não Governamental (ONG) que seria denominada Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru):

Nossa estratégia qual era? Era a gente retomar o sindicato das mãos da pelegada, botar novos dirigentes e (...) construir um sindicalismo de luta, classista, que no caso do campo iria (...) bancar com afinco a luta pela reforma agrária. Mas para isso acontecer era preciso investir na formação política das novas lideranças que iam sendo reveladas na luta. É exatamente aí que entra o papel do Centru, qual seja: formar os quadros dirigentes, as lideranças da categoria dos trabalhadores rurais. O Centru não iria trabalhar uma formação abstrata, mas uma formação articulada às próprias lutas do campo brasileiro, ou seja, por terra, por crédito e também pela organização da produção dos agricultores familiares.⁸

O objetivo da ONG seria prestar formação e assessoria às organizações exclusivas de trabalhadores rurais. Almejava subsidiar os trabalhadores, através de estudos da realidade, seja econômica, social ou política, capacitando-os a assumirem e a participarem mais ativamente em suas organizações como sindicatos, associações,

partidos políticos. Assim, ao contrário do que muitas organizações consideraram sobretudo no momento de fundação dessa ONG,⁹ o objetivo do Centru era não assumir o papel dos sindicatos, mas auxiliá-los no processo de organização do trabalhador rural. Como ficou registrado nos estatutos:

O Sindicato é uma associação de massa que tem a finalidade de conduzir as lutas dos trabalhadores. O Centru é uma entidade de educação, cujos educadores atuam na área sindical, política e de saúde. É um instrumento de educação, formação e informação dos trabalhadores rurais através da socialização do conhecimento científico, prático e técnico. Nesse sentido, o Centru pode se constituir num órgão auxiliar do movimento sindical para a formação dos seus militantes e dirigentes.¹⁰

Assim, em 9 de novembro de 1980, os estatutos da ONG foram aprovados e, em 22 de dezembro, reconhecidos em cartório. A partir de uma eleição nominal, realizada numa assembleia que contou com a participação de oitenta dirigentes sindicais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira diretoria do Centru: Damião, Ferreira e Cesário, do Rio Grande do Norte; Manoel Raimundo e Manoel da Conceição Santos, de Pernambuco; Margarida Maria Alves e Luís Silva, da Paraíba.

Mesmo diante de todas as dificuldades encontradas pelos trabalhadores e pelas lideranças para manterem o Centru atuante – destacando-se nesse quadro o assassinato da líder sindical Margarida Alves¹¹ durante a realização da Terceira Assembleia Geral do Centru –, passou-se a incentivar a formação de filiais em outros estados, sobretudo na Paraíba e no Rio Grande Norte. Convidado por companheiros ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), então residentes em Imperatriz/MA, os quais estavam interessados na proposta do Centru, Mané retornou para seu estado natal com o objetivo de

ali criar essa ONG.¹² Tal criação foi conduzida com base em três eixos: “a luta pela terra, a luta sindical, que significava derrotar o sindicalismo pelego, e a organização da produção via proposta da empresa cooperativa”¹³ – eixos que, de fato, guiaram toda a luta do líder em favor dos trabalhadores rurais.

A primeira preocupação do Centru/MA foi reconquistar a liderança do sindicato dos trabalhadores rurais de Imperatriz:

Começamos a organizar os trabalhadores rurais em oposição sindical dando uma visão nova, diferente: um novo sindicalismo construído via Central Única dos Trabalhadores. Em [19]86 nós conseguimos derrubar os pelegos de Imperatriz. Mas pelego não aceitou a derrota e resolveram fraudar a eleição e apelar para o Ministério do Trabalho, polícia e o diabo. O que aconteceu? Os trabalhadores rurais, conscientes que tinham ganhado, resolveram ocupar o sindicato por quarenta e cinco dias. Aí veio a Polícia Federal, a Polícia Militar, mas o pessoal estava firme no sindicato sem arredar o pé.¹⁴

Ao todo havia seiscentas famílias ocupando o sindicato. Ali mesmo criou-se uma direção paralela para a organização, não reconhecida pelo Ministério do Trabalho, mas apoiada pela ONG, que começou a pensar a questão da ocupação de terras, “pois a luta pelo sindicato era um passo, mas não resolvia, pois a maioria das pessoas que travavam essa luta não tinha terra”.¹⁵

Com o objetivo de atender à maior reivindicação dos trabalhadores rurais assistidos pelo Centru/MA e aos envolvidos na luta pelo controle do sindicato de Imperatriz, começou-se a planejar a retomada das já conhecidas terras de Pindaré-Mirim e da região Tocantina – naquele momento nas mãos de trinta e oito empresas agropecuárias. Assim, ao longo das décadas de 1980 e 1990 os trabalhadores rurais ocuparam seiscentos mil hectares de terras: no município de Santa Luzia – com destaque para a região de

Buriticupu, a fazenda União, Água Azul e Terra Bela –; nos arredores de Imperatriz – como a fazenda Criminosa, a fazenda Taiguara, a São Jorge e as fazendas Alvorada I e II –; na região de Amarantes e em São Raimundo das Mangabeiras. Apoiando as ações do MST no município, Manoel da Conceição, liderando o Centru, auxiliou, ainda, a invasão das fazendas Gameleira e Jussara. Todas essas invasões foram acompanhadas de muitos enfrentamentos e mortes entre policiais, jagunços e posseiros, mas, como os trabalhadores rurais estavam bastante organizados, resistiram e acabaram ocupando vinte e três das trinta e oito fazendas que estavam nas mãos das empresas: “Foi uma verdadeira guerra, mas hoje quinze mil famílias são possuidoras de terras e, apesar do abandono da região pelo governo, estão produzindo, e não estão mais passando fome.”¹⁶

Depois de conquistadas as terras, o Centru/MA passou a defender a necessidade de se manter a produção e comercialização dos produtos da lavoura nas mãos dos próprios trabalhadores rurais. Porém, nesse momento, Mané somou a essa luta uma outra: a da conservação ambiental e da produção ecologicamente sustentável. E, para o líder, uma produção sustentável que não se baseasse na exploração capitalista da terra e da natureza deveria se apoiar na economia familiar local, associada à criação de cooperativas, e, também, na educação do camponês acerca das formas sustentáveis de plantar uma lavoura e se beneficiar dos produtos encontrados no cerrado, os quais já faziam parte de seu cotidiano. Criou-se, então, em todo o terreno ocupado, cento e setenta e quatro grupos de produção de base, cada um desses formado por dez a quinze famílias. A partir da criação desses grupos, começaram a surgir as cooperativas agroextrativistas, as quais, além de garantir a legalidade e a conformação jurídica dos grupos de base, previam a organização da produção através da valorização de aspectos culturais, traços da vida dos posseiros, por exemplo, a coleta de frutos do cerrado, atividade que seria uma das principais responsáveis pela geração

de renda nas pequenas propriedades, bem como um dos projetos de maior impacto do Centru. Para Manoel da Conceição, a partir do agroextrativismo seria possível desenvolver um modelo de produção que se baseasse numa relação que envolveria

aptidão e vocação para trabalhar e se deixar trabalhar mutuamente pela fauna, flora, recursos hídricos, minerais, clima, solo, relevo, cultura do ambiente local... Coexistência da sensibilidade racional humana e do saber nativo ecológico nos campos numa permanente dialética entre pessoas e natureza.¹⁷

Além disso, Mané passou a se preocupar em promover uma discussão acerca da divisão sexual do trabalho, a necessidade de se incluir as mulheres e os jovens nas discussões sobre as propriedades e projetos, de forma a garantir a construção de unidades familiares em que prevaleceriam a igualdade e o respeito.

Foi em São Raimundo das Mangabeiras que Manoel da Conceição, através do Centru/MA, desenvolveu um trabalho que, por ter várias faces, bem expressa suas ideias e sonhos. Esse município situado no sul do Maranhão possui, por exemplo, uma grande área canavieira dominada pelo agronegócio onde foi desenvolvido um intenso trabalho para conquista do sindicato e desenvolvidas, com sucesso, lutas salariais que resultaram em conquistas de melhorias expressivas nas condições de trabalho para muitos assalariados. Há, também, nesse município, uma área de assentamentos de trabalhadores rurais, localizados em terras por eles conquistadas com muita luta e após sofrerem violências de toda ordem. Tais terras conquistadas foram parceladas em pequenas propriedades de cunho privado, mas seus proprietários se mantêm unidos em torno de uma cooperativa que possui, inclusive, um posto de vendas de seus produtos na sede do município. Há ainda outra experiência, um assentamento agroextrativista, com oitenta famílias e cuja propriedade é coletiva. Entretanto, é o assentamento denominado Nova

Descoberta o grande orgulho de Manoel da Conceição. Isso porque foi aí que se construiu uma experiência inédita naquelas paragens: a maior parte das terras da grande área ocupada pelo assentamento foi destinada ao uso comum e à atividade agroextrativista; a outra parte do terreno foi parcelada e distribuída aos trabalhadores para uso individual. A propriedade da terra, de fato, pertence a uma associação, criada pelos trabalhadores rurais aí assentados, homens, mulheres e jovens que participam ativamente nas decisões que dizem respeito à vida em comum.

Nos anos 2000, seis das oito cooperativas agroextrativistas que foram criadas pelo Centru se uniram para formar a Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão, a CCAMA, que teria como objetivo principal implantar o Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS), formulado juntamente com os agricultores das cooperativas. Hoje, esse projeto é o documento norteador das discussões e ações implementadas na CCAMA que visam ao desenvolvimento da agricultura familiar agroextrativista. Sendo assim, a CCAMA é formada por Unidades Familiares, associações e cooperativas agroextrativistas e visa associar os projetos de vida pessoal dos agricultores ao meio ambiente e à biodiversidade.

No âmbito nacional, o Centru/MA, convidado por membros das cooperativas agroextrativistas da Bahia e contando com a adesão da Contag, estimulou a criação da União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar de Economia Solidária (Unicafes), objetivando ampliar e fortalecer a luta pela construção do cooperativismo apoiado na agricultura familiar e na produção ecologicamente sustentável, as quais possibilitam o aproveitamento da terra, geram renda para a população rural e, portanto, promovem o desenvolvimento da região. Assim, o trabalho do Centru vem mostrando que é possível conciliar inclusão e emancipação social com a geração de riqueza e a conservação ambiental.

Percebe-se, portanto, que a história de Manoel da Conceição é a história de um homem de ação, de pensamento e de fé: fé na possibilidade de construção de uma outra sociedade, de um novo homem, de novas relações com a natureza e com a terra:

Olha, eu acho, eu acho não, eu te afirmo que eu sou um homem de fé. Agora, não é uma fé espiritual (...) eu tenho mesmo na verdade é um apego, um amor assim ao ser humano e que eu passo a acreditar nele. (...) Acredito que vamos chegar nesse mundo, pode até não chegar... pode chegar o momento em que esse ser humano desaparece e pode vim outra coisa e a gente não chegar ao mundo que a gente quer, né, mas eu acredito que é preciso lutar por ele, porque a gente pode chegar, eu tenho fé nessa utopia, nessa crença. Trabalhando, sabe, contra a injustiça, contra a dominação, contra a exploração, contra a violência, a gente vai mudar essa realidade, desse mundo que está aí, injusto (...).¹⁸

História inconclusa, marcada pela luta pela reforma agrária e pelo desejo de justiça. História de um homem sonhador cujos projetos mobilizam centenas de trabalhadores rurais no Maranhão, os quais, a partir das décadas de 1980 e 1990 se reuniram em torno de sindicatos, cooperativas, associações, do Centru e do PT com o objetivo de conquistarem um pedaço de terra e o direito de nela trabalharem para seu próprio sustento. Por tudo isso, este livro tem a intenção de dar continuidade à proposta de *Essa terra é nossa*: dar voz a essa história para que possa ser discutida, ser comentada e, assim, não ser dissipada “na inaniidade inerente à palavra viva e aos feitos vivos”.¹⁹

Paula Elise Ferreira Soares

Notas

- ¹ SANTOS; GALANO. *Essa terra é nossa*, p. 9.
- ² Entrevista realizada por M. M. com Manoel da Conceição na sede da Editora Perseu Abramo, no dia 24 de julho de 2006. Acervo Projeto República, p. 16.
- ³ Entrevista realizada por M. M. com Manoel da Conceição, na sede da Editora Perseu Abramo, no dia 24 de julho de 2006. Acervo Projeto República, p. 16.
- ⁴ ALMEIDA. Chão palmilhado: 40 anos de militância de Manoel da Conceição Santos, p. 35.
- ⁵ Entrevista realizada por M. M. com Manoel da Conceição na sede da Editora Perseu Abramo, no dia 24 de julho de 2006. Acervo Projeto República, p. 17.
- ⁶ Entrevista realizada por M. M. com Manoel da Conceição, na sede da Editora Perseu Abramo, no dia 24 de julho de 2006. Acervo Projeto República, p. 26.
- ⁷ Entrevista realizada por M. M. com Manoel da Conceição, na sede da Editora Perseu Abramo, no dia 24 de julho de 2006. Acervo Projeto República, p. 26.
- ⁸ SANTOS. *Reforma agrária*, p. 353.
- ⁹ Durante a assembleia de fundação do Centru, realizada em 1980 na cidade de Olinda/PE, os representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) se opuseram à criação de uma entidade de formação de trabalhadores rurais, cuja direção era composta apenas por trabalhadores rurais. Acreditavam que a diretora deveria contar, também, com assessores, educadores e intelectuais, pois uma entidade representada exclusivamente por uma categoria poderia significar um paralelismo aos sindicatos e à federação. Esse grupo dissidente acabou redigindo uma carta de protesto e se retirando da assembleia, uma vez que não houve muita adesão às suas propostas.
- ¹⁰ Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru): origem e proposta de educação. Maio de 1984. Acervo Projeto República, p. 10.
- ¹¹ Em 1983, no município de Guarabira, no estado da Paraíba, realizou-se a Terceira Assembleia Geral do Centru. Nesta foi constituída a segunda diretoria da ONG e estava prevista a realização de um seminário de três dias após a realização da Assembleia Geral. Margarida Alves, líder sindicalista da Paraíba que estava deixando a direção do Centru, viajou no primeiro dia do seminário para Alagoa Grande – onde era presidente do sindicato e estava promovendo uma campanha trabalhista dos canavieiros da Paraíba – com a promessa de retornar no dia seguinte. Contudo, foi brutalmente assassinada em sua casa, tornando-se, a partir de então, um mártir da luta dos trabalhadores rurais e sindicalistas.

- ¹² Sobre a atuação do Centru/MA, ver: SILVA; MEIRELES; RABELO. *O papel do Centru-MA no processo de formação dos trabalhadores rurais da região tocantinha*.
- ¹³ SANTOS. *Reforma agrária*, p. 353.
- ¹⁴ ALMEIDA. *Luta camponesa no Maranhão*, p. 5.
- ¹⁵ ALMEIDA. *Luta camponesa no Maranhão*, p. 5.
- ¹⁶ ALMEIDA. *Luta camponesa no Maranhão*, p. 6.
- ¹⁷ SANTOS. Utopia da reforma agrária, construção de desenvolvimento, p. 2.
- ¹⁸ Entrevista realizada por Helciane Araújo com Manoel da Conceição, em 10 de janeiro de 1992, em Imperatriz, na sede do Centru. Acervo Projeto República, p. 25.
- ¹⁹ ARENDT. *Da revolução*, p. 176.

Referências

ALMEIDA, Jorge. Luta camponesa no Maranhão: líder camponês Manoel da Conceição fala da ocupação de 600 mil hectares de terras no Maranhão, da morte de lavradores e pistoleiros, dos desafios da produção, da Reforma Agrária e do governo Lula. *Revista Brasil Revolucionário*, ano V, n. 16, p. 5-6, jun./jul./ago. 1994.

ALMEIDA, Rogério Henrique. Chão palmilhado: 40 anos de militância de Manoel da Conceição Santos. In: _____. *Araguaia-Tocantins: fios de uma história camponesa*. Belém: Coopar, 2006.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1999.

SANTOS, Manoel da Conceição; GALANO, Ana. *Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e a luta de camponeses no estado do Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Manoel da Conceição. Utopia da reforma agrária, construção de desenvolvimento. In: *Acervo projeto república*. Belo Horizonte: UFMG, [s. d.].

SANTOS, Manoel da Conceição. *Reforma agrária: utopia revisitada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Ana Paula Soares; MEIRELES, Janaíze Coelho de Brito; RABELO, Jehan Marlio Cunha. *O papel do Centru-MA no processo de formação dos trabalhadores rurais da região tocantinha*. Monografia (Departamento de História e Geografia do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, Universidade Estadual do Maranhão – CESI/UEMA) Imperatriz, 2006.

ESSA TERRA É NOSSA

Depoimento sobre a vida e as lutas
de camponeses no estado do Maranhão

A Antônio Lisboa Brito, camponês mais sofrido que conheci na minha vida e o mais dedicado às lutas no vale do Pindaré-Mirim. Ferreiro e lavrador, emigrante do Piauí. Organizador das primeiras escolas rurais de Santa Filomena, Olho d'Água dos Carneiros e Laje Grande. Membro-fundador e tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Pindaré-Mirim. Desaparecido após repressão policial contra um bairro operário de Recife em 1973.

Ao companheiro Rui Frazão, ex-estudante de engenharia, primeiro militante político deslocado da cidade lá para o campo. Deu cursos de formação política aos trabalhadores rurais do vale do Pindaré-Mirim, participou de várias assembleias de massa, orientou localmente as roças coletivas. Desaparecido desde maio de 1974, quando foi preso na feira de Petrolina, estado de Pernambuco.

Ao companheiro Paulo Wright. Sociólogo, trabalhou como operário metalúrgico e fundou a Federação das Cooperativas de Pesca do estado de Santa Catarina. Dirigente do movimento de juventude protestante. Ex-deputado estadual de Santa Catarina, seu mandato foi cassado em maio de 1964. Primeiro companheiro que viu a necessidade de organização de cooperativas camponesas no vale do Pindaré-Mirim. Dedicou sua vida à luta contra a dominação da burguesia monopolista e a ditadura militar. Mesmo isolado, sempre combateu até o limite de suas forças o dogmatismo no pensamento e na ação política. Viveu na clandestinidade de 1964 a 1973, quando foi preso pela OBAN, e está desaparecido desde então.

Manoel da Conceição

INTRODUÇÃO

Ligado o gravador, Manoel da Conceição se impertigava, limpava a voz e falava muito alto, como se a entrevista estivesse sendo simultaneamente transmitida para o futuro público de seu livro. Assim, devemos ter gravado ao todo umas vinte horas. Para Manoel não devia haver limite para os objetivos que se propunha: descrever a sociedade de sua região, prestar contas das tentativas de transformação do mundo de sofrimento da maioria dos homens e mulheres dos campos do Maranhão.

Ainda são poucos os textos de análise dos movimentos sociais na região onde viveu Manoel da Conceição. Novas instituições e grupos de pesquisa, um novo jornalismo tem aparecido no Brasil e certamente muitos trabalhos ainda terão como objeto a sociedade rural do Maranhão. Esperamos que este livro possa dar contribuições aos pesquisadores que já tratam das zonas de fronteira agrícola e desperte o interesse de muitos outros para o estudo da região. As próprias condições de pesquisa de Manoel da Conceição deverão, no entanto, fazer com que o *Essa terra é nossa* mantenha-se um testemunho de caráter excepcional. Ao mesmo tempo em que

é um dos camponeses posseiros cuja situação analisa, escreve seu livro no exílio, muito longe do Maranhão, e depois da aquisição de conhecimentos e experiências que o fazem ver sua própria terra à distância. Sua observação da sociedade esteve ligada praticamente sempre à busca de soluções para problemas que tinham de ser enfrentados com riscos e urgência por toda uma coletividade. A avaliação dos erros e acertos é uma das constantes do livro. Por isso, tem-se a expectativa de que seu texto possa interessar a vários tipos de leitores. Afinal, quantos de nós, embora em circunstâncias diferentes, não temos vivido situações de precariedade e insegurança nos últimos anos?

Os problemas colocados pela passagem do relato falado a texto escrito foi uma de nossas primeiras preocupações. Foi fácil tomar uma primeira decisão: afastar qualquer possibilidade de transcrição fonética mais ou menos ortodoxa. Mas, em seguida, foi preciso encontrar um meio de conciliar o pedido de Manoel – que fossem suprimidas suas incorreções de concordância gramatical, segundo os padrões da língua culta contemporânea, sem sacrificar seu estilo de narração tão vivo e expressivo. A versão definitiva do relato resultou de uma solução intermediária: exceto quando a própria inteligibilidade do texto ficasse prejudicada, foram conservadas as particularidades da linguagem oral.

Foi também de comum acordo que escolhemos uma subdivisão sistemática dos capítulos, tentando obter pequenos blocos de assuntos. Segundo Manoel, tal apresentação deverá facilitar a leitura do livro exatamente pelas pessoas que ele mais gostaria que pudessem ler *Essa terra é nossa*: todos aqueles que quase nunca puderam ir à escola, têm pouco tempo para ler e têm grande dificuldade em economizar os cruzeiros necessários à compra de um livro.

Uma vez transcritas as fitas, organizei o texto em capítulos e seções. A redação final não corresponde à apresentação cronológica do relato. Entre outras razões, porque, depois da primeira

transcrição, Manoel foi lembrando-se de outros casos e acrescentou diversas precisões.

A capacidade de memorização de Manoel sempre me impressionou muito. Sabia que ele era capaz de decorar longos textos e recitar parágrafos que queria discutir ou criticar. Por que, então, quando narrava acontecimentos ocorridos em sua região, apresentava tantos elementos numa aparente desordem cronológica?

Aos poucos fui me dando conta de que, na zona de fronteira agrícola onde Manoel viveu, as pessoas mudam-se frequentemente e levam consigo a memória das lutas travadas nos lugares de onde são expulsas – pela grilagem da terra, pela apropriação privada de recursos naturais, cuja exploração era até então livre, ou por outros mecanismos de expropriação. Uma vez que resistiram a uma ou várias expulsões, as pessoas fecham-se em copas, por temor compreensível de serem perseguidas em seu novo local de residência. Só quando se abre outro ciclo de resistência, quando se unem e se organizam, é que surgem condições para que os moradores de um povoado se conheçam melhor e reconheçam o caminho comum que estão percorrendo. Os casos podem então virar história.

Durante muito tempo, o “livro de Manoel” não teve título. Só no momento das últimas releituras e correções surgiu a ideia de chamá-lo *Essa terra é nossa*. Além de recordar a palavra de ordem dos grandes movimentos sociais camponeses e de assalariados agrícolas – a terra aos que nela trabalham –, o título pareceu-nos poder sugerir outra ideia: a da multiplicidade de concepções que estarão em confronto no curso da resistência ao processo atual de expropriação e das futuras lutas pela apropriação e gestão coletiva da terra, em consequência tanto da diversidade de situações criadas pela complexidade do movimento de decomposição do campesinato no Brasil, como das diferentes influências político-ideológicas dominantes em regiões, locais ou junto a grupos sociais determinados.

A primeira transcrição das fitas gravadas foi feita por América Maru Diniz Reis e a ela devemos muitas soluções para uma restituição expressiva do relato oral.

Agradecemos ao Conselho Mundial das Igrejas, a Service Oecuménique d'Entraide (Cimade), ao Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement de Paris e ao Centre Social Protestant de Genebra, ao apoio financeiro para a realização das entrevistas, transcrição das fitas e redação final do *Essa terra é nossa*. Dorothe Casalis e o pastor André Jacques, membros da Cimade e delegados pelas demais instituições como supervisores do projeto, souberam compreender o espírito do trabalho que queríamos efetuar, permitindo-nos conservar completa autonomia sem deixar de sempre demonstrar sua confiança e entusiasmo pelo livro que estávamos escrevendo.

Ana Maria Galano

Paris, dezembro de 1979.

CAPÍTULO I

PESSOAS, FAMÍLIAS NA PRODUÇÃO

Eu gostaria de começar pelo próprio conhecimento do lugar onde nasci e me criei, vendo nesse município as diferentes pessoas e famílias que trabalhavam na produção.

Nasci no estado do Maranhão, município de Coroatá, mas que depois foi dividido e se transformou no município de Pirapemas. O lugarejo se chamava Pedra Grande.

Algumas pessoas tinham patrão fixo, vendiam sua força de trabalho durante todo o ano. Outras tinham vários patrões, que alugavam a força de trabalho às vezes por uma semana, por dois dias, às vezes um dia só durante o mês.

Olha, há fazendeiros que... o seguinte: tinham terra e pecuária extensivamente criada no campo. O gado ficava aí solto. Todo dia tinha uma vaca ou um bezerro que corria o risco de raposa, carcará e suçuarana pegar e comer; ou dar mosca varejeira, dar bicho e o bezerro morrer por descuido. Então o vaqueiro, todos os dias, montava no cavalinho dele, tocava atrás desse gado para saber onde estava. Quando era de tarde, voltava de novo.

A vaca e o bezerro eram do patrão. Uma parte do leite o vaqueiro entregava ao patrão e ficava com um pouquinho em casa, pra dar à mulher e aos filhos. Isso era uma chance para o vaqueiro. Quer dizer, ele via isso como uma chance: “ser vaqueiro; eu tenho leite para dar pro meu filho.”

O vaqueiro é fixo. É difícil um patrão mudar de vaqueiro a não ser que o vaqueiro não preste. Mas o vaqueiro sendo aquele vaqueiro bom, que tem muito cuidado, corre atrás do gado bem, cuida bem dos animais... Porque o vaqueiro tanto toma conta do gado, como dos cavalos, das éguas, das jumentas, dos burros, cuida de tudo. Quando é um cara que dá conta da coisa, na hora certa, o patrão sempre zela pra que esse vaqueiro permaneça lá. Há também a competição entre os vaqueiros. Cada vaqueiro quer ser melhor, tanto pra correr atrás do gado, como no próprio zelo do gado. Pra ser bem-amado do patrão, do fazendeiro.

O vaqueiro que trabalha durante o ano todo às vezes recebe dinheiro. Têm outros que recebem em criação; por exemplo: de cada quatro bezerros que nascem, o vaqueiro tem um bezerro. Chama-se um quarto; direito a um quarto da produção. Esse bezerro o vaqueiro cria com o gado do patrão. Quando está no ponto de apuro, boi, ele vende aquele bezerro, aquele garrote ou vaca. Em geral, ao patrão interessa não dar a vaca, mas dar o garrote. Isso porque a vaca vai produzir de novo. E o vaqueiro se interessa muito pelo garrote porque não tem condição de manter uma vaca. Ele quer vender o produto direto, o que apurou durante um, dois ou quatro anos. Vende aquele boi e às vezes é o próprio patrão que compra. Se o patrão tem um preço bom, compra o boi. Senão, o vaqueiro vende pra outra pessoa. E se não encontra uma pessoa que compre assim inteiro, ele mata esse boi e vende na feira local. Vende a prazo ou a dinheiro, à vista.

O vaqueiro mora às vezes na casa do proprietário, às vezes na casa dele. A fazenda é do proprietário, mas a casa quem faz mesmo é o vaqueiro com a família. Outra coisa que esse vaqueiro faz é todo o trabalho de couro: a sela, a vestimenta necessária pra ele trabalhar no campo. O patrão paga esse trabalho dele.

Contradições entre vaqueiros e outros trabalhadores

Esse vaqueiro corre um sério risco de vida quando campeia o gado. Tem muito gado valente e ele é ameaçado sistematicamente. Sempre que corre atrás de um gado, em cima de um cavalo, pode ser apanhado por um pau, se estrepar e morrer. Um risco danado, muito pior do que qualquer outra profissão.

Do outro lado, o vaqueiro sempre se apresenta como defensor do gado. Se ele não trata bem do gado não pode ser bem-aceito pelo patrão. Como recebeu aquele gado todo zelado, gado famoso, gado bonito, tem que prestar conta todo fim de ano. Mesmo se o gado morreu doente ou se o caboclo matou, tem que mostrar a caveira desse boi. Se não mostra os ossos ao patrão, fica suspeito de ter vendido ou roubado o boi. Por isso, quando desaparece um boi, o vaqueiro tem que procurar até encontrar.

Agora, outra coisa: como o gado é criado extensivamente, ele termina destruindo a plantação dos trabalhadores. Às vezes o vaqueiro tem uma rês só, ou duas, com o gado do patrão. Mas ele se torna defensor do gado do patrão, porque também tem seu boi ali dentro. Além do mais, ele precisa que o gado dê muito leite, porque precisa dar o leite ao patrão e um pouco pro filho dele.

O patrão sempre tem dois, quatro, cinco, seis cavalos que o vaqueiro pode utilizar independente do cuidar do gado. Pode usar esse cavalo pra carregar as cargas dele. Às vezes ganha um dinheiro lá dum cara que precisa carregar um transporte. Então ele se torna dependente economicamente desse patrão.

Ao mesmo tempo, tem uma série de contradições entre o vaqueiro e os trabalhadores que não têm gado, que não têm porra nenhuma, que vivem na terra do mesmo patrão. O vaqueiro está de olho grande pra ver o que o cara está fazendo que pode prejudicar o gado. Se o cara bota uma armadilha pra matar uma caça e o vaqueiro dá fé: “Rapaz, você não pode fazer isso, não. Por aqui pode passar um boi, ele pode pegar um tiro, quebrar uma perna. Não dá pé não.”

O caboclo gosta de botar um tipo de veneno pra matar peixe na água. Você tem aqueles rios que secam no verão, ficam só aquelas poças d’água. Fica muito peixe ilhado ali dentro, mas o pobrezinho não tem tarrafa. Então o que ele faz? Vai lá no mato, tira timbó, tingui, pati – uma espécie de palmeirinha de carrasco. A rapa desse pau é uma espécie de veneno. Ele bate dentro da água, que fica roxa. Os peixes bebem e ficam todos boiando, bêbados, doidos. Não precisa tarrafa. Chega lá e enche o cofo de peixe. O tingui não mata gente, porque você não bebe a água. Se o bezerro ou a vaca beber, às vezes não morre, mas o tingui intoxica. Quando tem um cara pondo timbó na água, o vaqueiro vai dar parte pro patrão na mesma hora.

É um negócio muito contraditório. O vaqueiro é um cara fodido, explorado pelo patrão, correndo risco de vida no trabalho. Ao mesmo tempo corre risco de vida em relação aos camponeses. Como os camponeses de lá não têm gado, o vaqueiro é visto como defensor sistemático do patrão.

Vaqueiros da quinta

Naquela fazenda, então, tem esse vaqueiro que é fixo. Existem os outros que são também permanentes e cuidam de uma área de terra, que fica às vezes próxima da casa do patrão e se chama quinta. A quinta é pra alimentar as vacas que dão cria. No período de dar o leite, eles têm um lugar pra soltar a vaca ali dentro. De tarde a vaca arriba por conta dela no curral.

Essa quinta é zelada pelos caras. Não é muita gente, mas são pessoas que todo o dia têm uma coisa a fazer: uma cerca, um pau caído por cima da cerca de arame. Precisa ir lá pra tirar o pau, porque quebrou o arame. Um garrote furou a cerca; precisa ir lá pra consertar. Uma estaca está ruim; precisa tirar pra botar outra. Nasceu erva braba dentro da pastagem; precisa tirar pra não matar o capim. Precisa estar cortando aquilo, zelando.

Calendário do arroz e outras culturas

Além dessas quintas, esse mesmo patrão às vezes tem uma produção própria: arroz, milho, mandioca, feijão etc. É nesse tipo de produção que ele precisa de trabalhador temporário. Isso porque, pra brocar o mato, derribar os paus grossos, tocar fogo, ele precisa só daqueles que estão lá cuidando das quintas. Mas, para o plantio da produção, ele precisa aproveitar a época das chuvadas. Só o mês de janeiro presta pra plantar. Se passa desse tempo, não presta mais a plantada. Você tem que aproveitar o calor da terra no verão. Quando as primeiras chuvas chovem, a terra está quente. Molham a terra; você planta a produção e sai boa. Chama-se o plantio feito no calor da terra.

Se você planta em fevereiro, por exemplo, a terra já está bêbada, aguada, muito molhada, fria. A produção não presta mais. A terra, quando vai esfriar, o arroz tem que estar grande. Aí continua crescendo, não tem mais problema.

O verão lá começa em junho e finda em dezembro. Em janeiro começa o inverno, época do plantio, época de chuva. Há chuva de janeiro a junho.

O fazendeiro aproveita às vezes quinze, vinte homens durante o mês de janeiro pra plantar o arroz, o milho, a mandioca, o feijão. Tudo nesse mês, rapidamente. Passada essa época de janeiro, ele despacha a maior parte desses trabalhadores. Quando o arroz já nasceu, tem a limpeza da produção, que chama capina: tirar o mato prejudicial ao legume. Caso nasça muito mato, quando tem produção sufocando o arroz, ele aluga três, quatro ou cinco pessoas pra ajudar. Nunca aquela quantidade que ele alugou pra plantar.

Quando se planta o arroz em janeiro; em fevereiro se começa a capinar. O arroz já está grandinho. Começa a capinar pra manter o arroz dentro da terra limpa. O arroz é plantado junto com o milho e a mandioca. Tudo na mesma área. Não existe uma divisão: aqui, arroz; acolá, milho; acolá, mandioca. Se planta tudo no mesmo terreno, só que cada um tem uma carreira diferente.

Quando dá o mês de maio, que é época de colher o arroz, aí é preciso de muita gente. Como a produção é colhida com instrumentos rudimentares, é preciso colher tudo em um mês. Se passa do mês de maio, entra junho, o arroz seca, cai tudo na terra e apodrece no chão. O fazendeiro tem que colher muito rápido aquilo, duplica a mão de obra que tinha no plantio.

O milho fica lá. Como não cai, não tem nenhum problema. Pode colher devagarzinho, pode passar três meses colhendo. Ele está lá bem de pezinho, seco. A mandioca do mesmo jeito. Fica lá na capoeira, mato que não é preciso limpar. Você vai fazendo aos poucos, até

findar. De maneira que você pode passar dois anos colhendo a produção com pouquíssima gente pra esse trabalho.

Irrigação, adubo e capoeira

Não tem nada irrigado. É exatamente esperando, dependendo da chuva. Nós plantamos em qualquer terra: mangue, montanha, serra, baixio, alagadiço, tudo. Se a chuva não vem, a produção nos altos morre.

Não tem adubo nenhum. O adubo é quando o mato cresce e começa a cair folha lá de cima dos paus. Essas folhas, com o inverno, apodrecem, viram terra. Vão adubando a terra. Então, durante seis, oito anos, aquele lugar em que o camponês ou o latifundiário fez uma produção já não faz mais outra. Tem que procurar outro terreno, todos os anos terra nova, pra poder botar roça onde já está adubado. Depois de oito anos, ele vai voltar de novo ao lugarzinho onde começou pela primeira vez. Tem que ter muita terra pra poder ter um mínimo de produção.

A queima é na época do verão. Por exemplo: o inverno terminou no mês de junho e, então, mês de agosto você derruba os paus grossos. No fim de setembro pra outubro, você toca fogo na roça, queima tudo. Fica limpinho, só palha seca. Aí você vai esperar que venham as primeiras chuvadas pra plantar de novo.

Agora, não precisa de muita gente. Cinco pessoas tocam fogo numa roça imensa. No verão, o vento vem e queima tudo. Aí fica aquela brasa do pau que queimou. Aquela cinza é um adubo desgraçado. A chuva chega, a cinza molha e embebe a terra, ela digere na terra, mistura com a terra. Então quanto mais queima, mais a produção é melhor. Mas também é só naquele ano. Aquela suco da terra que ficou, aquele adubo, a produção com o mato que nasceu chupa tudo.

Essa terra que fica parada sem produzir não tem nome especial. Durante o período que fica parada chama capoeira. Pode ter capoeira nova e capoeiraçu, que é quando ela passa de oito anos.

Trabalho temporário é necessidade

Uma grande massa de trabalhadores temporários é maior do que essa outra de permanentes. Às vezes eles têm uma propriedade familiar, mas com terra insuficiente, e trabalham também em outro local distante.

Agora eu queria dizer uma coisa: essa mão de obra temporária só existe onde o trabalhador não encontra recursos nativos, naturais da terra. Há muitos lugares no Maranhão onde não tem trabalhador semiassalariado, porque ele não tem necessidade de vender a força de trabalho. Em vez disso, vai quebrar o coco babaçu. Continua sendo autônomo, com sua autonomia própria na produção.

Lá onde nasci tinha trabalhador assalariado. Tinha pouco babaçu. Não era tanto como na região da mata do Pindaré-Mirim ou no vale do Mearim. Aí o babaçu ninguém acaba; ninguém vence o babaçu. Lá na minha região, a população é pouca. Mas logo, logo, o trabalho no arroz se acaba. Então os trabalhadores procuram outros recursos.

Muita gente diz que tem essa gama de mão de obra de trabalho temporária porque há uma imposição do latifundiário ao trabalhador. Não é isso, não. É a necessidade do trabalhador que obriga ele a vender força de trabalho. Tanto que, quando ele não encontra no seu município quem compre a força de trabalho temporariamente, ele se desloca no mundo à procura disso. O cara fica puto quando ninguém compra o trabalho dele, fica louco.

Meu pai mesmo. Nós, todos os anos tínhamos uma roça. Quando era no mês de junho, o que acontecia? Pra brocar a roça não era preciso muita mão de obra. Em casa, os filhos eram seis; com papai e mamãe, oito pessoas. Que acontecia? Papai dizia: “Eu vou, saio com um pra ganhar dinheiro, e os outros ficam pra brocar a roça pro próximo ano.” Meu pai saía comigo ou com meu irmão mais velho. Tocava no mundo à procura de trabalho. Só vinha quando era pra colher ou plantar, quando precisava muita mão de obra.

Trabalho temporário na cana-de-açúcar

Eu fui trabalhar com papai várias vezes num lugar chamado Leite. Era longe, a gente andava o dia inteiro pra chegar. Lá tinha cana-de-açúcar, engenho, essas coisas que trabalhadores vinham pra fazer empreita ou ganhar salário por dia. O patrão tem sempre uma casa onde se chega, se arrancha. E se a gente chega lá e já tem boas relações, dorme na casa do seu amigo. A comida é o patrão que fornece. Você chega lá sozinho, só com a sua roupinha. Pode ser a ferramenta mais atrasadíssima, mas ele tem de tudo pra entregar aos trabalhadores pra produzir.

Nessa produção havia os que trabalhavam só dentro do engenho. Moíam a cana, cuidavam da alimentação do gado, faziam vários tipos de produto da própria cana: açúcar moreno, mel, cachaça, rapadura, tijolo, batida, dobradinha. Tijolo tem dentro dele outras misturas: mamão, gengibre ralado e casca de laranja seca. Batida é uma espécie de rapadura que não é feita simplesmente do caldo de cana. Você bate, bate, até o caldo engrossar, ficar coalhado. Depois bate de novo com tapioca e às vezes bota tempero, como o cravinho, pra dar gosto bom. É uma rapadura de luxo, coisa boa; você quebra bem molinha. E tem a puxada: depois que você puxou umas mil

vezes, ela vai ficando bem alvinha. Então você dobra, bota numa folha, enrola e fica um charuto desse tamanho. Dobradinha. Bom que é uma desgraça!

Depois tem o trabalhador que trabalha fora do engenho. Tem um ou dois caras que só fazem carregar cana em cima dos burros ou em carro de boi. Depois têm os outros que só cortam cana e vão espalhando, botando os montes lá, que é pro carregador chegar, achar o monte e apanhar a cana. Tem um que só faz o corte da cana.

A cana é diferente do arroz, do milho, da mandioca. Ao mesmo tempo que você está fazendo o corte da cana, outros trabalhadores já estão preparando nova terra pra plantar novos canaviais. A gente trabalhava nas novas terras. Chegava lá, ia brocar o mato, derribar, tocava fogo. No verão você tem que cavar aquela terra todinha. Fazer as covas com enxada até abrir o buraco. Quando é no mês de janeiro, você planta a cana. Aí o patrão manda outros plantarem, porque o buraco já está feito. Já é tempo da gente ir embora pra nossa terra, porque nessa hora é tempo de plantar a nossa roça também.

Tinha família no meu município que não ia, quando conseguia trabalho lá mesmo. Ficavam procurando babaçu, outros iam se dedicar a pescar. Passavam o dia inteiro na pescaria, pegavam os peixinhos, traziam pra comer e dar pros vizinhos, pra mais amigos. Vendiam outro pouquinho, faziam sempre um dinheirinho.

Comércio local

Quando o patrão é comerciante, ele, em geral, vende tudo que o camponês precisava comprar, tudo que ele podia comprar com o dinheiro obtido no trabalho, na produção que ele tirou ou que ele arranjou do produto nativo. Com aquele dinheiro que ele ganhou durante o dia ou a semana, o camponês compra açúcar, sabão,

sal, querosene, fumo. Enfim, coisas que ele precisa durante todo o tempo. Às vezes, o remédio. O patrão, essa pessoa que alugou essa força de trabalho, passa diretamente a mercadoria pro camponês: “Eu tenho tanto na casa, trabalhei toda a semana, ganhei tanto dinheiro, então eu quero com esse dinheiro comprar isso, isso, aquilo que preciso.” Então recebe logo a mercadoria.

Em geral, o patrão fazendeiro-comerciante tem uma espécie de loja, um barraco que se chama bodega. Lá tem de tudo que se precisa na localidade. Vêm também outras pessoas que não trabalham pra aquele comerciante. Ganham dinheiro noutra lugar e vêm comprar na bodega. Além disso, ele tem várias outras bodegas espalhadas por todo canto na região, onde interessa comprar produção. Essa bodega pode ser na terra dele ou na terra de outros, pra comprar a produção produzida no interior e vender ao mesmo tempo a mercadoria que o camponês precisa.

Produções e terras diferentes

A nossa terra era pequena e a maioria do pessoal de Pedra Grande tinha também terra pequena. Essa terra pequena nós só usávamos pra plantar o quê? Alguns produtos de longa duração: banana, nós fazíamos um pequeno canavialzinho por causa das crianças – pra chupar cana, tomar garapa. Plantava abacaxi, manga, laranja, lima, tangerina: essas coisas de raiz. Essa terra era mais pra isso. Todos os anos você tem um lucrozinho daquilo que às vezes vende: aproveita uma festa, um negócio qualquer e leva lá. Quem não tem, compra.

Mas a produção de arroz, milho, todos os anos você tem que brocar terra arrendada a proprietário ou terra devoluta, caso ela exista. Isso porque a terra sua é pequena, não dá pra você brocar todo ano em lugar diferente. Você tem, por exemplo, dois hectares de

terra. Você precisa às vezes, só num ano, de quatro hectares de terra. Então você vai brocar na terra dos patrões. Mora na sua pequena terra e trabalha na terra do patrão, naquela grande propriedade.

Aí é que há a diferença: uns cobram renda alta, pesada, por essa terra. Esses são conhecidos como os mais carrascos. Outros cobram pouco. Outros, mais inteligentes, não cobram nada. Dizem: “Não! Trabalha na minha terra, só compro a produção, só quero a produção.”

Com isso ele passa como bom e tem um lucro desgraçado de grande. Em geral, os latifundiários que cobram renda em dinheiro são aqueles caras que não têm muita inteligência econômica e, por outro lado, não têm uma ligação direta com a comercialização do produto.

Uma roça em mutirão

Agora, o que entra como produção? Todos os anos, o pessoal de uma aldeia botava uma roca num lugar, todo mundo na mesma área de terra. Então eles se reuniam em mutirão. Se era um povoado que tinha cinquenta pais de família, aqueles cinquenta iam trabalhar pra um só naquele dia de mutirão. A despesa ficava com o cara. Ele tinha que dar comida, água, ajeitar tudo. A gente fica por conta daquele cara o dia inteiro, trabalhando pra ele, e só sai quando ele mandar. A gente chega às oito horas no trabalho. Ele é quem diz que hora tem que almoçar. Enquanto ele não diz, todo mundo – tá, tá, tá – cortando pau, trabalhando, derribando ou brocando. Quando é meio-dia, ele olha assim... lá não tem relógio, né. Ele olha assim pro sol: está aqui, já é meio-dia. Ou então ele olha pra sombra. Como no Brasil o sol é muito equilibrado, hora de meio-dia é quando o sol está bem em cima da cabeça, calçando bem, pisando em cima

da sombra. Quando a sombra começa a virar um pouquinho, é que já passa de meio-dia. Nessa hora o rapaz diz: “Vamos almoçar.”

Almoçar o que que é? Feijão com arroz e óleo de babaçu, às vezes. Termina de almoçar, todo mundo amola as ferramentas numa pedra e conta muita história, muita piada. Ali no meio-dia, todo mundo suado, cada um tem uma pra contar. Histórias das mais variadas, até história de fada. Depois o dono do trabalho diz: “Olha, já está na hora, vamos lá!”

Sai todo mundo até as cinco horas da tarde. Às vezes, quando o “patrão” é muito ruim, a gente vai até as seis. É um cálculo que a gente faz. Você sabe mais ou menos quantas léguas, quantos quilômetros anda em dez, vinte minutos.

Se eu estou num trabalho a seis quilômetros de distância, faço um cálculo: saio da roça às cinco horas e dá pra mim chegar em casa ainda com o sol entrando. Lá pra nós é conhecido que quando o sol, aquela roda, está entrando no céu – custa muito a desaparecer – é seis horas. Mas se ele sai da roça e o sol já está entrando, ele diz: saí às seis horas hoje da roça, cheguei em casa às sete horas. Ou então chama seis horas grandes é quando as galinhas já começam a trepar no poleiro.

Então, assim, a gente vai de família em família trabalhando na base do mutirão. Têm alguns serviços que, dado as suas características, não é muito arriscado, não é muito pesado, não esmorece. Uma pessoa sozinha pode trabalhar o dia inteiro e não se faz troca de mutirão. Como seja, por exemplo: o plantio da mandioca. É a mulher mais o marido e os filhos, se tem. Eles vão e plantam duas, três linhas. A pessoa também não faz mutirão só pra plantar milho. Salvo se faz mutirão pra plantar o arroz. Então ele tira naquele dia um só dos trabalhadores pra plantar o milho, porque um já planta milho demais. Planta uma roça quase inteira. Num dia se planta quatro, cinco linhas, dependendo da ligeireza da mão do

cara, porque a cova é larga. Mas arroz é metido bem baixinho, bem pertinho um do outro, então você custa muito a plantar uma linha. Aí precisa mutirão tanto pra colher, como pra plantar.

Colheita, quebra e produtos do babaçu

O babaçu é nativo, natural do mato. Nem mesmo o latifundiário se considerava dono do babaçu. Podia dizer que era dono da terra, mas do babaçu, não. Nessa época o camponês quebrava o coco do babaçu em qualquer terra, de qualquer cidadão.

Há duas formas de quebrar babaçu. Uma, a forma de mutirão. É o que se encontra nas terras do vale do Itapecuru. Só se faz mutirão quando num povoado o pessoal tem animal e que o babaçu não é tão longe de casa. Os homens vão pros matos, apanham o babaçu, botam nos cavalos, nos jumentos, nos burros e vão pra casa. Isso se faz durante um mês, até ficar uma ruma de babaçu imensa de grande. No fim de semana, ele convida todas as famílias da zona pra quebrar aquele babaçu. Mas aí não troca de dias. É por aquilo. Se eu quebrei dez quilos num dia – que é uma boa produção de babaçu –, no dia em que você trabalha pra mim tem que dar também o mesmo. Se você não quebra dez quilos, volta no outro dia pra completar.

O babaçu ninguém quebra assim calado. O pessoal passa o dia conversando. Tem mulher, tem menino, tem homem: todo mundo lá quebrando babaçu. Pac-pac-pac: só cacete cantando o dia inteiro.

Quem convocou o pessoal para aquele mutirão, num dia só arranja cinco, seis sacos de sessenta quilos de babaçu. Esse babaçu todo é vendido num fim de semana, o que permite ao chefe de família pegar um bom dinheiro de uma só vez. Essa é a vantagem do mutirão.

Existe também a quebra individual do babaçu. Na época do broque e da derrubada da mata, as mulheres vão pra roça fazer

comida pro pessoal que está trabalhando no mutirão. Mas, à tarde, não tem nada pra fazer e não querem voltar pra casa só, porque a roça é longe. Às vezes duas, três horas de viagem pela vereda. Então, enquanto o pessoal está trabalhando, ela vai quebrar babaçu lá na roça. Quebra babaçu a tarde toda. Quando é noite, cinco horas, o pessoal vai embora. Ela vai também pra casa com o seu babaçuzinho no cofo.

Existe a outra forma também que é o pessoal quebrar no fim de semana. O pessoal trabalha na roça durante a semana e sábado reúne a família, amola as ferramentas próprias pra aquele babaçu, procura uma cesta feita de palha de coco de babaçu, bota dentro um cacete de pau duro, toca pras matas. Leva às vezes uma cabacinha de água pra tomar, às vezes um pouquinho de farinha de mandioca. Chega em casa às sete horas da noite, porque o trabalho é longe.

O pessoal faz o seguinte: do babaçu eles tiram a amêndoa pra vender, que é o principal. Tiram uma parte pra fazer o leite, o óleo pra comer com a comida. Da casca do babaçu, eles fazem o carvão.

Deixam sempre em casa uma partilha do carvão. É pra cozinhar – quem tem fogareiro. Mas a maior parte desse carvão é pra vender. Quando o pessoal não consegue lenha, cozinha com carvão. E, além disso, nas cidades têm os ferreiros, que também trabalham com carvão. Compram o carvão dos quebradores de coco.

Agora, como é que eles fazem esse carvão? Fazem um buraco na terra, tipo uma sepultura, que chamam caera. Botam a casca do coco ou madeira dentro e tocam fogo. Depois cobrem com telha de pau ou palha de babaçu e cobrem de novo com terra. Quando o fogo está bem pegado, tapam o lado que tocaram fogo e doutro lado deixam um buraco pra sair a fumaça. Aí aquela caera passa a noite toda queimando, se é de casca de babaçu. Se é de madeira, passa dois, três dias queimando uma caera grande. A gente tira às vezes até seis sacas de sessenta quilos cheias de carvão, que no fim de semana vai vender.

Parece até que não é produção

Têm também as madeiras de lei, ou seja: o cedro, a andiroba, o taipoca, o jacarandá. Essas madeiras o pessoal tirava e trocava dia pra serrar, fazer tábua. Às vezes, numa aldeia, tinha uma pessoa só que tinha serrote. Todo o dia aquele serrote tinha um trabalho. Uma pessoa precisou serrar, pede o serrote emprestado e troca dia com o serrador. Essas tábuas também são pra vender.

Quer ver aí outra coisa que ninguém se lembra? Parece até que não é produção. É o caso da carnaúba. Na época, a carnaúba tinha mais valor do que o babaçu. A carnaúba é considerada do proprietário das terras. Ele aluga o carnaubal pra alguém que quer explorar. Se não é assim, ele dá diretamente pro pessoal tirar a palha da carnaúba e depois divide o pó bem no meio: uma parte pra ele e outra parte pro cara que tirou a palha.

A gente pensa que não tem nada de trabalho na palha da carnaúba, que é só o cara tirar da palmeira. Mas não é verdade. Ele tem que tirar a palha, ajuntar essa palha, carregar no cavalo dele, levar toda pra casa. Ele só não dá conta de riscar aquela palha, porque precisa riscar tudo em ponta de faca, senão não sai o pó. Então, toda tarde – seis, sete horas da noite, por aí –, ele convida as famílias pra dar uma mão. Todo mundo vai voluntariamente trabalhar de graça, só pra conversar e cantar aquela musiquinha até dez, doze horas da noite. Quanto mais o papo é comprido, mais o pessoal risca palha – rac, rac, rac. É uma ajuda que dá lá pro vizinho. Essa mão de obra empregada no risco da palha da carnaúba não é paga. O valor da produção é dividido entre o proprietário das carnaúbas e o cara que contratou. O resto ninguém nem lembra que fez um trabalho lá. Mas pra tudo tem trabalho. Os camponeses fazem milhões de trabalhos que não são vistos por eles como serviço.

Fazer duas coisas ao mesmo tempo

Esses grandes barcos feitos de madeira, todos eles precisam da resina de jatobá, pra fazer o verniz que encasca por fora e não passar água pra dentro do casco. Em geral, a gente não sai só pra procurar resina. Sai pra fazer outra coisa. Por exemplo: uma caçada. Se vê uma resina durante a caçada, bota no embornal.

Lá por cima, o pau racha ou dá uma broca naturalmente. Naquele lugar começa criar uma resina, um negócio tipo clara de ovo, que começa a gerar do próprio pau. Depois aquilo vai secando até ficar um torrão grande. Passa algum tempo, aquela bola cai. Às vezes só uma bola dá dois ou três quilos. Aquilo é um cheiro danado e dá um breu pra colar tudo. Quando a gente tem seis ou oito quilos, vai vender no mercado aquela resina.

Na mata tem um pau que chama copaíba. Essa madeira dá um óleo valeroso vendido nas farmácias. O óleo está lá dentro do pau. O camponês trepa agarrado no cipó naquele pauzão, porque ninguém pode trabalhar naquele pau danado de grosso. Vai subindo no cipó, até quando chega nos galhos e corta com o facão tudo que é galhinho. Depois ele desce, faz um fogo no tronco do pau e o pauzão morre. Todo aquele óleo desce, porque os galhos liberaram o óleo. Às vezes tira vinte, trinta litros só de um pau. Aquele óleo é para vender. A gente mesmo só usa óleo se tem assim um animal em que dá bicho de varejeira e você cura. Depois, não quer que a varejeira bote mais ovo em cima, passa o óleo. A varejeira não aguenta porque o óleo tem um cheiro danado e vira cola, que gruda os pés da varejeira.

Mudança no valor da caça

Tudo isso são recursos que as famílias do pessoal usam pra não alugar a força de trabalho. Então, como eles usam o carvão, a tiragem da madeira, o coco do babaçu, a resina de jatobá, o óleo de copaíba, também usam a caça e a pescaria.

A caça tem dois produtos. Um visa tirar a alimentação da casa, a carne. Agora, têm outros animais na mata que o principal valor está na pele. O pessoal persegue demais o gato maracajá e a lontra, que chamam ariranha e vive nos lagos. Às vezes a pessoa gasta um verão inteiro – o período que tinha pra vender a força de trabalho –, vai aventurar matar um gato ou uma ariranha. Se no fim dos quatro meses ele mata o gato, pronto: foi o mesmo que ter vendido a força de trabalho, ou melhor, ganha mais, porque a pele tem muito valor.

Se ele por acaso não mata nem ariranha nem gato, está lascado durante o inverno. Não tem como se defender. Vai ter que cair na mão dum comerciante, comprar fiado tudo que ele precisa pra viver. Mas, em geral, como a pessoa sempre está pensando que mata, arrisca.

Antigamente só quem matava onça-pintada eram valentes, homens escolhidos, que tinham cachorro de onça e zagalha. Esses homens eram pagos pelos fazendeiros quando uma onça começava a comer gado.

A zagalha é enfiada num pau e serve pra cravar o pescoço da onça. Caso ela dê o bote de surpresa. Caso seja caçada com cachorro, o homem vai lá com arma de fogo, espingarda ou rifle e dá tiro. Mas está sempre com a zagalha aqui do lado, porque se a onça vem, mesmo baleada, ele mete a zagalha na frente e a onça fica presa como num laço.

Quando o homem matava a onça, o fazendeiro dava pra ele uma vaca, às vezes outra coisa: um dinheirinho, uma coisa pra vestir. E o homem ficava alegre com isso.

Hoje em dia, o fazendeiro não é mais dono da caçada de onça porque a pele deu valor. Quando eu saí de lá, o couro da onça já estava a mil cruzeiros. Não teve mais nenhum homem medroso. Todo homem mata onça. Persegue, vai pras matas, passa mês inteiro no rasto de uma onça.

Tem um instrumento lá que é um tamborzinho de pau, feito de couro, cabaça de roça e ronca igual à onça. Esse tamborzinho faz rom-rom-he-he-he-he! A onça pensa que é outra onça. Se tem uma onça naquela redondeza a dez, doze quilômetros, no canto de uma serra, ela escuta lá os urros e vai rumo ao som, porque às vezes está precisando de um onça ou de uma onça. Chega lá, encontra com o caçador. Pem! Mata. Hoje, como o couro da onça tem muito valor, a onça tem medo de gente. É difícil você encontrar uma onça, está acabando.

A pesca com imposto

Antigamente todo esse tipo de atividade se fazia sem prestar nenhuma conta ao município ou ao estado. Podia fazer uma *tapage* pra pegar o peixe. Quer dizer, tapava o igarapé e pegava o peixe que tinha na água. Atualmente o sujeito não pode mais fazer uma pescaria num rio desses. O governo diz que ele acaba com os peixes.

Agora, o cara que tem dinheiro, uma grande rede feita industrialmente, vai lá e diz o seguinte: “Quero arrendar a boca do rio tal.” Aí o governo arrenda pra ele. Esse cara bota a rede lá e ninguém mais tem direito de pescar, porque ele passa a fiscalizar a beira do rio todo.

Sempre tem gente fuxiqueira. Qualquer lugar que você chega, tem quem denuncia: “Estão jogando tarrafa.” Resultado, a pessoa perde esse peixe e vai pra cadeia.

Têm os caras que são matriculados pra pescar e pagam imposto também. Mesmo caboclo mais pobre às vezes se matricula, paga lá o imposto pro estado. Mas, como o rio está arrendado, ele paga dois impostos: um pro Estado e outro imposto pro cara que arrendou, ou seja, divide o peixe no meio com o cara.

Ele justifica o direito de cobrar do pescador porque se não tivesse tapado a boca do igarapé com a rede o peixe grande não ficava lá dentro. O peixe ia e voltava na enchente.

Fim do babaçu livre

E o que acontece com o babaçu? O caboclo quebrava sem nenhum compromisso, ninguém era dono dele. Agora, com esse plano de industrialização, o caboclo está sendo proibido de quebrar babaçu.

Agora ele vai ter que só apanhar o babaçu nos animais, botar na beira das rodovias, pro dono da indústria mandar encher os caminhões e trazer pra indústria de quebrar babaçu. Aí eles vão fazer não sei quantos produtos, tanto da amêndoa como da casca do babaçu.

Com isso vai ficar pouca gente que ganha dinheiro através do babaçu. Enquanto quebrar, tirar amêndoa, utilizar a casca ocupa uma grande mão de obra, atualmente você pode ter só três, quatro, cinco caras pra apanhar o babaçu e ir pra beira da estrada. Dois, três pra botar no caminhão e carregar pra indústria. Quando você via lá naquele tempo milhares de pessoas que passavam o dia quebrando babaçu. Foram todos dispensados, não precisa mais.

Começou a aparecer dono, como no caso da carnaúba. O babaçu não tinha dono porque não tinha uma gigante empresa por trás dele. As empresas eram de lá mesmo, estaduais. Agora, as gigantes, que estão lá, precisam de quase todo babaçu. Então o babaçu passou a ser um produto industrial, de pagar o cara só pra apanhar.

Só o que eles não controlaram ainda é a caça, porque a caça ainda está muito nas matas. Mas, em algumas regiões de terra, mais pro lado do Nordeste, no Piauí, e mesmo no Maranhão, até a caça os sujeitos já impõem. Tem que matar por época senão vai castigado.

CAPÍTULO II

MENINO

O fundador de Pedra Grande, nossa aldeia, chamava-se Sabino Frazão. Ele tinha vindo de Oeiras, onde estava a família dele. Pai, mãe, avós ficaram lá. E ele, por ser um cara muito revoltado, houve uma época...

Isso é a história do meu avô. Todos os anos eles tinham o dever de abater, limpar os caminhos. Teve um ano que era pra fazer esse trabalho no mês de junho, e por uma questão de corte de arroz – colher a produção – que atrasou muito, não deu pra fazer. Deixaram pro mês de julho. O delegado local, que chama inspetor de quarteirão, foi a Vargem Grande e denunciou lá pro delegado municipal que os moradores do povoado de Oeiras não queriam limpar os caminhos. Que ele já tinha intimado várias vezes e o pessoal não levava em conta. Que as autoridades municipais tomassem providência no caso. O delegado de polícia mandou buscar meu avô, que era um dos mais velhos, principais residentes de Oeiras. Ele foi pra Vargem Grande se entender com o delegado e lá foi preso.

Esse homem ficou muito valente, muito bravo. Passou três dias na cadeia. Quando saiu, pra não matar o prefeito ou o delegado, resolveu abandonar tudo. Segundo ele disse: “vou embora porque não quero ser criminoso”.

Chegou nesse local que era conhecido como Pedra Grande, porque tinha uma pedra das maiores no meio da campina. Ele fez a moradia e ficou sendo o chefe, o cara mais antigo no local. Ele tinha muitos filhos e um que era mais inteligente, apesar de ser o caçula dos homens. Chamava-se Justino Frazão, meu tio Justino. Foi o cara que estudou e aprendeu ler alguma coisa. Fez uma série de sacrifícios pra aprender ler. Não tinha escola no município. Ele comprou uma carta de ABC, saía de casa em casa pedindo assim, de noite, quem sabia ler um pouquinho e podia ensinar a ele uma lição. Ele foi indo até que aprendeu o tal do ABC e depois começou a pedir lições a outras pessoas, que entendiam mais. Aprendeu também fazer uma espécie de conta. Me lembro direitinho: era somador de conta. Mas era o mais inteligente do local e, assim, ele passou a ser uma espécie de conselheiro. Além disso, tinha bom relacionamento com o *capitão* Luís Soares, o dono das terras. Esse homem dava pra ele mercadorias – açúcar, café, sabão, sal – pra ele vender na aldeia.

Os meus avós por parte de meu pai moravam num lugarzinho chamado Buriti. Meu pai, por causa de minha mãe, foi morar em Pedra Grande. Então, nós morávamos em Pedra Grande e trabalhávamos em terras lá de Buriti.

Eu nasci em 1935. Nós éramos seis filhos. Com meu pai e minha mãe, oito pessoas. Eu sou o filho mais velho do meu pai. Minha mãe casou duas vezes. Primeiro que eu, têm dois ainda, que são mais velhos. Depois, quando minha mãe casou com meu pai é que eu nasci como filho mais velho do meu pai com minha mãe. Primeiro filho dos dois.

Cabelo de inchuí

Na nossa aldeia tinha cerca de uns vinte e cinco a trinta meninos de outras famílias pobres. Eu vivia nesse meio. A maioria desses meninos vivia muito amarela, atacada por verme: comiam terra, carvão, caco de pote, lajeiro. Sabe o que é? Lajeiro é uma espécie de giz natural da terra que às vezes é vermelho, às vezes branco, roxinho, marrom. Tem de toda cor e é assim como uma massa. Quando desmancha, vira uma goma, uma tapioca. E, então, menino comia aquilo.

Eu era um cara muito doente, bucho grande, cabelo grande, tanto piolho na cabeça que minha mãe não dava conta de tirar. Um cabelo muito duro, e o barbeiro era mais pros velhos. Só quando estava ficando rapazinho é que a gente começava a cortar cabelo realmente.

Lá tinha um barbeiro, o meu padrinho. Fim de semana, ele cortava o cabelo de todo mundo de graça. E os meninos, eram as mães que cortavam o cabelo deles. Quando estava muito grande, metiam a tesoura, cortavam uma parte, deixavam lá outra. E, quando tinha muito piolho, se pelava a cabeça. Mas, até pelar, o piolho ficava lá.

Meu pai foi trabalhar num lugar chamado Lajinha, a aldeia de João Candeira da Rocha. Ficava a uma légua de distância de Pedra Grande. A gente se mudava pra trabalhar na terra dos patrões, mas nunca se enraizava lá. A casa mesmo ficava situada em Pedra Grande. Fazia só um rancho provisório.

Como a gente comprava tudo de pouquinho, às vezes no meio da semana faltava. Quando precisava de uma coisa – açúcar, que-rosene, sal, sabão – com urgência, meu pai dizia assim: “Conceição, meu filho, vai comprar ali um açúcar pra eu botar no café amanhã cedo, antes de sair pro serviço.”

Eu pegava um ou dois quilos de babaçu e levava lá. Vendia e comprava o açúcar. Acontece que, na volta, tinha aqueles garotos fortes, corpulentos, que eram filhos dos comerciantes, dos proprietários. Começaram a me apelidar de cabelo de inchuí [uma espécie de marimbondo muito peludo], cabelo grosso. Outra vez chamavam de cabelo de porco (que porco é um animal que tem um cabelão grosso que arrepia). Às vezes chamavam fundo rasgado porque na minha calça, atrás, não tinha pano. Só aquela tirinha que menino usa na frente. A camisinha cobria a bunda.

Com esses apelidos, se a gente se revoltava, eles batiam. Às vezes queriam comer o açúcar e tomavam o açúcar sem nenhuma explicação. Comiam e derramavam o resto.

Se a gente chamasse eles de filho da puta ou filho de uma égua – um nome muito pejorativo lá, muito pesado –, era um desrespeito tremendo. Eles eram fortes e corriam adiantado. Contavam pro meu pai o desaforo que eu tinha cometido contra eles e a família deles.

Resultado: chegava em casa e meu pai me batia. Tanto por causa do açúcar, como por causa da falta de respeito. Eu terminava pegando duas pisas: uma dos filhos dos proprietários, comerciantes e outra do meu pai.

Ah, isso pra mim era uma coisa de morrer. Mas, que diabo que eu ia fazer? E, como eu, quase toda a população das crianças de lá vivia essa vida.

Tomando conta dos mais pequenos

A diferença entre eu e minha irmã Aldenora era de dois anos. Depois de Alderona, vem João Batista, também dois anos. Depois de João Batista, vem Jose Ribamar dos Santos, dois anos. E depois tem um outro que morreu; morreu depois que nasceu.

Quando eu era menino, ficava muito dentro de casa, tomando conta dos mais pequenos, porque minha mãe trabalhava na produção com meu pai o dia inteiro. E, quando não era na roça, era quebrando babaçu. Meu pai ia trabalhar na roça, ela ficava encostada ali por perto quebrando babaçu, pra ter o que vender à tarde e comprar exatamente as coisas que se precisava durante a semana.

Quem fazia tudo pras crianças era eu, preparava o almoço, dava de comer. Por volta de seis, sete anos, comecei a fazer isso. Meu pai dizia o seguinte: “Meu filho, você toma conta das crianças e, quando a gente chegar de tarde, quero encontrar arroz pelado pra comer.”

Então eu passava a tarde pelando arroz, de pouquinho. Só terminava mais cedo quando encontrava às vezes um amigo, um colega que me ajudava. Então era uma questão minha. Se eu procurasse outro pra me ajudar, depois eu também ajudaria ele a pelar arroz. Aí a gente ia brincar lá nos pés de manga, fazia mil estripulias.

Serviço de menino

Não havia nenhuma escola nessa aldeia. Tinha uma escola no povoado de Raimundo João, onde os irmãozinhos mais novos estiveram alguns meses. Mas eu mesmo nunca estudei nesse período.

Quando comecei a ficar maiorzinho, trabalhava na oficina com meu pai e ia pra roça também. Dez, doze anos já estava indo pra roça ou pra quebra de babaçu, com minha mãe.

Depois que eu fui pra roça, ficou o terceiro mais velho tomando conta das crianças. Quando a pessoa tem quatro, cinco, seis, oito filhos, sempre tem um que vai sendo liberado pro trabalho e vai ficando outro em casa pra substituir aquele.

Eu tinha um tipo de trabalho específico. Por exemplo: rodar a forja com meu pai, botar o ferro no fogo. A forja é um ventilador que

o ferreiro usa pra soprar o carvão, acender as brasas e esquentar o ferro. Não é pesado, mas tem que ficar o dia inteiro rodando aquilo.

Também tinha trabalho que eu podia fazer na roça, como capinar o mato mais mole, colher certas produções. Às vezes, eu não podia carregar o produto colhido. Eu apanhava feijão, fava, milho. Fazia esse tipo de serviço que os homens em geral não fazem. Era um serviço de mulher e, às vezes, de menino.

Até por volta de dezessete anos, eu ainda era considerado menino buchudo. Menino que não tem nenhuma autoridade pra sair de casa, independente dos pais liberar. Faz o que os pais mandam, se veste com o que o pai lhe dá. Quando eu trabalhava com meu pai, nem sabia quanto ele vendia aquilo. Só sabia o preço do babaçu, que era coisa que eu vendia a troco de açúcar. Com tantos quilos de babaçu, eu comprava um quilo de açúcar. Era natural, todo mundo fazia a mesma coisa. Completamente natural pra gente, na época. Hoje é que eu não acho natural.

Minha vida era uma vida de trabalho. Só tinha assim divertimento com outros meninos, como fazer casinha lá pelos matos. A gente muitas vezes era homem e tinha mulher. Fazia o mesmo aspecto do marido em casa. A gente era caçador e as meninas ficavam na casinha cozinhando. Fazer flecha pra matar passarinho: um tipo de atividade que desse alguma coisa. Mas isso era como brincadeira, não era um negócio obrigatório. Esse período vai de dez anos em diante, doze, treze, por aí.

No fim de semana a gente não fazia nada de diferente. Mais ou menos isso aí mesmo. Papai nunca trabalhava no domingo; nesse dia ele ia pro comércio fazer compras pros dias de semana. Minha mãe juntava tudo quanto era roupa suja e ia lavar lá pra vertente de água ou pra cacimba, que é um poço. A gente ia também, pra ajudar puxar água, torcer uma roupa.

Eu me revoltei abertamente

Um dia, mais ou menos na idade de treze anos, eu me revoltei abertamente e disse a meu pai o seguinte: “Olha, essa foi a derradeira pisa que eu peguei sem matar. Daqui pra frente, eu mato um moleque desses, nem que você me mate depois. Mas eu vou matar um cara desses. Tanto porque ele bate quanto porque ele vem fuxicar aqui pra você, contar mentira. E a minha verdade não vale.”

Você vê aqui um aspecto da dominação da família camponesa pelo proprietário, comerciante. Por exemplo: como o meu pai precisava do comerciante, ele não podia desgostar o cara, senão ele não vendia quando a família estava precisando. Então meu pai, como outro camponês qualquer, tinha que traçar uma política de boa vizinhança com o comerciante ou com o proprietário de terras, embora sendo prejudicado. Muitas vezes, aquelas crianças de lá são afilhados dos proprietários, dos comerciantes. Portanto, os pais se chamam de compadre e comadre. Fica um negócio que eles não podem brigar, porque senão, depois de morrer, vão acabar tendo que se bater como duas pedras no inferno.

Tinha uma espécie de dominação, sem o sujeito poder reagir: tanto pelo problema da concepção religiosa quanto pelo medo de romper com o patrão e ser expulso da terra ou não ter mais acesso às compras a crédito. Então, meu pai, revoltado com os patrões, descarregava essa revolta em cima das crianças, que era o meu caso. Ainda mais sendo o mais velho.

No dia em que eu disse esse negócio, que não apanharia mais sem matar um dos caras que me batia, comecei logo a fazer uma sovela. É um tipo de ferramenta que se usa pra costurar sapato, roupa de couro ou pra tirar bicho-de-pé. Fiz a sovela com esse arame liso, como fio de telégrafo. Eu passei um dia todo fazendo a ponta num pedaço de arame daqueles – rá, rá, rá, rá, raspando na pedra.

Depois botei um cabo de pau e uma bainha de tambueiro, sabugo de milho. Fiz a bainha com o sabugo, porque no sabugo tem um miolo mole onde você pode empurrar o ferro, que fica escondido. Como uma bainha roliça.

Botei aquilo na cintura, mas não disse nada a meu pai que tinha feito a arma. Fui pro comércio mandado por ele, exatamente pra comprar as coisas, e esses moleques vieram pra me bater, esculhambando, apelidando. Eu logo disse: “Olha, hoje a coisa muda, não é do mesmo jeito não, viu?”

“Você apanha todo dia, rapaz, por que não vai apanhar de novo?”

Partiram pra mim, me derrubaram, começaram a bater na cara, montaram nos peitos e eu no chão. Nisso eu puxei a sovela da cintura e cravei em cima do pé de um moleque. O pau bateu; foi um grito! O outro correu: “Matou meu irmão, desgraçado!” E eu meti lá a coisa na palma da mão dele. Uma porrada feia. Aí ele correu e o outro correu também gritando.

Porrada foi também a que eu peguei. Uma pisa que quase morro de apanhar. Meu pai me batia com uma chibata de oito pernas, feita de couro de boi, cru. Mas eu fiquei contente. Apanhei, mas fiz uma ação.

E aí o que que aconteceu? Aquela meninada da região todinha, que também era massacrada por esses caras, começou a me procurar pra saber como é que eu tinha feito. Não passou nem uns seis meses, a gente tinha uma equipe. Todos os meninos pobres com uma sovela na cintura. Andava aquela patrulha de meninos. Eram uns poucos, mas andavam lá desafiando os filhos dos ricos e eles baixavam a cabeça.

Lá perto tinha um rio que chamava Itapecuru. A gente começou a tomar conta da beira do rio nos fins de semana. Passava o dia dentro da água boiando – aquela turma de meninos. Os filhos dos ricos chegavam só perto do rio, olhavam, e a gente: “Vêm cá,

vêm cá...” Vinha uma pitanga! Eles ficavam lá em cima trepados. Vinham nada, vinham o quê! Antigamente eles tomavam conta da água e era a gente que ficava só olhando.

Depois meu pai se mudou. Foi pra um lugar que ficava junto à estrada de ferro. Chamava Bagaceira, do outro lado da estrada. Lá, esse lugar mesmo não tinha nome porque era um lugar novo, só pra tirar lenha. Nesse tempo o trem precisava de lenha pra caldeira, pra poder viajar. Não era a óleo como hoje. Meu pai trabalhou seis meses tirando lenha com a família. Eu só fazia carregar lenha do mato pra beira da estrada.

Respeita, moleque!

Em geral, os meninos da aldeia não conversavam com o pai. Eles tinham que bater papo com a categoria deles. Lá, menino é com menino. Em conversa de velho, os meninos não entram. Se têm aqui dois homens conversando, passa um moleque no meio, o velho tira o cinturão e dá uma tacada de chicote: “Respeita, moleque!”

A gente nunca denunciava essas coisas pra mãe. Ela é que, às vezes, quando achava que era demais, dizia: “Teu pai é um malvado.” A gente ficava chorando num canto. Ela é que vinha. A gente não se socorria dela não. Ela era sempre assim: um pouco afastada.

Tinham as coisas que meu pai fazia muito e que a gente não podia fazer: fumar. Meu pai dizia: “Olha, no dia em que eu pegar um dos meus filhos fumando um cigarro faço ele engolir o cigarro com fogo e tudo.”

Tomar cachaça? Tomar um grogue? Ave-Maria! Tinha que tomar escondido, embaixo de sete capas, porque se o pai soubesse... Mas às vezes a gente tomava. Tem sempre um menino mais esperto, que *mufamba* um dinheirinho. Um dia com aquele dinheirinho, toma

lá uma pinga escondido, muito particular. Ou quando os rapazes começam a crescer, embora eles ainda tenham outro estado social, sempre tem um amigo nesse meio dos que já trabalham oficialmente e podem comprar tanto a cachaça como o cigarro.

Pra não manchar o nome do filho

Meu pai foi indo, largou pouco a pouco de me bater. Só n'alguns casos muito raros é que dava um tapão. Depois de dezessete anos não bateu mais, não.

Ou em muito ameaçava era minha mãe, não por causa desses malfeitos que a gente fazia assim... Por outras razões. A gente ia pra festa, não dizia nada: fugia de noite. Ela sabia por boca de outros – porque sempre tem quem enrede – que o filho lá na festa dançou com uma prostituta. Então pra não manchar o nome do filho, que gostava de prostituta, ela tinha que ameaçar de dar-lhe umas porradas.

Eu comecei a ir à festa não pra dançar, pra observar, entre dezessete e dezoito anos. Na nossa própria aldeia tinha festa, mas, além dessa, a gente ia a outras mais distantes.

Como a gente ia sem dinheiro, ficava sempre ali na moita. Às vezes aparecia uma prostituta, que todo mundo falava dela, e começava a se interessar por bater um papo com a gente. Ela pensava que tinha um dinheirinho por ali guardado ou porque às vezes simpatizava com o cara. Ah! Isso aí não podia a família saber. Iam considerar uma desfeita muito grande. A gente era muito reprimido nesse aspecto.

CAPÍTULO III

AQUELE INFERNO MISTURADO COM RELIGIÃO

Ah! As moças na minha aldeia! Moça virgem lá se chamava moça, porque se chamava solteira era prostituta. Solteira no interior vem de moça solta, que não é controlada pelos pais.

As moças, mesmo que atinjam a idade de trinta anos, não têm direito de sair da casa sem licença dos pais. Pros pais permitirem, uma senhora casada ou uma viúva de respeito, conservada, chega na casa muito amigavelmente e diz: “Olha, fulanos, eu queria pedir que vocês deixem a sua filha ir comigo em tal festa. Amanhã estamos aqui tal hora.” Mas isso já são coisas que as moças combinaram com aquela sujeita.

Às vezes, a moça consegue encontrar um rapaz dos outros povoados e lá começa um namorinho, muito vigiado por aquela pessoa que convidou. É uma responsabilidade.

A moça dança, fica sentada conversando com o namorado, mas aquela senhora tem que estar acompanhando todos os passos. Às vezes, o rapaz pode até comprar uma bebida bem levezinha: morango, guaraná, gengibirra. Traz ali pra tomar também com a senhora.

Não é considerado trabalho

Uma parte das moças trabalha, outra fica em casa. Quer dizer, trabalha, mas em casa. Pra nós, no interior, trabalho é aquilo que, de tarde, deu um produto que sirva pra vender ou armazenar dentro de casa pra comer.

Lavagem de roupa, cozinhar, lavar panela, varrer casa, cuidar dos meninos: isso aí nunca é considerado trabalho. É a pior aberração porque a pessoa fica o dia todinho trabalhando dentro de casa.

Na cidade as casas têm sempre alguma coisa mais ou menos arrumada: você encontra água; no interior tem que ir buscar. Você tem uma pia. No interior tem que ter uma cuia, uma bacia. Botar as coisas ali dentro e depois lavar tudo. Na cidade você não tem que estar lavando o fundo da panela; não fica preto de fumaça de fogo. No interior, quando você acaba de cozinhar, o fundo está uma tisna, e a moça que não lava direito é moça lambunga. Na cidade você veste às vezes quatro, cinco dias uma roupa sem lavar. No interior você não pode: tem uma poeira desgraçada. Você trabalha, fica suadinho, molhadinho. Tem que lavar aquela roupa pelo menos duas vezes por semana. E como tem muita gente nas famílias, muito menino, aquela moça tem de dar conta de um horror de trabalho.

Ninguém conta isso como trabalho, tanto é que o cara vai trabalhar com a mulher na roça, ela trabalha igual a ele na produção. Chegam em casa, pensa que o marido vai fazer alguma coisa na cozinha? Não vai, ele sai pra conversar com outros amigos na vizinhança ou tomar seu banho. Vai deitar na redinha dele ou sentar na cadeira. A mulher é que tem que fazer tudo de novo. Cozinhar, chamar (“Vem comer!”) e botar o café. Depois que acabam de comer, fica lá aquele monte de vasilha suja pra lavar. Pensa que vai algum homem fazer isso? Ela, de novo, tem que lavar, tem que deixar tudo

pronto pro outro dia. Isso não é considerado trabalho. É considerado coisa necessária de fazer, mas coisa de mulher.

A não ser um cara considerado muito bom, qual é o homem no interior que tem filho pequeno e, quando é preciso a mãe estar lá fazendo uma coisa, fica com a criançada? Mas, se o cabra mijá ou caga, isso não! Limpar menino? Você pensa que homem vai limpar bosta de menino? Que nada! No máximo fica com ele algum tempo. Mas se o cabra mijá, a mãe tem que correr logo porque é trabalho dela. O homem não tem nada a ver com isso.

Diabo de saia redonda

Tem um problema muito ligado à religião, tanto pras moças quanto pros jovens. A moça não pode ir pra festa sozinha, porque lá pode perder a virgindade. Se perde, não encontra mais casamento porque o rapaz quer casar com uma moça donzela. Ela tem que ficar esperando que, um dia, um cara se interesse por casar com ela. Só aí, depois desse dia, é que ela pode andar com o marido ou mesmo andar só, desde que seja uma mulher em quem o marido confia.

A moça, por uma casualidade, pode cometer, como dizem as famílias, um pecado mortal: perder a virgindade. O que é que acontece? Está ameaçada de nunca mais encontrar um casamento e ir diretamente para o inferno quando morrer. Segundo o que meu avô dizia – isso vinha dos padres –, quando as prostitutas morrem, sai cinza das caldeiras dos infernos.

As moças e os rapazes não podem passar perto de onde tem uma prostituta porque isso aí é o diabo, o Satanás. As pessoas dizem que há dois tipos de diabo: o diabo do inferno e o diabo de saia redonda, que são as mulheres que usam da infidelidade a seu marido.

Todo mundo faz a mesma coisa

Os rapazes, que não têm virgindade, começam a se relacionar com outros tipos de seres que não são humanos: cabra, galinhas, porcas, cachorras, vaca, bezerra, jumenta, égua. Eles vivem por conta disso até quando casar. Já viu que inferno?

Uma vez, foi no roçado, um cara levantou uma questão: “Ah! eu vi fulano de tal mantendo relação sexual com uma jumenta.” E ele, o cara que tinha sido visto, perguntou: “Quem é de vocês aí que levanta a mão e jura perante Deus que nunca manteve relação sexual com animal?” Não teve ninguém que levantasse a mão. Ficou todo mundo de cabeça baixa, porque quando fala em Deus todo mundo tem que dizer a verdade. Se mentir, a alma dele vai pro inferno.

Todo mundo faz a mesma coisa escondido. Se fala é somente lá pro padre e debaixo de sete capas. O padre perdoa. Aí, pronto, livre daquele pecado, ele vai continuar fazendo o ano inteiro a mesma coisa. Até o próximo festejo de São Raimundo, São Bartolomeu, São José do Ribamar, que são os grandes padroeiros da região.

Esposas e moças intituladas

A moça, coitada, que tem virgindade e tem que prestar conta dela ao noivo, tem que ficar reprimida até encontrar um casamento. E se o casamento é péssimo, o marido bate, espanca, ela é obrigada a viver com ele. Se abandona, vai pro inferno e fica malvista: acham que ela é uma mulher que está sem marido e vai começar a perseguir os maridos de outras, que são casadas.

Com esse tipo de ideologia, fica uma situação muito difícil pras mulheres do interior. Por exemplo: se os amigos do marido vêm

visitar, ela tem que ficar fazendo comida lá na cozinha. O marido muitas vezes diz: “Mulher manda da porta da sala pra cozinha; da porta do salão, quem manda sou eu.” E pensa que ela vem sentar na mesa junto com as visitas? Vem umas pitangas! Fica na cozinha. Se tem amigas, vão pra lá, se não tem, fica só. Esperando que os homens terminem de almoçar, esperando pelo que sobra. Ai então ela vai comer.

No caso de uma jovem filha de camponês encontrar lá um cara rico, filho de um proprietário da terra ou filho de grande comerciante que prostitui ela, ele promete que vai casar – é rico, pode e tudo –, mas só a fim de manter relações sexuais com ela e depois não casa. O que acontece? O pai fica sabendo disso mais cedo ou mais tarde. São as chamadas moças intituladas: pra sociedade ela é uma moça, mas para o velho e o cara que a prostituiu não é uma moça virgem. Ela fica intitulada de moça, mas é uma falsa moça.

O velho abafa aquilo; fica esperando uma oportunidade de negociar: “Tem minha filha aqui. Ela é uma mulher bonita, mas não é mais virgem. Se o senhor quer casar com ela, fique sabendo. A gente te dá aí um cavalo ou um jumento se entende, abafa tudo. Fica como se fosse moça. Você é preto e pobre; ela também é pobre, mas tem uma boa qualidade: é branca. Então, você casa com ela em compensação.”

Se a filha fosse negra, não tinha nenhuma retribuição. Ela vinha no mesmo pé de igualdade e o negro não casava. Mas, como ela é branca e o cara é negro, ele casa. Mesmo ela não sendo mais virgem.

Para o filho do capitalista que tinha prometido casar, não tem inferno nem lei que puna. Como às vezes o velho é muito revoltado, não aceita que a filha fique difamada, abre o jogo e leva pra justiça. Então, aquele cabra rico paga uma quantidade de dinheiro, indeniza a honra da moça.

A filha em geral fica sendo uma prostituta, porque os velhos mandam ela embora de casa, depois que pegam o dinheiro da honra da família. Por isso têm moças bem jovencinhas na prostituição em São Luís e mesmo nas cidades do interior.

Mortes por justa causa

No caso do cara ser pobre e não casar, além de ser um inferno pros dois – pra moça e pro rapaz –, a Justiça é obrigada a fazer eles casarem. Se ele não casa, o pai com os irmãos da moça têm que perseguir pra espancar ou mesmo matar o cara. E quando a família volta, o delegado diz: “Olha, o problema é o seguinte: vocês mataram. Isso é crime, no entanto vocês tinham uma forte razão pra fazer isso. Lhes dou ainda uns meses de cadeia e fica por isso mesmo.” Depois solta. O cara matou por justa causa.

No caso da mulher que é casada, viver mal com o marido, ela às vezes resolve, debaixo de sete capas, manter relações sexuais com um cara que não é casado, um jovem lá qualquer.

Então, o que vai acontecer? Se ela for pega um dia pelo marido, ele é obrigado a matar os dois. Se mata só um, não tem provas que encontrou mantendo relações sexuais e pra isso tem prisão pesada. Mas, se mata os dois na mesma hora, vai na Justiça e diz: “Eu matei minha mulher e um cara que estava lá com falta de respeito por minha família.” Ele fica preso durante uns meses, depois volta pra casa. De vez em quando vai prestar conta, se apresentar na Justiça. Fica em liberdade condicional, às vezes durante um ano, até dois. Depois está livre.

Da qualificação dos cornos

Em geral, quando tem numa aldeia uma mulher que é infiel ao marido, somente as moças, os jovens, os meninos não sabem. O resto... sabem todos, mas não contam porque correm risco de morrer duas pessoas ou três. Fica abafado muitos anos.

Aí vem o problema da qualificação dos cornos, porque do corno todo mundo fala. O corno inconsciente é um corno muito respeitado porque ele não sabe. A mulher dele é odiada por todo mundo: as mulheres casadas, outros homens, cunhados. O marido sabe que ninguém gosta da mulher, mas sem saber por quê.

No caso do marido saber... por exemplo: um dia ele observou que a mulher está sendo infiel a ele e a população sabe que ele sabe disso. São os cornos que se chamam corno de salão, corno de biqueira, corno marrom e corno *cabano*. Corno marrom é o cara que sabe que a mulher lhe bota chifre, mas não abandona. Passa o tempo brigando com a mulher, batendo, mas não larga. O corno *cabano* é o cara que sabe também que a mulher lhe bota chifre. Embora ele brigue com ela em casa, lá no meio do social quando se fala em corno, ele baixa a cabeça. Ele mata quem chamar ele de corno, porque ninguém pode ser corno no interior. De jeito nenhum. Mas em vez de ele matar os dois, mata só quem chama.

Corno de biqueira: são os caras que sabem que a mulher bota chifre e, todo dia, têm medo de encontrar a mulher em casa com outro cara. Então, voltam pra casa às vezes à meia-noite e vêm olhando devagarzinho o caminho, pra ver se não tem rastro; não tem marca nas areinhas. Chega nos arredores da casa, rodeia pra ver se não tem algum cochicho dentro de casa. Então, se não tem nada, é que ele entra.

O corno de salão sabe que a mulher bota chifre, tem um cara qualquer, mas não tem coragem de brigar. Quer muito bem aos filhos e não quer se separar. Então faz o seguinte: quando o cara chega, ele sai de casa e vai pra sala dos outros amigos conversar, bater papo, até meia-noite. Às vezes, em algumas aldeias, quando tem um cara que se via chegar assim depois de oito horas: “Fulano tem hoje um cara na casa dele.”

Quando ele voltava pra casa, desconfiado que o cara podia estar lá ainda, ficava no paradeiro, no paiol dele, sentado num banco. Passava a noite lá, pra não entrar no quarto. Cinco horas o cara tinha que sair. O marido entra pela cozinha sem chamar a mulher. Fica tudo bem. Agora, mesmo sendo assim, ninguém pode chamar de corno abertamente. Se chama ele mata – mata na hora, mata de raiva.

Promessas

Eu sou Manoel da Conceição Santos, mas esse Conceição na minha família não existia. Minha mãe era devota de Nossa Senhora da Conceição e no momento do parto teve dificuldade, então disse: “Se eu não morrer, meu filho vai chamar-se Conceição. Se for mulher, Maria da Conceição; se for homem, Manoel da Conceição.”

A gente já nasce com aquela ideia de que o santo, ou a santa, é padrinho da gente e com um profundo respeito àquela imagem.

Meu pai é Raimundo dos Santos porque a mãe dele também fez promessa – com Santo Antônio e São Raimundo. Ele jamais ia numa igreja, onde tinha esses santos, sem ajoelhar na entrada, se benzer e beijar o santo com a mão. Depois voltava, andando de costas, devagarzinho, até quando chegava na entrada. Aí é que pegava o caminho dele. Não podia dar as costas porque dizia que era um desrespeito ao padrinho, que salvou ele e a mãe da morte.

Raimundo Frazão. Esse menino na hora de nascer, ih!, foi um inferno: não tinha parteira, não tinha enfermeira, não tinha nada. Então, minha mãe fez promessa pro São Raimundo. Esse meu irmão foi um homem que nasceu, como se diz, com o rosário na mão. Ficou tão religioso que levantava cinco, seis, oito vezes por noite, pra rezar um terço pro São Raimundo. Mas, depois, segundo mamãe, o diabo começou a tentar ele. Ele começou a comer barro e a ficar amarelo, inchado. Mamãe fez outra promessa. Se esse menino deixasse de comer terra, ia ser afilhado do Padre Cícero Romão, aquele do Ceará. O menino tinha que ficar sem cortar o cabelo até o dia que fosse naquela igreja do Ceará cortar o cabelo na presença do santo e deixar o cabelo dentro de uma caixinha nos pés do padrinho. E assim foi feito.

Lá tem o cara que estava pescando no rio com o filho, e a sucuruju, uma cobra que tem na água, engoliu o filho. Ele então imediatamente fez uma promessa e a serpente vomitou o menino na beira do rio. Aí pronto: a última vaquinha, leva pra São Raimundo.

Deu-se o caso de um cara que engoliu a dentadura. Estava engasgada e lá não tem médico. Só São Raimundo. Depois de oito dias, o cara, de tanto tossir, tanto remédio, azeite, terminou vomitando o diabo da dentadura. Pega o cordão de ouro, leva pra São Raimundo. Trabalhou às vezes um ano para comprar aquele cordão.

Outro cai doente com panariço. Pega com São Raimundo: “Se eu ficar bom, levo o cavalo que tenho pra carregar as cargas.” Daquele dia em diante o cavalo é de São Raimundo. Ele não vai fazer mais nada com aquele cavalo. Vai só zelar pra que no dia da festa ele possa levar um cavalo bonito, forte.

Lá na igreja de São Raimundo – primeiramente em Murundu, agora em Vargem Grande – tem um local para os animais, o gado, que é um tipo de mercado. O cara chega e entrega o cavalo pras representantes do santo. Como lá vem gente de todo canto,

procurando coisa pra comprar, vende logo o cavalo. O cara leva só o dinheiro “pra São Raimundo”, segundo ele diz.

São os padres que administram esse mercado. Agora, daí não sei se ficam com tudo ou se mandam pro Papa.

Escultura, por exemplo, imagem da pessoa: se o cara vai morrer, se pega com São Raimundo e não morre, manda um carpinteiro afamado fazer ele em massa ou em madeira, igualmente à sua pessoa. Depois bota no cavalo e leva pra igreja.

Fica tudo lá – de cordão de ouro a bode, porco, cavalo, jumento, burro, gado.

Nessa época a gente enxergava a igreja de São Raimundo em cima do alto, a dois quilômetros de distância. De onde o cara enxergava a torre da igreja se ajoelhava e botava uma pedra de dez, doze quilos na cabeça. Vinha vindo de joelho, até subir a calçada da igreja. Pra São Raimundo ver que ele só tirou a pedra da cabeça naquele momento. Aí botava na terra. É um tipo de promessa que não dá dinheiro, não dá nada. Chama promessa de sacrifício; fazer sacrifício pra vencer na vida.

Outros têm as orações de São Raimundo escritas num papel almaço e depois botam num saquinho, que chamam patuá. Vai pra igreja e, durante a missa, está com a oração no pescoço. A oração fica benta. Com aquela oração, ele pode enfrentar o cão, assassino, valentão, qualquer pessoa. Estando com a oração, podem atirar nele de revólver. A bala bate, sai escorregando.

Eu conheço lá um cara que era vaqueiro. Um dia ia correndo atrás de uma vaca numa serra e chegou num talhado, onde estava escuro: aquele buraco imenso. A vaca vinha de carreira e empinou dentro. O cavalo saltou junto com a vaca, mas, quando o cara viu que o cavalo tinha descido, gritou: “Valha-me São Raimundo!” Aí ele pegou na rédea do cavalo – “pra trás, pra trás” – e a vaca desceu só.

Tem milagre que você não pode nunca dizer “esse cara tá mentindo”, senão ele pega na faca ou dá um tiro e a lenda cresce, vai embora.

Festejos e novenas

Só tem uma missa por ano e numa das aldeias maiores com uma igreja do santo padroeiro. Nas aldeias que não têm aquela igreja, todo pessoal aproveita pra se casar e confessar no dia de missa na aldeia maior. Mas nunca coincide com o mesmo dia do grande festejo de São Raimundo, São Bartolomeu ou São José do Ribamar. Esses são marcados para o estado todo.

Não tinha igreja na minha aldeia. Só depois, quando eu era rapaz, homem. Nós já estávamos quase saindo desse lugar, quando meu pai inventou de fazer uma igreja. Ficou só começada.

Todos os anos em uma só aldeia têm vários festejos e novenas. Por volta do mês de junho, era exatamente o meu tio Melcides que era dono de um desses festejos. Ele passava o ano inteiro criando dois, três porcos, trabalhando pra arranjar algum dinheiro e comprar cachaça. Já tinha lá um conjunto de tambores de couro, tambores de cunga, pra nego dançar. Esse tipo de dança os homens dançam com os homens e as mulheres dançam só, com uma saia grande, larga, arrastando no chão.

Tem um negócio chamado mastro. Os homens vão pro mato, arrancam aquele monstro de pau e saem carregando até chegar na aldeia. Cavam um buraco e enfiam aquele mastro de pé. Lá em cima da coxia botam uma bandeira, que pode ser branca ou vermelha, anunciando o festejo do próximo ano. Agora, esse mastro não é iniciativa do dono da festa. Cada ano tem uma família diferente, de outros lugares, que se responsabiliza pela derrubada de um novo mastro, pra que a festa continue.

Meu pai tinha outro método. Também usava o mastro, mas o padroeiro dele era São João. Chamava os tocadores que vinham de Pirapemas: saxofone, clarinete e faziam uma festa de roda. O pessoal dançava a noite inteira.

Todos os anos, nas vésperas da festa, aquelas velhas e aquela juventude botam o santo no andor e tocam mundo afora, andam três, quatro, cinco dias, pedindo esmola pra santo fulano de tal ajudar na construção da capela, na festa, nas despesas do padre que vai lá. Quando esse pessoal volta, traz dinheiro, galinha, porco, bode, jumento. Traz tudo, de acordo com a fama do santo.

Além da família daquele santo padroeiro, tem outra pessoa que ouviu falar que o santo é milagroso e vem pedir o santo emprestado: “Olha, eu fiz promessa pro seu santo de sair pelo mundo, pra tirar esmola com ele durante três dias.” “Pois não, está aqui o santo.”

Com três dias, ele vem deixar o santo, com tudo que arranjou.

Contra esse tipo de farsa religiosa

É o chefe da família que controla toda a economia de venda e compra. Na véspera dos grandes festejos o pai fala o seguinte: “Daqui a três meses vai ser o festejo de São Raimundo. É preciso juntar algum dinheiro pra poder ir lá.”

A festa fica distante cinco, seis, oito léguas de viagem. Não se pode vir comer em casa; se fica comendo do que botam lá na feira: bolo, café, chocolate, comida mesmo, que as mulheres fazem pra vender.

Todo mundo aproveita: é um ponto de encontro comercial. Às vezes o cara faz uma quantidade de potes e no fim da festa vende por qualquer preço. Aquela quantidade de lamparina,

farol a querosene. As pessoas aproveitam pra levar um dinheirinho e fazer esse tipo de compra ocasional.

Agora, o que acontece? Antes dos festejos, toda vez que o chefe da família vai ao comércio fazer as compras da semana e também de alguma roupa melhorzinha pra festa, ele começa a fazer uma subeconomia. É exatamente pra sobrar um pouco de excedente que ele não apresenta nem pra mulher nem pros filhos.

Passa dois, três, quatro meses ajuntando esse excedentezinho. O fato é que, no dia da festa, tem um dinheiro oficial que é pros gastos normais. Isso a família mais ou menos controla. E tem o dinheiro que é particularmente só pra ele, para o momento em que está com seus amigos. Ele vai fazer suas bebedeiras, tomar cachaça, chamar as mulheres pra tomar junto com ele. A mulher e os filhos começam então a perseguir o cara. Quando dão fé, o cara está lá numa roda: “Eu sou rico, meu sogro é rico. Se eu não pagar, ele paga e se ele não pagar, o diabo paga. Estou com dinheiro no bolso, bota aí dez cachaças.”

E se chega ali uma mulher: “Como é, você não paga uma bebidinha pra mim?” “Senta, minha filha; uma cachacinha só pra você é pouco.”

Na festa não vai dar nada. Tem São Raimundo ou São Bartolomeu, o padre, e tem que manter uma aparência de bom relacionamento, comportamento exemplar. Mas, durante a viagem de volta, aí não vai prestar mais. A mulher briga porque tem ciúmes: o homem estava gastando dinheiro, bebendo cachaça e oferecendo. Os filhos brigam também porque o pai, além da sacanagem de que a mãe está falando, escondeu o dinheiro. Eles não têm um tostão pra tomar uma bebida com seus amigos, gente da sua juventude. Depois dos dezoito, vinte anos, os filhos já têm os seus amigos.

O velho fica questionado pela família inteira. Como ele tem autoridade, termina espancando filho e mulher. Ninguém questiona dali

pra frente. Isso dura dois, três meses. Às vezes, marido e mulher se largam temporariamente e chegam mesmo a se largar pra sempre.

Foi aí que a gente começou a se revoltar contra esse tipo de farsa religiosa. Não por causa da religião, porque eu era um cara que tinha muita fé nos santos, na minha madrinha, em Deus. Mas porque os caras, que diziam ter a mesma fé que eu, usavam esse tipo de comportamento. Eu ficava com raiva porque eles não eram fiéis como a religião impunha.

Era aquele negócio: vai pra missa, vai se confessar, conta os pecados do ano, depois faz os mesmos pecados de novo, briga com a família, bate na mulher. Tudo é pecado de fazer, mas se faz tudo por debaixo do pano. Todos os dias aquele inferno misturado com religião.

CAPÍTULO IV

ESSA TERRA É NOSSA

Meu pai tinha essa terra de dois hectares em Buriti. Era propriedade de herança de bisavô, avô, até chegar no meu pai. No começo tinha escritura, documento. Acontece que, depois que meu pai tomou conta dessa terra, não pagou mais o imposto territorial. Não sei se meu avô também não pagava, porque não existia na época. Sei que depois apareceu que tinha que pagar, mas papai não podia, porque a terra era muito pequena: “Por causa dessa porqueira, pagar imposto territorial? Coisa nenhuma; não dá pé.”

Encostado na nossa terra, tinham outras pequenas propriedades vindas também de herança de longa data.

Arrodiando essas terras existia uma grande propriedade do chamado Luís Soares, cujo apelido era Capitão Soares. Esse capitão tinha terra espalhada no Maranhão quase inteiro. Para esses lados, ele tinha uma área de terra de quinze, vinte mil hectares. Era o cara do município que tinha o poder econômico na mão. Como ele tinha o poder econômico, também tinha o poder político. Tinha o poder jurídico, mas não era juiz. Quer dizer, não era nada: só um capitão, um grande latifundiário.

Em Pirapemas tinha cento e tantos latifundiários que viviam sob a orientação política do Capitão Soares. Os outros participavam também na prefeitura, mas a chave das decisões vinha mesmo de Luís Soares. Se, por acaso, alguém não consultasse ele, não podia tomar uma decisão lá em Pirapemas. Se Luís Soares recusasse, os outros não seguravam uma questão de maneira alguma.

Depois que nos cobraram o imposto territorial, Luís Soares disse: “Olha, Antônio, não te preocupa não.”

Lá todos os pequenos proprietários pobres têm um “patrão” que compra a produção deles. Durante o ano, os pequenos proprietários compram fiado na casa daquele patrão. Têm as coisas que são de todo dia, toda semana: açúcar, café, sabão, querosene, sal, fumo, medicamentos pagos semanalmente. E existem as coisas de base que os camponeses só compram uma vez por ano: ferramentas, roupa, um par de sapatos, tamanco, alpercatas, a rede pra dormir, uma panela, prato, porque às vezes o pessoal quebra e precisa comprar, enfim, mobílias. Essas coisas duráveis, que duram mais, só são pagas depois da colheita do ano.

O que aconteceu? Meu pai era um bom freguês. Todos os anos pagava direitinho pra poder fazer novas compras. Vendia a produção pra esse Luís Soares. Então ele disse: “Olha, Antônio, agora chegou o negócio de pagar o imposto territorial, mas não precisa você pagar. Eu faço o usucapião – meto as tuas terras dentro das minhas, legalizo tudo. Tu não vai pagar nada, mas as terras continuam lá sendo tuas. É apenas uma questão de formalidade.”

Papai ficou achando Luís Soares melhor ainda: “Que ótimo, que bom. Se ele não faz isso, o estado mete a mão nas terras.”

Em 1952, 1953, esse cara morre. A gente pensava que era só conosco que ele tinha feito isso, mas tinha sido com vários outros pequenos proprietários. Daí em diante, a viúva ficou com todo o

poder de Luís Soares e se transformou numa peste. Começou a cobrar o aluguel das terras, dessas terras que eram de herança, de que a gente era dono.

Os caras que tinham feito verbalmente compromisso com Luís Soares começaram a reagir: “A gente não paga. Essa terra é nossa, pra que é que vai pagar aluguel? Que tomar terra nossa coisa nenhuma!”

Meu pai foi um dos que resistiram e, por fim, em 1955, a viúva invadiu essa propriedade e nos expulsou das terras. Invadiu com jagunços municipais.

Tem jagunço local que vigia só uma área de terra, sem direito de entrar na terra de outros. Mas existe latifundiário que, além de terra, tem também comércio espalhado no município inteiro. Eles têm um jagunço municipal pra fazer cobrança aos camponeses em qualquer lugar do município.

Às vezes o patrão tem vários jagunços municipais, que andam de patrulha pra ver se um cara está por lá. Esses jagunços, quando querem fazer uma ação violenta – quer dizer, não são eles, é o patrão –, comunicam à polícia a necessidade da invasão. Às vezes o prefeito, o delegado ou o sargento que está lá manda um cabo e um soldado que se reúnem com os jagunços municipais. Então não é preciso que o município lá no interior tenha muita polícia, porque têm os jagunços que compõem a polícia, quando é necessário maior força. Agora quem paga a polícia é a prefeitura e quem paga os jagunços são os patrões.

Meu pai foi expulso da terra dele e com ele a gente também. Meu pai procurou a Justiça, levou a questão a juízo. Mas, como essa senhora viúva do Luís Soares tinha ficado com todo o prestígio do marido, o juiz deu ganho de causa pra ela. Perdemos a questão, perdemos todos os direitos.

De comerciante a grande proprietário

Em outros povoados, como o de Santa Rosa, se deu a mesma coisa, mas não foi por causa do Luís Soares.

Lá tinha uma igreja católica e um comerciante chamado Raimundo João. Dia de domingo, saíam dois, três de Pedra Grande e iam fazer as compras nesse lugar. Um tipo de vilazinha de interior, mas só tinha um comerciante.

Esse Raimundo João explorava a gente tanto através da compra da produção, como da própria religião. Botou lá um santão que fazia milagre de todo jeito. Fim de ano, na época das festas, toda a comercialização era do Raimundo João. Se vinha uma pessoa de fora e botava uma coisa pra vender, tinha que pagar a ele o direito de comerciar.

Raimundo João foi indo, foi ricando e começou uma compra de terra na aldeia de Bacabalzinho. Lá tinha a família dos Nunes e um bocado de outros, que criavam porco e bode.

Raimundo João comprou um centro dentro das matas, que chamava Buriti. Lá tinha poucos moradores; João Peba era o chefe do local. Comprou também outra área que chamava São Sebastião. Era o lugar dos Lobos, a família que fundou o povoado. Eles adoravam São Sebastião, padroeiro deles, e o povoado ficou chamado São Sebastião dos Lobos.

Depois que Raimundo João estava com esse horror de terras compradas, começou a impor condições.

Eu digo assim comprada, mas na verdade não é comprada. Eles vão lá no Departamento do Estado e dizem: “Olha, em tal região eu queria um requerimento de trinta, quarenta mil hectares. São terras que não têm dono, não têm morador, não têm benefício nenhum. Eu queria trabalhar nessas terras, legalizar e ficar com elas.”

Os moradores não têm nenhum registro. O pessoal nasce lá, se cria, só tem um registrozinho de batizado que o padre dá e nada mais. Todo mundo casado no catolicismo. Fica assim mesmo.

Raimundo João começou a botar condição: “Pagar a renda e eu é que tenho direito de comprar o babaçu. A produção que vocês têm pra vender, eu é que compro. E o que vocês têm aí de criação, tem que cercar num quintalzinho, porque não pode prejudicar a produção, tanto a minha como a do outro pessoal.”

Resistência à expulsão de terras

Nós, no começo, não aceitamos essa expulsão pacificamente. A gente organizou uma resistência armada, a única solução da época. No dia em que os jagunços municipais vieram com a polícia, caíram num cerco, mas não foi ninguém ferido. Quando eles chegaram na porta, a gente cercou eles, já com o cão das armas arregaçado: “Não se bole ninguém, porque todo mundo vai morrer no tiro aí.” Tomamos os rifles, os revólveres, as facas que eles traziam. Guardamos tudinho em casa.

Foi por causa disso que as famílias do local ficaram com medo. Então, todo mundo: “Vai embora, entrega as armas.” Meu tio Justino, que era o conselheiro do local, todo dia passava lá em casa dizendo: “Manoel, entrega essas armas, esses homens vão vir aí. Vai ser um massacre feio. Vai vir a polícia do estado, vai haver muita morte aqui.”

“Meu tio, eu não vou entregar, não. Se você quiser levar pode pegar as armas.”

Ele pegou as armas, montou no burro dele, levou pra casa do patrão. Tinha que ter um intermediário. Não podia ir lá na polícia. Tinha que ser na casa do patrão, que então entregava à polícia e dizia: “Não foi nada, não.”

CAPÍTULO V

PRA ONDE É QUE VAI A MUDA?

No mesmo ano de 1955 nós nos mudamos para o município de Bacabal, município que vai acabar no rio Mearim.

Nós não conhecíamos ninguém. Primeiro, fui eu com meu pai. Fizemos uma viagem à procura de local pra morar. Fomos parar no distrito de Santa Luzia.

Papai era ferreiro e eu também. Os moradores se interessaram muito por ter lá uma pessoa que soubesse consertar foice, facão, arma de caça e máquina de costura.

A gente chega num lugar e sempre procura a casa que está na mesma situação da gente. Pede hospedagem só por uma noite. Mas, naquela noite, as pessoas começam a perguntar donde é que a gente vem, pra onde é que vai, o que anda fazendo. A gente começa a conversar e vai montando todo um tipo de simpatia. Começam a contar como é o local, o povoado, como se trabalha, a terra de quem é, os “patrões” pra quem se vende.

Problema da água

A gente fica sabendo de tudo. Por exemplo: como é o problema da água. Às vezes têm muitas vantagens num lugar, mas devido simplesmente ao problema da água – por ser muito longe para apanhar – a gente não mora naquele local.

Tem lugar que cada morador tem uma cacimba no fundo do quintal dele. No caso da água ser muito funda, depois de oitenta palmos pra frente, eles se reúnem e fazem uma cacimba coletiva. Furam aquele buraco até tocar na água, botam um carretel e um balde grande. De manhã cedinho todo mundo vai puxar a água e leva pra casa.

Há outros locais que têm vertente de água, brejo, lagoa ou um rio que não seca. São lugares onde tem água de que ninguém é dono. Fica lá: natureza.

Legumes, frutos e verduras de Copaíba

Nesse lugar chamado Copaíba, distrito de Santa Luzia, tinha água e muitos sítios de manga, laranja, abacaxi e banana.

A produção que o pessoal fazia lá todo ano era o arroz, milho, mandioca, feijão. Nós temos duas formas de plantar feijão no Maranhão. Uma é a forma antiga, tradicional. Você broca a terra, toca fogo e depois planta. Chama São João.

E outra é o chamado feijão abafado. A primeira vez que vi isso foi em Copaíba. Você entra no mato, capoeira grossa, ainda nova, e lá faz os picos. Uma veredinha de duas em duas braças, mais ou menos. Quando esses picos estão prontos, você pega um saco de feijão de trinta quilos e joga no mato. Depois de estar semeado,

você broca aquele mato, derruba tudo que é pau por cima. Deixa lá. Por volta do mês de abril, quando se faz isso, é tempo de chuva. Aquelas folhas, aquela pazuada começa a cair todinha no chão. O feijão nasce debaixo daquele folharal, incha e bota a raiz dentro do chão. O feijão cresce que tapa tudo! Bota tanta vagem, que é só ir enchendo os paneiros de vagens de feijão. Num roçado de um quarto de hectare, você às vezes apanha trinta, quarenta latas de feijão. Lata de vinte litros. Aquelas latas grandes de querosene.

Têm outros produtos que as pessoas plantam logo que a roça queima. São plantios muito elementares. Tipos de fruta, de rama: melancia, melão. E verduras, que se põe lá no interior: vinagreira, quiabo, maxixe, abóbora de leite, abóbora taqueiro. São frutos e verduras que começam em fevereiro, às vezes no fim de janeiro, e vão até março. Em abril já estão acabando. Isso não tem muito valor lá não. Come e o resto o pessoal praticamente não vende.

Produção de subsistência e para o mercado

A gente pode caracterizar isso com um tipo de produção para o consumo da família. Não é para o mercado. Aqui eu quero ver um problema de que falam muito – a agricultura de subsistência: arroz, milho, feijão, mandioca, essas coisas. É conhecido nos livros, na teoria, que existe uma chamada economia de subsistência. Dizem que o trabalhador vende o excedente. Ora, esse fato não é verdadeiro porque o trabalhador não vende o excedente. Ele é que fica com o “excedente”, caso sobre alguma coisa depois que ele paga ao patrão as contas, as dívidas todas. Se não sobra é porque o patrão leva até o último caroço de arroz, compra tudo. Então não tem excedente; o trabalhador vendeu toda a produção.

Nossa família produzia todos os anos no mínimo cem alqueires de trinta quilos de arroz. Mais ou menos cinquenta alqueires de milho. Entre setenta e oitenta alqueires de farinha. Uns dez alqueires de gengilim; às vezes dez alqueires de mamona.

Desses cem alqueires de arroz, nós tirávamos vinte e cinco pra vender, vinte e cinco pro consumo e cinquenta para o comércio. Pra vender, quer dizer, vender em casa mesmo, para os vizinhos. Em geral, esse arroz é o melhor, o que vai ficar pra semente, replantar de novo. Esse arroz não se vende por dinheiro. É por troca de trabalho. Já o comércio é no vilarejo. Aí vende para intermediário ou para o patrão do ano.

Do feijão, nós tirávamos cerca de dez latas para o consumo, o restante ia para o comércio. Se nós colhíamos dez alqueires de gengilim, deixávamos dez quilos pra comer, o restante vendia. O milho enquanto estava verde era produto de consumo. Mas numa roça de quatro hectares, nós não chegávamos a comer nem sequer uma linha de milho. O resto secava: metade era pras galinhas e os porcos, que minha mãe criava. A outra metade era para o mercado.

Mutirão para construir a casa

Chega um camponês numa aldeia. Chega, não tem casa. No primeiro dia, ele sempre fica na casa de um morador. Dependendo da época, ele tira uma prioridade: “Agora é mais importante eu trabalhar na roça porque está na época do broque. Senão as chuvas vêm aí e eu não tenho roça nenhuma.” O pessoal então considera: “Enquanto se broca, você fica num lugar aqui de casa.”

O cara primeiro vai fazer a roça junto com os outros e ao mesmo tempo vai tirando as madeiras no mato. Ele pode carregar sozinho pequenas grades, caibro, palha. Mas têm algumas peças que não

pode trazer só. Vão pra lá dez, doze homens. Trabalham o dia inteiro no mutirão carregando peça de madeira pesada. O dono daquele trabalho não paga nada. Fica com a obrigação de, no dia que um precisar, ele ir também. Mas ninguém sabe quando. É quando aparecer um cara, que está precisando.

Na armação da casa ele precisa também de pessoas. Aproveita a manhã, quando o pessoal está todo reunido no povoado: “Amanhã cedo de manhã, antes de ir pro serviço, levante antes um pouquinho, porque preciso botar uma cumieira na minha casa e não posso só.” Esse trabalho é dever solidário do povoado. Ninguém cobra nada pra cobrir a casa.

O cara tira a palha sozinho no mato, depois carrega. Pega um cavalo com um vizinho, se ele não tem. Mas para abrir as palhas, que vão cobrir a casa, uma pessoa só é impossível. Então ele faz da mesma forma que na carnaúba. Convida todos os vizinhos. Às vezes nem é preciso convidar. Os vizinhos sabem que tem um cara com um molho de palha pra abrir: todo mundo chega lá.

Quando dava dez horas da noite, já havia quinze, vinte homens. Também não tem obrigação de ficar até o cara despachar. Quando você não quer ficar mais: “Até logo! Até amanhã! Vou-me embora. Amanhã volto aqui de novo pra dar outra mão.” Até o dia que ele está com a palha todinha aberta.

Aí convoca a coberta da casa. É sempre fim de semana, dia de sábado. Vem tanto morador desse povoado, como às vezes vem de povoados distantes seis quilômetros. Trabalham o dia inteiro, cobrindo a casona daquela família. Quando é de tarde, vai todo mundo embora. Agora, qualquer casa daquelas redondezas que a gente sabe que o pessoal vai cobrir ou chega o convite, a gente também vai.

Existem duas formas de fazer a casa. Quando é de taipa, você mete primeiramente em cada canto os esteios fortes, que chamam de âmagó. Depois, entre esses dois esteios você enchimenta, quer dizer, bota outros esteios de madeira fraca.

Depois você vai tirar do mato as varas, varinhas fininhas e cipó. Amarra tudo com cipó ou embira. Entre uma vara e outra, fica uma vaga, que é o lugar do barro. Quando estão todas as varas amarradas nos esteios e nos enchimentos, você cava o barro, conduz pra dentro de casa e vai botando água ali no barro, amassando. Faz aquele bolo e vai metendo pedaços de barro entre um enchimento e outro, até chegar em cima do teto.

Essa parede de taipa dá pra a pessoa fazer sozinho. Salvo se a pessoa quer fazer rápido a casa. Então ele troca dia. Ninguém faz de graça esse tipo de trabalho. Em vez de ficar um mês fazendo a casa, convida os amigos e faz tudo num dia. Depois vai pagando os dias de serviço. Não é obrigado a pagar em serviço de casa. Paga naquilo que o cara, que trabalhou pra ele, pede que faça.

Nessa casa de taipa, ele primeiro faz as paredes de roda. Depois divide a casa com outras paredes. Em geral, as casas têm um quarto que é do pai mais a mãe, o quarto que é da meninada e, às vezes, quando tem mais de uma moça, ou uma moça, tem outro quartinho que é onde elas dormem. A sala onde o pessoal fica recebe as visitas. Nessa sala botam uma mesa de tábua grande; às vezes uma raiz chamada sacupemba, que o cara lavrou, e pode ser também uma mesa que o carpinteiro local fez. Depois botam os bancos de madeira.

Para a casa tapada com palha, um cara só tira e carrega a palha do babaçu. Estende a palha pra ela poder ficar bem abertinha. No dia que vai tapar a parede, faz isso com a mulher ou com o filho. Ou tem que trocar um dia com uma pessoa, só pra ajudar ele amarrar as palhas. Amarra uma carreira de talos por dentro, outra por fora e as palhas ficam no meio. Os talos estão de um lado e doutro até chegar embaixo.

Quando chega embaixo passa uma vara e prende a ponta das palhas todas. As pontas que sobram ele corta com um facão. Com essa forma ele tapa e divide a casa quarto por quarto, com parede

só de palha. A casa fica bem bonitinha por dentro. A gente olha, só vê os talos. Não fica desfiado, não esfiapa nunca. Fica bem durinho.

Depois da casa tapada e dividida, ele vai fazer o aterro da casa. Cava um buraco, tira o barro e carrega. Despeja no centro dos quartos, espalha todo o barro e joga água. Depois pega o marretão e bate o barro. Estando molhado e batido, o barro fica seco e vira uma casca dura, como uma laje, que evita a poeira e as minhocas no tempo da invernada.

A cozinha pode ser no que chamam meia-água ou fazem um puxado. A meia-água é na própria casa, que então tem uma banda maior. Em geral, a cozinha fica do lado da meia-água e do outro lado fica o local onde se bota a produção de comer.

“Pra onde é que vai a muda?”

Fomos muito bem acolhidos pelas famílias de Copaíba e tinha essa possibilidade de um sítio, terra sem dono, terra devoluta. Resultado: meu pai fez a nossa primeira roça.

Nós não tínhamos meios financeiros pra manter nosso trabalho e comer. Não íamos comer dos vizinhos todo dia.

Lá tinha um cara que empreitava ou encomendava telhas de barro que são queimadas com fogo. Fogo tem que ter madeira. Então ele pagava pessoas pra tirar madeira. Nós tirávamos dois dias do fim de semana pra ganhar dinheiro, podia ser pago por dia ou por metro de madeira. Dava pra gente comprar de novo o feijão, a carne, o arroz pra comer no nosso trabalho na roça.

Acabou aquele período, nós voltamos pra buscar a família.

Aí, como conduzir? Caminhão nós não tínhamos, nem poderíamos pagar o transporte. Mesmo porque no local não havia

caminhão. Depois de uma longa distância, mais de duas léguas, você encontrava um local onde tinha caminhão. Nós compramos um cavalo fiado. Tinha lá uns amigos que gostavam da gente, confiavam muito. Venderam pra nós fiado.

Botamos as coisinhas no cavalo. Cadeira ninguém leva. Vão só as coisas mais essenciais: panela, prato, tigela pra ir comendo. O que é de roupa a gente levava nas costas. Só o suficiente, porque a gente não tem mesmo mais que isso. Ia andando, andando, andando. Passamos cinco dias de viagem pra chegar até Copaíba.

Parava num lugar, naquelas casas e se arranchava. O pessoal perguntava: “Pra onde vocês vão? Pra onde é que vai a muda?” Aí a gente dizia: “Nós vamos pra tal lugar, assim, assim.” Alguns diziam: “Pra lá? Ah, mas vocês... Lá é um lugar muito ruim, um lugar péssimo.” Aí contavam: fulano foi pra lá, caiu doente, quase morre, a família teve de voltar de novo. E que tinha muita gente fuxiqueira no local, muita briguinta.

Mamãe, que não conhecia o lugar, ficava logo de orelha em pé: “Doença, assim...?!” Mamãe tinha muito medo de doença. E a gente tem mesmo que procurar o lugar mais sadio possível, onde não tenha muita verminose. Se tiver verminose, o sujeito está lascado.

Já noutro lugar, as pessoas elogiavam: “Não, Copaíba é um lugar bom, um lugar ventilado.”

E, assim, durante toda a viagem, uns animavam, outros desanimavam.

Chegamos lá. No primeiro ano tínhamos brocado essa roça e ela já estava queimada. Os moradores já tinham queimado a roça deles junto com a nossa. Estava pronta pra plantar. Isso foi no fim de dezembro de 1955. Mas aí nasceu uma erva braba. Ave-Maria! Tivemos que capinar primeiro. Quando estava tudo limpo é que plantamos. Depois tornamos a capinar de novo.

Lá tinha uma camada de trabalhadores rurais com roça grande nas terras devolutas. Eram camponeses mais remediados. Eles precisavam de mão de obra pra capinar essa peste de mato desgraçada. Tinham em casa arroz, farinha e feijão acumulados. Já faziam isso exatamente prevendo: sabiam que, na hora da capina, ia ter uma parte dos camponeses mais pobres que não tinham mais produção. Então trocavam essa produção por trabalho e compravam o necessário pra comer. A gente dizia: “Olha, todo fim de semana vou trabalhar dois dias. Você me dá um alqueire de arroz.” Ou então, se não queria tudo de arroz: “Você me dá meio de arroz, meio de farinha e aí meio quilo de feijão.”

Briga entre vizinhos

Lá onde nós morávamos, os porcos eram de gente pobre. Quando era no inverno, os porcos tocavam no mundo. Quem quisesse comer um porco, tinha que pegar a espingarda e sair procurando no mato. Os porcos só voltavam no povoado quando secava tudo; voltavam pra procurar comida.

Em Copaíba era diferente. Uma parte dos moradores mais ricos botavam roça muito longe, onde os porcos não iam. Ou, se botavam perto de casa, faziam uma cerca benfeita e os porcos não comiam a roça deles. Os mais pobres botavam a roça perto e não podiam cercar: os porcos do outro comiam o arroz dele todinho. O cara ficava danado, dava parte, denunciava. Pronto: era briga entre vizinhos.

Nesse local havia uma família dos Mesquitas, considerados os primeiros moradores que chegaram. Família respeitada, tradicional, que servia como uma espécie de conselheiros. As briguinhas dos moradores iam esbarrar na casa dessa família. Lá o pessoal dizia:

“Olha, nós estamos morando aqui, fulano de tal não quer cercar o porco dele.” Aquele bafafá, aquela aconselhagem. Terminava tudo bem.

Mas nesse local tinham também outros que eram já mais ricos que a família Mesquita. Quando aquilo não era resolvido, diziam: “Você não é autoridade coisa nenhuma. Vou pra polícia, lá eu denuncio.” E assim faziam muitas vezes. Então era briga entre a gente, misturada com polícia.

Insetos e endividamento

Realmente o local tinha muita praga: muriçoca de todas as qualidades, mosquitos. No inverno apareceu tudo e vieram as doenças. Tanto a malária quanto um problema que as pessoas ficavam cheias de ferida só de os mosquitos morderem, porque a gente não podia comprar roupa pra se cobrir.

Lá tinha um cara com nome de Raimundo Alves de Castro, que era delegado. Ele tinha um comércio e uma farmácia. A gente começou a comprar nessa casa. Quando chegou o fim do inverno, nós estávamos tontos, sem saber como pagar a conta de remédio e outras coisinhas, como seja: querosene e sabão. A gente só podia se manter no que era de comer. As outras porqueiras, tinha que comprar fiado. Resultado: foi toda a produção de arroz pra esse desgraçado. Ficou só um restinho de mandioca, de feijão – a base pra continuar outra produção.

Tentando resistir à nova expulsão

No segundo ano, isso já em 1957, apareceu um cidadão dizendo que era dono daquelas terras. Os trabalhadores que estavam ali, os moradores, deviam desocupar as terras o mais rápido possível ou então se submeter às leis impostas por ele: a grande criação de gado que ele previa botar na área, pagar a renda da terra e vender a produção pro desgraçado.

Aí deu bode. Aqueles lavradores, que desbravaram aquela mata todinha, tinham absoluta certeza de que aquelas terras não eram de Manacé Alves de Castro coisa nenhuma. Esse Manacé é filho de Raimundo Alves de Castro, o delegado que tinha o comércio e vendia fiado pra nós.

Os moradores, com a ameaça, resolveram fazer uma reunião. Nessas alturas havia no município de Bacabal uma associação rural e se sabia, por notícia, que ela lutava em defesa dos trabalhadores. A gente fez uma comissão de vários moradores, fomos lá e nos associamos.

A gente colocou o problema que estava havendo no nosso povoado. O presidente da associação disse assim: “Vocês voltam e lá e vocês elegendem um delegado do local, pra que possam discutir as medidas a serem tomadas do ponto de vista jurídico.” Então, logo que a gente chegou, se reuniu e contou tudinho pro pessoal. Eu fui eleito delegado da associação. Delegado distrital.

Na Assembleia de Deus

Logo que eu cheguei a Copaíba passei a ser crente.

Na religião católica, no catolicismo romano, eu via que o comportamento era mal. As pessoas em Pedra Grande tinham aqueles milhões de problemas prejudiciais à vida religiosa.

Por exemplo, tinha acontecido um caso: meu pai, um dia, foi solicitado pelo Vivico, que era o caixeiro do antigo patrão, o Capitão Soares. Meu pai não foi no dia que ele convocou; só no dia seguinte. O cara estava muito revoltado porque tinha intimado e meu pai tinha que ter ido na hora. Chegou lá e o cara esculhambou com meu pai. Chamou de negro, tratante.

Meu pai fechou a boca, não disse nada. Quando chegou em casa, simplesmente porque minha mãe pergunta: “Como é que foi? Foi bem? O que é que trouxe pra mim e pros meninos?”; meu pai lhe disse: “Vai à merda, eu não quero saber de papo.” Já respondeu com palavrão violento. Então minha mãe disse: “Tá ficando louco.” Isso foi o suficiente pra ele dar-lhe um tapa, derrubar, puxar o facão e dar umas pancadas.

Nesse dia eu pequei dentro de mim, revoltado contra meu pai. Que covardia: aquele desgraçado ofendeu meu pai, ele não disse nada. Minha mãe que simplesmente perguntou com boas intenções como é que foi a viagem, o que é que ele trouxe, meu pai lhe dá umas pancadas de facão. Nesse dia, deu vontade de matar meu pai. Mas não podia nem empurrar meu pai; podia ser que Deus me castigasse por causa disso.

Em Copaíba tinham as famílias protestantes que se distinguiam basicamente em Assembleia de Deus e Adventistas do Sétimo Dia. A Assembleia de Deus era um negócio muito popular. Todo mundo

se chamava de irmão, se visitava. O pastor vinha de fora, de Bacabal do Mearim, que era sede do município. Ele chegava em Copaluba e tinha um comportamento diferente dos padres. O pastor ficava na casa de um protestante rico, mas além disso visitava a casa da gente, batia papo, tomava cafezinho.

Eu fui acordando, vendo o comportamento velho da religião católica e o novo que estava surgindo ali: um negócio muito unido, dinâmico. Quando um cara caía doente, os crentes iam lá fazer oração, pedir a Deus. Às vezes tiravam uma coleta pra dar uma contribuição ao cara que o filho estava morrendo. Isso tudo entre os pobres. Aquilo foi me despertando um tipo de nova curiosidade.

Passsei a ir aos cultos. Ouvia aquelas músicas cantadas, acompanhadas com o violão. Aquela juventude, todo mundo unido. Moças e rapazes lá, cada qual em sua faixa, mas com o coro cantando muito bonito. Aí eu disse: “Deus está aqui nesse lugar; porque acolá não está.”

Pedi que queria ser crente, os crentes oraram por mim e eu passei a ser membro da Assembleia de Deus.

Na religião, eu fui um cara que me destaquei. Assumi cargo de professor da escola dominical. Depois passei a ser dirigente local da religião: pregava, fazia curso e tudo mais.

Além dessa qualidade de protestante dirigente, eu era ferreiro. Tinha lá uma oficinazinha que era também um ponto de encontro. Dada a boa relação que tinha com o pessoal, eu não brigava com ninguém – fui eleito delegado distrital da associação.

Nessa questão da eleição teve outro fator muito importante: a iniciativa. Fui eu que comecei a dizer que a gente tinha que tomar todas as providências pra evitar que esse senhor expulsasse nós dessa terra. Nossa família já tinha sido expulsa uma primeira vez e eu sabia que era um perigo não cuidar dos nossos direitos.

Massacre em Copaíba

Logo no dia da primeira reunião da associação pra discutir as medidas a serem tomadas, seu Manacé de Castro entrou no povoado com cerca de vinte e cinco jagunços municipais.

Huum... tudo armado de rifle, revólver, faca. Nem perguntaram se ninguém era bonito ou feio. Fecharam as portas da casa todinhas, rodearam o fundo da casa que ficou cercada pelos jagunços, meteram bala. Mataram cinco pessoas dentro de casa, a sangue frio. Todos rapazes, tudo novo. Uma senhora velhinha, que tinha mais ou menos setenta anos, ouviu os gritos do filho dela morrendo na peixeira, na faca, encostado assim na parede. Correu de joelhos, pedir pra aquele desgraçado do Manacé não matar o filho. E ele já estava morto. Manacé só fez soltar o rapaz no chão. Deu um tapa perto do pescoço, jogou a velhinha no chão, cravou-lhe a faca nas costas até entrar na terra. A mulher dava gritos, a faca entrando. E uma criança gritava assim: “Papai! Papai! Papai! Pelo amor de Deus.” A criança tinha entre três e quatro anos. Um dos jagunços pegou nos pés desse menino, atirou numa parede e lascou a cabeça de meio a meio. Ficou miolo ali na sala espalhado, ali pela terra, ali no chão, o chão da casa, chão de barro. Isso é coisa muito deprimente.

Nessa época, eu escapei. Apesar de ser protestante, eu gostava sempre de usar uma faquinha pra descascar fruta. E com essa faquinha, a única arma que eu tinha, saí que nem um louco, achando que uma bala podia me pegar. Sabe como é? O tiro em cima. Saí assim rasgando, dando com a faca. Nego só via a ponta da faca. Furei o cerco, corri e caí debaixo de umas mangueiras onde à noite faz sombra, tudo é escuro. Entrei entre dois pauzões grossos, mas, nisso aí, fui ferido na perna. Passou uma bala cortando só a carne. Ficou um rombo assim, uma ferida, mas não quebrou o osso.

Aí nós fomos não mais brigar pela terra, mas pela justiça. Pra prender esse desgraçado do Manacé. Ele foi logo na nossa frente pra Bacabal. Chegou lá, se entregou pras autoridades e contou a história dele. Quando nós chegamos, atrasados, ele já estava detido. Passou lá só trinta dias. Naquela época, deu trezentos mil cruzeiros pro delegado, o juiz, o promotor e o prefeito. Soltaram ele.

Por causa da incompatibilidade local, ele vendeu as terras pra outros grandes proprietários. Aquelas mesmas terras. Vendeu o gado, vendeu o comércio, passou lá pros outros. Meteu o dinheiro no bolso e foi embora pra um lugar chamado Santa Luzia do Pará. Vive lá hoje, dono de terra, dono de gado, de comércio. Vive bem, não houve nada.

Foi exatamente a reflexão desse problema que mais me marcou e me fez jurar de continuar de qualquer maneira, lutar pela vingança desses crimes. Era vingança. Na época era vingança mesmo. Era matar esses caras, acabar com eles.

Até hoje, quando me lembro daquela criança, me dá revolta. Não aquela revolta de raiva. Uma revolta de compromisso com a luta.

Meu pai, com essa aí, volta de novo a Pirapemas, pro local onde eu tinha nascido, pras terras de herança. Já encontramos uma associação rural fundada no município.

Passamos a morar na terra de donos, prometendo pagar o foro e também entramos pra sócios da associação rural. Isso foi em 1958.

O presidente da associação fazia duas coisas: tinha a presidência e era comprometido com os políticos de São Luís, que tinham apoiado a legalização da associação rural com o objetivo de ganhar votos. O presidente da associação dizia que, ao mesmo tempo que ele lutava lá em São Luís, de acordo com as leis, no município já era outro tipo de situação, e orientava os camponeses a tomar as terras na marra – o que era muito justo.

Depois de ele lutar lá, procurar direitos, um dia os camponeses resolveram o seguinte: “Esse sítio é nosso, as terras são nossas, o açude é nosso, portanto o que tem lá é nosso. Nós vamos buscar os frutos.”

Nessas alturas, lá no município, tinham aberto uma estrada de rodagem por onde passava caminhão. A gente foi lá pro sítio, apanhamos as frutas todinhas e alugamos um caminhão que sempre passava lá. Botamos dentro e levamos pra cidade municipal de Pirapemas. Lá vendemos tudo na feira: laranja, banana, abacaxi, manga, o que tinha.

Aí a viúva do Capitão Soares foi pra São Luís. Colocou pras autoridades que no município de Pirapemas, nos locais chamados Pedra Grande, Bagaceira, Salgado, Cristina, Lajes, Lajinha, tinham ladrões invadindo as terras dela, roubando tudo o que tinha nessas propriedades e que eram de orientação comunista. O governo tinha que tomar providências.

A gente soube imediatamente a notícia da queixa que tinha chegado em São Luís. Não sei como foi que o presidente soube. O fato é que também foi lá pra contar a história como ela estava acontecendo. As autoridades receberam ele com a maior satisfação. Falou até com o governador na época. Foi na Secretaria de Segurança Pública do Estado e tudo muito bem. Um cara disse: “Olha, nós já ouvimos o senhor. Agora vamos marcar um dia pra mandar lá um representante da Secretaria de Segurança Pública pro pessoal contar a história direitinho e ouvir a dona Guida, as razões dela. Você pode acreditar que nós vamos fazer justiça. Só pedimos uma coisa: pra não estar andando de casa em casa, você convoca uma assembleia extraordinária da associação, pra o representante ouvir todo mundo reunido.”

O presidente chegou e comunicou a todos os sócios da associação pra se reunir tal dia, a tantas horas da tarde, na sede, que era provisória ainda.

Foi todo mundo pra lá. Quando deu exatamente a hora marcada, a Secretaria de Segurança Pública mandou vinte e oito soldados, um cabo e um tenente. Teve um que começou a perguntar: “Quem é o presidente dessa merda aí?” O pessoal ficou meio assombrado.

“Não, aqui todos nós somos iguais, não tem presidente aqui não.”

“Ah! São assim, né?”; passaram fogo. Foi fuzil, metralhadora, morreram logo dentro de casa sete pessoas, traspassadas de bala. Uma dezena ou mais um pouco saíram feridas. O que teve de gente de braço arrancado, perna quebrada, tampo de cabeça arrancado com bala... Outros saíram todos retalhados de peixeira.

Nessa época, alguns camponeses já tinham sido invadidos noutros lugares. Esses, por mais que o pessoal estivesse dizendo que a Secretaria vinha pacificamente, não acreditaram. Levaram uma arma que tinham em casa, um rifle velho. E nessa hora tocaram fogo. Mataram um tenente. Até hoje ninguém sabe quem foi que matou...

Outro soldado morreu também porque um camponês arrancou uma peixerinha e correu pra polícia: “Se eu morrer, mato pelo menos um.” Ele cravou um soldado. Tac-tac-tac-tac. Deu umas trinta facadas. Mas quando ele derrubou o soldado no chão, outro soldado que estava lá com um fuzil em cima passou-lhe um tiro no pé da orelha e o camponês morreu.

Sabe o que aconteceu depois? Em vez de dona Guida Soares ser presa, foi preso o presidente da associação. Foi amarrado e levado para São Luís. Passou três anos na cadeia.

Naquela época, como existia ainda uma certa liberdade democrática, os políticos, os advogados terminaram soltando o Antônio Vicente.

Mas ficou espalhado no município inteiro que esse homem era o maior criminoso. Antônio Vicente não pôde mais fundar sindicato, porque o pessoal ficou com medo desse homem. Ele falava em agitação: dava morte, era crime. Pra ver como é a propaganda do governo: botaram o homem de monstro. Depois que saiu da cadeia, continuou como monstro na cabeça do pessoal.

CAPÍTULO VI

DESBRAVANDO O VALE DO PINDARÉ-MIRIM

Com essas mortes que houve em Pirapemas, nós não tínhamos mais nenhuma alternativa de conquistar nosso pedacinho de terra. Saímos de novo pra terras devolutas, procuramos o vale do Pindaré-Mirim.

A família então se dividiu. Dois irmãos ficaram em Pirapemas com os tios e os avós. Fui eu, meu pai, minha mãe, uma irmã e dois irmãos mais velhos. Um dos meus irmãos, depois que estava no Pindaré, foi visitar a família em Pirapemas. Encontra com uma moça que era nossa prima, resolve casar e fica lá. Mas não se deu bem com toda a confusão. Saiu e foi morar em São Luís.

Serpentes

Sempre corre a notícia das matas do Pindaré-Mirim: que tem muita terra devoluta, muita caça, muito peixe.

Essas matas têm também estórias das mais variadas. Uma serpente que você passa longe dela na mata, distância de um quilômetro, e a serpente lhe pressente. Bota os olhos em cima e aí você pode andar onde quiser, vai terminar entrando na boca dela. E tem que entrar nu. Está vendo a cobra: tira a roupa, tira tudo.

E realmente serpente eu encontrei lá. Serpente-dragão comia os homens nus, nuzinhos. Agora não é esse animal que as pessoas chamam serpente. O latifundiário, pra gente não se deslocar pra essas terras devolutas, criava uma série de estórias desgraçadas dessa mata. Estórias inventadas pela sua própria cabeça. Mas no fundo ele criava uma imagem dele mesmo, da própria classe dele.

A mata estava lá virgem, não tinha dono. Nós pensamos: vamos assim mesmo.

Abertura de estradas e povoados

Nesse local ainda não tinha quase moradores. A Petrobras fez um contrato de abrir estradas à procura de petróleo, na grande parte da mata amazônica que pega o Maranhão: desde a boca do Pindaré-Mirim até a foz do Caru. Contrataram muita mão de obra pra abrir essas estradas. Não era rodovia; era pico, variante.

Essas matas não tinham ainda sido ocupadas. Só tinha o rio e, como no verão não entrava nenhum transporte porque que o rio era entupido de pau, o pessoal tinha que ficar lá, ilhado. Não podia se ligar com a cidade onde tinha o comércio. Era difícil ir pra lá levando tudo o que uma família precisava pra garantir uns seis meses de verão. Mas, quando abriram esses picos, o pessoal começou a situar-se na beira da estrada. Aí foram fazendo as casas, abrindo povoados. Nós fomos pra um lugar desses: novo.

Na viagem, algumas pessoas, que também estavam querendo se mudar, com a notícia de que a gente ia pra esse local novo, começaram a acompanhar. O fato é que chegaram lá umas dez famílias. E aí foi chegando, foi chegando, foi chegando gente. Hoje é uma vila que tem mais de cinco mil moradores. Isso foi no comecinho de 1962.

Insetos e doenças

Logo que chegamos lá, mamãe chorava muito. Tinha praga de muriçoca. Você não conta os tipos de muriçoca que têm lá: carapana, muriçoca azul, muriçoca amarela, sovela, tatuquira, mosquito, mosquito borrachudo, pium, pela-cavalo.

Depois você vai conferir os insetos que têm na terra, no chão da mata. Vêm desde o lacrau, que chamam escorpião-do-seco; as tucanguiras – têm de três qualidades: preta, vermelha e a que chamam miguelão; a tucanguira-vermelha, cabeluda, dá uma picada e é vinte quatro horas derrubado no chão. Um remédio muito usado é esquentar castanha no fogo, tirar o óleo e passar no lugar da picada.

Febre na mata. Têm todos os tipos de febre. Febre amarela, malária ou sezão. O remédio que dão lá pra cortar a febre do sezão é o aralém. Têm outros remédios que chamam metoquina, atelbina, amarelina. Aí é onde se dá uma grande mortalidade infantil. Corta a febre, mas a intoxicação é tanta que a criança termina morrendo. Não tem ninguém que oriente um antitóxico.

A gripe que chamam gripe de cavalo. Entope o nariz de tal forma que o sujeito não pode respirar e às vezes morre disso.

Têm outras doenças que não dão febre, mas dão um amarelão na pessoa: *tiriça*, que chamam também hepatite. Bucho d'água: dá na barriga das crianças ou mesmo do adulto. Começam a ficar com

a barriga grande, como quem está prenhe. Daqui a pouco, o corpo fica cheio d'água e dizem que a pessoa perde o sangue.

O que tinha lá ainda era lepra e umas feridas que chamam babão. Você via muita gente com feridão na perna babando sangue.

Em Pirapemas, não tinha essas coisas. Só no Pindaré-Mirim, dado o problema da praga, dos insetos. De acordo com o inseto que pica, dá um tipo de doença nas pessoas. Ainda mais quando têm vários insetos e todos picam.

Tinha a tuberculose em Pirapemas, mas era demais de tuberculoso no Pindaré. A tuberculose é muito mais perigosa do que a lepra e o pessoal não tinha muito medo não. Deixavam o cara dentro de casa e separavam a comida, o prato, a caneca, a tigela dele. A lepra, botavam fora de casa: coisa horrível! Tuberculoso ou leproso era doente que não tinha jeito. Nunca houve cura. O sujeito podia ir logo comprando uma mortalha.

O pessoal mandava o cara leproso pro centro das matas. A família todo dia marcava um ponto pra levar comida. Depois que a família saía, dava um sinal, um gritinho. O leproso vinha apanhar a comida. Até o dia em que o cara não podia mais vir. A família deixava passar um dia. Deixava o cara morrer. Cavavam um buraco lá mesmo no mato. Uns homens todos bêbedos, com muito álcool na cabeça, pegavam o indivíduo estendido nas esteiras de girau de pau e traziam até na sepultura. Ninguém podia passar por ali perto. Existe uma estória que, depois de cem anos, se passa uma pessoa e encosta na sepultura, a doença pega o cidadão.

Hoje em dia, o leproso fica na casa dele. Alguns médicos andaram explicando o fenômeno da lepra: não é um negócio pegativo, é um problema de picada de inseto. Todo mundo está sujeito a esse negócio, independente de o leproso estar dentro de casa ou não. Alguns leprosos ficaram bons, depois que tomaram uns remédios. Um número razoável de leprosos que procuram ser tratados são

transportados para Alcântara, uma ilha encostada em São Luís. Mas uma grande parte morre lá.

Além desses tipos de doença que são permanentes, têm as epidemias, como seja o sarampo, a varíola, a catapora e a doença que o pessoal chama de papeira. Só tem uma vantagem: os caras que não morrem, no outro ano quando elas vêm, já não pegam mais. Grande parte das criancinhas vai morta pelas epidemias.

A mortalidade infantil lá... Ave-Maria! Num povoadinho assim de cem casas, num só dia tinha duas crianças mortas: um aqui, outro lá. O pessoal rezando, fazendo sentinela da criança. Todo dia, todo santo dia.

Tem um período que *acocha* mais, exatamente quando passa o inverno e a terra começa a enxugar. Aí é quando vem toda peste de inseto, aparece tudo de doença. Então é que morre gente.

Vantagens de Pindaré-Mirim

Pra nós foi uma mudança radical de região. Mas a gente tinha uma série de vantagens, como seja: a mata, pra fazer a grande roça que a gente aspirava, era abundante. O babaçu ninguém dava corta – por todo canto. As frutas, como seja abacaba, a juçara, açai, bacuri. Todo o tipo de frutas que o mato oferece você encontra lá.

Nessa época era tanta carne, tanto peixe! Tudo assim que a pessoa arranjava no rio, na mata. Somente de alguns animais, que tinham pele de valor – o gato maracajá, a onça, a ariranha –, é que era vendido o couro. A carne jogava fora. Mas de outros animais – a anta, veado, paca, cotia – a carne era pra distribuir pro pessoal. Um vizinho matava, todo mundo tinha carne. No outro dia, um outro vizinho aparecia lá com um veado morto. Um cara ia pescar, pegava muito peixe: chegava, fazia a distribuição.

O nome do lugar chamava-se São José do Tufi.

Por que Tufi? Porque Tufi era um ricoço, milionário que mora na cidade de Pindaré-Mirim. Nesse lugar ele tinha botado um comerciante, Zé Machado, pra comprar a produção do pessoal que tinha chegado. E ele aparecia como patrão bom: tinha lá o comerciante, a mercadoria pra vender e tudo mais. Repara bem: onde chega o caboclo, a peste vem logo atrás.

São José porque tinha lá a igreja com um santo chamado São José. Então ficou São José do Tufi. Depois, com o tempo, mudaram o nome: Tufilândia.

Na aldeia dos índios Guajarra

Nesse ano de 1962, eu fui numa caçada nas matas do Pindaré-Mirim, perto do Buriti-Pupu, onde hoje é uma vila. Lá tinha a aldeia do Raimundo Fonseca e a aldeia do Tacuna. Nessas aldeias têm uns índios chamados Guajarra e Guajajarra.

Constâncio Placídio era um pretão que gostava de pescaria e caçada. Foi ele que me convidou. Depois de trinta dias que nós estávamos andando naquelas grandes matas faltou a farinha.

“E agora, o que que nós fazemos?”

“Olha, eu conheço as aldeias dos índios. Vamos lá?”

Quando chegamos perto, o Constâncio disse que nós tínhamos que dar sinal, porque se a gente chegasse assim de vez eles metiam taquara na gente e davam tiro. Eles tinham muita arma nesse tempo.

Aí Constâncio começou lá a fazer um bruído: uêi, uêi, uêi; uêi, uêi, uuá. Uêi, uêi, uêi; uêi, uêi, uuá. Ficamos lá parados. Daqui a pouco vimos o mato mexer. Nós olhamos e vinha uma corrente de índio. O capitão na frente, todos pisando atrás um do outro: como

se fossem soldados. Trã, trã, trã. Todos de arma. Aí, nós... O Constâncio disse: "Baixa essa arma." Baixei minha arma.

O capitão perguntou qual era o problema e a gente contou. Ele nos convidou pra ir lá na aldeia deles. Aí eu vi um mundo completamente diferente do nosso. As casinhas são feitas com palha quebrada. A gente faz uma cumieira, encosta as varas de um lado e do outro e depois começa a quebrar as palhas em cima. Chama-se tapiri a casa dos índios. São vários tapiris espalhados: um aqui, outro acolá, outro pra lá em lugares diferentes. Agora, tem a casa grande que é a casa do capitão, onde se reúnem todos os índios pra comer e trabalhar.

Uma grande parte desses índios nunca tinha visto gente vestida com roupa. Estavam ainda num estágio bem selvagem, brabo, no sentido de não chegar perto da gente.

O capitão me disse que, se a gente chega lá e não encontra nem ele nem a mulher dele, mesmo que os outros não matem a pessoa, ela não pode ir nas casas. Tem que ficar esperando que o capitão chegue.

Os índios todos nus. Pegam um pau brabo e tiram a casca. Na casca tem a embira forte, que não quebra com facilidade. Eles pegam o pênis e empurram pra dentro, empurram até ficar só o courinho. Depois amarram bem no biquinho. Aí, pronto: fica o sacão pendurado na terra, quando o índio está sentado. Os testículos até o chão.

Agora, as mulheres já estavam num estágio de tecer, plantar algodão. Faziam aquelas pequenas saiotinhas só pra cintura. Daí pra cima, os peitos, tudo de fora. Todas descalças.

Eu fui lá ver o tapiri por dentro. O capitão tem uma rede tecida com embira de pau, muito benfeitinha. Cada tapiri não é feito pra fazer comida e o sujeito morar lá dentro. É só pra dormir, quando o cara casa. Pra ele manter relação com uma mulher tem que ter o tapiri dele. Vai pra lá de noite, pros outros não verem o que ele está fazendo.

O capitão tinha três mulheres. Ele dizia que chega uma certa idade em que as mulheres são obrigadas a casar por lei da aldeia. Se não tem um rapaz que esteja no mesmo pé de igualdade pra casar, o capitão é obrigado a ficar com a mulher. Até o dia que tiver um cara que esteja no ponto de casamento e não tiver mulher pra ele. Então o capitão dá a mulher ao outro e ele vai viver com ela.

Essas três mulheres do capitão dormiam com ele no mesmo quarto. Todas tinham filho dele.

Aí foi que eu vi o problema da divisão do trabalho. Os homens tinham tarefa de brocar o mato, derrubar, queimar. As mulheres plantavam, colhiam e faziam o produto – a farinha. Os homens iam pescar e chegavam em casa com o peixe. As mulheres tratavam do peixe, cozinhavam pra eles comer. Os homens iam caçar, as mulheres iam cuidar da comida.

Tinha um rapaz que trabalhava muito com as mulheres e eu não sabia por que os outros índios não faziam nada com elas. Um dia o capitão nos convidou pra caçar lá no mato. Na volta, topamos um bando de macaco capelão, que chama guariba, e haja atirar, fazer fogo. Eu dei um tiro, cada um dos outros deu um tiro. Morreu um capelão num pau gigantesco da mata. Aí o capitão disse: “Olha”, pro rapaz, na língua do índio, “vai pegar o capelão lá”. Ele fez uma peia, pegou um cipozão danado e saiu se agarrando até chegar ao capelão. Lá ele desenganchou o macaco morto e jogou no chão.

Eu perguntei ao capitão por que aquele rapaz tanto cumpria os mandados dele, como cozinhava junto com as mulheres. Mesmo se ele fosse trabalhar com os outros, quando chegava era obrigado a trabalhar junto com as mulheres também. Não ia descansar.

“Ele é escravo. É da aldeia dos índios guajajarra e nós somos guajajarra. Ele foi pego porque essa raça dos índios guajajarra só vive pra roubar. O que a gente planta aqui, eles vêm e roubam. Então, quando a gente encontra roubando, prende e traz pra cá. Ele tem

que ficar aqui trabalhando pra pagar e ficar manso. Produzir. Esse negócio de ficar só roubando dos outros não dá.”

Comecei também a investigar o capitão sobre outros aspectos, como seja, o problema do nome das coisas. Como é que chamava o sol? O sol era *clarrari*. A lua, *zarri*. Farinha, *tirama*. Onça, *jauaruvu*. Gato maracajá, *jauarim*. Cachorro, *jauaroo*. Gato de casa, *jarim*. Sapo, *apé*. Anta, *tapiro*.

Comecei a perceber que tinha muita coisa interessante. As casas debaixo das árvores, não derrubavam nada. Debaixo da pauzada, da mata e tudo. De noite, o chefe ia rezar. Os outros dançavam e ele cantava. A gente aprendia o nome de algumas coisas que ele falava, mas não entendia o que era.

Tem lá um toco que chamam *jaguna*, que é onde amarram os índios brabos. Um índio ficou valente, pegam ele e amarram, até quando amansa. Não batem, só amarram pro índio não fazer mal a ninguém.

Os mortos, eles não enterram, não. Faziam aquele munzuá danado de cipoal. Depois deixavam secar durante vários tempos e jogavam no rio. Segundo eles, era pro cara não comer piranha. Quer dizer, em vez de falar piranha comer eles, diziam: eles vão comer piranha – o contrário. É a piranha que vai chupar os ossos deles inteirinhos! Mas chamam comer piranha. É um negócio engraçado como é que o índio respondia.

O capitão me falou como ele comprou o forno e as ferramentas de trabalho. Teve que dar dez peles de gato maracajá, trinta peles de ariranha, duas peles de onça e seis latas de óleo de copaíba. Um forno de cobre assim pequeno, que tira no máximo dez quilos de farinha cada vez que torra. As enxadas, pra comprar cada uma, eles tinham que fazer farinha de goma que não era brincadeira.

A gente viu lá que os índios, além dessa exploração que eles sofriam do ponto de vista da sua produção, viviam também uma

situação de muita necessidade. Nus, chupados de praga, de muriçoca, sem nenhuma defesa de saúde.

Esse capitão Raimundo Fonseca dizia que “a coisa melhor do mundo é se a gente um dia puder morar no meio dos cristãos”. Eles chamavam a gente de cristãos.

Quando eu fui embora, aquele montão de índio veio até no caminho, onde botava a gente na estrada grande. Vieram até lá, carregando farinha, as caças que a gente tinha matado. Ajudaram a levar tudo.

Esses índios passaram a ser meus amigos. Eles vinham todo inverno a Tufilândia e traziam tudo quanto era de ferramenta, espingarda desmantelada, pra consertar na minha oficina de ferreiro. Ficavam o dia todo lá em casa sentados. Só que pra vir eles vestiam uma roupinha. Camisa, roupa, mas só aqui as coxas. E vinham com aquela canoa cheia de mercadoria, pra vender pro chefe do posto.

A aldeia do Fonseca era grande. Tinha ainda na época que eu fui lá uns trezentos índios entre mulheres, homens e meninos. E a aldeia do Tapuna tinha cerca de uns cem, cento e poucos índios.

Sabe o que aconteceu? Veio lá a papeira e o sarampo: morreram todinhos, um atrás do outro. Uma morte terrível.

Correndo da seca

Um dia encontrei com a família dos Costa. Eles iam a Tufilândia, mas uma parte deles morava em Santa Filomena e Santa Inês. O Nicolau Costa morava depois de Tufilândia, num lugar chamado Marmorana.

Em 1952 houve uma seca que atingiu o Piauí, Ceará e outros estados do Nordeste. Então eles foram pro Maranhão e lá passaram

a morar no município de Coroatá, povoado de Juçareira, na beira do igarapé do Itapuiú.

Foram morar nesse lugar a convite de um grande proprietário, que também era senhor de engenho e se chamava Acioli. Ele se apresentou como bom: “Se vocês quiserem, podem ficar morando aqui. Eu dou essa localidade pra vocês fazerem as casas, próximo do engenho. Vocês podem escolher as terras onde quiserem brocar as roças. Plantem cana e depois plantem as colheitas de vocês, pra comer durante o ano. Porém, como eu sou dono da terra, do engenho, vocês fazem o seguinte: brocam o mato, queimam, plantam e colhem a cana. Enfeixam e eu mando apanhar a cana na roça. Mando moer, faço os variados produtos da cana e depois *a gente divide tudo bem no meio.*”

No primeiro ano, essa família não tinha nada que comer. Eram migrantes famintos. O Acioli disse: “Enquanto não têm produto, vocês podem comprar a crédito e depois, na colheita, vocês pagam.”

Quando foi no fim do primeiro ano, eles estavam com a cana toda cortada. O dono do engenho moeu, fez a cachaça e chegou o dia pra dividir.

Era o Acioli que fazia o preço da produção da cana. As pessoas não recebiam dinheiro. Recebiam aguardente, açúcar, rapadura. A cachaça, por exemplo, eles conduziam pra casa e procuravam vender pros comerciantezinhos que têm no interior. Vendiam dez garrafas pra um, vinte pra outro. Se tinham débito na casa do comerciante, já botavam em conta pra pagar as dívidas dos atrasados. Se não deviam, o comerciante dava dinheiro.

“Olha, rapaz, você sabe como é cana nova. Sendo do primeiro ano, dá sempre pouco produto. Não tem uma garapa concentrada. Dá mais água do que álcool, quando vai fazer cachaça. Quando vai fazer rapadura, ferve muito e fica só um *mucutinho* no fundo do tacho.”

As famílias ficaram um pouco meio constrangidas, mas não sabiam das manobras que estavam por trás. No fim da colheita do segundo ano, um cara que destilava cachaça e via os outros fazendo a rapadura, o mel, açúcar moreno, contou o conchavo do patrão: “Vamos embora dividir isso aqui. Apresenta só esta parte e esta outra esconde.”

Essa parte, que o patrão apresentava e dividia com os moradores, era só a metade da produção.

Com essa, Nicolau Costa, o chefe da família, ficou muito revoltado. Mas se achava devendo um dinheiro desgraçado do que tinha comprado a crédito na casa do Acioli.

Passou a discutir com o conjunto do pessoal que tinha vindo com ele do Piauí. Surgiu a ideia de que eles poderiam construir um engenho de madeira, âmago de pau. E, para o primeiro ano, dava muito bem.

O engenho pronto, montado, só faltava o alambique pra tirar cachaça. Chegaram à conclusão que talvez um alambique feito de barro pudesse dar resultado. Fizeram um alambique gigantesco. Depois foram comprar lata pra fazer as serpentinas. Não podiam fazer a serpentina enrolada e fizeram de triângulos. Fizeram a tina de madeira e botaram a serpentina dentro. Depois fizeram também o tacho pra fazer a rapadura.

Quando o Acioli viu que seus jagunços não venciam a massa organizada em torno desse problema, foi a Coroatá comunicar às autoridades do município. Veio de lá um carro de polícia e mandaram intimidar o “chefão”, como chamavam o Nicolau.

O Nicolau disse que não ia não. Ele discutiu com o pessoal todo e resolveu: “Diz lá pro seu Acioli que ele não venha com bandido, porque então encontra aqui só bandido. Se vier como homem, encontra aqui também homem e podemos conversar.”

Quando o recado chegou, a polícia resolveu voltar de novo pra Coroatá. Mas, aí, a confusão aumentou. A luta saiu do controle dessas famílias migrantes e atingiu os outros moradores, que já há muitos anos trabalhavam pro Acioli.

Montaram todo um esquema de comunicação entre as aldeias, os povoados. Lá no interior, quando nós sabemos que a polícia vem, damos três tiros de foguete caramuru. No caso da gente saber com antecedência, uma pessoa avisa os moradores nos povoados: “Vem aí problema, que todo mundo se previna.”

A notícia da confusão chegou até São Luís e veio reforço do governo do estado. Vieram três carradas de soldado. Tudo de fuzil na mão, metralhadora. Carrada que eu chamo é caminhão, porque lá os soldados se carregam num caminhão. Chegaram no município de Coroatá e mandaram intimar o Nicolau.

“Eu vou embora daqui morto, mas não vou sair da minha casa, do meu engenho, de jeito nenhum. É tudo nosso trabalho. Nós vamos pagar ao seu Acioli a renda da terra, de acordo com as normas daqui da região. Mais do que isso, não pagamos nenhum tostão. A cachaça, a rapadura e o açúcar é a gente que vai fazer.”

Resolveram mandar novamente um embaixador lá onde estava o Nicolau com a turma dele. Diz que tinha menino, mulher, homem, todos com cacete de bater cachorro, faca de cozinha, peixeira, espingarda de caça. Quem podia comprar revólver comprou; outros arranjaram desses rifles papo-amarelo.

Todo mundo escondido detrás daquelas rumas de bagaço de cana. Gente deitada, outros detrás das paredes do engenho, outros faziam trincheira, entravam dentro com o rifle acima da vala, olhando acolá: se alguém viesse, passavam tiro. Quando o embaixador chegou, colocou a intimação: “Tem que comparecer lá, porém não queremos mais que um, ou dois, e o seu Nicolau tem que ir.”

O Nicolau disse que não ia: “Vocês podem trazer a padiola pra me levar dentro morto. Vivo eu não vou; não vou mesmo.”

Através desse embaixador, chegaram a um acordo. Vinham o Acioli com o representante da Justiça – o chefe principal dos policiais, o sargento ou o tenente –, vinham os dois unicamente, pra se encontrar no meio da viagem com o Nicolau, onde das trincheiras todo mundo pudesse ver o que estava acontecendo.

Fizeram o contrato das famílias de tirar a cana do próximo ano, moer como quisessem e pagar a renda ao proprietário.

Mas, quando é no outro ano, o pessoal não tinha ainda alternativa para mudar do lugar e o Acioli não quis comprar as moradias e o engenho que tinham feito. Tampouco pagar a raiz da cana. No primeiro ano você planta, depois corta e toca fogo no palheiro. Fica a raiz da cana lá. Pode brotar novas canas quatro, cinco anos, sem precisar plantar mais nenhuma vez. Mas você, que plantou a primeira vez, é o dono da raiz da cana.

Novamente o pessoal fica trabalhando naquele lugar e mói a cana do terceiro ano. Essa luta durou de 1952 a 1956. Só então é que saíram da aldeia. O Acioli resolveu chegar a um acordo de pagar as casas, o engenho e a raiz da cana. Os moradores vizinhos, meeiros, cada vez mais aderiam à luta, e Acioli ia perdendo a cana, ficando só com a que os trabalhadores assalariados dele produziam.

Segundo: eles encontraram uma perspectiva. Quando chegaram do Piauí, não vinham sabendo muita coisa. Agora, se tinha terra devoluta nas matas do Pindaré, onde podiam trabalhar sem muitos problemas... Ali em Coroatá era encrenca todo ano. Aquela briga: vem soldado, vem polícia, vem o diabo. Resolveram sair de lá. Mas levaram o dinheiro todinho das casas e do seu trabalho.

Casamento, apesar do racismo

Eu conheci Rita, minha noiva, minha mulher – porque eu casei com ela –, em São José do Tufi, mas ela era piauiense. Meu concunhado Chico Vitô também tinha migrado do Piauí por volta de 1952, no tempo daquela seca. Primeiro ele foi para Lagoaçu, depois para um lugar chamado São Mateus, morou em Piqui e acabou chegando no Pindaré-Mirim.

Dona Rita veio visitar a irmã e os sobrinhos. Eu vi ela: “A piauiense que chegou aí.” Achei simpática. Começamos a conversar e terminei pedindo casamento.

A minha mulher era branca, bem alva, e eu me casei contra a vontade dos meus outros cunhados, do meu sogro. Não queriam o casamento porque meu cunhado informou que a Rita estava noiva com um rapaz que, embora fosse um cara de bom comportamento, era preto.

O maior bafafá. Só depois do casamento, o caso perdido mesmo, é que o pessoal aceitou.

Não veio ninguém da família do Piauí pra assistir ao casamento. Lá é uma tradição: a filha vai casar num dia, toda a família tem que estar presente, fazer uma festinha com bebida, o máximo que puder. No meu caso não fez nada. Só minha cunhada, que estava no Maranhão, é que foi no casamento.

O cunhado e a irmã da Rita tinham aderido à religião protestante desde que chegaram ao Maranhão. Foi exatamente por este motivo: como os cunhados eram protestantes, e eu também, eles não tiveram tanta reação contra o casamento.

Nós temos no Maranhão uma espécie de racismo que veio entrando assim, muito sutilmente, e terminaram as pessoas aderindo a uma concepção racista.

No casamento isso se expressa claramente. As famílias que têm a pele branca, de modo geral, não aceitam que uma filha, ou um filho, se case com uma moça ou rapaz negro.

A Rita me dizia que a avó dela tinha tanta raiva de negro que não podia nem passar perto. Chamava negro de pescoço de garrafão, canela de foice, canela de facão, canela cinzenta.

No Maranhão têm alguns episódios sobre o negro que são propagandeados fora da consciência do pessoal. Coisas que mesmo o próprio negro diz. Quando uma pessoa está toda desconfiada, acanhada, inibida, não consegue se expressar bem: “É, rapaz, tu tá aí como mulher de negro, quando vê rolo de fumo.”

Isso tem ligação com o pênis do negro. Lá têm uns rolos ou carga de fumo desse tamanho. Quando a mulher de negro vê rolo de fumo fica sarapantada, igual como quando vê o pênis do negro. É uma coisa pejorativa de dizer.

Outras, por exemplo: branco é filho de Deus, mulato é enteado, caboclo não tem parente e negro é filho do diabo. Negro em pé é um toco, deitado é um porco. Negro não sorri, negro relincha. Negro não chora, negro berra. Negro não fala, negro resmunga. Negro não come, negro babuja. Negro quando não caga na entrada, caga na saída.

Pobre do negro, tudo de ruim é pra ele. Por que que dizem que negro é imagem do diabo? Por que o diabo tem que ser negro? Por que o diabo não pode ser branco?

Esse negócio tem muito a ver com a religião, que criou o diabo sujo. Já vem isso ligado na cabeça do povo – que o negro é da cor do diabo. Caim era negro; o bom, Abel, era branco. Essas coisas vêm de longa data: histórias do negro, o racismo.

Agora, o problema do negro é muito relativo. Embora eu tenha uma pelezinha mais ou menos clara, sou considerado negro, dado

ser descendente dos meus bisavós, das minhas avós, do meu pai, que eram negros. Minha mãe dizia: “A avó do meu marido era tão negra que tinha os olhos cinzentos como olho de cascavel.”

Cascavel é uma serpente braba, que pica, mata. Olho cinzento, canela cinzenta...

Por parte da minha mãe era gente toda branca. Gente de Portugal; família dos Frazão, vinda de Portugal. Então o negro se explica tanto pelos antepassados quanto pela própria cor da cara e o cabelo enrolado.

Eu acho que se pode distinguir dois níveis no problema do racismo: primeiro, em relação ao conjunto de brancos e pretos, que pertencem à mesma categoria de classe, à mesma classe social. Todo mundo é pobre, mas tu é preto e eu sou branco. Aí existe uma diferença, uma discriminação entre nós. Segundo, se eu sou branco e tu é negro mas rico, aí não existe nenhuma discriminação. Tanto é que as moças pobres do interior que são brancas podem casar com negro rico. Se diz assim: “O rapaz só tem de escuro a pele, mas é tão branco como nós. É uma árvore que tem folhas.” Eu não sei é como se dá a relação do negro rico com o branco rico.

O tingui e as chicotadas

Esse meu cunhado Chico Vitô, além da seca, teve também outro problema no Piauí: foi com o Felino, um grande latifundiário. Ele proibiu que os camponeses pescassem no rio Longá, que no verão separa as águas.

Quanto maior a seca, mais *resumem* os poços d'água dentro do rio. Fica muito peixe lá morrendo. O pessoal começa a pegar aquele peixe, levar pra casa e dar pros filhos.

Nos poços maiores, o pessoal botava tinguí, aquele tóxico que mata o peixe dentro da água e o gado que beber naquele rio.

Prenderam esse pessoal todinho e levaram pra Campa Grande. Jogaram o peixe dentro de um tacho grande na rua. Não foi nem panela; tacho de garapa. Depois dos peixes cozinhados, obrigaram os pescadores a comer o peixe com escama, com tudo. Ali mesmo, com as mãos. Teve um cara que reagiu e o Felino mandou dar uma *pisa* danada, com um cipó que chama *tamarim*. Um soldado estava batendo no homem e esse meu cunhado pede pro cara não bater mais: “Também é filho de Deus, como nós...” E a polícia: “Pega esse outro aí, que ele também tá com vontade.” Acabaram dando dez chicotadas nas costas do Chico Vitô.

Sem ver muito a gravidade do problema

Nós saímos a primeira vez de Pirapemas em 1955, com a família Juruca. Fomos juntos até Santa Luzia do Mearim e lá nós ficamos em Copaíba. Juruca seguiu em frente com sua família até o Pindaré-Mirim, São José do Tufi e lá entrou na mata ainda virgem.

Em 1962, esse primeiro ano que estávamos lá, botamos uma gigantesca roça na mata com a família Juruca. Uma roça de quatro hectares – são dezesseis linhas, é muito pra uma família só. Meu pai sempre botou roça de dois e meio hectares, no máximo dez linhas.

Nós estávamos bastante quietos, sem ver muito a gravidade do problema que ainda estava em Santa Inês, outra vila do município de Pindaré-Mirim.

Santa Inês era desbravada, já tinha capoeira e muito gado. Esse gado ia invadindo à medida que você ia desbravando a mata, criando pastagem. O gado começou a destruir a roça do pessoal que morava próximo de Santa Inês.

O gado era dos Tufi Maluf, Parente, José Bezerra. Há vinte anos esses homens eram os donos do poder em Pindaré-Mirim, os mandões do município. Nunca perderam política, porque sempre usaram a manobra.

O José Bezerra foi prefeito lá não sei quantos anos. Tinha gado e era grande grileiro. Mandou cercar milhares e milhares de hectares de terra. Além disso, era presidente da associação rural do município.

Depois que Zé Bezerra deixou de ser prefeito, continuou sendo político. Continuou dominando através da sua propriedade, do seu dinheiro, da associação rural, onde ele era representante dos fazendeiros e dizia que era representante dos camponeses também.

O Parente, num tempo mais passado, teve o primeiro rifle surdo da região. A caboclada contava que o Parente cansou de estar na janela da casa dele e atirar nos camponeses que passavam tocando seu jumento com carga pra vender. Atirava só pra ver se a arma estava funcionando bem. Pá! Ele ia lá, virava o cara – já morto – e dizia: “Ô arma boa!” Voltava depois pra dentro de casa.

Os Tufi Maluf eram donos de grande criação de gado, das usinas de pelar arroz e da serraria, que trabalhava com madeiras especiais: cedro, andiroba e outras. Eles é que negociavam entre Pindaré-Mirim e São Luís.

CAPÍTULO VII

O PRIMEIRO SINDICATO

No mesmo ano de 1962, aparece a história do sindicalismo rural. Sabia-se que no jornal saía notícia do sindicalismo em luta pra se legalizar. Mas, para nós, foi através do pessoal do MEB (Movimento de Educação de Base) que chegou o sindicalismo.

O MEB tinha um convênio com o governo Goulart para trabalhar no campo seis anos numas experiências educativas e movimento sindical. O pessoal do MEB era ligado à Igreja Católica Apostólica de Roma, representada por Dom Frago, bispo de São Luís.

Em Teresina, no Piauí, tinha a Rádio Pioneira, que transmitia o programa do MEB. Era uma rádio que se ouvia no Maranhão inteiro, no Piauí, até no Ceará. Tinha também a Difusora do Maranhão, uma rádio do estado que divulgava algumas personalidades daquela época de grande luta por democracia, quando o Jânio Quadros foi posto fora.

Pobre não tinha rádio. Nego que era comerciante tinha um rádio assim grande, caseiro. Botava lá na mesa pra chamar a atenção da freguesia. O pessoal ia fazer compras, na boca da noite – seis horas, sete horas – e ficava lá ouvindo.

No interior, raramente um camponês tinha rádio nessa época. Quando tinha, era um trabalhador rural já mais ou menos remediado. Um cara que tinha um patrão que deu crédito pra ele comprar o rádio a prestação na cidade. Mas lá só quem tinha rádio mesmo era esse Zé Machado, o comerciante.

A chegada do MEB

O MEB chega e fala no negócio do sindicato, uma proposta ainda feita pelo papa João XXIII, aquele que tinha sido descendente de trabalhador rural.

E nós: “Bem, agora estamos apoiados pela lei, pelo papa, pela Igreja. Vem gente da cidade. O pessoal está ficando importante aqui no interior.”

Nessas alturas, o José Machado, comerciante, lança sua candidatura pra ser vereador de São José do Tufi na Câmara Municipal. Ele era um instrumento dos Maluf, aqueles que estavam governando o município de Pindaré-Mirim há mais de vinte anos.

O pessoal do MEB fez uma primeira visita lá em São José do Tufi e convocou até os vereadores para uma grande assembleia. Foi ao ar livre, porque não tinha local em que coubesse todo mundo. Fizeram a assembleia debaixo de uma latada, na porta desse comerciante.

Logo aí, o MEB fez o convite: que o pessoal pensasse que ia ter um curso em Santa Inês; era bom uma pessoa ir fazer o curso e depois explicar ao nível local o sindicalismo, o problema das escolas de alfabetização.

O Zé Machado resolve então falar na candidatura dele. Também gostaria do apoio daquele povo. Se fosse eleito, iria dar muitos benefícios, inclusive uma comunicação telegráfica de Pindaré pra

Tufilândia. O lugar já estava bastante grandinho e tinha que ter uma comunicação. Não havia estradas de rodovia pra chegar em Santa Inês. O sujeito ia de canoa ou então tinha que ir a pé. Ou em costa de cavalo, de jumento ou burro. Eram só os transportes que tinham lá na época.

Nessa hora, uma menina que representava o MEB disse: “Olha, depois que a gente fizer a reunião, se o senhor quiser falar política, convoca reunião por conta própria. Aqui, nós estamos falando do problema dos trabalhadores, problemas de sindicato, problemas de educação. A gente não é político, não faz parte da estrutura dos partidos políticos.”

O Zé Machado ficou todo desmantelado. Fez uma demagogia bem grossa: “Minha mulher hoje está servindo de escrava. Essas moças que vêm de São Luís não podem comer em casa de qualquer pessoa. Então chamei lá pra casa. Minha mulher com todo prazer está fazendo a comida.”

Através do retrato das coisas

O MEB fez esse mesmo tipo de assembleia em vários outros povoados de Pindaré-Mirim.

Eu fui indicado para ir ao curso pelo pessoal da mata.

De Santa Inês a São José do Tufi eram oito léguas. São seis quilômetros cada légua, logo quarenta e oito quilômetros. A gente foi a pé.

No dia de começar o curso, tinha lá trinta e cinco trabalhadores rurais do município de Pindaré-Mirim. Esse curso durou quatorze dias.

Muita coisa na época, durante o curso, a gente não aprendeu. Mas depois, revendo os papéis, a gente começou a assimilar uma

série de perguntas, porque o curso era muito mais em forma de questionarinhos.

O pessoal do MEB fez toda uma estrutura do ponto de vista político, ligando o município com o estado, a Presidência da República. Na região, nós classificamos o curso de seminário para analfabetos, porque não precisava ler. Você via através do retrato das coisas pintadas lá no quadro, na cartolina.

“Então, como é que elege o prefeito?”

O pessoal lá votando na pintura. Depois de eleito o prefeito, você via logo uma cadeia, polícia. Na segunda página você via os movimentos camponeses ligados, de mãos dadas. Alguns tombados, mortos na terra e as balas saindo da boca dos fuzis da polícia, que estava lá na prefeitura.

O MEB questionava se esse sistema de eleição era suficiente pra conseguir a terra, já que aquelas brigas eram em função do problema da terra. Eles levantavam uma série de coisas técnicas – agrícolas, saúde, escola – que a gente podia conseguir daquela forma: através do voto. Alguns achavam que não.

Na outra parte do curso eles mostravam o camponês sem nenhuma assistência, morrendo sem tratamento nenhum: uma hora de cócoras, sentado, encorujado; outra hora lá na rede.

Aquilo tudo a gente tinha que interpretar: o que era o quadro? A partir da interpretação é que se dizia alguma coisa. O pessoal do MEB ia fazendo outras perguntas e anotava as respostas da gente.

Faziam também os grupos de pessoas representantes dos governos. A gente ia falar com o governo demagogo: ele prometia muita coisa; que a gente ficasse lá mesmo e ele ia fazer tudo.

O governo democrático, no sentido da palavra popular, falava que tínhamos que lutar pra mudar. Um prefeito, um governador ou o presidente da República, sem o povo organizado lutando pelos seus interesses, não podia fazer nada.

O que era o governo ditatorial? Recebia a gente com a cara muito fechada, com palavras bastante grosseiras, pouca atenção e dando ordens.

Depois entraram no problema econômico: começamos a ver o comerciante comprando o produto do camponês. Digamos, por cada saco de gênero, o camponês recebia dez moedinhas. Isso tudo em imagens. Nada de leitura. Do outro lado, pertinho do capitalista, trezentas moedas que tinham saído dos mesmos sacos. Aquele comerciante tinha ficado com uma parte. Ia seguindo, o bolo de dinheiro ia crescendo e cada um ficava com uma parte do bolo. Nego ficava de boca aberta. A gente ia começando a descobrir que tinha manobra, um jogo desgraçado.

Começou então uma certa contradição entre o pessoal: “Isso só se organizando em ligas camponesas; mas vem luta e dá morte. O que vamos fazer pra não morrer? Se a gente vota no prefeito, dá naquilo que deu lá.” O MEB nunca foi capaz de dar uma resposta.

A gente termina o curso e todo mundo volta pros povoados com muitas coisas implantadas na cabeça. Alguns companheiros fizeram o curso, mas chegaram nos seus povoados e continuaram não fazendo nada. Foram pra lá como líder, porque tinham feito o curso. Mas não um líder porque fosse fazer um trabalho de base, como o curso tinha ensinado.

Dessas trinta e cinco pessoas que tinham lá, eu me lembro dos seguintes companheiros que assumiram um trabalho de base: Antônio Lisboa Brito, piauiense, dezessete filhos, dez mortos, sete vivos. Além de ser lavrador, ele também era ferreiro. Fazia ferramentas, mas como não tinha oficina, trabalhava na oficina dos outros. Depois dividia as ferramentas no meio com o cara que era dono da oficina. Os filhos e a mulher se dedicavam muito à quebra do coco do babaçu e também trabalhavam na roça. Esse companheiro foi um dos que mais organizou gente na região dele.

No mesmo povoado de Santa Filomena – fica bem encostadinho de Santa Inês –, Raimundo Iolando, casado, com filho já homem. Era um cara de cinquenta anos. Três pessoas num povoado chamado Mandiocal e na cidadezinha de São José do Aterrado: Antônio Pires, Raimundo Amorim e José Lopes da Silva. Lá criaram escolas de alfabetização do sindicato.

Em Olho d'Água dos Carneiros tinha Manuel Dourado, e esse homem foi um dos principais líderes na localidade. Logo em seguida ao curso criou uma escola.

Depois nós tínhamos Laje Grande. Lá foram José Luís da Silva, vulgo Jodinha, e Raimundo Português os caras que mobilizaram o povo. Manuel Antônio é que era o responsável pelo trabalho no povoado de Pitombeira. Em Morada Nova tinha um conjunto de líderes: o velho Eustáquio, o Genésio e outros. Também fizeram um movimento. Depois tinha o Alto da Cruz. Já não lembro o nome dos companheiros de lá. Tinha eu em Tufilândia e mais outro que se chamava Antônio Arruda. Tinha também um companheiro que veio dum lugar chamado Centro dos Borjas.

Escolas de alfabetização e sindicalismo

Nos povoados em que não tinha ido ninguém ao curso, a gente via com o pessoal quem sabia ler e quem era mais benquisto. Chamava aquela pessoa e ia trabalhar em cima do que a gente tinha aprendido no curso: “Não existia na história do Brasil o sindicato rural. Existia liga camponesa, associação, mas sindicato mesmo não. Agora nós tínhamos uma lei que protegia o direito do trabalhador, quer dizer, nós poderíamos em torno dela lutar pelos nossos direitos.”

O problema da alfabetização era muito mais um método pra você poder justificar sua presença junto à massa, você ter alguma coisa de novo a apresentar.

Na região, os políticos às vezes botavam uma professora na escola. Ela chegava lá, trabalhava só dois meses. Passavam as eleições, ia embora. A criança que tinha visto a primeira lição esquecia tudo: continuava analfabeta do mesmo jeito.

O problema da escola era novo porque nós fazíamos a proposição de uma coisa a organizar. Essas escolas eram feitas na base da coletividade do povoado. A professora era escolhida pelo pessoal, que tirava também a contribuição pra dar uma certa ajuda, porque ela durante o dia gastava muito tempo lá na escola. Durante a noite não tinha salário, porque à noite ninguém vai trabalhar pra ganhar dinheiro.

Os pais de família começaram a achar o método muito bom. Nas escolas particulares dentro do esquema burguês, um pai tem que pagar o direito por cada filho estar na escola. Lá não, o cara pagava em pé de igualdade, mesmo que tivesse dez filhos. Mas quem não tinha nenhum pagava a mesma quantia à coordenação da escola.

Para os adultos, era escolinha de alfabetização e discussão do que era o sindicato. Para as crianças, era alfabetização.

O camponês pensava que escola era só como aqueles prédios famosos que ele via nas cidades municipais.

“Não, companheiro. Nós, pra fazer uma escola, vai ser de acordo com a nossa situação. Não podemos construir uma casa de escola, um grupo de escola com tijolo, coberto de telha. Mas podemos fazer uma casa como essa nossa. A gente não se ajunta pra fazer a casa de uma pessoa no fim de semana? Pra escola também podemos nos ajuntar uma vez por semana numa espécie de mutirão. Você vai achar que a escola é importante no povoado.”

Então, assim, nós começamos a tirar as palhas, as madeiras. Todo fim de semana um tirava um dia ou um meio dia pra fazer aquele trabalho. Em geral, cada povoado tem um carpinteiro ou dois. A gente fazia o seguinte: “Você que é carpinteiro se responsabiliza pelos bancos.” Ele ficava de pleno acordo de fazer os bancos, desde que o pessoal desse as tábuas.

Passou pouco tempo, a escola estava pronta. Agora, não esperava preparar tudo pra depois começar a estudar. A casa foi coberta, não está mais chovendo dentro, não tem sol: vamos logo sentar no chão, onde for possível.

A gente fazia as escolas para ensinar a ler a partir do curso sobre sindicalismo. O MEB estudava os problemas da região e elaborava isso em curso de formação. Esses cursos eram um tipo de cartilhazinha. O pessoal já aprendia a ler dentro do método de conscientização de seus problemas.

Agora, uma coisa é você levantar os problemas, outra coisa é a massa escolher o que pra ela era mais sensível, tinha mais sentido.

Os caboclos diziam: “Olha, tudo isso é importante, mas o problema que mais me choca aqui é o gado comendo roça. Se esse problema for evitado, é uma grande vitória que nós vamos ter.”

Aí nós falávamos o seguinte: “Uma escola em cada povoado não é capaz de lutar contra o gado. Tem que ter organização que engloba todo mundo com o mesmo objetivo e essa organização é o sindicato.” Mas um dizia o seguinte: “Eu estive num lugar e o sindicato dava muita peia, cadeia e mais nada.”

“Pois é, rapaz, acontece o seguinte: se deu peia, se deu cadeia, é porque alguma coisa os camponeses fizeram, defendendo os seus interesses e isso é que levou a polícia a espancar.”

Antônio Bastos, o grande amigo dos índios

Durante as discussões pra fundar o sindicato, aqueles velhos mais antigos – lá cinquenta anos é considerado já velho, não do ponto de vista de idade, mas do ponto de vista do físico: o cara está acabado – diziam assim: “Me lembro muito bem de uma luta que se deu aqui.”

Eu penso que foi antes de 1930. Na época, os índios estavam sendo expulsos das matas encostadas no Pindaré-Mirim por esses donos que estão aí hoje. Diziam que eles faziam mal, eram bichos selvagens. Então aparece esse senhor Antônio Bastos. Nunca ninguém soube de onde é que ele era. Só sabe que ele era língua: falava português e a língua dos índios também. Foi o grande amigo dos índios. Começou a dizer que essa expulsão era injusta, que ia viver com os índios e foi mesmo pras matas.

Esses índios eram os Guajarra e Guajajarra, que eu conheci naquela caçada.

Quando os índios estavam bem sabendo quem eram os inimigos, começaram a invadir Pindaré-Mirim. O estardalhaço que eles faziam era coisa de admirar. Primeira medida: prendiam o prefeito com toda a policinha local. Raspavam a cabeça, tocavam na cadeia. Nesse tempo, Pindaré-Mirim só tinha o rio como comunicação com São Luís. Vinha lancha com muita dificuldade, enfrentando coivaras de pau: passava quase meses pra chegar.

Depois que eles prendiam as autoridades municipais, os índios invadiam os armazéns que tinham roupa, tecidos, ferramentas de trabalho, espingarda de caça e comida. Distribuía não para os índios, mas para a população pobre. Isso era uma confusão desgraçada. E a massa começou a se candidatar também, junto com os índios, pra ficar ao lado de Antônio Bastos.

O fato é que eles fizeram isso umas oito vezes, segundo os antigos, no período entre 1920 e 1930.

Esses velhinhos contavam com muita admiração a história de Antônio Bastos e diziam: “Companheiros, a gente tem que tomar a posição que Antônio Bastos com os índios tomaram, porque naquele tempo aqueles homens fizeram justiça.”

Agora, sabe o que aconteceu com Antônio Bastos? Um dia, ele adoeceu nas matas e não teve jeito pra se tratar por lá. Veio escondido se tratar no município que chama Vitorino Freire, porque tinha um hospitalzinho. Mas souberam que ele estava lá e mandaram buscar o homem. Chegaram aqui na encruzilhada entre Cajueiro Grande e Santa Inês e nós escutamos os tiros dos bacamartes.

Trouxeram o homem até a terra dele, pro povo ver que ele tinha sido morto. Enfiaram três grandes estacas no chão. Tudo de ponta fina. Meteram nas palmas da mão dele. Espicharam assim, bem no centro do caminhozinho, e enfiaram outra estaca aqui debaixo do queixo. Deixaram ele lá de braço aberto, espetado na ponta de três estacas e depois arrancaram a língua, pra ele deixar de ser falador. Diziam que a língua dele ninguém podia vencer, porque ele fazia tudo com a língua. E as mãos espetadas era porque aquele homem escrevia bem.

Programa e prática de uma cooperativa

Entre 1960 e 1962, apareceu nesse mesmo local um sujeito que se chamava Antônio Pereira de Souza.

Na época em que o governo falava em cooperativa agrícola – até hoje ele fala, mas nesse tempo dizia que era para os trabalhadores criarem cooperativa, fazer reforma agrária –, apareceu esse tal

Antônio Pereira como organizador de cooperativa. Foi um pouco anterior à data em que nós estávamos cuidando do sindicato. Logo que eu cheguei em Pindaré-Mirim, ele convidou a gente pra ser sócio. Eu me associei, mas na época não sabia nada de cooperativa.

A cooperativa tinha um crédito bancário aberto em São Luís, pra financiar os trabalhadores que produziam na área.

Tinha também uma terra gigantesca na mata do Pindaré-Mirim e distribuía terra pra os trabalhadores, sem eles pagarem nada. Depois a própria cooperativa se encarregaria de legalizar. Essa cooperativa ia financiar ainda a compra de arame e ferramenta pro trabalho. Se você visse o tanto de gente que essa cooperativa reuniu! Era assim uma coisa espetacular.

Cada trabalhador pagava uma cota de dinheiro, que na época era cinquenta cruzeiros, pra ser sócio da cooperativa.

Antônio Pereira de Souza foi pra São Luís, trouxe duas carradas de medicamentos e botou uma farmácia no local chamado Santa Teresa. Depois trouxe umas trinta carradas de arame. Toda essa mercadoria era para os sócios da cooperativa.

Em Santa Teresa, ele fez um campo de aviação. A gente foi obrigado a trabalhar como burro pra fazer o tal campo. Ele tinha sido pago pelo governador do estado do Maranhão pra fazer o campo e nos fez trabalhar de graça, dizendo que era um negócio pra nós: “Vamos receber dinheiro, empréstimo do banco. É bom que o pessoal tenha um campo, porque então o dinheiro vem de avião e o gerente faz o pagamento direto, aqui mesmo em Santa Teresa.”

Agora, cadê o dinheiro? O arame, sabe o que aconteceu? Ele vendeu todinho pros grandes fazendeiros do município. Ninguém ficou nem com uma bola de arame, apesar de ter sido comprado com nosso dinheiro.

Ele mandou fazer uma roça dele lá na mata. Uma roça de cem linhas.

“Olha, eu não posso trabalhar. Todas as semanas vocês têm que vir trabalhar um dia pra mim. Não vou pagar nada. Se eu não for liberado, não posso cuidar dos interesses de vocês.”

Esse homem vai pra São Luís e volta; vai e volta de novo. Repara bem o que é as pessoas estarem completamente na besteira.

Quando nós falamos que a gente estava precisando do empréstimo pra aguentar a produção, ele disse o seguinte: “O empréstimo é com os usineiros, porque o arroz tem que ser vendido pra eles. A gente estava devendo pra eles a conta do arame. O resto do arroz a gente bota no carro e vamos vender fora daqui.”

Arranjou o carro, botou o arroz e mandou pelar nas usinas de arroz. Foi vender, dizendo que era lá pra Paraíba. Resultado: ficamos sem arroz e sem dinheiro.

A ilusão pra sair da cabeça da gente não é fácil não. Eu já estava bastante preocupado com esse negócio e tomei no MEB um curso sobre criação de cooperativas. Fomos ver os estatutos, as normas de cooperativa, o direito que o sócio tem de cobrar das assembleias gerais a prestação de contas. Aí começamos também a cobrar esse negócio.

Uma parte dos trabalhadores continuava apoiando o desgraçado, dizendo que tinha sido um erro, que ia ser corrigido mais na frente. O homem estava trazendo trator, trazendo não sei mais o quê.

Nisso aí Antônio Pereira se candidata a vereador e vai eleito. A gente começou uma campanha contra ele.

Quando foi no começo de 1963, esse homem começou a levantar bandeira de guerra contra nós. Armado, com polícia: virou inimigo jurado com medo dos trabalhadores.

Ainda hoje, se você for em Pindaré-Mirim, procure conhecer uma localidade chamada Cajueiro; lá tem um lugar que o nome é Cooperativa de Antônio Pereira. Estão lá residindo uma série de pessoas, trabalhadores rurais que pensaram que a vida ia melhorar mesmo. Ficaram lá até hoje. Uma grande parte das terras foi distribuída: vinte e cinco hectares pra cada família. Estão lá abandonadas, porque eles não tiveram como continuar trabalhando aquela terra.

Logo no início, muita gente, inclusive meu cunhado Ameliano, cansou de dizer assim: “Manoel, o que esse homem está falando é importante. Ele vai se transformar no nosso Antônio Bastos. No dia que mandarem ocupar, nós vamos invadir essa porqueira toda. É um homem de respeito, de confiança.”

Esse negócio de Antônio Pereira de Souza é muito vivo lá na região. Eu acho que deve servir de exemplo: primeiro tem que ver a experiência; não basta um programa. Tem que ver o programa e a aplicação na prática desse programa.

A fundação do sindicato

Os debates continuaram nas escolas, ao mesmo tempo em que se aprendia a ler um pouquinho. O pessoal confundia muito sindicato com associação rural. Então a gente começou a mostrar as leis e o pessoal começou a se incentivar.

Foram levantadas algumas questões a respeito das leis que regimentavam os sindicatos. Mas, até aí, a gente mesmo não sabia como era um estatuto próprio do sindicato.

Quando o MEB voltou, trouxe um estatuto que já tinha uma série de normas. Você não tinha o direito de usar todo o estatuto. Tinha

que pegar alguns artigos pra desenvolver, adequar à área; botar o nome do município e assinar pela diretoria do sindicato. Isso tinha que ser feito numa assembleia geral.

Antes da fundação do sindicato, foi feito novo curso sobre sindicalismo pras pessoas interessadas que tinham aparecido nos povoados e pra poder explicar como escolher o presidente.

Tinha um cara chamado José Vicente Rocha. Era cearense, tinha migrado pro Maranhão há muitos anos. Trabalhava de enfermeiro ambulante no interior e tinha feito o primário. Foi convocado pra assistir a uma reunião porque se dizia trabalhador e realmente tinha uma roça. Lá, um dia ele ia à roça, mas pagava muita gente pra trabalhar pra ele. Na assembleia, ele foi o cara que mais falou bonito. Resultado: na hora da eleição, foi indicado pra ser presidente.

O pessoal escolheu Antônio Lisboa pra tesoureiro. Desde que fez o curso, ele atuava tanto no povoado dele, como em vários outros em que ia ou mantinha ligações. Sabia ler um pouco e fazia duas espécies de conta: somar e dividir. Tinha uma especialidade pequena nesse aspecto aí.

Escolheram o Zé Lopes que, no Mandiocal, nos povoados importantes, trabalhou bastante. Tinha também uma certa formação do ponto de vista de leitura e falava bem.

Eu entrei como segundo suplente. Manuel Dourado, primeiro suplente. Jodinha, que é José Luís da Silva, terceiro suplente.

Isso por enquanto era uma chapa de candidatura a ser discutida lá na assembleia geral em Santa Inês.

No dia da fundação do sindicato, apesar de todo o trabalho que a gente tinha feito, só compareceram mil camponeses. Lá foram lidos e aprovados os estatutos pela assembleia. Aprovou-se oficialmente – pelos representantes de todos os povoados – que se iria *levantar a bandeira da prisão do gado*.

O prefeito naquela época era Raimundo Rego, apelidado Mundico Rego. Esse cidadão estava em contradição com os Maluf, porque tinha sido eleito pela oposição. Os Maluf eram do PSD e não sei qual era o partido do prefeito. Sei que os Maluf lutavam para derrubar o prefeito.

Apesar desse tempo de democracia, era obrigatório o prefeito ser convidado pra dar a opinião dele sobre a validade do sindicato: verificar que o sindicato foi fundado tal dia, tal hora, em tal praça ou em tal assembleia, quem era o presidente e até se ele, o prefeito, estava de acordo com os planos da diretoria do sindicato.

Como o prefeito não estava exatamente ciente das proposições do sindicato, não sabia também das consequências que isso ia dar. Resultado: ficou entusiasmado com o problema do gado, que foi levantado lá como profunda contradição da massa.

A assembleia de fundação do sindicato foi em Santa Inês, que nesse tempo era ainda vila. Não fundamos em Pindaré, mas lá é que estava a prefeitura, o cartório, a coletoria. Agora, Santa Inês é o centro comercial de todo o município de Pindaré-Mirim. O prefeito e os vereadores moravam em Santa Inês. Os escritórios deles é que ficavam pra lá da vila, a nove quilômetros, na sede do município. Além do mais, Pindaré-Mirim ficava na beira do rio, numa área em que os camponeses não moravam perto. Então, por que razão convidar o pessoal pra andar mais nove quilômetros ainda – e ir lá pras terras municipais –, se em Santa Inês tinha uma vila, todas as autoridades estavam aí vendo? Então, a assembleia de fundação do sindicato foi ali mesmo, no dia dezoito de outubro de 1963.

CAPÍTULO VIII

FOGO NO GADO

Não é a roça que anda atrás do gado, é o gado que persegue a roça. Então se é ele que persegue, ele deve ser preso. Como o município de Pindaré-Mirim é uma região de gado muito especial, gado zebu, não tinha cerca que ele não derrubasse. Algumas pessoas faziam cerca com madeira-branca fraca; o gado vinha e terminava de derrubar. A gente não tinha nenhum interesse de fazer uma cerca só com âmago de madeira, porque só precisávamos daquela terra um ano. No ano seguinte tinha que botar roça noutra lugar e fazer nova cerca. Então, por que fazer uma cerca pra durar muitos anos?

Se o criador faz a cerca dele de arame, com pastagens dentro, aquele cercado fica pra toda vida e o gado preso. O criador só precisa de um ou dois trabalhadores pra zelar aquela área. O problema é que isso não interessa a ele porque não quer gastar dinheiro.

O criador acha que o gado dele deve engordar com a pastagem que o camponês está fazendo e bota dois, três vaqueiros com cavalo pra vigiar esse gado.

Depois que a assembleia do sindicato aprovou oficialmente a luta imediata pela prisão do gado, nós não sabíamos como encaminhar isso pras autoridades. A diretoria se reuniu e achamos que devíamos contatar o prefeito. Fomos lá e ele ficou de acordo: “Tem uma lei que a gente queria dar pra vocês, mas com muita reserva, porque é interna da prefeitura. Não vão falar que fui eu que dei.”

Pela Lei nº 6, elaborada em 1949, pelo prefeito José Bezerra, tinha sido determinada uma região que serviria pra criação do gado. Nessa região, uma vez tirada a produção, o camponês não poderia mais utilizar a terra pra outro plantio. Podia só deixar lá as capoeiras, no sentido de conservar as pastagens para o gado.

Uma vez que o trabalhador se interessasse por um pedaço de mata dentro da área de criação, era obrigado a cercar a sua roça com uma cerca de oito palmos de altura. No caso de destruição da produção pelo gado, não caberia nenhuma responsabilidade aos fazendeiros. Os trabalhadores ficavam com prejuízo, porque eles eram responsáveis de não terem feito a cerca boa.

Mesmo a roça sendo cercada, caso o gado invadisse destruindo a produção do camponês, ele não tinha o direito de abater o gado. Tinha que ir à casa do fazendeiro dizer que o gado estava na roça. Se depois de denunciar três vezes, o fazendeiro não tomasse nenhuma providência, o camponês devia denunciar outras três vezes à prefeitura.

Ora, só pra fazer isso aí se bota um percurso de quinze dias. Ir três vezes na prefeitura pra encontrar o prefeito. Marcar o dia pra falar com ele. Tem que ter intermediário, pistolão, essa coisa toda. Em quinze dias o gado já comeu o arroz, a mandioca, o milho, não tem mais nada. Está só o chão limpo.

Se o camponês matasse o gado, ele estava sujeito a pagar esse gado, ele estava sujeito a pagar esse gado e ainda ser preso. Foi aí que o Zé Bezerra massacrou muitos camponeses, porque eles não

tinham como pagar o gado. Zé Bezerra mandava seus jagunços. Chegavam lá e o que encontravam de mobília dentro de casa – que vem desde os potes – botavam no carro e iam embora. O que não dava dinheiro nenhum, eles quebravam. Depois tocavam fogo no resto da casa e levavam o camponês preso. Muita gente ficou sofrida desse jeito.

A emenda à lei do gado

A diretoria do sindicato foi estudar a lei, mas não tinha capacidade teórica de fazer uma reformulação. Tinha lá um amigo nosso que não era camponês, mas simpatizava com o sindicato. Trabalhava como vendedor num armazém de Santa Inês. A gente convidou ele pra ajudar.

Ele discutiu conosco e elaboramos a crítica, artigo por artigo. Baseados nisso, fizemos um memorando: “Dado a gravidade do gado destruindo a roça na região e com fins de não criar ou não alimentar desarmonias entre camponeses, lavradores e criadores, nós sugeríamos que a lei deveria ser mudada para os seguintes termos: ‘O gado deveria ser preso e que os trabalhadores estavam de pleno acordo que os donos de criação deveriam estabelecer uma área de terra, mas que ela deveria ser cercada.’”

Esse memorando começou a circular entre a população. Alguns itens novos apareceram, a partir dos debates que a gente fez no interior. Quando nós tínhamos esgotado os debates, o sindicato convocou quem era trabalhador na região para uma assembleia geral extraordinária.

Agora, veja a diferença entre a assembleia de fundação do sindicato e essa outra! A luta contra o gado começou a ganhar apoio em diferentes povoados e outros municípios, como o de Santa Luzia,

Bom Jardim, Vitória do Mearim. Nesses municípios o pessoal passava a ser sócio do sindicato.

Fizemos essa grande assembleia geral extraordinária no dia 15 de novembro, pra já ir depois à prefeitura de Pindaré-Mirim. Nós sabíamos que naquele dia os prefeitos, vereadores deviam estar nos escritórios deles ou tomando café.

Quatro mil trabalhadores chegaram lá com esse memorando. Com isso o pessoal se assombrou, mas ninguém disse uma palavra contra: “Nada mais justo que a opinião pública municipal! Já que é um problema importante, nós vamos botar toda força pra atender a reivindicação.”

Pra ver o que é massa... O pessoal logo: hee! hee! Batendo palma lá pro prefeito, pro vereador, reacionários que estavam naquele meio. Eles disseram o seguinte: “Fomos pegos um pouco meio de surpresa. Pedimos quinze dias pra reunir a Câmara, fazemos um anteprojeto e discutir com o prefeito. Depois submetemos ao sindicato, antes de ser votado como lei.”

Com quinze dias, voltei lá. Procurei José Zico, o presidente da Câmara. Esse senhor estava tomando cerveja, com um bocado de comerciantes e Manuel Pezão, um grande industrial. Chegaram me convidar pra beber junto com eles.

“Não, eu não tomo cerveja. Eu tenho um pouco de pressa. Vim só exatamente pra saber do resultado da Câmara a respeito da reivindicação do sindicato.”

“Não! Senta aí, a gente conversa depois.”

Daqui a pouco começou a chegar gente. Estavam lá o gerente do Banco do Estado do Maranhão e outros vereadores municipais. Deixaram a bebedeira e José Zico disse assim: “Entra pra cá, Manoel. Olha, rapaz, pra te ser sério o pessoal nem se reuniu. Não tenho nada a dizer do ponto de vista oficial da Câmara.”

“Mas como é que fica o negócio?”

“O problema do gado não é um problema do município; é um problema do Banco do Brasil. Todo esse gado está hipotecado pelo banco, é dinheiro, que o banco tem investido. Agora, uma vez que o banco emprestou dinheiro para o gado e também tem empréstimo aqui pra vários lavradores, caberia ao Banco do Brasil dar uma resposta.”

“O senhor faz o favor de mandar isso por escrito pro Banco do Brasil?”

“Pois não. Faça uma carta.”

Aí fez uma carta para o senhor Galiza, o gerente do Banco do Brasil em São Luís, que esperava que o banco procurasse uma solução etc., etc.

A gente volta lá pro campo e tocamos pras aldeias, discutindo com o pessoal a resposta. E agora? Teve que fazer nova assembleia. Foi aprovado que pelo menos a diretoria ia a São Luís. Fui eu, José Vicente Rocha e Antônio Lisboa Brito.

Com as autoridades, em São Luís

Essa foi a primeira vez na minha vida que eu fui a São Luís. Minha impressão foi de que ali era o máximo, o negócio mais desenvolvido do mundo. Era só riqueza. Grandes prédios de mais ou menos três, quatro andares. Tinha prédio até de dez. Luz elétrica pra todo canto, carro correndo, bonde passando: aquele outro mundo; nada a ver com a gente. Fiquei um pouco decepcionado.

A gente foi bastante inibido falar com o gerente do banco. Todo mundo de manga de camisa, japonesa no pé. Só o José Vicente, o presidente, é que tinha uma camisa melhor, uns óculos *ray-ban* aqui do lado, muito bonitão.

Chegamos no banco e pedimos um contato com o gerente. Estava lá o monstro, bucho grande, porco china. Ele recebeu a gente muito simpático. Aquela demagogia. Pensou que era pra algum negócio de emprestar dinheiro.

“Olha, a gente veio aqui porque... Enfim, a gente, o sindicato de Pindaré-Mirim...”

“Lá tem sindicato?”

“Tem sindicato, sim, senhor.”

“E qual é o problema?”

“Existe um problema de gado e de roça lá no vale do Pindaré-Mirim. Nós estamos informados que o senhor é responsável por esse gado e queríamos saber que providência o senhor vai tomar a respeito da situação do gado na roça dos trabalhadores.”

“Quem informou aos senhores que eu sou responsável por gado só pode ser um grande imbecil. O banco dá o crédito. Agora se compraram gado ou não compraram gado, fizeram outra coisa com o dinheiro, eu não quero nem saber. O banco precisa de receber o seu dinheiro com os juros e nada mais. O banco não é instituição jurídica, meu prezado, não é nada disso.”

“Meu amigo, nós não estamos aqui por inocentes. Sabemos que o banco não é instituição jurídica, é uma instituição financeira. Acontece que o presidente da Câmara Municipal disse que o senhor é responsável e está aqui a carta.”

“É, realmente sendo assim, eu vou ter que pensar melhor.”

Pensou, pensou e disse: “Não, mas o negócio não é comigo. Os senhores vão lá no Palácio do Governo e falam com o Secretário do Interior e Justiça.”

Pedimos ao gerente: “O senhor poderia comunicar que nós queríamos falar com ele?” Ele disse: “Pois não.” E telefonou:

“Espera aí uma comissão do sindicato do Pindaré-Mirim. Querem falar com o senhor sobre o problema do gado.”

Só pra chegar nesse homem, enfrentamos duas correntes de polícia. Logo na porta veio um cara com metralhadora na mão pedindo identidade.

“Nós não temos identidade coisa nenhuma, somos lavradores.”

“Vão fazer o quê?”

“Nós queríamos falar com o senhor Joel Barbosa.”

Chegamos lá e eram aquelas grandes poltronas. Fiquei até com cerimônia de sentar. Uma poltrona toda coberta com toalha bonita, limpinha, era uma coisa muito linda pra mim naquele momento. Eu estava com aquela calcinha de mescla do interior, mescla dura. Os caras de paletó, gravata.

A gente contou o recado. Ele ficou ouvindo e disse:

“Qual é a quantidade de associados do sindicato de vocês?”

“Quatro mil associados.”

“Quatro mil associados?!”

“Sim, senhor.”

“Ah! Quatro mil associados já é muita gente, é um sindicato forte. Bem, nós não temos muita solução a dar. Não temos como intervir nos assuntos municipais, salvo se a questão tenha sido levada à justiça local e esgotou todas as possibilidades. Então aí caberia apelar para uma instância superior.”

Eu pensei: “Putá merda, agora vai ter que começar tudo de novo. Brigar lá no município, até que se consiga convencer os trabalhadores que essas autoridades não vão fazer justiça.”

A gente insistiu muito e ele terminou dizendo:

“A lei mesma, prevista pelo Estado, é que a zona da baixada é destinada à criação de gado. Lá no vale do Pindaré-Mirim é zona de lavoura. Pra não criar problema, marca-se no dia vinte de dezembro uma ida minha no Pindaré-Mirim. Lá eu vou falar aos vereadores e ao prefeito. Vocês enviam então três representantes

do sindicato, mais que isso não. A gente não quer muita gente pra não fazer barulho.”

“O senhor vai mesmo?”

Ele me olhou assim: “No dia vinte. Já disse. No dia vinte me aguarde. Estou lá.”

Fogo no gado

Nós voltamos.

No dia vinte, esperamos. Nada. Passou dia vinte, passou dezembro, entrou janeiro.

Os caboclos logo começaram a dizer: “É plantar o arroz, o milho, a mandioca, a verdura – que é questão de subsistência imediata.”

Depois do dia vinte de janeiro, o arroz começou a nascer e as outras plantas também. O gado começou a comer tudo. Aí, sim, pela primeira vez eu vi uma revolta em massa dos caboclos no Pindaré-Mirim!

Fizemos uma assembleia geral na vila de Santa Inês no fim de janeiro. Convocamos amigavelmente todas as autoridades pra vir: não veio ninguém. Desde cinco horas da manhã o pessoal começou a chegar. Os carros não podiam passar. Tudo quanto era rua, quanto era beco tomado de gente. De tarde não tinha nenhuma solução.

Aí uns companheiros de Morada Nova se desesperaram.

Passaram fogo no gado. Mataram logo umas quatro, cinco, seis reses.

E o que faz o prefeito? Não comunica nada ao sindicato. Enche uma canoa de soldados e jagunços municipais. Chegaram próximo ao povoado, num local chamado Colônia Pimentel. Saíram da lancha, entraram na casa do inspetor de quarteirão. Estava o

povo todo reunido. Nós tínhamos convocado gente de todo canto. Eles, sabendo da barra, só mandaram o sargento.

“A gente sabe que o gado comeu roça. Vocês mataram alguns também. As autoridades superiores me enviaram pra averiguar os prejuízos. Vocês sabem como é lei. Os criadores têm o dever de pagar o prejuízo de vocês, agora o gado também precisa ser indenizado.”

Nós não estávamos com medo porque sabíamos que o prejuízo era cinco ou seis vezes superior ao valor do gado que tinha sido morto. O pessoal foi inteligente. Mataram o gado e como o dono do gado não quis ir lá apanhar a carne, a gente pegou e vendeu. Distribuímos a carne toda para os camponeses mesmos. Os caras iam pagando e a gente ia guardando o dinheiro.

Foi aquela comissão de gente olhar os prejuízos. Nada de dizer que tinha dinheiro guardado.

O sargento tomou nota de tudo direitinho. Chegou lá no povoado e disse: “Vocês mandam dois representantes em Pindaré-Mirim pra discutirmos a questão dos prejuízos. Lá está o juiz, vai ser amigavelmente.”

A gente desmobiliza a assembleia. Vai embora todo mundo. Eles tinham ficado escondidos. Quando foi meia-noite, cercaram o povoado. As casas são mais ou menos perto, mas têm assim uma distancinha de quinze, vinte metros de uma pra outra. Então o que é que eles faziam? Entravam na casa pela porta de esteira, porque lá não tem porta de madeira. Cortavam a embira da porta, abriam devagarzinho. O pessoal dormindo. Quando eles acordavam, as armas já estavam em cima.

“Não grita, não te bole.”

Iam logo amarrando os braços do pessoal de um a um. Amarraram o povoado todinho: mulher e tudo. Depois começaram a carregar os armamentos – de faca de cozinha até o machado de derrubar roça, espingarda de caça. Levaram tudo.

Deram uma surra desgraçada no secretário do sindicato, Zé Lopes. No outro dia, bem cedo, obrigaram Zé Lopes levar doze couros de boi na cabeça durante uma légua numa lama terrível. De vez em quando, davam aqueles golpes de botina no estômago dele, derrubavam o cara.

Botaram ele na lancha, levaram preso lá pro Pindaré-Mirim e mandaram um ofício pro presidente do sindicato comparecer à delegacia municipal.

O presidente do sindicato resolve ir. A gente disse: “Olha que é melhor não ir só. Vai o pessoal todo do sindicato.”

Era assim de tarde e começamos a despachar gente, avisando todo esse interior. No outro dia, às oito horas, o pessoal estava na entrada do povoado de Santa Filomena, pra ir até Pindaré-Mirim.

O pessoal dos povoados vizinhos, um pouco meio curioso, levou tudo quanto tinha em casa de armamento: porrete de pau, faca peixeira, facão colim, foice, espingarda.

O presidente do sindicato ficou com medo: “Não, desse jeito ninguém vai; vai o quê? Nós temos que ir dentro da lei. Se nós entramos na cidade desse jeito, vamos ser considerados como agressores. O melhor é todo mundo deixar as armas.”

Já pensou? Foi uma resistência danada. Ninguém queria deixar as armas. Resultado: dessas mais ou menos quatro mil pessoas que tinham comparecido, sabe quantos foram com o presidente? Seiscentas pessoas. O resto voltou. Esses seiscentos foram de mão abanando.

Chegaram lá e a polícia, com os jagunços municipais, já estavam todos de fuzil, de rifle, de revólver, o diabo. Puseram as armas em cima deles. Aos gritos: “Não corre ninguém, não corre ninguém, se não morre todo mundo.”

O pessoal não sabia o que fazer, com medo de morrer. Nessa hora, um Pedrão, que era delegado sindical, disse: “Correndo

todo mundo, negrão, senão nós morre.” Mas um cara, por nome de Manuel Antônio, gritou: “Não foge ninguém, vamos correr em riba da polícia.”

Uma parte do pessoal correu pra tomar o Zé Vicente, que já estava preso. Não aguentaram o tiroteio. Terminaram, correndo, levando tiro pela bunda e a polícia atrás: “pega, pega”, fazendo fogo.

O Zé Vicente foi arrastado pra cadeia e logo lá mandou dizer que renunciava à presidência do sindicato.

O outro pessoal que tinha voltado de Santa Filomena, porque não tinha concordado em ir desarmado, começou a criticar o Zé Vicente: “Cagão! Frouxo! Todo mundo correu porque não tinha nada e a polícia estava armada.”

O sindicato já não tinha presidente. Só ficou tesoureiro e secretário. Eu era segundo suplente na diretoria. Então, em fevereiro de 1964, foi convocada uma assembleia geral extraordinária. Eu fui, então, pela primeira vez, eleito presidente do sindicato por aclamação dos trabalhadores.

“Como é, mata o gado ou não mata?” – o pessoal começou logo a perguntar.

“Fogo no gado. O gado está comendo roça, fogo no gado, e mais ainda: a carne é pra distribuir em pé de igualdade com os trabalhadores que tiveram prejuízo. Deve ser vendida e com o dinheiro compra-se a produção que o gado está destruindo, nova produção pra poder aguentar o inverno.”

Começou a morrer gado. Tinha dia que morria oito, dez cabeças. Os fazendeiros, vendo a força que a gente estava tendo no município, começaram a negociar.

“Não matem mais vaca ou, se matarem, deixem a vaca inteirinha que eu vou lá pra pagar o prejuízo.”

Quando a gente podia, pegava a vaca sem matar, amarrava e mandava dizer pro fazendeiro.

O fazendeiro vinha ou mandava um representante dele, um vaqueiro, pra fiscalizar o prejuízo. O cara perguntava: “Quanto é o prejuízo?” A gente dizia: “É tanto.”

“Mas tá muito.”

“Não, não tá muito, não. Tanto por aquela vaca, é tanto.” O fazendeiro pagava o prejuízo, porque às vezes era uma vaquinha dele muito querida. Lá tem o gado pé-duro, que é o gado comum do sertão, e tem o gado de raça zebu. Por esse gado, eles pagavam o valor do prejuízo, porque era gado comprometido com o dinheiro do banco.

Sindicatos divididos e a federação

Nessa época começaram a se instalar novos fazendeiros, aumentando os conflitos com os trabalhadores no vale dos rios Pindaré-Mirim e Mearim.

Os trabalhadores dos diferentes municípios consideravam justa a luta contra o gado que comia as roças. Eles começaram a se associar no sindicato do Pindaré-Mirim com o objetivo de terem defendidos os seus interesses.

Esse fluxo de trabalhadores reivindicando a entrada no sindicato levou à necessidade de fundação de novos sindicatos, tanto para os trabalhadores terem um instrumento de luta no seu próprio município como para fortalecer o sindicato de Pindaré-Mirim.

Fundamos o primeiro sindicato de Santa Luzia, que passou a ser um sindicato mais forte do que o de Pindaré-Mirim, porque lá é que tinha gado solto comendo arroz por todo canto. Depois se fundou o sindicato de Vitória do Mearim; o sindicato de Bom Jardim, que é município de Monsão; o sindicato de Lago Verde, o sindicato de Altamira, que já fica no Mearim.

Era o programa do sindicato de Pindaré-Mirim que era válido pra aquele momento, pra toda aquela região que estava invadida pelo gado. A notícia do nosso programa chegou a todo canto. Às vezes uma pessoa ia lá de passagem e voltava levando a propaganda da luta contra o gado.

A partir da fundação desses novos sindicatos, começou a surgir a ideia da fundação da federação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão.

Contactamos o MEB com o objetivo de fazer um curso sobre a organização de uma federação.

Tomamos conhecimento da existência de outros sindicatos fundados pelo MEB no estado do Maranhão, particularmente nos municípios de Pirapemas, Matinhas, Colinas. Além disso, outros tinham sido fundados pela Atam (Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão).

Na época tinha quarenta e oito sindicatos em todos os municípios do Maranhão. Nós contatamos esses sindicatos e fomos fundar a federação.

Eles tinham o maior número de sindicatos fundados: dezoito sindicatos. Nós tínhamos dezessete; fundamos cinco e alguns outros sindicatos aceitaram a nossa proposição de fundação, o programa de nossa chapa.

A Atam já estava nessa área desde a época da Associação Rural, e seus membros não concordaram de jeito nenhum com a participação na chapa da diretoria da Federação dos outros dezessete sindicatos.

Representantes dos trinta e cinco sindicatos fizeram um debate com todas as atas durante um dia inteiro. Repara que diabo é a burocracia. No estatuto nacional dizia que não se podia aceitar ata com rasura. O pessoal da Atam começou a condenar algumas rasuras que tinham lá nas nossas atas. Era um negócio malfeito no interior; algumas coisas se precisava riscar, botar de novo,

endireitar. Resultado: não passou. Rasura, por causa de rasura! Esse foi o pretexto, quer dizer, o problema político se resumiu na rasura.

Já pensou?

Burocracia desgraçada. Por que foi que esse pessoal não disse o seguinte: “Companheiros, vamos rebater de novo essas porqueiras. Nós, que estamos aqui trabalhando junto ao trabalhador, podemos entender. Agora uma coisa é entre nós, outra coisa é o Ministério do Trabalho. Assim não vão receber; vão dizer que tem rasura. Mas nós podemos corrigir porque a gente tem toda uma técnica montada.”?

Como nosso movimento começou fundado pelo MEB, eles nos acusavam de ser cristãos ligados aos latifundiários. Isso porque, na época, consideravam que a Igreja era ligada aos latifundiários. Então nós também éramos ligados aos latifundiários. Fizeram uma grande reportagem num jornal de São Paulo chamado *Terra Livre*, acusando a gente de ser mais um grupo de latifundiários reacionários que fora derrotado na fundação da Federação Agrícola dos Trabalhadores do Maranhão. Quem tiver esse jornal pode ler.

Resultado: nossos papéis não seguiram e se seguiram também não adiantou nada.

Março de 1964

Já no começo de março de 1964, era só o pessoal reagir contra a invasão do gado que a polícia invadia os povoados.

Nós resolvemos ocupar Santa Inês, Santa Luzia, onde o sindicato estava forte. Bom Jardim e Vitória do Mearim, tudo no mesmo dia.

A assembleia geral se reuniu em Santa Inês e nós tomamos a seguinte decisão: tirar uma comissão para buscar no Pindaré-Mirim o major Vinhas, o cara que estava dirigindo a repressão, pra ele vir na assembleia ouvir os trabalhadores.

“Quem vai, quem não vai? Vai Manoel da Conceição e Jodinha.” O Jodinha era terceiro suplente da diretoria naquele momento.

Encontramos o homem sozinho, atravessando a rua. Ele com uma tira de bala de revólver que não acabava mais. Mas eu tinha também um 38 metido dentro do cós da calça.

“Nós viemos lhe buscar em nome da assembleia geral, o senhor vai conosco. Tenha a bondade de nos acompanhar.”

Ele teve que entrar no jipe. Ficou lá como gente besta. Mas nós fomos mais bestas ainda. Chegamos em Santa Inês e ele viu um mundo de gente, tudo ocupado.

“Pelo amor de Deus, não me levem no jipe pra lá.”

Vocês me soltam e eu me comprometo de ir sozinho pra um hotel aqui encostadinho. O pessoal pode arrodar a casa e vir uma comissão pra conversar comigo.

A gente ficou assim...

“O senhor permite abrir a janela pro pessoal da assembleia ficar ouvindo o debate?”

Ele disse: “Pois não, não tem problema nenhum. Eu não quero é ir lá pro meio da sede provisória do sindicato. Ainda mais eu dentro do jipe.” Levado assim... aquele papo humilde. Ele estava com um medo miserável.

O que é que ele faz? Vai à delegacia do local e convoca o sargento Jaci que era um valentão, conhecido em toda região como um dos maiores cangaceiros. Mas o sargento Jaci, na hora, não tinha soldado. Foram sempre lá pro hotel.

Desde as cinco horas da manhã nós estávamos lá e, nessa altura, já era mais de oito horas da noite. O pessoal na chuva. Todo mundo molhado, frio.

Esse homem fez um compromisso com a gente daquele povo de nunca mais desencadear repressão contra o movimento camponês.

A gente tinha razão mesmo e ele estava enganado. O sargento Jaci, a mesma coisa. Começaram a fazer uma série de perguntas sobre o estatuto do nosso sindicato, se nós podíamos dar o estatuto pra eles estudarem as normas do sindicato.

“Temos, mas é um problema da diretoria. A gente não dá.”

Ficamos sem acreditar muito, mas perguntamos se o pessoal estava satisfeito do esclarecimento da coisa. Todo mundo dizia: “É, tá bom. Se ele se compromete, a gente solta. Não temos nada não, não tem problema, deixa ele ir embora.”

Soltamos o desgraçado do major Vinhas.

Ele não podia fazer o “serviço” imediatamente porque tinha que pedir reforço em São Luís e não tinha transporte rápido na época. Era inverno e o transporte mais rápido que tinha era lancha. As estradas do interior o inverno alaga, toma tudo. Só anda carro no verão. Pra vir por avião também não podia. Só tinha um campinho pequenininho onde baixava teco-teco.

Resultado: o major Vinhas convocou jagunços nos diferentes municípios, as policinhas que tinham lá isoladas, e começou a fazer ação clandestina. Prendia lavrador mesmo que não estivesse fazendo nada. Às vezes nem era sócio do sindicato. Prendia e levava preso pra Pindaré-Mirim. Lá, espancava e tocava na cadeia.

Quando nós vimos que o negócio estava feio mesmo, resolvemos manter a resistência lá e divulgar o máximo possível na imprensa em São Luís. A gente conhecia uns caras que eram jornalistas e estavam de acordo em divulgar os problemas do interior. Ao mesmo tempo, a gente pressionava através de telegrama, carta, abaixo-assinado, o diabo. Mas nada de vir nenhuma resposta lá do presidente da República.

Naquele tempo era o João Goulart o homem que ia fazer a Reforma Agrária. Na nossa cabeça, a longo prazo, o governo ia resolver o problema a nosso favor. As ordens ainda não tinham chegado: por isso é que a gente mandava carta e abaixo-assinado.

Quando foi antes do fim de março, chegou o pessoal da Supra (Superintendência de Reforma Agrária). Chegaram lá por tanto burburinho que tinha na região.

Fizeram uma sindicância. Esse Zé Bezerra, precisava ver o relatório dele! O homem se cagou todo. Ficou mais humilde que santo. Falou com tanta gentileza que os trabalhadores tinham razão, que ele tinha cometido alguns erros e que as leis eram mesmo restritivas!

Agora, o major Vinhas respondeu agressivamente. Acusou nós de bandidos, assassinos, tudo que não prestava. Que invadiamos as cidades de faca, cacete e o que tinha de arma. Que tinha prendido o Zé Vicente porque ele era um comunista, era o mesmo Antônio Vicente lá do caso de Pirapemas, que apenas tinha mudado o nome de Antônio pra José. Mas, na verdade, não tinha nada que ver uma coisa com a outra, de jeito nenhum.

Depois dessa sindicância ouvir mais de setenta depoimentos de lavradores, fizeram uma assembleia no município. Os moradores denunciaram publicamente, esculhambaram com a situação, com o regime, com as autoridades, com o prefeito. Aí o pessoal da Supra Estive lá mobilizando o pessoal, fazendo uma ligação entre o campo e a cidade, pedindo solidariedade aos estudantes, pessoas da Igreja, movimento operário, associações de bairro.

Um cidadão que se chamava Ricardo Bogé disse que queria ser nosso advogado. Ele era do Partido Democrata Cristão (PDC). Dr. Ricardo pegou os depoimentos e fez um discurso na Câmara dos Deputados. O pessoal votou contra os criadores. Dentro da situação foram obrigados a ir contra eles. Precisava então ainda passar pela mão do chefe do Executivo pra que ele sancionasse. Como era questão de urgência, “o próprio representante dos trabalhadores que está aí, vai lá com a decisão da Câmara”.

No Palácio do Governo, apresentei à polícia o que eu ia fazer e deixaram eu entrar.

O governador chamava-se Nílton de Barros Belo. O pessoal apelidava ele o “Cara de Onça”, porque tinha realmente uma cara redonda, olho de gato, couro encolhido na testa. A onça tem umas rugas na testa e ele tinha o mesmo jeito.

Nessa altura o sindicato já tinha mais de oito mil associados, que se reuniam nas assembleias e atingiam um raio de quase cem mil pessoas de outros municípios. Todo mundo revoltado, querendo matar o gado e dizendo que matava também o patrão.

O Nílton de Barros Belo falou assim: “Se o senhor não quiser ser preso com a sua denúncia, volta por ali, pelo mesmo caminho, porque se o senhor continuar insistindo, eu mando lhe tocar na cadeia. Pra lavrador que mata gado, o que tem é bala.”

“Senhor governador, o senhor não repara a minha expressão, mas eu estou aqui com um problema dos trabalhadores. Eu não vim aqui pra ser agressor. O senhor diz isso porque é governador e tem a polícia. Eu vim aqui à procura de justiça, que todo trabalhador merece. Agora, eu quero lhe dizer uma coisa: o gado não vai continuar comendo a roça dos trabalhadores. Nós vamos até o fim; vamos brigar e vamos matar gado.”

Nessa altura, a gente estava com as costas muito quentes porque lá tinha muita gente envolvida. Já podia falar assim grosso pra esses caras.

Desço, vou lá no movimento estudantil e conto o que tinha acontecido. O pessoal se revoltou. A UNE maranhense disse: “Vamos convocar uma assembleia para protestar contra essa agressão, convocar todos os sindicatos.” Tinha também o pacto sindical, fui lá e denunciei tudo.

Quando nós estávamos na assembleia, entrou o 31 de março: o golpe.

CAPÍTULO IX

REPARA O QUE É MASSA PREJUDICADA

Eu não sabia de nada que estava se preparando. Sabia lá nesse tempo que podia se dar um golpe? O que era golpe? Coisa nenhuma.

Estava com um panfleto em favor dos trabalhadores e do Jango. Nem me importei: saí da assembleia com o panfleto no bolso, vendo a polícia na rua.

Comecei a procurar os amigos que tinha conhecido naquele período. Chegava numa casa: “Cadê fulano?” Ia pra outra casa: “Cadê fulano?” Passei na rua por um cara, que reconheci. Ele foi logo me dizendo: “Pra trás, pra trás.” Ora, era um amigo, tinha estado gritando na assembleia!

Eu não tinha lugar pra ficar e tinha uma roupa só. Dormia debaixo de caminhão velho, lá num cemitério de carro. Quando eram cinco horas da manhã, saía pra ninguém me ver. São Luís fica à beira-mar e eu tocava para a praia, até no lugar onde não tinha mais casa. Lá eu tirava a roupa, me lavava na água de sal, molhava a roupa e botava pra enxugar. Ficava escondido, olhando pra roupa. Se viesse alguém na praia, que viesse longe, eu corria, apanhava a roupa e entrava pro mato.

Até que encontrei Regina Lobo, uma companheira do MEB que me levou pra casa dela. Mas no outro dia, bem cedinho, a polícia invadiu a casa. Me botaram logo debaixo de ordem: “Você não se bole aí, não, viu!”

Eles entraram no quarto, pegaram uma papelada e levaram tudo. Quando a polícia foi embora, a Regina disse: “Eu tenho aqui uns jornais *Brasil Urgente*. Temos que sumir com eles, porque agora podem ser subversivos também.” A gente ia molhando dentro d’água e rasgava. Quando terminou era meio-dia. Aí ela disse: “Agora nós temos que largar a casa.” Saiu e telefonou. Uma outra menina veio me levar para o palácio de D. Fragoso. Fiquei lá uns três dias.

A coisa estava atochando mesmo. Eu tinha que sair de São Luís, mas a cidade é ilhada e a polícia estava ocupando as saídas. Nesse momento, eu virei servente de freira. Me deram uma roupa melhorzinha, arranjaram lá três freiras, me botaram dentro de um carro e eu fui pra Pedreira do Mearim. Entrei escondido, as freiras me cobrindo com as saias longas. A polícia nem deu fé de mim.

Em Pedreira do Mearim havia dois padres. Um que era bem democrático e outro que estava fazendo a maior mobilização anti-comunista na cidade.

“O que é que o senhor está fazendo aqui?”

“Estou aqui porque houve essa revolução e não sei o que está acontecendo.”

“Já sei; o senhor é um vermelho. Aquela Regina, conheço ela também: aquilo é vermelha.”

Ele dizia que se eu não fosse comunista, tinha que voltar pra São Luís. Era o momento dos cristãos receberem o apoio do governo e não estar com medo. A não ser os cristãos encapados, cristãos com raiz de comunista.

Fui obrigado a ir pro interior com o pessoal da JAC – Juventude Agrária Católica – e lá foi onde conheci a cultura da banana propriamente dita.

A cultura da banana propriamente dita

No Pindaré, a gente tinha um pequeno sítio de banana, usada pra menino comer em casa. Só em alguma ocasião quando o pessoal estava aperreado, precisando de dinheiro, é que vendia uma parte da banana. Mas lá em Pedreira a principal colheita de mercado era a banana. Cada um tinha a sua gleba de terra, onde plantava banana.

É um negócio bem fácil de trabalhar, a banana. O cara desbrava a terra, queima, faz as covas e planta. Em fevereiro capina bem capinadinho de enxada. Quando a banana cresce e faz sombra na terra, aí, pronto: não nasce mais capim debaixo. Todas as semanas têm que cortar a banana; caem as folhas no chão e vão virando esterco, adubando a terra. Então a banana, ao mesmo tempo que bota o cacho, dá o fruto que chupa a terra. O mesmo pé, que morreu, serve de adubo pra outros que vão ficando. Não toca fogo, nada. Dura muito tempo um bananal desses.

O pessoal tinha uma unidade muito grande em torno da colheita da banana. Todo mundo carregava, ajudava uns aos outros. Essa banana tinha que levar pra São Luís, e um só não tinha uma carrada de banana todas as semanas. Eles alugavam um caminhão. Todo mundo daquela aldeia que, na semana, cortou banana conferia os frutos e botava cada qual a sua parte no caminhão. Enchia até em cima e levava pra São Luís.

Agora, tinha um problema: o preço no mercado. Não é todo o tempo que tem muita banana muito mais do fim de maio até mês de agosto. Aí é banana que é uma desgraça. Chega em São Luís, o preço está relaxado. Mas, quando chega o verão, de agosto em diante, a banana falta: só têm aquelas que botaram cacho durante o inverno e ficaram de vez, no ponto, no verão. Então, só tem banana daqueles proprietários de terra molhada, onde fica dando banana o tempo todo: inverno ou verão, não importa.

O caboclo, como não tem área de terra molhada, aproveita a internada, o tempo de chuva, pra poder fazer colheita da banana. Esse aí é manobrado ferrenhamente pelos caras que têm banana permanente.

Nós vencemos?

Depois de ter passado quinze dias em Pedreira do Mearim, volto para o Pindaré. Chego lá e encontro a sede do sindicato fechada pela polícia.

Livro nenhum, todo o material do sindicato, relatórios, nomes dos associados, livro de caixa, ata de assembleia geral, estatutos, tinham levado. E deixaram uma ordem no município: espera que o governo determina quando o sindicalismo ia novamente entrar em funcionamento. Enquanto não abra a permissão, as pessoas não poderiam se reunir. Acontece que essa notícia só chegou na cidadezinha do município.

Um problema grave que a gente não previu: muita gente no interior ficou pensando que o golpe tinha sido pra acabar com os comunistas. Os comunistas provocaram o golpe e o governo salvou a pátria, no sentido de eliminar o perigo do comunismo.

Eu chegava no interior e o pessoal dizia:

“Como é que é? Nós vencemos? A Igreja venceu, né? Nós trabalhávamos pra Igreja, os comunistas foram abaixo mesmo!”

“Rapaz, eu não sei desse negócio de comunismo, não. Não sei se foi a Igreja, sem a Igreja. Sei que deram o golpe e proibiram a gente de fazer manifestação, reunião.”

Perguntavam: “Como é o sindicato agora? Vai pra frente ou não vai?”

O gado continuava comendo arroz, milho, mandioca.

Tinha noite que reunia trezentas pessoas no terreiro lá de casa. A gente fazia fogo de lenha, ficava aquela fogueirona. Todo mundo se encontrava pra conversar, e haja discutir sobre o sindicato!

O delegado de polícia local mandou me convocar. Eu disse que não ia lá, não. Ele foi pra Pindaré-Mirim e deu parte que eu estava reunindo o sindicato.

Um delegado de polícia chamado sargento Magela, que depois do golpe tinha sido nomeado lá pro município com um destacamento, mandou quatro soldados me prender. Eu soube antes e não me entreguei.

Bem que o pessoal disse

Em São José do Tufi, tinha um bocado de comerciante e farmacêutico desgraçado. Até então falavam que eram contra o sindicato, mas nunca interferiram em discussão aberta nesse momento, passaram a ser muito “meus amigos”:

“Manoel, rapaz, a gente tá com você. Vai lá em Pindaré-Mirim entrar em contato com o delegado de polícia, que chegou. Coloca a par que você não está fazendo reunião coisa nenhuma. Ele é um cara educado, vai lhe receber muito bem. O negócio é não ter medo, porque a polícia já veio aqui duas vezes. Você não se entrega e depois eles mandam dez, mandam vinte, e isso pode dar em guerra.”

Eram duas pressões: comerciantes, pra eu ir, e os camponeses diziam: “Não vai.”

“Manoel, esses homens querem te prender, querem te bater.”

Todo mundo no interior tem ódio de polícia. Lá nunca se viu soldado se não foi pra fazer mal. Toda vez que o pessoal vê soldado,

já fica de orelha em pé. Todo mundo com medo. Polícia no interior é de assombrar o pessoal.

Eu ia dormir, ficava aquela bola na cabeça: vai, não vai, vai, não vai! Até que um dia, eu já estava tão agoniado, que resolvi: vou lá nesse diabo! O rio estava cheio, embarquei numa canoinha, meia-noite, fugindo. Não disse nada pra comerciante nem pra camponês. Cheguei na delegacia de polícia exatamente quando eles estavam abrindo as portas.

“Bom dia, sargento!”

“Bom dia. Quem é você?”

“Sou Manoel da Conceição, presidente do sindicato do Pindaré-Mirim, que o senhor mandou intimar lá em São José do Tufi. Eu não me entreguei e agora vim saber qual é o problema.”

“Pega! Pega!”

Caiu em cima de mim aquele monte de polícia. Foi coice de fuzil, bati por todo canto. Me socaram na cadeia. Passei cinco dias preso lá. Depois soltaram. Quando eu ia saindo: “Vai fugindo, pega de novo.” Nesse mês, exatamente no fim de maio pra junho, eu fui preso cinco vezes desse jeito. Onde me pegavam até eu chegar na cadeia, eles iam batendo, porrada, pé na bunda, todo canto. Chegava quase arrastado.

Eu só pensava assim: “Que diabo, bem que o pessoal disse não vai nessa desgraça.” Fiquei muito desgostoso.

Uma base religiosa na mata do Caru

Eu resolvi que não ficava mais nesse município, ia pra mata do Caru e lá ia fazer uma roça, pra acumular algum capital e comprar uma arma: espingarda de cartucho, rifle e revólver.

Comecei a colocar a ideia pra muita gente. Só no primeiro ano, foram logo cinquenta famílias. Fizemos uma roça grande de mandioca, milho, feijão, arroz. O principal era o arroz. Na mata a gente encontrava tatu, paca, cotia, anta, veado, porco queixada, catitu. Comia a carne dessa caça. Ia vendendo pele de gato maracajá, aranha e onça-pintada. Ia se mantendo com as coisas da mata mesma: coco babaçu, palmito. E assim a gente foi indo.

Mas acontece que na época eu ainda era crente, muito religioso. O pastor começa a discutir comigo e me indica pra ser dirigente dos trabalhos da igreja protestante Assembleia de Deus. Pensei, conversei lá e resolvi construir uma pequena igreja. Aos poucos, em vez de continuar o plano da compra de armamento, aquele pessoal foi todo sendo ganho pra religião. Em vez de criar lá uma base de revolucionários, criamos uma base religiosa.

E qual era o plano que antes a gente tinha? Vingar-se dos massacres e tomar o poder. Depois de estar lá quatro anos, já preparados militarmente, descer uma noite pra Pindaré-Mirim, Santa Inês, ocupar as cidadezinhas, pegar os prefeitos, os delegados. Pra nós aqueles indivíduos eram o centro do problema. Prendia, raspava a cabeça deles, tomava conta das cidades pra ser a nova autoridade no município.

Era um plano desgraçado: a gente nem pensava em São Luís!

Que adiantava, por exemplo, nós arrumarmos duzentos homens? Nós tomávamos três cidades numa noite só. Ocupava mesmo, fazia tudo lá dentro. Mas daí? Não ia conseguir mudar nada nesse município, porque os chefes políticos, os proprietários estavam todos lá. A gente não tinha condição de segurar, a não ser que criasse um exército de forças armadas. Mas o plano era só tomar o município e pronto.

O que nos salvou talvez de um massacre mais desgraçado foi tentar o negócio da religião.

No Caru a vida social era ótima porque não havia briga entre nós, não havia fuxicada. Lá não tinha delegacia de polícia onde o pessoal fosse pra discutir. Traziam as encrencas pra mim, que era o primeiro cara que tinha ido pra lá. Depois da fundação da igreja é que não teve mais problema. Havia, assim, às vezes, uma conversinha entre um vizinho e outro, mas chegava lá na igreja pra ser discutida com os irmãos e acabava tudo bem. Todo mundo saía contente. Ia pro seu trabalho e no outro dia estava em casa, ia pescar, tomar banho no rio.

Fazendo política como cabo eleitoral

Até então a gente votava no cara que aparecia primeiro, falava bonito, dava uma calça, uma camisa. Podia ser o maior filho da puta, mas por uma questão de honra – a gente deu a palavra – votava no desgraçado. Às vezes tem um menino, uma mulher doente na família. O miserável chega lá naquele momento, dá um comprimido e o cara fica bom.

“Vocês votam comigo?”

“Eu voto com você.”

A gente vota por essas besteiras. Vai votar lá onde o cara quer, onde o cara manda. Tem um ditado: “Quem quiser me fazer mal, que me faça o bem primeiro.” É que nunca mais o cara vai esquecer o bem.

Quando foi em 1965, aparece o Zé Sarney no cenário da política. Segundo ele, fazia parte do partido do governo, mas era oposição dentro do partido. Era contra Nílton de Barros Belo, o “Cara de Onça”, e também contra Manuel Pezão, usineiro e chefe político no município de Pindaré-Mirim. Era esse Pezão que indicava as pessoas que iam compor o diretório municipal. Com o diretório

na mão, você manobra tudo, porque candidato só passa quando o diretório aceita.

Apareceu também José Antônio Aipe, um cara que se dizia a favor dos trabalhadores, contra Nílton de Barros Belo e contra o prefeito municipal.

Eu entrei em contato com esses políticos por causa do pastor municipal, que era amigo deles. O pastor ia lá em casa e me comunicava: “Tem o Sarney, tem o José Antônio Aipe, que são pessoas boas, vão apoiar o movimento de vocês.”

Eu digo: “Agora vou fazer política com esses homens.” Fui discutir com o pessoal lá da religião e botei Sarney e Zé Antônio como salvadores. Então, a gente no interior já pregava o Evangelho e passou a fazer propaganda daqueles candidatos.

Repara o que é massa prejudicada. Massa, embora não tenha uma profunda consciência política, sabe exatamente quando luta por objetivos concretos. Vê um inimigo que massacra e, na próxima vez, pode se iludir com outros elementos, mas é muito difícil que torne a aceitar que aqueles mesmos continuem governando.

Tinha três candidatos a governador, inclusive um que era indicado pelo antigo governador Nílton de Barros Belo. Esse candidato saía pra o interior e nos comícios era vaiado. Até ovo podre jogavam nele.

Agora, Zé Antônio, como é que ele fazia? Entrava pela cozinha com as mulheres, metia as mãos nas cumbucas, comia lá feijão com arroz.

“Sou caboclo como vocês, a mesma coisa, somos irmãos. Estamos do mesmo lado. Esses caras aqui vão nos pagar.”

Chovendo, relampeando, Zé Antônio ficava de joelho na tábua do caminhão e dizia assim: “Meu Deus, meu Jesus, eu quero aqui neste momento fazer um compromisso com Deus e com esse povo.

Se eu não cumprir isso que acabo de falar – fazer justiça aos trabalhadores da terra, fazer que o gado não coma mais a produção de vocês, um preço justo da produção, assistência médica, acabar com a doença –, se eu for eleito e não fizer isso, meu Deus, pode mandar um raio que me parta aqui nesse momento.”

Já pensou uma coisa dessas? O pessoal, que tem um profundo sentimento religioso, acreditava no desgraçado. Achavam que ele estava falando de dentro do coração, homem de Deus.

Era aquele rebuliço de gente: “Zé Antônio! Zé Antônio!” Fizeram até musicazinha. Eu não me lembro mais do *relamboque* todo, mas tinha uma que dizia o seguinte: “Manuel Pezão e Nílton de Barros Belo estavam de boca aberta, com Sarney e Zé Antônio cagando dentro.” E o pessoal cantava assim no mato, em serenata, em todo canto.

Sarney foi ao município de Santa Luzia e disse lá pros caras: “Se eu for eleito, vou tirar o couro do Tide Santos e mando pendurado, aberto nas varas, pro pessoal ver.” Tide Santos foi o prefeito de Santa Luzia que fez um grande massacre no sindicato, na época de 1964. Em compensação, Sarney indicava o cearense Carlos como seu candidato lá em Santa Luzia.

Na época da apuração dos votos, Sarney ganhou. Teve três vezes mais votos do que os dois outros candidatos. Zé Antônio também teve uma votação em massa pra prefeito municipal de Pindaré-Mirim.

“Pra que sindicato se a gente vai resolver tudo?”

Depois que esses homens foram eleitos, eu saí do Caru e voltei pra cidade do Pindaré-Mirim. Lá proponho a reorganização oficial do sindicato.

Aí, Zé Antônio pergunta: “Pra que sindicato se a gente vai resolver tudo? Não precisa sindicato. Basta o povo ter como seu órgão representativo a prefeitura, vereadores, autoridades.”

Mas o pessoal dizia: “Não, é bom ter sindicato porque é o órgão dos trabalhadores. Temos que reorganizar porque já existiu sindicato aqui.”

Aconteceu então o negócio mais incrível. Zé Antônio terminou dizendo que se eu quisesse organizar o sindicato por minha conta, que organizasse. Ele não ia apoiar coisa nenhuma. Depois desse sindicato organizado, poderia ainda existir algum subversivo na região e ia provocar novos incidentes. Sindicato era um veículo de chamamento dos subversivos, dos comunistas.

Fui pra São Luís e lá propus ao pessoal da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas – a reorganização do sindicato do município de Pindaré-Mirim. Eles aprovaram e fiz logo bater o edital de convocação e o estatuto do sindicato.

Voltei para Pindaré-Mirim. Lá preguei o edital de convocação nas paredes.

O pessoal, só com a notícia que o sindicato ia ser reorganizado, matou logo cinco cabeças de gado, que continuavam comendo roças. Poo! Poo! Poo! A polícia foi lá. Eu corri no Zé Antônio e ele disse assim pra mim: “Você, um agitador, vou lhe tocar na cadeia, vão te torar de chicote, de borracha, você quer isso, né?”

Eu fiquei triste. Fui pra casa gravando as palavras dele na cabeça. Redigi tudo num papelzinho e botei nos alto-falantes em Santa Inês. O pessoal ficou muito horrorizado com as palavras do Zé Antônio. Isso foi desmascarando ele.

A polícia começou a perseguir a gente. Só que com isso de persegue, prende, não prende, foi envolvendo Igreja, pessoal de São Luís. Zé Antônio recuou.

Descrença

Na fundação do sindicato, eu fui eleito presidente. Urna secreta e tudo. Mas, nessas alturas, eu já estava descrente dos caras.

Quando eu fui levar os processos da fundação do sindicato pra Delegacia do Trabalho, o cara disse o seguinte: “Isso aqui só não basta. Tem que trazer um atestado de conduta, dado pelo delegado municipal. Tem que trazer um atestado de residência. Tem que trazer um atestado de suas intenções (disse com essas palavras; é o chamado atestado ideológico). Tem que trazer uma declaração do prefeito que o sindicato foi fundado em tal hora assim, assim, dizer tudo.”

Ora, eu já tinha ido no coletor municipal, já tinha ido no cartório municipal. Mais com essa ainda; que diabo!

Volto, coloco pro pessoal o negócio desses atestados que precisava.

“A gente não está de acordo de mandar atestado nenhum. Vão dizer mesmo que a gente não vale nada, mandou matar gado, é criminoso. A gente não tem nenhum documento que registre propriedade. Só é válido se a propriedade estiver registrada pelo Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). Se não tiver, não adianta dizer: ‘Eu tenho tantos hectares de terra, tenho tanto de gado.’”

O cara lá da Delegacia do Trabalho tinha dito ainda o seguinte: “O seu sindicato não está bem. Não existe mais direito pra sindicato de trabalhadores autônomos. Agora existe sindicato de trabalhadores agrícolas.”

A gente sabia que os problemas dos trabalhadores assalariados não eram os mesmos problemas dos trabalhadores que tinham a sua pequena propriedade, que exploravam familiarmente a propriedade. Para o assalariado, tanto faz o gado comer a roça do patrão,

como não comer. Tanto faz o preço da produção, que o patrão vai achar bom negócio ou não. Ele quer saber dele receber lá o salário-zinho dele ou um quilo de arroz ou um quilo de feijão. Enquanto que o pequeno proprietário, que trabalha familiarmente naquela propriedade, o trabalho dele está naquela produção. Se o gado come, ele perde o trabalho. Se não tem preço, ele também perdeu. Então ele tem uma série de brigas, que não tem que ver com a briga do outro, embora no fundo vá sair a mesma coisa – a produção para o mercado capitalista. Mas, nesse aspecto, concretamente, não se liga uma coisa com a outra.

E tinha mais outra coisa ainda. Na Contag me disseram ainda assim:

“Pra vocês terem direitos legais, têm que pagar o Funrural. O governo dá uma assistência através dos sindicatos. Esse dinheiro, que vocês pagam de imposto sindical, volta uma parte ao sindicato. É lá pro sindicato ter uma caixa. Mas, se vocês não fazem isso, não podem ter garantia assistencial. E mais ainda: você, como presidente do sindicato, vai ser nosso representante, o cobrador do imposto sindical. Quem paga o imposto não é só o associado; todos os trabalhadores que estão na região, no município, sindicalizados ou não. Você tem de cobrar o imposto sindical deles obrigatoriamente.”

E eu digo: “Qual é o benefício?”

“Benefício é um remédio e bolsa de estudo, quando for necessário.”

“E o negócio do gado; como é que fica?”

“Isso, bem, é uma questão que vai se discutindo aí. O sindicato tem uma única obrigação: levar uma queixa coletiva às autoridades. Elas é que vão pensar o que fazer do problema.”

Essa experiência eu já tinha tido no passado. Quantas vezes eu fui na prefeitura levar essas queixas e ninguém disse nada.

Mesmo assim, eu volto pra lá e digo: “Pra fazer uma experiência, a gente vai cobrar aqui imposto sindical de algumas pessoas”. Só do pessoal que estava precisando. Mas tinha pessoal doente assim na rua, que não podia de jeito nenhum pagar o imposto. A gente se reunia, pegava o dinheiro e entregava pra eles. Faziam a ficha direitinho, pagavam no banco. Recebiam lá o talão de comprovante que tinham pago. Faziam a mesma coisa com o negócio do Funrural. “Cobramos” assim de umas cinquenta pessoas. Tinha inclusive uma mulher louca que estava precisando de ser hospitalizada urgente.

Quando estava tudo legalizado, eu fui pro pessoal da Contag: “E agora, como é que é? Tem aí pago o imposto sindical. Tem um pessoal doente que quer assistência.”

“Traga pra São Luís.”

Botei o pessoal doente num caminhão e levei pra lá. No hospital, a primeira coisa que não tinha era cama. Vira pra um lado, vira pro outro, e nada de cama. Aí eu digo: “Esse pessoal, mesmo assim doente, eu volto com eles pro interior e ninguém paga mais imposto sindical.” Até que conseguimos um local na indigência. Não tinha médico, só umas enfermeirinhas.

Depois de três dias, eu passo pra saber. Do mesmo jeito que eu deixei as mulheres, elas estavam lá, doentes.

“Cadê o médico, já veio?”

“Passou por aqui um médico e disse que o problema da gente era um negócio difícil. O hospital não tem condição e ele vai ver se dá uma receita pra vocês comprarem remédio.”

“Dar receita?”

“Sim.”

“E o que que vai fazer da receita? Quem tem dinheiro?”

“Ninguém não tem dinheiro.”

Nessa hora, eu arranquei o pessoal todinho do hospital, botei no ônibus e voltamos lá pro Pindaré-Mirim.

A gente decidiu que imposto sindical ninguém não pagava mais. Resultado: o sindicato nunca recebeu o reconhecimento oficial das autoridades, como órgão representativo dos trabalhadores desse município. Foi tachado de sindicato de rebeldes.

Mesmo assim, como rebeldes, uma grande parte dos vereadores municipais, que ainda não tinham tido grandes contradições com o sindicato, começou uma campanha pra continuar no poder muito longo tempo. Diziam o seguinte: “Manoel, vamos fazer um acordo. A gente vai ajudar fundar uma sede do sindicato, das melhores. Botar bancos, comprar todo material que vocês precisam. Inclusive pagar uma secretária pra passar lá o dia todo.”

Veio lá em casa um senhor que todo mundo chamava de Mão Branca. Esse cara era dono do armazém Caxias.

“Quando for criado o diretório municipal do MDB, vocês vão fazer parte desse novo diretório.”

Discutimos na diretoria do sindicato quem ia nos representar, quem não ia. Mas, quando foi um dia, o Mão Branca chamou eu e Antônio Lisboa em particular: “Além disso que a gente prometeu e todo mundo vai saber, tem mais o seguinte: vamos conseguir um carro ou um jipe pra vocês fazerem as viagens, visitar os doentes e fazer a campanha eleitoral com alto-falante. Isso é tanto pra nós como também pra vocês. E dinheiro... Mas isso fica um negócio só do controle de vocês, ninguém vai saber.”

Aí a gente disse assim: “Quer saber de uma coisa? A gente não quer nada. Só quer que gado não coma mais roça.”

O sindicato continuou mobilizando gente, mobilizando gente. O que faz o prefeito Zé Antônio? Proíbe a sede oficial do sindicato no município de Pindaré-Mirim. A gente começou então um outro esquema de trabalho: o das delegacias sindicais nos diferentes povoados, com delegados eleitos pelos camponeses. Essas delegacias resolviam os problemas de gado que comia roça, autorizavam a

morte desse gado, tratavam problemas de contradição entre os próprios marido e mulher e também desquitava. Às vezes, um cara queria casar e não tinha dinheiro: ia lá, falava com a delegacia sindical, tinha uma reunião e casava. O sindicato organizava também pequenos ambulatórios de atendimento médico e criou ainda no período algumas escolas de alfabetização de adultos e crianças, quer dizer, reconstruiu as escolas.

Sindicato paralelo

Esses homens que não conseguiram convencer a gente começaram a desenvolver uma nova campanha. Entrou o Zé Antônio, comerciante, entrou todo mundo. Começaram a acusar que o sindicato de Pindaré-Mirim era um governo paralelo ao governo municipal. Eram dois governos.

Aí o que é que eles fazem pra dividir o sindicato?

Naquele tempo, Santa Inês ainda era vila do município de Pindaré-Mirim. Desmembram Santa Inês, que passa a ser cidade de um novo município chamado também Santa Inês.

Propõem logo a um senhor que tinha lá, Raimundo Moraes de Rego, apelidado de Dico de Fábio, de fundar um sindicato. Eu conhecia esse Dico de Fábio de longa data. Era sobrinho do antigo prefeito José Bezerra, o prefeito que foi o pior criminoso no município.

Esses caras – Bezerra, Manuel Pezão, Maluf, Tufi –, à medida que eles caíram, passaram pra oposição. Mas uma oposição dentro do mesmo esquema do governo, quer dizer, dentro dos mesmos partidos: Arena e MDB. Com esse negócio da oposição, foram eles que passaram a reivindicar o desmembramento de Santa Inês, porque lá é onde tinha maior quantidade de trabalhadores no município de Pindaré-Mirim.

Dico de Fábio foi a São Luís e se apresentou como lavrador. Ele era fiscal municipal da prefeitura, o cara que cobrava imposto de renda. Pra poder ser lavrador, ele conseguiu uma pequena granja e tinha lá umas vinte ou trinta galinhas. Recebeu um atestado do prefeito de que era lavrador há dois anos. A lei previa dois anos empregado na agricultura para poder ser dirigente do sindicato. Levou seu atestado de agricultor para São Luís e pediu documento de fundação do sindicato.

Chegou em Santa Inês e publicou o edital da convocação pra fundação do sindicato. Era exatamente trinta dias o prazo. Apareceram lá sete pessoas. Não dava nem pra compor uma diretoria. O que é que ele fez? Declarou o sindicato fundado, comunicou no alto-falante e depois saiu de casa em casa pegando nomes de camponeses.

“Você não quer se associar no meu sindicato? O meu sindicato tem remédio, bolsa de estudo, hospital. O meu sindicato é um sindicato bom. Não é aquele sindicato velho que estava aí, que era de comunista, agitador. Só deu perseguição policial.”

Com isso, ele começou registrar nome de gente. Quando tinha um número suficiente pra poder se apresentar como fundador do sindicato, elaborou uma ata, tudo direitinho: quem tinha fundado o sindicato, tantas pessoas em presença do prefeito, das autoridades e foi pra São Luís.

Resultado: um novo sindicato nesse município já não se podia mais fundar de jeito nenhum. A lei diz que só pode ter um sindicato de trabalhadores agrícolas por município. E esse um ficou sendo o sindicato de Dico de Fábio.

Nessa época nós cometemos um erro porque, em vez de fazer oposição ao pelego dentro e fora do sindicato, nós fundamos um sindicato paralelo: Sindicato Rural dos Trabalhadores Autônomos de Santa Inês. Era onde reunia o povo, a massa. Os camponeses estavam nesse sindicato, mas não se podia ir na cidade de jeito nenhum, senão era massacrado.

CAPÍTULO X

GUERRILHA, SINDICATO OU PROTESTANTISMO?

Em 1965, quando fui a São Luís para tratar da fundação do sindicato, me encontro com o Raimundo, Raimundo da Regina Lobo. Já mataram dois.

Antes do golpe de 1964, na época que a polícia massacrou os camponeses, o Raimundo tinha ido lá como representante do Ministério do Trabalho e escolhambou com o Zé Bezerra. Disse até que aquele massacre, que o Zé Bezerra estava dirigindo, um dia ele ia pagar. Depois disso eu só vim ver Raimundo em 1965. Isso foi mais ou menos na época da campanha eleitoral do Zé Sarney.

O Raimundo me falou que as coisas iam mudar. A gente tinha perdido a luta porque não tinha pensado em arma, agora tinha que organizar a luta armada.

Então, eu cheguei lá no Pindaré-Mirim com a ideia de luta armada, mas essa ideia foi só depois da volta do Caru. Pra ir pra mata do Caru não teve ideia de ninguém; foi uma necessidade que surgiu a partir dos acontecimentos da região. Porque não tinha outra alternativa. Era o foco espontâneo. Nós, enfiados na mata, no sentido de vingar e punir os elementos que tinham nos massacrado.

Estudando guerrilha

Antes não sabia que existia Havana, Cuba, coisa nenhuma. Foi o Raimundo que contou que o pessoal de Cuba tinha tomado o poder; que o Vietnã estava lutando e ia ganhar a guerra.

Depois me encontrei também com outros militantes políticos, que não interessa falar no nome. Um deles visitou a região procurando os camponeses que tinham trabalhado com o MEB. Mandaram me chamar pra uma conversa.

Esse companheiro me fez uma exposição do negócio da guerrilha de Cuba, a teoria do Che Guevara, desse Régis Debray. Aí foi que, aos poucos, eu fui me engajando com novas perspectivas, recrutando aqueles antigos militantes que tinham vindo do momento de grande combatividade – 1963, 1964 – e organizando grupos clandestinos de estudo de guerrilha.

A gente convidava cinco companheiros daqueles conhecidos, que a gente sabia que eram amigos e não iam dedurar. Chamava pro mato. Lá a gente discutia que ia novamente retomar a luta, só que não era dentro do sindicato. Agora teria que organizar a guerrilha.

Nós tínhamos feito um curso, que durou uma semana, com aquele companheiro. Nesse curso ele nos mostrou um mapa do mundo: a União Soviética, a China, os países socialistas, os países que nos apoiavam, os países capitalistas, os países que já tinham se libertado e os países em luta. Mostrou que na Bolívia e no Peru já havia guerrilha. Nós éramos dos mais atrasados na América Latina. Depois fez uma análise de classes – pela primeira vez a gente ouviu uma explicação sobre análise de classes. Quem era inimigo, quem era amigo, quem era neutro. Aí ele incluía a burguesia nacional. Eram pessoas que, nesse momento de luta anti-imperialista e anti-latifúndio, poderiam nos dar um certo apoio. Mas do ponto de vista

de uma revolução socialista armada ele achava que essa burguesia nacional não ia apoiar.

Com esse companheiro, a gente passou a estudar teoricamente a guerrilha. Não era um negócio prático, que treinasse militarmente. Era só estudar tática de guerrilha, organizar grupos pra guerrilha e depois viriam as armas pra gente treinar.

Bem, acontece que esses grupos começaram a crescer e que também começou uma resistência dos companheiros que queriam a fundação imediata do sindicato.

Depois da eleição do Zé Antônio e Zé Sarney é que começou a estruturação dos grupos de guerrilha. Ao mesmo tempo existia o trabalho em torno da fundação do sindicato: discussão com a massa, contatos com a Contag, Ministério do Trabalho. Já havia a preocupação de reorganizar o sindicato desde antes das eleições. Mas com a perspectiva dos grupos de guerrilha, houve um certo esfriamento da ideia. Por outro lado, continuava a perseguição do gado à produção dos camponeses.

Os companheiros organizados nos grupos achavam que esse movimento de guerrilha não tinha nada pra fazer. Terminavam de estudar, iam pra casa trabalhar no sítio deles. Queriam ter alguma coisa pra dizer àquele pessoal que não estava nos grupos. Mas dizer o quê? Guerrilha? A gente dizia: “Proibido, não pode falar pra ninguém.”

O companheiro que orientava a criação dos grupos de guerrilha dizia: “Não funda sindicato porque isso não tem nenhuma lógica; já vimos que a experiência não deu resultado.”

Eu falava pra ele assim: “Companheiro, é preciso fundar sindicato. Já acabaram as pessoas que a gente considerava importantes e que podiam participar desse movimento. Agora, como vamos procurar outras pessoas? Chego na casa do cara porque o cara é bonito? O cara é valente? Vou procurar o cara pra entrar

na guerrilha? Não dá pé. Esse cara tem que ter alguma experiência em luta, tem que ganhar a confiança dele. Senão, não dá, de jeito nenhum.”

No fim de 1966, esse trabalho estagnou: todo mundo estudando guerrilha e o gado comendo roça. Os camponeses com problema de doença. Ninguém podia fazer nada porque tinha que começar com a guerrilha. Até que a gente, junto com o pessoal de uma das principais vilas de Pindaré-Mirim, decidiu reorganizar o sindicato.

Uma certa ilusão

Fizemos lá uma eleição, antes da eleição oficial. Eu saí eleito na chapa, logo de início. Então se convocou a assembleia. Lá, fui eleito oficialmente.

Como o município atinge uma vasta extensão, com dezenas de vilas e aldeias espalhadas, o deslocamento da massa dos trabalhadores até a sede do município é muito difícil. As eleições se fazem então nas vilas e aldeias. No dia da fundação oficial do sindicato, as aldeias só enviam seus delegados, representando o conjunto dos trabalhadores daquele local. Isso é radicalmente contra as leis do Ministério do Trabalho. As leis só permitem as eleições na sede municipal, na presença das autoridades. Mas fizemos assim: urna secreta na sede municipal, cada delegado já trazendo o nome das pessoas escolhidas nos seus povoados.

Esses militantes que estavam nos grupos – nessa época já havia muitos grupos de cinco a sete pessoas – passaram a se integrar no sindicato.

Quando foi no meio de 1967, a gente organizou algumas festas em nome do sindicato. O pessoal se reunia pra dançar. Os novos, né. As senhoras iam à festa pra vender um bolo, um café, um chocolate

pro pessoal que estava dançando. Coisa desse tipo, pra pegar um dinheirinho.

Nesse tempo tinha lá uma base de engenharia do Exército pra construir a estrada de rodagem Pará-Maranhão. Esse pessoal do Exército começou a dismantelar as festas do sindicato. Todos os sábados chegavam com a maior barbaridade, tocavam os pés nas mesas das mulheres que estavam vendendo café, chocolate. Tomavam o dinheiro, quebravam as lamparinas. Botavam o pessoal pra correr; era aquela confusão.

O certo é que um dia num povoado chamado Ladeira do Gato, que outros chamam Garrote, tinha lá uma festa organizada pelo pessoal do sindicato. A festa ficava bem na beira da rodagem. Quando foi meia-noite, chegou a patrulha do Exército. Chegou lá, não conversou; foi metendo cacete, dando de bota nas mesas, derubando tudo. E depois de ter esbagaçado o terreiro, entraram no salão pra esbagaçar o pessoal lá dentro, bater nos tocadores, botar pra correr. Resultado: na hora, ninguém sabe quem foi que estava armado, um cara passou fogo, eliminou três sujeitos do Exército. Dois morreram logo na hora; um saiu baleado e morreu em Teresina.

No momento que terminou esse negócio, deixaram os mortos lá. O pessoal abandonou as casas, foi pro mato. No outro dia, o Exército chegou lá. Carradas e carradas do Exército vieram de São Luís, Teresina, todo canto. Passaram lá uma semana, mas não saíam das estradas. Prenderam alguns comerciantes, que ficaram em casa, pensando que eles sabiam quem tinha matado os soldados. Mas, qual! Pegaram um pau desgraçado, mas não sabiam de nada. E os camponeses no mato: mulher, menino, todo mundo.

Depois de uma semana, a gente foi pra São Luís e lá fizemos divulgação na imprensa. Entrou a Contag e fui no Exército dizer que era um absurdo um negócio daqueles. Estavam massacrando o pessoal, prendendo gente que não tinha nada a ver com o peixe: “Ninguém sabe quem matou esses elementos.”

Nesse mesmo ano de 1967 teve outra festa em Colônia Pimental, município de Pindaré-Mirim. O Exército novamente foi lá pra dar satisfação. E de novo deixaram morto na rua um soldadão.

O delegado de polícia, com medo, não foi fazer o corpo de delito. Ficou lá o cara morto. Meio-dia chegou o Exército. O delegado estava sentado numa preguiçosa, na sala dele. O tenente chegou e tocou logo os pés nele: “Seu filho da puta! Cara sem-vergonha! Como é que você deixa esse homem lá no meio da rua?” Torou de chicote o delegado.

Umás mulheres de camponeses ficaram lá pra ver. O Exército tirou a roupa delas no meio da rua e deu também de chicote.

Até aí o pessoal tinha ainda uma certa ilusão do Exército, porque lá só via polícia. Mas, quando o Exército entrou, se desastrou. O pessoal passou a tratar eles de inimigo. O Exército é inimigo, polícia é inimigo, Maluf é inimigo, todos são inimigos.

Quando se fundou o primeiro sindicato, tinha havido muita ilusão. O Exército era dirigido por João Goulart e estava com o compromisso de fazer a reforma agrária no país inteiro. Garantir que a reforma agrária fosse feita. Portanto o Exército era amigo e, depois do golpe, a gente não falou mais nisso. Com esse massacre, o Exército caiu por terra.

“Ficar no sindicato ou ficar com Cristo”

Em 1966, embora eu já tivesse muitas contradições com a igreja da qual eu era membro, ainda não tinha nenhum conhecimento marxista. Então um companheiro intelectual, um dia, fala do problema da fé, o problema de Deus. Eu disse: “Olha, companheiro, se você quer discutir o problema da luta em si, os problemas do povo, estou de pleno acordo. Agora, quero te dizer uma coisa. Eu

acredito em Deus e embora morra brigando, quero estar com minha *Bíblia* aqui do meu lado. Não vou discutir esse problema de Deus. Se for pra discutir esse problema, eu me retiro da reunião e não fico nesse negócio.”

Ele logo falou que não, não tinha problema nenhum. Mas aquilo ficou como um grilo na cabeça: existe Deus ou não existe? Na hora não aceitei de jeito nenhum, mas ficou martelando: esse negócio tem que ser estudado, tem que ser visto melhor. Ao mesmo tempo isso me levava a pensar no comportamento de alguns crentes que, apesar da sua pregação do amor ao próximo, amor a Deus, a gente observava que na prática conchavavam com os exploradores e com o poder local.

Tinha lá um senhor que chamava Clarindo Santos, um dos mais ricos protestantes de Santa Inês. Era um grande comerciante e tinha uma espécie de agência de peças, bicicletas e uma fábrica de sapatos, com uma venda de calçados de todos os tipos. Esse cara era muito amigo do pastor e a contribuição dele tinha um peso danado de grande. Era desses caras que, apesar de ser rico, acreditava muito na religião e pagava o dízimo, como a *Bíblia* diz que deve ser pago. Era considerado um cara como Zaqueu, o rico arrependido que vai para o Reino do Céu.

Esse cara começou a fazer pressão ao pastor: que esse tipo de luta, que houve anterior a 1964, prejudicava as relações da igreja com os comerciantes, o prefeito, as autoridades, na medida em que o sindicato contestava as decisões tomadas pelo poder local. O cara argumentava que tínhamos de respeitar todas as autoridades, porque elas eram determinadas por Deus.

Houve a questão do gado que comia roça em Morada Nova e que foi levado ao juiz de Pindaré-Mirim. O juiz chamava-se José de Arimateia e era protestante também. Ele ficou enrolando: “É, embora vocês tenham razão, a gente não quer entrar em choque com os criadores.”

A gente ficava puto: “Ora, se você tá careca de saber que a causa da gente é justa, por que é que tem que pensar que fulano é mais ou menos poderoso? Você tem é que fazer justiça. Não tem que ficar pensando se cria ou não cria choque.”

O fato do gado comer roça e o pastor, que se diz apascentador do povo, não tomar em nenhum momento posição pelos trabalhadores, mas ficar sempre na corda bamba ou do lado dos comerciantes – isso criava bastante problema.

Na região, como todo mundo sabe, existia uma grande mortalidade infantil. Existia não, existe. A medida tomada pela igreja era chegar na casa do pobre lavrador, todo mundo ajoelhar e orar a Deus que aquela criança ficasse boa da doença. Isso quando a gente sabia que lá tinha um grande farmacêutico que também era crente! Mas esse homem sequer tinha a coragem de vender um comprimido que a gente pagasse no outro ano. Não tinha coragem porque a farmácia é um negócio onde não se compra pra pagar depois. Compra e paga na hora.

Na época eu era um militante ativista da igreja. Quando cheguei a São José do Tufi em 1962 eu era só crente que assistia ao culto. Foi o farmacêutico Raimundo Nonato, protestante da Assembleia de Deus, que começou a fazer os cultozinhos. Como ele era farmacêutico e precisava sair muito, eu comecei a ficar no lugar dele pra dirigir os cultos. Passei logo a ser auxiliar do pastor e a pregar o Evangelho. Depois do golpe de 1964, eu fui pro Caru. Lá estava organizando aquela nova comunidade cristã. E, quando volto a Santa Inês, pra cuidar da reorganização do sindicato, a igreja estava contra o sindicato.

Os pastores locais diziam: “Irmão, você tem que pensar muito nesse negócio de sindicato, isso cria problema. A gente vive pra Deus, tudo aqui é passageiro. Dê a César o que é de César, a Deus o que é de Deus. Apesar dessa vida daqui, a gente na vida do céu

vai ter um galardão, bênção aos que sofrem, porque deles será o Reino do Céu.”

Todas as bem-aventuranças em relação aos pobres, aos sofredores, aos pacifistas, toda essa coisa era pregada como uma forma de driblar a reorganização do sindicato. Se o inimigo dá uma pancada do lado, deve-se oferecer o outro lado pra bater, porque foi assim que Cristo fez. Cristo resistiu à morte, mas resistiu calado. Então a gente tem que fazer a mesma coisa, seguir o exemplo do Cristo.

Os pastores diziam que eu tinha que fazer uma opção: ficar no sindicato ou ficar com Cristo. Eu ficava naquela balança, aquela confusão. Não dormia de noite com o negócio. Em Cristo eu tenho fé. Mas a necessidade do sindicato existia porque as promessas feitas pelo prefeito – na época que ele ainda era candidato – não estavam sendo cumpridas. O pessoal dizia: “Tem que reorganizar o sindicato pra fazer uma pressão maior.” O povo não podia continuar assim. Grande parte desses associados do sindicato era protestante.

Rompimento com a Igreja Protestante

Em novembro de 1966 teve a convenção regional da Igreja Protestante na cidade de Santa Inês. Eu, como militante da igreja, assisti a essa convenção. O pastor local não teve coragem pra denunciar publicamente que a gente era desobediente, subversivo. Mobilizou um outro pastor que tinha vindo do Piauí, de uma cidade chamada Floriano.

Durante o dia tinha lá os debates da convenção e à noite tinha culto ao ar livre. Convidavam todo mundo pra assistir ao culto. Esse pastor começou a enquadrar o Evangelho na luta contra as concepções do chamado mundo moderno, o que nem se pregava naquela época na região.

Começou a dizer aos irmãos que existia uma doutrina que levaria ao mundo moderno. Que ele tinha andado na República Popular da China e que lá ele viu escrito nas portas: “Queremos um mundo moderno.” Que esse mundo moderno estava muito ligado aos comunistas, os capas-verde, correio da besta-fera. Que esta besta-fera estava com a cabeça na China e os pés na América Latina, em Cuba. Que eles começavam então a se infiltrar nos outros países latino-americanos, incentivando o sindicalismo. Os irmãos protestantes deveriam se defender de tal doutrina porque isso era incompatível com a fé, com a religião e com o Reino de Deus.

A essas alturas, não havia mais nenhum crente naquele ambiente que não me olhasse. O “correio” era aquele que estava lá, era eu. Era o cara que estava à frente da reorganização do sindicato.

Tinha muita gente nessa assembleia. Uma convenção de interior, com muita propaganda, é um fenômeno novo. Vem gente tanto da cidade local, como gente do interior. Um negócio assim espetacular. Vai também católico pra assistir ao culto, ouvir a pregação. Entre pobres e ricos, pastores, juntando tudo, tinha entre cinco e seis mil pessoas no ar livre.

Quando ele terminou toda essa pregação, esse labiado, eu pedi a palavra. O pastor local responde que só tinha direito de falar pastor consagrado e dirigentes regionais. Não era caso de militantes, diáconos, presbíteros falarem naquele momento. A gente argumentou que, como tinham entrado num problema que estava ligado a mim, o problema do sindicalismo, nada mais justo dar pelo menos a minha opinião ao povo ali presente, senão ficaria a palavra do pastor solta, sem ninguém saber o outro lado.

Ele disse que não daria a palavra. Então apelei à igreja presente, que ela me garantisse o direito de falar. Na igreja protestante, a que eu pertencia, existe assim aparentemente uma democracia danada.

Botou-se em votação e o pessoal, que estava ouvindo, optou pra que eu falasse.

Subi e comecei a dizer o seguinte: eu chamava o pessoal de irmãos não devido à religião, mas dado que a maioria ali eram trabalhadores pobres, grande parte analfabetos, sofredores. Perguntei a eles quem conhecia de fato o que significava mundo moderno. Ninguém respondeu, ninguém sabia. Alguém respondeu: “Eu não sei.”

Então eu disse: “Olha, irmãos, eu queria mostrar pra vocês que eu também não sei muito bem o que é isso, não. Mas eu quero mostrar alguns exemplos de coisas modernas.” Aí comecei a dizer: a gravata dos pastores e o terno de nylon, melhor pano. Não era qualquer tear que fazia um negócio daqueles. Era uma máquina altamente moderna, especializada. O problema do carro do pastor: era também uma peça altamente moderna. O problema do calçado, enfim, tudo. Depois a casa, a moradia: a diferença que tinha entre aqueles que tinham uma casa de tijolo, muito benfeita, com luz elétrica dentro de casa, fogão a gás ou elétrico, rádio e um cara que tinha uma casa coberta com palha, feita no mato, de taipa, com barro amassado e a luz dentro de casa era candeeiro a querosene ou mesmo a óleo. O fogão: madeira, fumaça fumacenta. Enfim, existia uma diferença muito grande entre uma casa de pastor com todas as características modernas e a casa de um trabalhador rural. Uma grande diferença entre o terno todo preparado do pastor e a roupa de um trabalhador rural.

Depois a gente perguntou o seguinte: como ele daria notícia da China? Com que tipo de transporte ele teria ido até a China? Ele falou que evidentemente tinha sido de avião. Então a gente argumentou que, na época de Cristo, eles não conheciam mais que a Palestina, o Egito, por ali. Exatamente porque não tinha um tipo de comunicação, de transporte moderno, como tem hoje.

Então se aproveitar o mundo moderno fosse um pecado, coisa do diabo, Satanás, Belzebu, como ele tinha falado, eu achava que não eram exatamente os protestantes pobres, os camponeses que iam pro inferno ou que estavam gozando dos bens que tinham oferecido os capas-verde, correios da besta-fera, comunistas. Neste caso, quem estava exatamente no inferno, gozando desses benefícios em primeiro lugar, eram os pastores que estavam no nosso meio.

O pastor local, depois dessa minha colocação, disse que até mesmo o Cristo teve muita reserva a discutir com o diabo e que eu deveria sair da igreja. Eu saí. Grande parte do pessoal que estava lá, protestantes, camponeses, também pouco a pouco foi saindo.

Foi assim que se deu meu rompimento com a Igreja Protestante.

Na época eu rompi apenas com a estrutura da Igreja, o que não significa ter rompido ideologicamente. Continuei crente, acreditando em Deus. Acreditando mesmo sem nenhuma vacilação, embora não fosse aceito como um membro integrado na hierarquia da igreja. Continuei sendo crente em particular.

Quando saí dessa assembleia, não fiz apelo nenhum. Fui pra casa e depois comecei a entrar em contato com outras igrejas de interior e discutir com os crentes. Uma parte deles tinha ouvido lá os problemas. Mas, dada a importância da união do povo no sindicato, grande parte desses protestantes começou a romper com a obediência à Igreja.

Em Pimenta, um povoado do município de Pindaré-Mirim, tinha uma Assembleia de Deus. Essa Assembleia transformou-se em Assembleia do sindicato, quer dizer, só fez tirar o nome. O povo se reunia pra discutir os seus problemas. Foi assim: aos poucos. Não houve um racha na hora. Saiu uma parte. Depois outros foram se engajando na luta e foram rompendo um atrás do outro, montando uma cadeia.

Outro tipo de fé

Eu tinha aprendido na minha vida, do ponto de vista religioso, que as coisas eram criação de Deus, determinadas por Deus. Então comecei a fazer um processo de observação por que aconteciam fenômenos inexplicáveis.

Comecei a estudar como é que nasce o arroz: por que ele nasce e cresce. Há algum elemento! Eu sempre dizia pra mim: só Deus é capaz de fazer o arroz nascer. Depois a gente viu exatamente o problema da contradição que o arroz encontra na terra, a água, o calor. Essas coisas que fazem o arroz nascer, crescer e se transformar. Depois morre aquele pé de arroz e fica a vida ali dentro da semente.

Comecei também a pensar no problema do sexo, da relação sexual e o porquê da criança. A gente viu o negócio do óvulo que a mulher cria lá dentro e o esperma que atingia. Era pregado pra nós que filho não podia ser evitado: quando a mulher dá à luz a tantos filhos é que é desejado por Deus e ninguém podia evitar. A gente descobriu que podia evitar o filho. Era só estudar o período de fecundação, não manter relação sexual: não tinha filho. Então não é simplesmente uma coisa que Deus queira.

Hoje não tenho fé assim no Deus que fez tudo, que determina tudo, não tenho. Hoje eu tenho outro tipo de fé, que talvez não tenha como explicar. Luto hoje por uma nova sociedade, mesmo sabendo que os homens não pensam nessa nova sociedade, que os trabalhadores, os operários estão bêbados, envenenados com a ideologia da classe dominante. *Acredito profundamente que esses homens são capazes de se transformar num novo homem, que pensa diferente.* É por isso que penso nessa sociedade e isso pra mim é questão de fé. Porque, na realidade, não existe ainda. Nós não temos um tipo de homem que tenha enraizado na sua mente um novo modo social onde todos os homens sejam iguais, se respeitem mutuamente, sintam as mesmas

coisas uns dos outros, a mesma dor, sintam o mesmo problema do outro, tenham um amor profundo ao homem como ele é.

Eu acho que isso é uma questão de fé, uma questão de achar que, dada a realidade objetiva, eu vou terminar chegando lá. Um problema de fé, mas não é mais acreditar em Deus.

Em relação à massa de crentes, inclusive grande parte dos dirigentes do interior, a gente continuou sendo o mesmo amigo.

Não teve nenhum problema, ninguém me *arrenegou*. Ninguém ficou dizendo: aquele é da besta-fera, é amaldiçoado. Os pastores mesmos, esses pastorzinhos do interior, dirigentes, quantas vezes não me chamaram pra discutir problema dos trabalhadores. Enfim, trabalhávamos juntos, sem problema nenhum. Às vezes tinha exceções: algum cara que era muito fanático, que não podia ler nada fora da *Bíblia* ou de algumas revistas que a igreja mandava.

O relato assim pode ficar parecendo que a minha integração na Igreja Protestante não teve nenhum resultado positivo, quando eu acho que teve. A gente, ao ser crente, assimilou e teve uma prática muito grande de vida comunitária, viver sempre muito unido, procurando as pessoas, preocupado. Vai aqui, vai acolá, entra em contato, vê o problema, o que pode fazer no interior, se faz. O que teve um papel muito importante na articulação de comunidades. O que serviu pra que esses trabalhadores, pelo fato de serem crentes, continuassem unidos na luta contra a dominação, exploração que existia ali.

Eu não posso confundir a Igreja Protestante ao nível de base, de massa, de crentes com o problema da hierarquia. São duas coisas completamente diferentes. O povo sente o problema lá mesmo: está na carne dele. No momento em que começa encontrar uma outra prática no dia a dia, vai ver a contradição que existe entre o que a hierarquia diz e sua forma de agir.

CAPÍTULO XI

PAIOL E ROÇA COLETIVA

Ainda em 1967, nosso sindicato de Pindaré-Mirim começou também um plano de defesa do preço da produção.

Até então a questão principal que se colocava na ordem do dia era o gado destruir a plantação e o grileiro expulsar o camponês. A gente descobriu o seguinte: na época do problema do gado, muitos camponeses ficaram fora da luta porque eles tinham a roça deles longe. O gado não ia lá. Então eles não tinham nada a ver que o gado tinha comido a roça do outro: “Tá comendo, deixa pra lá.” Agora, se entra na minha roça, passo fogo.

No caso do grileiro também: se bole com cinco, seis camponeses, só aqueles que foram prejudicados ou ameaçados pelo grileiro entram na briga. Os outros não entram.

Nós começamos a organizar a defesa da produção que os camponeses já tinham – a farinha, o arroz, o milho – fazendo um paiol coletivo.

Esse paiol coletivo era guarnecido pelos camponeses, junto com os armados – o pessoal que vinha dos antigos grupos organizados.

Isso com as armas que tinham: facão, espingarda de caça. Eles se organizavam e botavam sentido no paiol.

Agora, por que botar sentido no paiol? Em geral, os camponeses devem dinheiro aos comerciantes porque compraram fiado na mão deles durante o ano. No fim do ano eles pagam com a colheita nova, mas o comerciante nessa data derruba o preço. Eles são obrigados a dar a produção pelo preço miserável. E se um cara não desse, ele mandava lá o jagunço buscar o arroz nos paióis isoladamente, de um a um. Pega daquele, daquele outro, até o derradeiro. Ninguém podia fazer nada. Agora, estando todo mundo com o arroz no mesmo paiol, já ficava mais difícil o cara invadir um paiol que estava sendo guarnecido. Todo mundo sabia quantos alqueires tinha ali dentro do paiol.

A produção que vai do campo pra cidade

Por outro lado, a gente sabia também que, se não tivéssemos uma produção organizada, um volume de produção grande, nós não tínhamos condição de encontrar um preço melhor pra produção. A gente começou a ver que o comerciante pega um preço bom porque ele tem o armazém, compra de diferentes pessoas, bota ali dentro e depois aguarda a época que tem um preço melhor.

Quando é o camponês que vai com a produção pro mercado, chega lá e tem que adular pra vender a produção. Fica lá semanas. Encosta jumento, bota pra um lado, bota pra outro. Os comerciantes já estão com um pensamento comum. Já discutiram entre eles qual é o preço e dizem todos que têm o mesmo preço. Ninguém quer fazer mais do que outro. Você termina vendendo a produção por um preço relaxado. Com isso, o preço oficial da produção é um preço mínimo feito pelo banco, mas o preço que o camponês vende para o comerciante a troco de mercadoria é outro totalmente diferente.

Digamos um alqueire de arroz. Na época um alqueire de trinta quilos valia cem cruzeiros velhos. O camponês vendia esse alqueire de arroz por dez. Então, por quê? Porque o último que vai fazer o preço tem que ficar com esses cem cruzeiros, que é o preço oficial do arroz. Esses noventa cruzeiros que o camponês perdeu ficou uma parte com o cara que tem a usina, que está depois do comerciante. E aí vai deixando, deixando, até chegar lá onde está aquele poderoso monstro, que pôde acumular e esperar a concorrência. Digamos que ele chegue lá por oitenta cruzeiros. Para completar o preço oficial do alqueire de arroz ainda tinha vinte cruzeiros. Caso haja uma falta, eles vão privar a produção e o alqueire pode alcançar cento e vinte cruzeiros. Então pra não fazer nada, ele, sozinho, o grandão, ganhou quarenta cruzeiros. Existe uma hierarquia de exploradores na estrutura econômica. Essa hierarquia não é uma questão que o cara queira que ela seja assim. Ela é imposta desse jeito, mesmo lá no interior.

A produção que vai da cidade para o campo

Vou mostrar outro exemplo: eu era ferreiro, fazia trabalho com foice, machado, facão, espingarda, essa coisa toda. Às vezes dispensava o meu trabalho, dispensava o meu lucro. Por quê? Porque eu tinha de cobrar o valor da lima, que eu tinha gasto pra aperfeiçoar a ferramenta. Tinha que descontar o problema da oficina, do martelo, de uma série de coisas. Só isso aí já era suficiente pra ultrapassar o preço do valor da produção. Era tudo caríssimo nas mãos dos caras que levavam as coisas lá no interior. Se fosse cobrar mais o meu direito de mão de obra, o camponês não podia comprar. Era muito melhor ele ir pra fábrica ou encomendar para o comerciante. Resultado: foi indo, foi indo, eu tive que abandonar a oficina, quebrou. Não tinha mais profissão nenhuma.

Eu não podia de jeito nenhum dar valor à minha mão de obra porque tinha um cara vendendo mais barato a mesma ferramenta, às vezes muito mais aperfeiçoada do que a minha. A mesma fábrica que fez a lima pra mim fez também a foice, fez o machado. Então eu comprava na mão deles e já era comerciante vendendo, já ganhando o lucro deles.

Compravam nas grandes fábricas e levavam pra lá. Vendiam a produção do campo, que vai do campo pra cidade, deixando todo esse lucro na viagem; por cada mão que passa. Então a mercadoria que é produzida lá nos centros urbanos vem também deixando um lucro naquela hierarquia de compradores, até chegar lá no interior. No interior, aquele cara que está lá tem que pegar o último bolo. Até aqui já puxaram, já tiraram o que puderam. Então agora aqui vou tirar o meu, o que eu puder daqui pra frente, da mão de quem produz. Então a hierarquia só pega o lucro e não precisa grandes esforços pra fazer isso não.

O camponês traz lá da roça dele o arroz, o milho ou o feijão, vindo no jumentinho dele. Chega lá e o comerciante diz: “Bota a carga embaixo, bota na balança.” Aí o camponês pega a carga e bota na balança. Ele vai só olhar ou manda o empregado olhar quantos quilos deu. Depois diz pro camponês mesmo: “Agora pega e despeja no armazém.” Só fez falar, ele não fez outra coisa. E pega o lucro dele.

Então, com o método do paiol coletivo, a gente estava defendendo o preço da produção e, por aí, se defendendo também da alta do custo de vida, da hierarquia dos exploradores.

Estruturas econômicas

Lá no campo, os grandes proprietários às vezes exploram uma pequena parte de suas terras, a outra eles deixam como reserva. É seca: só montanha, rocha, não produz nada. Mas o proprietário

quer aquela terra. É importante pra ele porque, quando ele vai ao crédito, é o tamanho da propriedade que conta. Ele não vai falar que a propriedade tem um lado que não produz. Ele vai dizer: “Olha, eu tenho duzentos mil hectares de terra ou um milhão de hectares. Quero um financiamento do banco pra poder comprar gado, maquinaria.” Então o banco pá: com esse dinheiro, o grande proprietário vai estudar qual é a melhor forma dele ganhar mais dinheiro.

E qual é a melhor forma? É exatamente pegar a produção dessas áreas de terra, que podem ser dele ou não. Pode ser a terra do pequeno proprietário que trabalha lá familiarmente, pode ser a terra dele, uma parte da terra dele e pode ser terra devoluta. O importante é estender a rede de comercialização por todo canto porque é aí que está a fonte de riqueza, onde ele ganha lucro. Então não importa. Ele quer a terra como base do seu financiamento, do seu crédito financeiro.

Com esse dinheiro, ele compra a produção do caboclo. Quer dizer, quem compra é o comerciante local, mas esse pequeno comerciante fica dependente do grande. É o grande que tem o crédito. Os pequenos comerciantes berravam nos pés do grande capitalista pra eles darem crédito direto e o grande dizia: “Não, eu empresto pra você do meu crédito e aumento o juro.” E também dava crédito na grande casa comercial, onde o pequeno comerciante pra comprar precisa o aval: “Deixa estar que eu pago a conta, você paga tudo pra mim.” Então fica o seguinte: o grandão dependente do banco e dependente da empresa comercial que deu crédito aos comerciantes dele. E os pequenos comerciantes ficam dependentes desse grande latifundiário, desse monstrão.

A grande maioria dos comerciantes que eu conheço está ligada ao problema da terra. Você pode escavar que, no fundo, ele tem uma propriedade, seja no inferno, que ele arranjou de capital. Por que o pequeno comerciante também não passa a ser um grandão? Porque ele é dependente desse grandão.

Aí vai uma dependência até chegar nos camponeses mais ou menos. São os camponeses que às vezes acumulam. O cara que produziu muito ou tem a família pequena. Ou foi um cara que passou certo período da vida dele com muita dificuldade, conseguiu às vezes ter arroz, milho, feijão pra comer durante o inverno e sobrar um pouquinho ainda. Nesse pouco que sobra, ele impõe as mesmas leis que o comerciante impôs nele. O caboclo chega lá:

“Olha, rapaz, eu estou precisando de um quilo de arroz hoje. Minha família está sem comer.”

“Te dou um quilo agora, tu me dá um alqueire mês de junho.”

“Rapaz, isso é demais.”

“O que eu vou fazer? É a tabela, é isso mesmo.”

Então você vê as estruturas econômicas rigidamente localizadas dentro de uma mentalidade. Embora eu possa ter boa vontade, a estrutura obriga a fazer isso. Se eu quiser ser bom pra ti, eu vou encontrar um desgraçado que é ruim pra mim. Eu não vou sair compensado em outras áreas. Eu não tenho alternativa nenhuma. Tenho de fazer aquilo mesmo; se eu sou bom eu me acabo, eu me fodo. Vou ficar pedindo esmola, entende? Porque eu não tenho condição nenhuma. Qual é a alternativa?

O paiol e a roça coletiva

Construímos o paiol. Era um tipo de pequeno armazém. Foi coberto com palha, paredes de barro, de taipa. A gente forrou o chão com pau, depois fez uma esteira de palha de coco de babaçu e forrou com capim pra ficarquentinho. Ali em cima botou o arroz, a produção da roça coletiva.

No primeiro ano que nós trabalhamos, botamos esse arroz todo num paiol. No segundo ano, quando esse arroz estava no paiol,

nós começamos então a alargar o plano pra vários povoados, que vinham desde o Cajueiro, lá no município de Santa Luzia, passando por São José do Tufi, Pimenta, Santa Teresa, e já tinha gente incentivada pra roça coletiva em todo canto.

Tinha dias que nas roças coletivas trabalhavam cem pessoas. Eu já falei como era o mutirão. Você tem aqui uma mata de dois quilômetros. Um camponês só se interessa naquele ano por um hectare de terra. Outro quer outro hectare. Então, ajuntava vinte, trinta, cinquenta homens e marcavam aquela roça. Vinte homens vão pra você no seu hectare, brocam e derribam a sua roça. No outro dia, os vinte vão pra roça de outro. Então, com vinte dias, brocam e derrubam vinte hectares de terra – nas terras devolutas.

Desde que você marca o seu pedaço de terra, ele já está escolhido. Mas, no trabalho, você não vai trabalhar sozinho no seu pedaço. Você vai com todo mundo, coletivamente. Agora, toda a produção é sua. Tudo é seu. É só na participação do trabalho que há coletividade, mas na apropriação, seja de um pedaço de terra durante um ano, seja de um produto, é propriedade familiar.

Na questão da roça coletiva, nós ultrapassamos essa fronteira de ser só o trabalho coletivo. Nós procuramos também coletivizar a produção e a propriedade, já que o trabalho era coletivo. Defender coletivamente a propriedade que estava sendo ameaçada pelos jagunços, grileiros, capitalistas, fazendeiros, o diabo.

Por exemplo, se nós comprássemos um trator pra produzir ali dentro, era também um trator comprado com o produto daquela roça coletiva. Portanto, um trator coletivo, que vai trabalhar em diferentes roças, de diferentes pessoas.

A roça coletiva foi criada nessa base de coletivização do trabalho, que já existe. Independente da minha vontade ou não, existia um trabalho coletivo e livre exploração da terra. Não é assim “terra do Estado”. Não é produzir e vender pro Estado, como nas sociedades

socialistas. Era assim: o camponês apropria terra e vende o produto pra quem quer.

O trabalho coletivo, a terra desbravada coletivamente e defendida coletivamente, a produção colhida, botar tudo num só armazém. A produção que se diz pra negócio. Agora, o excedente, que não é pra negócio, fica com a família, lá na sua casa, produção pra comer. Mas o que é pra negócio é tudo coletivo. O plano era esse aí.

Nós éramos todos posseiros, sem exceção. Mas não é posseiro que tem um pedaço de terra. É posseiro que nós chamamos lá no Maranhão posseiro volante. Força pioneira de desbravamento da Amazônia. Eles mudam de dois em dois anos. Ele sai daqui, vai pra frente, vai andando aí, vai entrando na mata: a grande maioria nunca tem um pedaço de terra num lugar só, pra se fixar ali dentro.

Nós tínhamos feito um plano para 1968: apesar de as roças terem sido feitas individualmente, cada qual o seu pedaço, pra defender o preço, organizamos o paiol coletivo. Então, desse paiol coletivo foi que surgiu a ideia de alargar pra roça coletiva. Em um povoado, dois e três.

Produção da roça coletiva

Plantava a mesma coisa de sempre: arroz, milho, feijão, mandioca de fazer farinha, essas coisas aí.

O milho em geral deixa-se lá na roça. Quando ele está todo seco, vai se quebrando o milho, vai se vendendo na mesma roça. Não ia pro paiol coletivo.

A mandioca é uma produção que, pra ir comendo, você, depois de seis meses, vai lá e arranca cinco, seis pés, faz a farinha e come. Isso pro consumo. Mas, pra dizer: “Vamos fazer farinha agora e vender”, só com dois anos. Você pega aquela mandioca madura,

arranca todinha, faz farinha e vende. Mas não chegamos a esse estágio de coletivização da farinha.

A forma de fazer a farinha que tinha lá no Maranhão é arrancar a mandioca e botar de molho dentro da água. Com três ou quatro dias, a mandioca está *puba*, quer dizer, vira massa, bem molinha. Aí você tira a casca dela todinha, bota nos paneiros, nos jacazões de taboca ou de palha de coco de babaçu. Bota nos animais e leva pra casa de forno. Lá mete no catitu pra esbagaçar, bem esbagaçadinha, ou amassa com a mão, ou mete no pilão e machuca bem machucadinho até sobrar aquele molho.

Às vezes um morador tem um forquinho comum e todo o pessoal daquele povoado trabalha naquele forno. Pagam de acordo com a consciência deles. Quando terminam de fazer farinha, pegam assim uma cuiazinha, enchem de farinha e levam lá de agrado ao cara. Outros cobram mesmo, quando o cara tem um negócio mais sofisticado, um catitu, um forno de cobre bom. Aí você paga uma quantidade.

Em outros povoados o pessoal às vezes se reúne e faz um forno do que é possível: de lata de querosene ou laje de pedra. Pega aquela pedra, serra bem certinha e faz o forno. Aí todo mundo torra a farinha naquele forno.

Não tinha também feijão pra experiência coletiva. Foi só mais o arroz, que era o elemento principal da produção coletiva na área. O resto das outras coisas, nego plantava de pouquinho, só pro consumo.

Juros, cercas derrubadas e perseguição

Quando a gente começou o plano de defesa do preço da produção, o projeto do paiol coletivo, nos comprometemos com os comerciantes – depois de uma assembleia geral do sindicato – de

pagar os juros de nossas compras do ano segundo a lei exigisse. Se era para pagar no mês de julho, por exemplo, e fosse pagar só em setembro (ou quando o preço do arroz fosse melhor), a gente pagava os juros desse período.

Nenhum comerciante aceitou essa ideia. Foi aí que se desencadeou a repressão pra nos prender e a mim, porque era presidente do sindicato.

Derrube de cercas e ocupação dos povoados pela polícia

Nesse período também começamos a derrubar algumas cercas de grileiros. Isso tinha bastante participação de massa. Era cerca que estava prejudicando aquele cantinho.

Essas primeiras cercas foram derrubadas por decisão das massas em assembleia geral. As massas derrubavam as cercas, *tuc, tuc*, em cinco minutos. Mas, quando a polícia vinha, a massa não assumia nada.

“Não tenho nada a ver com isso, não sei quem foi que derrubou.”

Eu era visto como o dirigente dos grupos que derrubavam cerca. Em 1968 a polícia começou a desenvolver uma campanha de perseguição. Como a gente não ia mais na cidade, eles iam de povoado em povoado, botando lá seus representantes.

A gente fazia a seguinte tática: convocava uma assembleia naquele povoado, com um prazo de quinze dias, por exemplo. Eu chegava lá dia tal, pra reunir com os camponeses da delegacia sindical distrital ou de aldeia. Antes da minha chegada, a polícia ocupava as bocas do caminho – “Se entrar tá preso” –, mas eu já tinha vindo dez dias antes e estava escondido dentro da aldeia. Então,

de lá, orientava a assembleia: anunciava que ia chegar tal hora e a polícia no caminho esperando. A gente já estava lá na assembleia.

A essas alturas, a polícia não podia mais invadir porque eles eram poucos e lá tinha cerca de trinta, quarenta pessoas com espingarda ou rifle na mão. A polícia só fazia olhar. A gente terminava a assembleia, depois dispersava. A polícia tinha afastado e a gente ia embora.

CAPÍTULO XII

MINHA PERNA É MINHA CLASSE

Em 1968 esse tipo de assembleia começou a fracassar, porque apareceu ao mesmo tempo uma coisa nova: a teoria da Guerra Popular.

Por essa teoria, o sindicato devia continuar, mas com a direção do sindicato assumindo a propaganda da Guerra Popular, criação de bases de apoio, cerco da cidade a partir do campo.

A teoria explicava que na China, durante vinte e sete anos, foi feita essa forma de guerra e que o Brasil tinha as mesmas características da China. O camponês era a força principal, brigava pela terra até a última gota de sangue. A questão central era estabilizar o camponês na terra, fazer a reforma agrária, e isso dentro dos moldes de reivindicação reformista não era possível. Tinha que programar a Guerra Popular, que era um elemento revolucionário.

Aí, em vez da defesa real dos camponeses que se estava fazendo, passou-se a propagandear a Guerra Popular.

Até então, a polícia via aqueles grupos armados no Pindaré-Mirim simplesmente como defesa dos plantios, do preço da produção: *o problema político estava escondido nisso aí*. Mas no momento

que a propaganda da Guerra Popular apareceu não teve mais jeito. A polícia foi para massacrar mesmo, logo na primeira assembleia que a gente fez.

Cadê a Guerra Popular?

A gente convocou o pessoal para a visita do médico a um daqueles pequenos ambulatorios, que o sindicato organizou depois que decidimos não pagar mais o imposto sindical do governo.

Nessas assembleias, os grupos armados ficavam ali dentro junto com todo o pessoal. Se a polícia viesse, metiam fogo.

Dessa vez houve uma polêmica danada. Alguns companheiros, baseados na teoria da Guerra Popular, não queriam que fosse convocado o pessoal dos grupos armados: “Temos que confiar em primeiro lugar na posição política correta; segundo, nas massas que estão aí.” A questão era dialogar e discutir com a polícia, pra que ela ficasse desmoralizada. Se a polícia atacasse, então se corria pras armas.

Outros companheiros diziam assim: “Até hoje fizemos assembleia de massas com os camponeses de arma na mão. Não dá para atacar, mas se nos atacam a gente responde com tiro também.”

Antes da reunião, mandaram dizer pra nós que o prefeito ia lá conversar, saber quais eram os problemas. Aí uns disseram: “Olha, minha gente, esse prefeito não vem; quem vem é a polícia. Isso já é uma longa história. Quando a polícia manda avisar uma coisa, faz outra. Ou bem nós dispensamos a reunião ou bem nós vamos armar o pessoal pra ter num cantinho, uma retaguarda. Se a polícia chegar calma, ninguém mete fogo. Se a polícia chegar agredindo, fogo na polícia.”

Os que defendiam a prática que já vinha de muito tempo – as assembleias armadas – terminaram sendo vencidos.

De todo modo, a análise dos que defendiam as assembleias armadas também estava errada. Não se tratava de discutir se era justo ou não as armas estarem nas mãos da massa. Tratava-se de discutir o clima geral de propaganda sobre Guerra Popular.

Naquelas alturas, eu digo com sinceridade, mesmo que aquele grupo estivesse armado e resistisse, depois nós não tínhamos condição de continuar, porque não tinha Guerra Popular coisa nenhuma. A gente ia ser massacrado aos poucos. Nós não tínhamos nenhum plano de guerrilha organizado na região, embora tivéssemos estudado teoricamente os problemas. Tampouco havia um plano nacional que articulasse o campo e a cidade. Na verdade, o que havia em plano nacional era uma propaganda que não ultrapassava a fronteira do papel.

Então, aconteceu o seguinte: convidou-se o médico, os velhos, mulher doente, menino. Foram logo pra beira da rodagem; um negócio que a polícia podia chegar assim... E a polícia já de olho! Em vez de armas ficarem na mão do pessoal, ficaram escondidas no mato. Só eu é que tinha uma pistolinha do lado.

As faixas que foram pintadas, as palavras de ordem que foram pra lá, rapaz! “Guerra Popular derruba ditadura”, “Gado come roça, come bala”, “Criação do Exército Popular”.

Estava tudo naqueles painéis na beira da estrada. Que diabo que a polícia ia chegar aqui pra falar? Não tinha por que dialogar coisa nenhuma! Não tinha que negociar! Negociar o quê? Eram posições antagônicas: fogo pra lá, fogo pra cá. A gente então não estava dizendo que era a Guerra Popular que resolve, não tinha a palavra de ordem de enfrentar tudo?

A polícia, quando chegou, não conversou:

“Quem é que tá nessa organização aí?”

“Sou eu.”

“O senhor saia aqui pra falar com nós. E não bole ninguém.”

E eu vi todo mundo de braço cruzado. Não podiam mesmo bolir, porque as armas estavam em cima.

Ora, eu já sabendo do massacre de Pirapemas: lá ninguém se boliu e a polícia fez fogo, só porque ninguém se rendeu... Sabendo também lá do Bacabal do Mearim: o pessoal ninguém se boliu e porque não se rendeu a polícia meteu fogo... O que eu vou fazer? Ou vou sair daqui e morrer lá sozinho ou vão matar a massa, se eu ficar aqui dentro. Não tinha alternativa.

Fui saindo. Foi chegar na porta e fogo! Deram cento e tantos tiros. Cadê a Guerra Popular? Ninguém sabia onde é que estavam as armas. Saiu tudo correndo.

Teve um cara de massa – esse cara é admirável –, chama-se Eustáquio... Esse cara foi o único que não correu, pegou um tiro na barriga que arrancou uma lapa do couro do bucho dele, mas resistiu. Brigou até que não aguentou mais. Ficou sentado: hã, hã. O cara da polícia:

“Estou quase te quebrando a cara, filho da puta.”

“Pode quebrar! Não saio.”

Mas o resto tinha escapado.

Quando fui baleado, estava com a pistola, mas encapada na bainha, metida na cintura. Tinha que esconder esse diabo. Como se fosse a arma a principal provocação. Não era a arma, era a propaganda que estava lá.

Fui baleado no pé: peguei dois tiros de fuzil. O delegado me derrubou e puxou um revólver pra atirar no olho, na boca. Eu dou-lhe assim com a mão no braço, o revólver dele sai cantando no mundo e eu parto pra cima do homem. A polícia vem de novo e me

tira de cima dele. Quatro soldados me pegaram e me arrastaram na piçarra – a estrada de rodagem que não era asfaltada.

Fui arrastado até no carro que eles tinham deixado lá muito longe pra poder vir a pé, devagarzinho, por trás da barreira. Me botaram derramando sangue na traseira do carro e me levaram pra Pindaré-Mirim.

“Minha perna é minha classe”

Passei seis dias preso na cadeia em Pindaré-Mirim. Era enfermeira que tinha lá. Lavava a perna com água morna e passava mertiolate. A perna terminou gangrenando.

Os camponeses ficaram na maior revolta com isso da minha perna. Ao mesmo tempo, em São Luís, o pessoal da igreja e estudantes fizeram muita denúncia e um pessoal bom da Rádio Educadora também ajudou a divulgar. Sarney se viu na obrigação de pelo menos dizer que estava solidário. Foi pro jornal, pra televisão esculhambar com a agressividade: ele não era responsável por isso de jeito nenhum, era um cara que estava a favor dos camponeses, contra a grilagem de terra, ia providenciar a minha hospitalização e pagava as despesas.

Aí, não sei quem, fretaram um avião e mandaram me buscar em Pindaré-Mirim e eu vim pra São Luís. Foi um padre que me levou pro hospital.

Eu vinha com o plano de tratar a perna e lá o médico disse:

“Não, tem que cortar a perna.”

“Mas cortar a minha perna?”

Nesse tempo eu ainda mexia com o dedo assim, saindo sangue.

“A minha perna está boa. O problema é fazer um tratamento.”

Isso foi negócio de dez horas da manhã. Foram cortar minha perna depois de sete horas da noite. Eu disse: “Corta esse diabo logo. Ninguém trata; corta esse diabo logo.”

O médico deu *raque* no espinhaço e adormeceu a perna. Eles cortaram a perna, mas eu estava vendo a operação toda.

Minha perna foi cortada porque eu passei seis dias lá, sem nenhum tratamento. Só com esse negócio do mertiolate. Segundo: mesmo depois daquela gangrena, se eu tivesse chegado em São Luís e tivesse um médico que se dedicasse a cuidar da minha perna, eu não tinha cortado a perna. Tinha ficado com o pé aleijado, o pezão grosso, mas estava com minha perna normal, inteira.

Eu fiquei puto por causa da minha perna nessa época. Fiquei doente, doente moralmente. Puta merda! Agora vou ter que pedir esmola. O que eu conhecia no interior era que nego que perdia a perna, pedia esmola.

Daí eu fui começando a me animar, porque olha o que Sarney fez: botou umas placas em São Luís: “Sarney, líder incontestável dos camponeses, dos operários.” Aquilo começou a me encher de raiva. O cara não era líder coisa nenhuma. Era um demagogo que tinha lá.

Um dia, eu já estava melhor, chegam lá três representantes de uma secretaria do governo de Sarney:

“Achamos que devemos dar uma assistência melhor possível a sua mulher. Vamos buscar ela em Teresina, onde ela está com os meninos. Trazer pra cá, arranjar uma casa ou um hotel.”

“Não é preciso, eu tenho um irmão aqui. Ela fica na casa dele.”

Ela veio pra São Luís, pagaram as despesas e propuseram também o seguinte:

“Você perdeu essa perna, mas isso não é problema. A gente vai pagar o teu tratamento. Vamos mandar botar uma perna mecânica. Você não volta mais pro interior do Maranhão, vai ficar aqui em São

Luís. A gente vai procurar um apartamento pra vocês, um emprego onde você possa trabalhar sem fazer muito esforço. E arranjar um emprego pra sua mulher. E ver se arranjam um carro, pra quando você for sair de casa. Queremos também uma coisa: que você colabore com a gente no sentido político. Você sabe, nós somos a oposição a esse regime que está aí.”

Aquilo me deu uma raiva danada. Eu sabendo que a manobra era deles, tudo aquilo eram eles que tinham feito!

“Olha, rapaz, perna eu não vou querer. Vocês é que quebraram a minha perna. Hospital eu não tenho nada que ver com isso; vocês pagam o hospital. Emprego eu não vou querer, porque vejo muita gente desempregada em São Luís, inclusive sendo expulsos das favelas. Eu não vou querer. No dia que vocês puderem dar emprego pra todo mundo, em São Luís e também no interior, eu vou querer o meu também, porque estou lutando por isso. Perna não quero, porque tem muita gente aleijada, sem perna e vocês não dão perna pra ninguém. Por que é que vão dar perna pra mim, se os camponeses podem me dar? Casa também não quero.”

Fui dizendo que não queria nada do que eles estavam oferecendo.

“Eu considero que, daqui pra frente, a classe com que eu luto vai me dar uma perna.”

Daí foi que se viu aquela palavra de ordem: “Minha perna é minha classe”, dessa recusa que eu fiz ao governo.

A minha primeira perna mecânica foi paga exclusivamente com arrecadação financeira de massa. Um dava cinco cruzeiros – são cinco centavos de hoje –, outro um cruzeiro, e assim foi indo, foi indo: ajuntou dinheiro pra caramba.

Adeus, Pindaré-Mirim!

No fim de setembro de 1968 eu volto de São Luís pra Pindaré-Mirim. Foi a última assembleia com grande participação de massa – tinha quatro mil pessoas – que se fez lá nesse período.

Fiz a tática de baixar no aeroporto de Santa Inês e vir de carro. Não vim de avião, porque podiam ocupar o campo. Mas fizeram a propaganda de que eu vinha de avião. O pessoal foi pro aeroporto esperar, quando a gente entrou de jipe na assembleia geral.

Fizemos um comício lá de quatro horas: desde as duas horas da tarde até as seis.

Em São Paulo

Depois fui pra São Paulo. Fui pra lá por causa da minha perna. A primeira vez o cara cortou rente ao couro e o couro afastou. Não deu mais pra fechar embaixo. Ele teve que cortar de novo, puxando o couro. Cortou mais uma penca: eta dor desgraçada! Mas, em vez de cortar certinho, cortou assim em bico de gaita. Além de não ter carne na ponta do coto, tinha a ponta do osso que furava o couro. Toda vez que iam puxar a perna, o osso chium... Aí vivia furada: derramando sangue e pus. Já estava com quatro meses e não sarava.

Em São Paulo fui pro hospital que chama Santa Cruz e lá tinha um senhor antigo, chefe de clínica, que era o doutor Méliga, professor. Então ele olhou e disse:

“Tem que cortar bem aqui, em cima do joelho, porque aqui está ruim.”

“Mas, doutor, cortar aqui acima do joelho? Não dá.”

“Vamos fazer o seguinte. Tem um amigo meu no Rio de Janeiro que é o melhor ortopedista do Brasil, conhecido, famoso. Vou mandar chamar ele. Você vai tomando aqui algumas injeções, pra ver se mata a infecção e poder fazer uma nova operação.”

Quando o cara chegou, disse que não era preciso cortar mais nada: “Aqui no joelho só precisa acertar essa ponta e matar a infecção.”

Esse médico ficou uma vara com os caras que cortaram minha perna. Ele disse que podia se eliminar aquele tipo de gangrena, não era uma coisa de se cortar perna.

“O seu pé ainda tava saindo sangue?”

“Tava.”

“Você estava sentindo o pé morto?”

“Não, não tava sentindo coisa nenhuma. Só tava um mau odor, cheirando, fedendo, por causa do tiro, né.”

Ele queria até dar uma nota protestando e condenar os caras.

“Não mexa com isso, não. Vai criar bode. A gente não pode fazer nada com esse negócio de Justiça agora.”

Essa foi a primeira vez que eu saí do Maranhão. Cheguei em São Paulo, lugar todo diferente dado o tipo de linguagem. A própria forma que as pessoas se vestiam. Lá no Maranhão mulher não usava calça comprida porque era um absurdo. Quando as pessoas lá vão trabalhar, punham a roupa mais suja e rasgadinha. O tipo de transporte em São Paulo: um mundo de carro, ônibus pra todo canto. Gigantescos viadutos: gente passando por baixo e por cima. O diabo das indústrias.

Os companheiros de São Paulo organizaram pra eu fazer uma série de reuniões fechadas com estudantes e operários. Eu contava a eles as lutas do campo no Maranhão. Fiz cerca de quarenta reuniões em bairros da cidade de São Paulo, no ABC e cidades do interior.

Logo que cheguei em São Paulo, a polícia invadiu a Cidade Universitária. Prendeu só num dia oitocentos estudantes.

Estive na casa de um operário durante uns dias. No mesmo quarto, dormia outro operário, que trabalhava lá numa empresa. Um dia ele foi trabalhar e chegou a notícia: “Fulano foi preso. Puseram ele de braços pra cima. Levaram ele amarrado.” Tive de sair da casa.

Dogmático mesmo

Foi nesse período que eu fiz um curso sobre marxismo e o pensamento de Mao Tse-Tung. Os companheiros que deram o curso concluíam que no Brasil a solução era a Guerra Popular. A análise deles estava ligada ao problema que, no Brasil, existia uma classe de senhores feudais com contradições muito aguçadas com a burguesia nacional. Por outro lado, existia o imperialismo – no momento era focado só o norte-americano – que apoiava os senhores feudais. Sobrava a burguesia nacional, como uma possível aliada dos camponeses, dos operários e da pequena burguesia na luta antifeudal e anti-imperialismo norte-americano.

Ora, essa era uma primeira questão que eu... A experiência de luta no Maranhão, por exemplo, demonstrava que os pequenos e médios capitalistas não podiam ser considerados como uma burguesia independente nacional. Eles eram sempre dependentes desses grandes grupos, de uma forma ou de outra. E lá você não encontrava os grandes, eram os pequenos mesmos – eles é que estavam lá pra dividir o boi.

Tínhamos que pensar melhor como traçar uma política no sentido de isolar os grandes e ganhar os pequenos. Mas não podia ser com esse negócio de Guerra Popular, que fazia uma análise genérica. Eu acho que eles confundiam indivíduos progressistas da burguesia nacional com uma classe.

Acontece que, na ocasião, eu não tinha nenhuma condição de contestar ou de dizer: “Isto está certo.” Ficava vendo assim aquele negócio, mas não entendia muito bem, não.

Depois de ter feito esse curso, que durou mais ou menos um mês, passei a defender as posições da maioria dos companheiros que estiveram no curso. Eu me transformei num elemento bem dogmático, mas dogmático mesmo. Passei a ver feudalismo em tudo. Tem um chefe de família lá mandão, é uma concepção feudal. O marido que bate na mulher é resquício feudal na cabeça dele. Todas essas coisas de macumba, reza, foi tudo visto no momento como restos do feudalismo.

O cara que está trabalhando com uma enxada, mesmo que recebendo dinheiro – exploração feudal. Aí era porque os instrumentos de trabalho eram rudimentares.

Só para dar uma ideia de como era tratado esse negócio de feudalismo, vou dizer como a gente pensava nessa época:

“Pra cá foice, machado, facão. Propriedade do camponês.”

“Acolá a terra do latifundiário. Aquele camponês pagava renda da terra ao proprietário.”

São as características que os companheiros falavam que eram do feudalismo.

Ora, eu tinha conhecido isso muito. Não podia negar que isso existia.

Eu tinha uma visão muito estreita, bem pequeninha do Brasil. Na época eu conhecia unicamente o Maranhão que vem da beira do rio Itapecuru até o Pindaré-Mirim. Nem todo o Maranhão. O Pindaré-Mirim era uma região de posseiros, mas nas outras áreas em que eu tinha vivido se cobrava renda. Então foi muito fácil eu assimilar aquelas concepções.

Eu não tinha nenhum elemento de conceituação de classe. Qual o elemento que eu tinha? Se você, que estuda bem, chega pra mim e diz: isso é feudalismo por isso, por isso, por isso, segundo as leis científicas marxistas, que diabo que eu vou dizer? Não digo nada. Argumentar o quê? Eu não li, não conheço, não estudei os caras. Não tenho nenhuma base filosófica pra distinguir isso, então é só uma questão de aderir àquela outra ideia.

Como o pessoal que defendia essa posição era maioria, eu achava que tinha duas justezas: tanto porque eu estava com a posição da maioria, quanto porque a posição tinha partido de um estudo do marxismo-leninismo.

Durante esse curso, um companheiro ficou bastante isolado porque era o único que considerava que no Brasil não existia um senhor feudal ou semifeudal. Inclusive partia do princípio que no Brasil nunca tinha existido feudalismo. Mas, nos elementos que ele dava a respeito do feudalismo, enfocava muito o Caio Prado Júnior, que era criticado pelos outros companheiros como um revisionista renegado que tinha abandonado os princípios do marxismo-leninismo. Então não tinha nenhum valor o que ele escrevia. Eu nem sequer escutava.

Tudo o que eu tinha de religiosidade na minha vida eu abandonei. E assimilei o marxismo como se fosse uma religião. Como se fosse uma reza que se reza todo dia. Toda vez que a gente ia discutir o problema da revolução brasileira, em vez de diretamente pesquisar o Brasil, o que eu ia fazer? Eu ia fundamentar os meus argumentos nas citações do Mao e do Lin Piao.

Para a maioria dos companheiros que defendiam que no Brasil tinha feudalismo, isso tinha consequência na estratégia da revolução. É que havia na cidade o imperialismo que dominava os operários e os trabalhadores de pequena burguesia. Esse imperialismo tinha também contradição profunda com a chamada burguesia nacional. No campo tinham os senhores da terra que tinham contradição com

a burguesia nacional. Os senhores da terra é que eram responsáveis pela falta de mercado do Brasil, os grandes responsáveis pela miséria dos trabalhadores, pela violência que tem no campo.

Qual era a conclusão? É preciso primeiro eliminar o feudalismo, os restos feudais, cercando a cidade a partir do campo. Criando bases de apoio. Só depois que tivesse um cinturão rodeando as grandes cidades é que se começava a tomar as cidades. Mas isso num estágio muito mais avançado.

Na medida em que iam chegando essas ideias novas, eu sinceramente não tinha na época clareza da ligação de uma coisa com a outra. Eu não tinha clareza nenhuma.

CAPÍTULO XIII

CONTRA O VERBALISMO DE ESQUERDA

No período que veio até 1969, não houve cursos nem aplicação sistemática dessas novas teorias na região. Mas, daí pra frente, elas passaram a ser levadas à prática também lá.

Foi lançada a palavra de ordem: “Preparação ativa e imediata da Guerra Popular.” Tratava-se de levar essa propaganda até criar embates entre o povo e a ditadura.

Com essa propaganda, os problemas do dia a dia colocados pelas massas camponesas foram ficando de lado. Tudo ia se resolver após a tomada do poder, com a Guerra Popular.

Polêmica sobre as cooperativas

Uma das consequências práticas dessa orientação foi o combate ferrenho ao plano da organização de cooperativas. A proposição do paiol e da roça coletiva tinha sido exatamente sustentada por aquele companheiro que sempre estava em minoria. Em 1968 ele

tinha visitado a região e ficou entusiasmado com nosso trabalho. Aí propôs um curso de onde saiu o plano de cooperativização. Ele dizia o seguinte: “A cooperativa é necessária como instrumento de mobilização, de defesa do preço da produção, para obtenção do crédito pro trabalhador.”

Essa posição do companheiro em minoria era muito contraditória com a dos outros. Eles achavam que a cooperativa tinha de vir num estágio posterior, depois da gente tomar as terras. Diziam que as cooperativas podiam romper a aliança com a chamada burguesia capitalista nacional. Acusavam as cooperativas de ser “um plano de organização socialista dentro de uma revolução democrática”, que visa unicamente distribuir a terra de forma individual ao camponês: “O elemento principal é o feudalismo. Temos primeiro que dar a cada qual o seu pedaço de terra.”

Mas, na verdade, os camponeses na região não estavam brigando por isso. Estavam brigando pelo direito de trabalhar na mata, ter livremente a roça deles onde chegasse. Esse é que era o problema.

Ele trabalhava num lugar um ano, no outro ano não queria mais aquele mesmo lugar. Ia ter que procurar outra terra pra trabalhar. Se ele tinha só um pedaço de terra, todos os anos tinha que fazer a roça naquele mesmo pedaço. E cadê a técnica que ele não tem? Nasce lá uma peste de capim, erva braba que é improdutivo. O cara não consegue resolver e, por outro lado, até enfraquece a terra porque queima com fogo. Com três anos tem uma área de terra seca como se fosse tijolo. Não dá mais nada.

Era preciso ter um plano que realmente visasse fixar o camponês na terra, mas organizasse a sua produção, os preços, tudo mais. Que ele, através dessa cooperativa, pudesse comprar alguns instrumentos de trabalho mais modernos, máquinas de plantar, de colher, adubo. Só a terra, pra ele não é possível.

“Derrubar as grandes cercas?”

Outro erro grave foi que se passou a uma prática sistemática de derrubar cerca. Às vezes era cerca pequena, outras vezes não tinha nada que ver: os camponeses nem estavam brigando por causa daquela cerca. A terra estava lá, não estava sendo usada por ninguém. Era só porque tinha aquela palavra de ordem: “Derrubar as grandes cercas.”

Quando convocava a massa pra essas derrubadas, a massa não ia. Mas aí se convocava aqueles homens que estavam organizados, pra eles derrubarem as cercas. Os caras chegavam lá, pá! pá! pá!, botavam abaixo.

Resultado: isolou completamente esses homens organizados da massa trabalhadora do Maranhão.

Teve o episódio de um camponês rico brigar com outro camponês rico. Aí chamou o pessoal do sindicato pra derrubar a cerca do outro, por uma questão de rixa pessoal, no máximo rixa de família. E o pessoal foi entrando na roça e derrubaram a cerca.

Resultado: a polícia veio lá com essa desculpa. Aproveitou o momento pra colocar tudo no campo da subversão, tomar o arroz já produzido, tomar a roça coletiva já feita e prender todo mundo, acusando de terroristas, invasores da propriedade alheia.

Entregaram toda a produção já feita aos comerciantes, às vezes pra comerciante que o pessoal não estava nem devendo nada. Tomaram as roças que já estavam brocadas pro outro ano e entregaram aos proprietários, aos grileiros sem-vergonha.

A desmobilização no momento foi tão grande que parte desses companheiros, que estavam organizados pra resistir ao inimigo, no momento não achou apoio de ninguém. Eles abandonaram a região e tocaram no mundo.

Pensavam que tinham sido organizados pra defender os seus interesses. Então, se era para correr, eles iam embora.

O clamor pelas roças coletivas

Voltei para o Maranhão exatamente no mês de junho de 1970. O pessoal estava ainda terminando de colher a produção de arroz, mas, assim, um arroz bem pouquinho.

Não tinha mais quase ninguém organizado. Tinha o quê? Os companheiros que ficaram escondidos nas bolotas de mato, com medo da polícia e com medo das massas dedurarem.

Esses perseguidos políticos tinham perdido suas roças. Estavam se alimentando de palmito, coco de babaçu e fazendo carvão de casca de coco pra vender aos artesãos e comerciantes no mercado de Santa Inês.

Depois que aquela brigada de polícia ocupou a região em 1969, prenderam gente pra caramba, gente da massa trabalhadora. Esse pessoal que foi preso, ao invés de ter uma posição de defesa da derrubada das cercas, passou a responsabilizar os derrubadores pela agressão.

Quando cheguei no Maranhão, o clamor por aquelas roças coletivas era muito grande. Vi gente profundamente chocada, desgostosa, dizendo: “Porra, perder tudo assim é irresponsabilidade. O ataque da polícia obrigava a ir embora ou, então, se ficasse, tinha que morrer como homem, na defesa de seus legumes, dos seus interesses.”

Ouvi muito camponês dizer o seguinte: “Pra defender a cooperativa, eu morro com Deus e mato com Ele, mas não abandono, porque o negócio é a cooperativa mesmo.” Outros diziam assim: “Eu acredito muito no São Raimundo, morro com Ele do lado.” Todo mundo que tinha um santo queria brigar com o patuá no pescoço.

A voz era essa. Não era por causa do santo, de nenhum fanatismo. O cara que estava tendo um resultado positivo do seu trabalho e foi ameaçado tinha duas proteções: a arma pra ele se defender e o santo que defendia ele da arma do inimigo. Era lá Deus, Cristo, São Raimundo, São Bartolomeu, São Francisco do Canindé, São José do Ribamar – todos esses homens ajudando o pessoal a se defender do agressor.

Eles diziam mais o seguinte: “Eu considero que não devo tomar o alheio, mas defender o que é meu é justiça. Se não reconhecem, reconheço eu que é justiça e portanto acho que Deus e meu santo não vão me incriminar porque eu morri ou matei defendendo o pão dos meus filhos.”

Eu me senti muito responsável por todos aqueles erros, comprometido com aquele negócio, e achava necessária uma autocrítica desses erros. Logo que voltei para o Maranhão, comecei a combater a propaganda da Guerra Popular, que a gente tinha na região. Fiquei quase um ano brigando pela mudança de posição dos companheiros que estavam lá. Todos os dias quebrava o pau com eles, mas, na prática, fiquei atrelado. Quando eu ia discutir com a massa, levava exatamente a posição majoritária.

Preparando a Guerra Popular

Continuava a propaganda da “preparação ativa e imediata da Guerra Popular”, mas como o pessoal não queria mais identificar quem estava fazendo a propaganda, como é que fazia?

De noite saía botando os panfletos de porta em porta, nas casas. Tinha nego que, quando descobria um panfleto na porta dele, ficava feito uma vara de raiva. Em vez de ficar animado, ficava puto.

“Cara quer chamar a polícia pra minha casa, essa desgraça e aquela confusão?!”

Isolou, isolou bem, isolou tudo.

Quando cheguei lá tinha um plano de implantação da Guerra Popular em novas áreas estratégicas. O pessoal dizia o seguinte: “Essa área aqui não presta, não garante o desenvolvimento da Guerra Popular porque não tem montanha, não tem grandes matas. É uma área que só vai servir pra fazer algumas lutas no sentido de recrutar camponeses pra deslocar pras áreas prioritárias. É lá onde está o feudalismo, lá nas montanhas. Está tudo lá.” Que áreas são essas? Até hoje eu não sei onde é que elas estão. Com isso uma parte dos companheiros camponeses foi deslocada pra essas áreas estratégicas.

Como trabalho político, a gente se reunia nos matos com aquela camada de camponeses que se mantiveram na região, mas dentro de uma vida clandestina, no mato, isolados. Estávamos num processo de reorganização política dentro da nova concepção.

Muitos camponeses se dispersaram, cada qual foi pra um lado e ficou lá trabalhando na sua produção. Às vezes tinham ido pra muito longe. Era preciso se deslocar dois, três dias pra ir lá e saber notícia: “Fulano está em tal povoado assim, assim.”

Uma parte deles voltou pro Pindaré-Mirim e se engajaram no trabalho dentro da nova orientação. Outros não voltaram mais, ficaram putos com a agressão policial e a não resposta da nossa parte contra a repressão.

Então se começou um trabalho de formação de comitês clandestinos. Chamavam-se “Comitês de Luta contra a Invasão do Gado e Defesa da Produção”. Mas acontece que caiu no mesmo esquema do velho, do passado. Todo movimento de massa foi abandonado nesse período. O pessoal dizia: “Mas esse comitê é pra quê? Tem que treinar militarmente e, depois de treinar, vai fazer o quê?”

“Não, você vai fazer uma roça junto com o pessoal, produzir, acumular a produção pra época da guerra, porque a guerra está bem aí.”

Isso era muito em papo, porque na verdade esse pessoal nunca se dedicou a trabalhar pra acumular pra guerra. Acumular o quê? Não tinha o que acumular!

Os amarradinhos da estrutura sindical

Eu fui morar pro município de Santa Luzia. Lá tinha existido sindicato em 1963, mas nessa área do município onde eu estava não tinha tido nenhum trabalho.

O município de Santa Luzia é muito grande, tem vários quilômetros de tamanho. O pessoal que vinha do Piauí, Ceará, correndo com medo da seca e, às vezes, de um proprietário, sem nenhuma alternativa, procurando áreas novas, começou a abrir frentes de trabalho e iam se fazendo novos povoados.

Eu tinha lá uns amigos e alguns deles já tinham ouvido falar que no município de Santa Luzia tinha havido sindicato. O pessoal começou a se aproximar para conversar e eu comecei um trabalho assim: toda noite ia nas casas, conversando sobre sindicato, sobre o preço da produção.

Minha casa era isolada, lá longe. Eu não podia morar na beira da rodagem porque meus meninos eram muito conhecidos. Se a polícia visse o meu menino, não precisava nem me ver, ia lá prender. Então os meninos começaram a sofrer uma pressão desgraçada. Queriam brincar lá na aldeia, no povoado com os outros meninos, e a gente dizia: “Não vai, porque se tu vai, tu fura o esquema de segurança.” Os bichinhos passaram a viver na clandestinidade. Só saíam comigo à noite. O pessoal sabia que eu tinha uma perseguição política, tinha

sido preso anteriormente e tinha perdido a perna. Eu só chegava no povoado à noite, com a mulher e os filhos.

Mas quando foi um dia eu vinha voltando e encontro um cara que me conhecia: “Oh! Manoel, mas tu aqui.” A notícia correu, porque esse cara, sem saber que ia me prejudicar, saiu comentando: “O Manoel tá em tal lugar, assim, assim, lá em Santa Luzia, Alto Alegre, num povoadinho que chama Centro dos Boias.”

Aí começou a entrar polícia clandestina. Se viravam em camponês pra perseguir a gente. Outros vinham como comerciantes ambulantes e se faziam de amigo. Se abancavam nos povoados e começavam assim: “Você conhece por aqui um cara chamado Manoel da Conceição? A gente é muito amigo dele.” Alguns diziam: “A gente conhece, estive aí, um sindicalista.” Outros diziam: “Não, não conheço.” Essa notícia veio nos meus ouvidos logo, logo: “Chegou aí um cara estranho, ninguém conhece, falando assim, procurando você.”

Eu tive de mudar de novo pra outro canto. Não vivia em casa. Ficava a mulher lá, só com os filhos. Uma vida que não prestava, não.

Eu tinha um rifle surdo e um rifle papo-amarelo. O rifle surdo tem uma balinha pequenininha, você não escuta tiro de longe. É só um psium... O 44, papo-amarelo, tem uma bala grande e é de alavanca, de manobra. É desses rifles antigos que usava o Lampião e os cangaceiros. O rifle surdo é dum tipo moderno, automático. Você enche de bala e é só toc-toc-toc, até sair a última, porque são dezoito balas que ele pega.

Mas eu ficava lá com uma preocupação... Eu tinha um cavaliinho e o costume dele era só relinchar quando via gente. Eu dizia: “Polícia. Tá por aí, escondido.”

Dormia com o revólver debaixo do travesseiro e um rifle encostado no canto da casa. Minha mulher vivia assombradíssima, de um jeito que não podia fazer nada de noite. Nem sair no terreiro, com

medo de uma cara estar lá, passar bala nela. Com medo da polícia vir me matar e matar os meninos. Era um medo desgraçado. E acho que tinha muita razão porque eu estava perseguido demais lá na época.

No meio de todas essas dificuldades, continuava a discussão e a organização dos trabalhadores. Depois que tinha uma camada de gente já bastante preparada, eles começaram a programar a fundação do sindicato de Santa Luzia.

Aí ocorreu um erro desgraçado. Na época a gente não conseguiu assimilar direitinho os amarrativos que tinham na estrutura do sindicalismo. A gente combatia muito os pelegos, a polícia, mas não via que a própria estrutura sindical já era exatamente um amarradilho para os trabalhadores.

Aos poucos, esses companheiros foram encontrando novas dificuldades. Lá vem o diabo da Contag cobrar o imposto sindical, fazer curso sobre o novo sindicalismo do estado, as novas leis do Ministério do Trabalho e o pessoal começou a ficar com medo: “Porra, eu vou ser infrator da lei porque a luta diz uma coisa e o sindicato não pode fazer nada. Que diabo que eu vou fazer? Ou bem a gente se engaja no sindicato e se limita ao que os estatutos e as leis determinam que se faça, ou bem se engaja com o povo, abandonamos o sindicato.”

No momento, não se pensou de começar um movimento de oposição à estrutura sindical, embora a gente sentisse os amarradilhos, as dificuldades.

Eu fiquei trabalhando lá, dando assistência a esse pessoal do sindicato de Santa Luiza. De quinze em quinze dias eu ia a Pindaré-Mirim e lá me reunia com o pessoal. Cada vez mais que eu vinha, a base do trabalho era mais pequena e os companheiros diziam que estava num emperramento desgraçado.

Contra o verbalismo de esquerda

Em janeiro de 1971 resolvi voltar para Pindaré-Mirim e lá contatei também os companheiros de Santa Inês. Começamos a fazer uma revisão do verbalismo de esquerda, exatamente aquela questão de um linguajar de extrema-esquerda – a propaganda de preparação da Guerra Popular ativa e imediata, mas, na verdade, a prática que existia era de direita.

Essa propaganda só atingia uma restrita camada da população, que se considerava mais avançada. A grande massa de trabalhadores não participava desses debates de jeito nenhum. A tendência era cada vez mais os companheiros entrarem em crise política, dispersão e desânimo. Esses mesmos, que se encontravam mais avançados, estavam num período de desmobilização política.

Nós vimos que era preciso fazer alguma coisa no sentido de reanimar as massas e que os militantes tivessem a oportunidade de se integrar com as massas, ter o que dizer a elas, ter o que propor como forma de luta.

Então se viu a necessidade de novamente formar o sindicato de Pindaré-Mirim e de Santa Inês. Desde 1969 esse sindicato tinha sido massacrado e não tinha mais sido reorganizado, porque a prioridade era preparar a Guerra Popular.

Começamos a reunir com os militantes da região. Todos concordaram com a reorganização do sindicato e fazer uma nova análise do problema de classe na região. Aí é que fomos pesquisar, porque até então a análise era muito genérica. Era camponês, força principal da revolução, mas não dizia que tipo de camponês era esse.

Começamos a analisar e classificar os trabalhadores do campo a partir daqueles que trabalhavam assalariados, vendendo a força de trabalho diretamente. Fizemos também uma certa consideração

daqueles que vendiam a força de trabalho temporariamente. E fomos classificando.

Essa pesquisa nos permitiu fazer um trabalho dentro da cidade de Santa Inês com os artesãos que estavam completamente esquecidos. Os artesãos são pintores, ferreiros, carpinteiros, sapateiros, oleiros. Não dava pra formar um sindicato de uma só categoria profissional. Então fundamos um sindicato atingindo todos os artesãos, sem discriminação de categoria. Desde que estava vendendo a força de trabalho, precisava um salário mais justo em relação ao seu trabalho. Uns eram assalariados e outros autônomos, tinham as ferramentas deles, mas trabalhavam por hora ou pelo que faziam. O cara precisava tantas letras na casa dele – leteiro, esses nomes famosos, bonitos –, então o cara vai e cada uma letra tem um preço.

Um companheiro foi até onde eu estava, lá em Santa Luzia, povoado de Alto Alegre, e passamos uns três dias discutindo a questão de organização das massas. Elaboramos uma proposição de trabalho para retomar o movimento em cima de novas bases, colocando na ordem do dia a luta anticapitalista e montar a curto prazo algumas pequenas cooperativas de trabalhadores.

Demos também prioridade à luta por melhor preço da produção e ao problema da saúde, que tinha sido abandonado, esperando que, um dia, fosse resolvido através da guerra.

Lá havia um posto médico, que tinha sido organizado pelo sindicato de Santa Inês. Esse sindicato continuava controlado por aquele pelego, o Raimundo Morais de Rego. Organizamos a oposição dentro do sindicato: isso foi por volta de janeiro de 1971. Quando foi novembro, dezembro de 1971, o trabalho de oposição levou à derrubada do pelego, e o sindicato de Santa Inês já estava praticamente nas mãos dos trabalhadores. Só não obtivemos vitória total porque o governo nomeou uma junta de intervenção.

Tínhamos fundado também o sindicato de Santa Luzia, e o sindicato de Pindaré-Mirim já estava reorganizado nessa ocasião.

Esse tipo de iniciativa levou à ruptura com os companheiros que na época estavam defendendo a preparação ativa e imediata da Guerra Popular. Nosso trabalho foi muito combatido e considerado como reformista.

A gente começou então a fazer trabalhos paralelos e um prejudicava o outro porque, por exemplo, quando a gente falava de organização de massa, os outros falavam de organização de guerrilha, ação armada. E a gente passou a ser totalmente por fora do plano de ação desses companheiros. Não sabíamos o que estavam fazendo de maneira nenhuma.

O resultado é que, em janeiro de 1972, quando eu estava indo pra discutir com os companheiros de Tufilândia, Pindaré-Mirim e Alto Alegre, o grupo que defendia a Guerra Popular fez uma ação lá num povoado e não avisou nada pra gente. Segundo eles, as massas estavam com muita fome e era preciso fazer uma desapropriação de gêneros alimentícios. Então se reuniram, não sei quantos, e desapropriaram uma grande usina de lá. Parece que levaram oito, dez sacos de arroz pelado.

Quando eu chego lá, Tufilândia estava cercada pela polícia. Eu passo pra Alto Alegre, mas cai um temporal de chuva tremenda que interrompe os caminhos. Fiquei ilhado em Tufilândia, sem poder nem voltar nem ir pra frente. Deixei o cavalo e saí a pé. Andei ainda uma légua, quando encontro um dos companheiros que tinha dirigido a desapropriação. Ele só de calção. Já estava com não sei quantos dias dormindo no mato, muriçoca caindo em cima dele, aquele inferno. Sem nada, morto de fome.

A gente dividiu a roupa e o que tinha como arma de defesa. Tomamos a decisão de entrar numa lancha. Ficava escondido no

mato e só saía pra beira do rio no momento que a lancha viesse perto. Pegava esse barco e saltava lá em Santa Inês.

Passaram uns pescadores e esse companheiro se aproximou deles pra dizer que a gente estava lá, queria procurar comida. Os pescadores conversaram muito com ele. Depois subiram pra aldeia e denunciaram pra polícia que o ladrão estava lá embaixo.

Na primeira lancha que vinha descendo a polícia entrou dentro com uma série de jagunços. Todos à paisana. Quando a lancha se aproximou de nós, demos com a mão. Eu fui entrando tranquilamente na lancha, que estava cheia de gente porque era época de carnaval. Os jagunços ainda me ajudaram, pegaram nos meus braços pra eu entrar na lancha. Eu estava seguro pelos dois braços e aí os soldados só botaram as armas ao pé da minha orelha, em cima dos olhos: “Não, não fala, não, porque a bala entra. Ladrão, sem-vergonha.”

CAPÍTULO XIV

PRISÃO E TORTURAS

Eu fui preso no dia 22 de janeiro de 1972, no porto de Aratraca. Os caras que me prenderam não me conheciam. Fui preso como ladrão de arroz lá da usina.

Quando cheguei em Tufilândia é que os moradores falaram: “Não, esse é Manoel da Conceição. Está com muitos anos que ele não pisava aqui.”

O soldado tomou um susto nessa hora que até o rifle dele caiu da mão. Aí o delegado disse: “Você tá com prisão preventiva decretada pela Auditoria da Décima Região Militar.”

Até aqui ameaçavam, revólver em cima, mas porrada nenhuma. O outro companheiro levou umas porradas na hora da prisão. Ele estava sendo procurado como responsável pelo roubo – o que chamavam de roubo.

Um soldado da PM e uns jagunços nos botaram numa lanchinha, tocaram rio abaixo. Em Pindaré-Mirim entregaram a gente ao delegado de polícia.

Como o rapaz disse que não tinha sido roubo e era ação política, o delegado concluiu que só podia ser eu o responsável.

Cada um ficou numa cela separada. O delegado perguntou se eu já conhecia o rapaz.

“Olha, eu não conheço.”

“Mas como é que foi preso junto?”

“A gente estava lá no porto de Aratraca esperando a lancha, de forma que pegamos a lancha juntos.”

“Ah! Então foi assim, né?! E qual a sua posição em relação ao governo?”

“A minha posição é muito conhecida. Sou contra o atual regime militar. Acho que foi um grupo de militares que tomou o poder pela força. Então sou contra. Luto contra ele, sem uma sombra de dúvida.”

Aí começou a perguntar sobre o sindicato e o problema do gado que tinha sido morto. Todas as lutas que foram organizadas e orientadas pelo sindicato – desde a matança do gado, derrubada de cerca – eu defendi como correto. O povo tinha tomado a iniciativa de fazer valer a sua vontade.

Mandaram pra cela de novo. Fiquei lá. No terceiro dia me botaram num jipe e levaram pra São Luís. Aí foi só polícia, não foi mais jagunço.

Em São Luís

Jogaram eu mais o outro companheiro numa cela de presos comuns. Todos deitados no chão, no cimento. Os presos todos os dias lavavam o chão, enxugavam, depois botavam estopas e jornal pra deitar.

Quando a gente chegou nessa cela, não queria acordar ninguém e procurou cochichando um lugarzinho pra sentar. Mas o chefe dos presos escutou.

“Tá cochichando aí, rapaz? Fala alto!”

Levantou e veio em cima da gente. Foi logo dizendo: “Tira a calça.” Eu ainda levava um relógio e cinquenta cruzeiros. O chefe pegou o dinheirinho, o relógio e embolsou tudo.

De manhã vem o delegado do Dops e pede pra ver a mão das pessoas. Olhou a mão do menino e viu logo: “Mão fina, não é lavrador.” Pegou a minha: “Esse já foi lavrador, mas não é mais. A mão está muito fina, muito branca. Tem só uns calos velhos.”

Depois fui levado pra fazer depoimento no Dops. O delegado se mostrou assim tão legal!

“Os senhores estão aqui em plena liberdade, dizem o que quiserem. Ninguém vai espancar.”

A gente fez o depoimento, falando das coisas do Maranhão, dos trabalhadores, do sindicato, da demagogia de Sarney, essa coisa toda.

No outro dia, levaram pra o Exército. Isso já era o quinto dia de prisão. Lá foram muito arrogantes. Era uma turma do Exército e mais um representante da Marinha. Estavam com tudo escrito: os conflitos de camponeses desde Pirapemas, passando por Mearim, até o Pindaré-Mirim. Disseram que eu era um dos principais responsáveis por essas lutas e as mortes que se tinham dado. Depois me acusaram de pertencer a uma organização política, que queria implantar a guerrilha no Nordeste e de ter saído pro exterior.

“Eu não admito isso aí. É coisa que vocês imaginaram.”

“Você vai ver se é coisa imaginada. Não vai dizer nada agora, tá bom?”

Me levaram pro Dops de novo. No outro dia esperei, não veio ninguém. Quando passaram uns dez dias, chega um cara com uma pasta. Veio à paisana. Era um cara do sul.

“Rapaz, eu vim de longe só pra te ver. Ver um dos grandes filhos da puta que tem o nome em jornal clandestino de organização,

principalmente da Ação Popular. A gente sabe que tu tem uma perna mecânica metálica dada pela Academia Militar de Pequim. Você vai prestar conta disso, direitinho.”

Esse cara pediu pro Dops fazer novamente minha ficha dos dedos e não vi mais ele.

Um deputado da Arena foi lá conversar, dizendo que a gente não estava só. Ele ia ajudar, mas não podia aparecer muito. Veio também o padre Rogério, um francês meu amigo. Ele trabalhava no Ninho, aquela associação que visa à reeducação das prostitutas. Deixaram o padre Rogério me ver uns cinco minutos, rodeadinho de polícia.

No Dops, a gente dormia no cimento, não tinha nem jornal pra forrar. Nas paredes era percevejo por todo canto. Amanhecia melado de sangue. Cada rato do tamanho de um porco. Passavam em cima da gente de noite. Ratão pelado. Ave-Maria! Que nojeira!

No outro dia, vem o advogado. Ele falou que ia fazer a notícia da nossa prisão sair na imprensa, mesmo se fosse matéria paga. Nos dias seguintes saiu uma nota no *Jornal Pequeno* de São Luís: o ex-presidente do sindicato de Pindaré-Mirim estava preso e pediam a solidariedade ao povo. O advogado tentou impetrar *habeas corpus*, mas precisava ir ao Ceará, depois ao Rio e até Brasília pra conversar com os caras do tribunal.

No dia vinte e cinco de janeiro, às quatro horas da manhã, chega a Polícia Federal.

Algemas nos braços, tocaram em frente pro aeroporto. O avião da FAB já estava esperando. Passamos por Brasília e de lá fomos pro Rio.

Quartéis do Exército e da Marinha no Rio de Janeiro

Logo que cheguei no Rio, dentro do avião, me botaram um capuz na cabeça. Depois me levaram pra uma sala e tiraram o capuz. Os soldados da Aeronáutica todos com metralhadora escura. Passou uma meia hora e chegou o diabo do pessoal do Codi (Departamento de Operações Internas do Comando de Defesa Interna). Me levaram arrastado até o carro deles. Derrubaram dentro e me cobriram com uma lona.

Foram me entregar num quartel da Tijuca onde funcionava o chamado Codi. Do carro vim teleguiado, de capuz: “Vai pra aqui, vai pra acolá”, até que me empurraram numa celinha.

De vez em quando tinha aquele terror. Abriam a porta. Você olhava e estava lá um bando de macho: “Ei, rapaz! Como é que é? Quer comer alguma coisa?” Só diziam isso.

Era escuro, sem janela, você não via nada. Nem você mesmo. Não tinha buraco pra cagar. Só dava pra ficar deitado. A gente sente um frio que deve ser ar condicionado. O chão de ladrilho, feito de caco, mas assim isolante. Você bate e vê que não tem som. Eles me tiraram a roupa e deram um macacão de manga curta, perna curta.

E passa tempo, passa tempo. Quando foi de tarde, eu acho, eles trouxeram comida. Eu não comi, não dava pra comer. Era noite quando me levaram pro interrogatório. Fizeram os mesmos tipos de pergunta.

Me botaram de novo na cela. Passaram uns dias; não sei quantos. Abriam aquele buraquinho, metiam pão molhado, eu pegava e comia. Morto de sede. Aquela secura! Não davam água.

Um dia me tiraram da cela e de novo me fizeram andar teleguiado. Quando abriram uma porta, já foi aos pontapés, porrada nas costas, na barriga, no estômago. Me espancaram até quando eu não aguentei mais em pé.

“Rapaz, aqui tem dois caminhos e você vai escolher um dos dois. É desbundamento ou morte. Você não tá no Pindaré, não. Você tá no Rio de Janeiro. Aqui é pra matar mesmo. Você é dirigente nacional da Ação Popular, não é?”

“Sou nada.”

“Tá bem! Não é nada, porra nenhuma, escreve lá. Você é responsável pela criação da guerrilha no Nordeste, é ou não é?”

“Não sei nem o que é isto.”

“Ah, não sabe o que é isto?! Anota lá.”

Aí foram fazendo as perguntas. Depois tiraram o capuz.

“Olha aqui as fotografias. Você conhece? Quem são essas pessoas aqui?”

“Não sei quem é não.”

“Ah, não sabe?! Pois foram as pessoas que estiveram na China com você.”

“Não sei quem é não.”

Aí eu vi que tinha uns oito caras. Tinha um que não estava investigando. Estava lá só sentado, vendo.

“Deixa esse rapaz comigo. A gente é especialista no assunto dele. Já sabemos de tudo, nem precisamos torturar.”

No fim esses caras começaram a fazer aquela roda. Dançavam ao redor de mim. Um deles disse assim: “Cigarrinho pra ele aí.” Lembro até do nome do cigarro: Hilton.

“Não, obrigado, deixei de fumar.”

“Ah, não quer nem fumar com a gente?!”

Começaram a cantar, dançar, dizendo que a gente era ligado ao Fidel Castro, Miguel Arraes.

Não sei se eram soldados. Nenhum estava de farda. Só torturavam se a gente estava de capuz. Era classe média: forte, redondo, bigode, bem alvo. E tinha um pretão que dizia que era de Angola.

Quando terminaram esse terror, me botaram algemado num carro, cobriram de lona e tocaram no mundo. O carro correu, correu, correu. Depois me tiraram do carro. Botaram no chão, amarraram os braços e me atiraram dentro d'água. Encapuzado. Supus que era piscina porque não ouvi barulho de mar. Amarrado como porco. Daqui a pouco me puxaram de novo.

“Como é que é? Resolveu?”

E assim umas três vezes. Eu já estava com a barriga cheia d'água. Botaram os pés pra cima e a cabeça para baixo. Vomitei muita água. Eles me levaram até o poste de luz. Lá algemaram os braços do outro lado. Tiraram a perna mecânica e o macacão. Fiquei nu, todo molhado. Aí veio pancada. De tudo: era de mão, golpe de caratê, cassetete nas costas, na cabeça. Depois os caras vinham assoviando: “Quando chegar bem pertinho, se não disser a primeira palavra abrindo o jogo, aguenta a porrada.”

O cara vinha: “fiu, fiu, fiu.” Eu calado lá. Ele, pá! Passava de novo. O outro já vinha do outro lado.

Eles me carregaram de lá quase de manhã. Me jogaram num lugar que não sei onde era. Sei que vinha médico, vinha enfermeiro. Eu estava com o corpo todo azul de porrada. Começaram a passar gelo para descoagular o sangue.

Quando eu estava mais ou menos melhor, tomando injeção, me levaram novamente pra interrogatório. Eles me penduraram os braços no diabo de uma grade e amarraram o pênis com uma corda pra eu não mijar. De vez em quando, vinha um dar porrada na cara. Não posso dizer quanto tempo eu fiquei assim. A gente nunca sabe, porque não tem relógio. Está lá nu. Perde a noção.

Desmaiei e acordei em outro lugar. Não mexia com os braços nem com a perna, toda inchada. Lá fiquei em tratamento. O médico não falava nada. Via como estava o braço, tirava a pressão, depois desaparecia.

Eu comecei a me movimentar e já saía pra mijar no banheiro. Então me botaram no mesmo lugarzinho: na grade, pendurado. Foi porrada no estômago, nas virilhas, nos testículos, nos ouvidos. Bateram até quando eu não vi mais nada.

De novo no hospital. Era um quarto fechado, pequeno, tinha cama de hospital mesmo. Eu olhava pros braços e estavam novamente roxinhos. Nesse período o cabelo e o pelo do corpo começaram a cair. A cama ficava pretinha de cabelo.

Quando eu estava melhor, me botaram numa cela. Aí é que dei fé que tinha soldado, que a roupa de cama era tudo coisa do Exército. Não me levaram de carro, fui andando teleguiado: “Sobe aqui, sobe acolá.” O lugar onde tinha a cama e me fizeram o tratamento era o mesmo lugar onde tinha Exército.

Chega um dia um cara com um monte de papel, como se fosse umas apostilhas.

“A gente veio conversar amigavelmente. Tem aqui algumas acusações nesses depoimentos, que vieram de outros estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia. A gente só queria que você falasse se é real ou não.

Era um cara do Cenimar (Centro de Informações da Marinha); depois eu vi ele de novo. Um cara forte, mais ou menos quarenta e cinco anos, de óculos, os olhos meio estufados, bem baixinho, o cabelo penteado lambido. O apelido dele era doutor Cláudio.

“Aqui não é o lugar onde eu faço interrogatório. Vim só para te salvar. Se você não admite nada disso, vai ser entregue a outro grupo e a barra vai ser violenta.”

Ele falou do menino do Maranhão que tinha sido preso junto comigo: “Ah! Já deu tudo, já sabemos de tudo, não adianta mais negar.”

“Não, eu não admito nada desses depoimentos. Não conheço, não sei quem é.”

Fui de novo para a mesma cela escura. Todo dia um pãozinho molhado. Quando deu não sei quantos dias, talvez dez a quinze, eu já não estava aguentando. Fraquinho, sem perna, nu, cagando, mijando e ficando em cima... Aquela podridão, carniça.

De vez em quando uma voz lá dizia: “Manoel, como é que é? Resolveu ou não resolveu nada?” Eu calado. Os caras olhavam por um quadradinho e eu via uma luz acesa vermelha. Metiam um pedaço de pão. Dessa cela eu saí puxado, pra ir numa torneira de água. Não aguentava andar de pé.

Daí me botaram num carro e me levaram pra outro lugar. Eu digo outro lugar, mas não sei se é. Às vezes pode o carro dar muita volta e voltar pro mesmo lugar.

Quando me botaram fora do carro, saíram teleguiando: “Vai aqui, vai acolá”, mil voltas. Chegamos numa sala grande. Lá é que foi o inferno. Tiraram o capuz. Não tinha móvel. Paredes brancas. Não se ouvia barulho, nem de grilo. Suponho que era subterrâneo. Não tinha janela. Tudo silêncio. Tinha uns ganchos de ferro nas paredes e seis a oito cadáveres pendurados nos ganchos. Eu pensei logo: aqui é o fim.

Não posso garantir, como eles diziam, que eram presos políticos. Podem ter sido marginais que o Esquadrão da Morte matou e depois botaram lá pra fazer assombração. Agora, era gente mesmo. Tinham cabelo, olhos, todos nus, secos. Gente nova, de vinte e cinco, trinta anos. Não dava pra ver se eram pretos ou estavam queimados por outras razões.

Os caras falavam de fora, mas eu não sabia onde eles estavam.

“Se você não resolve abrir as coisas, vai ficar como essa gente. Você está aqui porque quis. Esses foram os chamados ‘homens fiéis ao proletariado’, assim como você está querendo ser. Resultou nisso. O nosso governo tomou a seguinte decisão: existem lugares onde se prende e investiga normalmente. E existem os lugares para os mais perigosos, onde se tortura e mata. É onde você está.”

De vez em quando, sistematicamente, eles falavam. Não sei se fiquei lá horas ou um dia, não dava pra saber.

Todo tempo fiquei pendurado. Baixava um pouquinho, até onde dava, e ficava na ponta do pé. Mas, com uma perna só, você não tem como mudar de posição.

Aí vieram as torturas sexuais. Não sei se foram presos comuns ou a própria polícia. Depois um tipo de caldo, que forçam a gente beber. A fraqueza e os desmaios devem ser efeito desse caldo. O fato é que, com algum tempo, começa a escurecer a vista. Aí, pronto, vêm as agonias.

Nada de interrogatório, nada de espancamento. Sem capuz. O cara vinha, dava injeção, não dizia nada. Quando me tiraram de lá, eu estava mal. Me botaram noutra lugar e fiquei tomando leite muito aos pouquinhos.

Já estava melhorando quando me jogaram dentro do diabo de uma caixa grande. Suponho que é toda forrada de coisa isolante, borracha. De pé, a cabeça toca no teto. Nessa caixa tinha um alarido, aqueles berros de ficar louco, surdinho. Quando começa não para mais. Bééééééé... Aí passa tempo. Você não identifica quando o berro parou. Sabe quando começa de novo porque você está ali dentro.

Me deu vontade de me matar. Mas eu não tinha nem força para isso. Meti o pé na parede, pra ver se me arreventava a cabeça ou quebrava o pescoço. Não tinha jeito, não.

Não tenho o mínimo de lembrança quando me tiraram dessa caixa. Já acordei no hospital. Vi que estava com soro e tomando sangue nos braços. Era um hospital militar. Não tenho ideia de quanto tempo fiquei lá.

Me transportaram de novo pra Tijuca. Aí é que eu vim saber que era Tijuca porque botaram comigo um estudante. Ele era descendente de judeus. Os pais dele tinham sido contra a ditadura de

Hitler e foram presos, muito torturados durante a Segunda Guerra Mundial. Depois da queda da ditadura eles foram para o Brasil. Eu já estava na cela quando o estudante chegou. Passei a relatar os fatos pra esse meu amigo e ele chorava com lágrimas nos olhos. Era apenas um simpatizante da esquerda revolucionária, mas se comprometeu saindo dali, no primeiro dia que topasse com famílias ou advogados avisar o lugar onde eu estava e pedir o mais urgente possível uma solidariedade.

Era uma cela grande, cabiam umas seis pessoas. Tinha um murinho que dividia o banheiro do resto. Tinha janela. A gente via o dia, via quando anoitecia.

Passei uns oito ou dez dias junto com esse rapaz. Quando foi uma manhã, chegou a turma do Ceninmar: “Agora é nossa vez.”

Andei bastante de carro. Eu sei que estava na Marinha porque todos os caras tinham coisa de lá – os cobertores, o prato, as bandejas.

Desse lugar onde eu fiquei, a gente ouvia as vozes na sala de tortura. As pessoas cantavam o seguinte:

“um, dois, três, tudo pulando o navio;
um, dois, três, tudo pulando o navio;
um, dois, três, viva a Marinha.”

Essas pessoas, ao voltar pra cela, contaram que ficavam com os braços abertos dizendo isso. Não podiam baixar os braços. Na hora que baixavam, pá! – na cara.

Aí veio o doutor Cláudio.

“Tu tá vendo aquilo? Os caras estão cantando, estão achando bom.”

Vi o doutor Cláudio dessa vez e depois ele mandou me buscar. Estavam com ele três pessoas mais ou menos novas: uns caras altos, magrelos, um moreno e dois mais alvinhos. Todos à paisana.

Fui então pela primeira vez para o pau de arara. Mas não era amarrado assim na perna, nos braços. Eles me amarraram pelos testículos. Esses caras queriam me matar mesmo. Choque nos testículos, orelha, nariz, dedo da mão, dedo do pé. Choque que você dava coice, grito, uma desgraça. Quando os caras viram que estavam perdendo tempo, começaram a dizer o seguinte: “Pendura de novo, prega o pau desse cara numa tábua.” E baixaram um prego em cima do pau.

Quando tiraram o prego, eu estava que não aguentava mais mesmo, não. Desmaiando por todo canto, tendo suor todo o tempo. Vieram com um ferro, que tinha assim três carreiras de dente, como um serrote.

“Isso aqui é para puxar a tripa do cu pra fora. Você agora vai dizer se era militante ou não.”

Me derrubaram no chão e ameaçaram meter o ferro. Nessa hora, eu disse “sou militante da Ação Popular, podem me matar.”

“Não era só isso que nós queríamos saber. Tira o ferro do cu.”

Aí esses homens puxaram um monte de depoimento e disseram o seguinte: “Você já admitiu ser militante da Ação Popular. Agora vai confirmar um por um os nomes que estão aqui ou vai se foder.”

Esse chamado doutor Cláudio foi o comandante das torturas. Um cara dos olhos azuis, altão, meio gordo, veio lá quando eu já estava saindo desse lugar. Foi conversar com o doutor Cláudio e me ver, mas não apareceu lá pra torturar.

“Se você confirma que é militante da Ação Popular, também conhece esses caras. Eles todos lhe conhecem. Como é que você não vai conhecer?”

“Eu não conheço nenhuma dessas pessoas. Se eles dizem que são militantes da Ação Popular, que é que vocês querem perguntar? É problema deles. Tá dito.”

Saí do Rio em comecinho de junho. Tinha ficado naquilo março, abril e maio.

Prisões na Bahia, Alagoas e Pernambuco

Fui levado pra Bahia. Quando eu cheguei lá, as Forças Armadas que tinham no aeroporto! Parecia que iam receber um grupo de perigosíssimos guerrilheiros, que o país estava numa guerra tremenda. Tinha batalhão de soldados dos dois lados quando o avião aterrissou. Uns caras a pé, outros no carro; tudo armado de metralhadora e fuzil. Me botaram no carro e saíram dentro do quartel da Aeronáutica. E lá fiquei uns dez ou doze dias. Não teve interrogatório, não teve nada.

Aí me levaram pra Maceió, de avião. Fiquei num quartel, não sei quantos dias, numa celinha estreitinha, deitado no chão, sem nenhum interrogatório.

Daí eu fui para o DOI (DOI-CODI – Departamento de Operações Internas do Comando de Defesa Interna), em Recife.

Quando eu vi aquele negócio de Roma, o Coliseu, que tem aquelas celas, aqueles buracos, me lembro que no Recife era um lugar daquele jeito.

Chegaram novas acusações e foi pau de novo. Diziam que eu, além de ser responsável por mortes provocadas por incidentes no campo, tinha mandado executar Antônio Lourenço, um cara que era membro da Polícia Federal na região de Pindaré-Mirim.

Lá não era espancamento de ir pro pau de arara. Era mais chibata, borrachada, choque elétrico. Pegavam o cara e metiam num tanque d'água, tibum! Um afogamento. E eu nada de admitir. Realmente eu não sabia nada desse caso.

Por volta do fim de junho pra julho, chegou um conjunto de presos comuns. Menores de dezessete, dezoito anos. Quebraram a porta do carro de um general, pensando que tinha dinheiro num pacotão que levaram com eles. Dentro tinha um documento e parece que cinquenta cruzeiros. Mas o importante era o documento, e esse documento jogaram no mato. No pau, eles disseram que o único cara que podia ter apanhado o documento era um velho que vinha atrás deles, quando saíram correndo, depois de jogar o documento no mato.

Mandaram buscar o velho. Era um biscateiro, que tinha também uma barracazinha. Esse velho, como apanhou! Depois obrigaram os presos a ter relações sexuais com ele.

Quando foi um dia, chega lá uma menina que tinha sido presa em Recife. Levou muita porrada. Botaram ela encostada à cela onde eu estava. Ela gemia de noite, aquela coisa. Não sei se foram eles que escutaram eu conversar com a menina, coitada, tentando animar ela, mandaram me chamar.

Fui pro pau de novo, a respeito de Antônio Lourenço.

“Nós sabemos que você sabe de muita coisa. Não fala porque é filho da puta, cara canalha, um fiel do jugo do comunismo.”

Eu, calado.

Passou uns quinze dias e veio a luta pra eu renunciar a meu nome: “Você não é Manoel da Conceição, não tem documento nenhum! Prova de perna mecânica não vale, porque têm muitos caras de perna mecânica. Você vai assinar uma carteirinha, senão ninguém pode te levar para a auditoria. Homem pra ser homem tem que ter documento.”

E, junto com isso, a ameaça: se eu não assinasse a carteirinha, iam me botar num helicóptero e me jogariam no alto-mar ou nas montanhas.

Eu não sabia que naquele momento existia uma campanha internacional por Manoel da Conceição que estava preso. Se eu assino um documento com outro nome, eles podiam me consumir: “Não, o cara que estava preso não se chamava Manoel. Tá aqui a fotografia, tá aqui o rastro do dedo. Ele se chama fulano de tal.”

Chegou lá um cara se apresentando como advogado de uma Associação de Defesa dos Direitos Humanos, ou coisa assim. Mandou me chamar numa sala, com cafezinho.

Àquela altura, meu cabelo estava cobrindo os olhos, o pescoço. As unhas estavam quebrando todas. O corpo, tanta sujeira! Nunca mais tomei banho. Estava aquele pelo grosso, só de sujo. Botaram os braços pra trás de uma cadeira, algemados. Com a tesoura cortaram a barba. Depois passaram a navalha. Cortaram o cabelo e me lavaram, pra eu ir conversar com esse cara. Ele diz o seguinte: “Está aí um boato internacional que já lhe mataram. Vim buscar uma carta sua para a opinião pública, dizendo que você está sendo bem tratado. Enfim, que acabe esta confusão no exterior. O governo tem recebido um monte de cartas; elas vêm de vários países.”

Falou da Inglaterra, da Suíça, da Bélgica.

“Na Suíça foi um barulho danado. A Anistia Internacional está fazendo um escândalo com o líder camponês Manoel da Conceição.”

“Eu não vou escrever. Se os senhores quiserem desmentir que eu estou morto, dou depoimento em praça pública, na Justiça. Aqui, nesse ambiente, eu não escrevo uma linha.”

Daí a pouco o cara não era mais dos Direitos Humanos.

“Vim mandado pelo Governo Federal. Fiscalizo as prisões por ordem do Governo. Você merece é fuzilamento. A gente quer só fazer o bem pra você e você não quer. É claro que vai ser condenado, mas vai ser com honra e não como moleque.”

“Eu sabia que o senhor era da polícia. Não tenho de prestar nenhum depoimento pra fora. Não tenho nada a dizer.”

Me botaram na cela de novo e, daí pra frente, todo dia tinha médico, vinha leite, comida especial.

Em setembro me levaram para um quartel do Exército, o Vigésimo Terceiro BC de Fortaleza. Quando cheguei, não sabia onde é que eu estava. Sozinho, numa cela gigantesca. Era só ameaçado: “Vai pegar pena de morte. Trata bem esse filho da puta, porque ele vai morrer.”

Por volta de 15 de setembro me levaram para a Auditoria. Quando eu entrei no pátio, como tinha jornalista lá nesse dia! Máquina fotográfica. Pá! Pá! Pá! Pá! Televisão em cima, bem na hora que eu saí do carro.

Eu não sabia que diabo eles queriam, o que estava por trás. Na Auditoria vi aquela mulher um pouco desconfiada, procurando chegar perto de mim.

O juiz fez umas perguntas. Algumas eu respondi. A mulher – era a advogada – disse: “A gente está aqui como procuradora, indicada pelo advogado dele, doutor Ribamar, de São Luís.” Mas eu não confiei. Não aceitei ela como advogada. Eu estava lembrando do outro cara que tinha ido na prisão. Podia ser outra jogada.

Um presídio no Ceará

Voltei pro quartel. Fiquei lá até meados de outubro. Depois me levaram pro presídio Paulo Sarazate e só então vim a saber que estava em julgamento.

No presídio fiquei isolado numa cela, na galeria dos presos comuns. Nessa época, alguns presos eram carcereiros. O coronel diretor do presídio disse pra eles que ninguém devia ir onde eu estava: eu era um terrorista de fama internacional e podia matar algum. Só fossem levar comida com escolta.

Aceitei a advogada. Ela passou a vir conversar, trazia café e cigarro.

Uns presos comuns começaram a ir lá de vez em quando, assim, com muito cuidado, pros outros não darem fé. Através desses presos fui fazendo ligação com a outra galeria, onde estavam os presos políticos. Eu mandava recado, bilheteinho, café. Eles mandavam cigarro, quando o meu faltava.

Lá cigarro era uma garantia, porque apareceram outros presos comuns pra ameaçar: “Dá um cigarro aí, porque se não der, já viu. Aqui, o cara que não der cigarro, a gente mata. Vem de noite, abre a cela, passa-lhe um pau na cabeça. Aparece morto e ninguém sabe quem matou.”

Quando foi janeiro de 1973, trocaram a guarda. Os presos comuns deixaram de ser carcereiros e veio um conjunto de estudantes. Por falta de emprego no Ceará, eles faziam um curso de relações humanas pra ser guarda de presídio. No curso aprendiam um tipo de doutrina sobre como é que trata as pessoas que vivem em cadeia. Quando vieram para a prática, foram chamados um a um pelo coronel. Ele recomendou que eu era terrorista, uma fera. Disse inclusive que eu já tinha fugido de uma cadeia da Califórnia. Esse pessoal novo ficou com um medo terrível de mim.

Eu, novamente, oferecia café, oferecia cigarro. Às vezes um pegava. Desconfiado, olhando pro portão pra ver se não vinha um cara por lá. Passei a conversar devagarzinho e a relatar as torturas que tinha sofrido.

Alguns vigilantes passaram a ser assim mais sensíveis.

“Você não lê nada aqui não?”

“Não, aqui é proibido. Não leio nada, né.”

“Quando eu vir, vou ver se trago pra você um jornal. Que jornal você quer?”

“Traga qualquer jornal, não importa. Alguma coisa pra eu ler.”

Começaram trazendo aquela revista *Playboy*, dos Estados Unidos, e essas revistas dos patinhos, que um fala com o outro. Depois passaram a trazer *Veja*. Depois o *Jornal do Brasil*. Daí a pouco começaram a trazer *Opinião*.

Fui constituindo uma amizade danada com esse pessoal. O coronel do presídio foi ficando incapaz de fazer um plano de batida na nossa cela, sem que a gente logo no outro dia soubesse. Tinha também lá um esquema de trabalho clandestino. Ferramentas, faca para cortar couro, esse outro instrumento: pirógrafo. É um ferro que liga na energia, esquenta o biquinho e você vai desenhando no couro. Tudo isso tinha na cela. E lugar pra cozinhar a carvão.

Quando foi um dia, o coronel pegou a gente conversando com a outra galeria. Suspenderam dois estudantes por mais de quinze dias, sem direito a ganhar dinheiro.

A gente reuniu, discutiu entre nós – as galerias. Escrevia bilhete, mandava pra lá, mandava pra cá, e montamos o esquema de contribuição pra indenizar o prejuízo desses vigilantes punidos.

Daí pra frente, esses caras perderam o medo de botar a gente em contato uns com os outros. Em vez dos vigilantes vigiarem a gente pro coronel, era o contrário: os estudantes a vigiar o coronel e contar pra nós o que estava acontecendo.

Terminamos nós montando uma biblioteca com tudo que era tipo de livro, que vinha desde marxista.

Também estava preso lá o velho operário Zé Duarte, antigo militante sindicalista e homem muito valente. Ele guardou umas fotos de Lênin, Mao Tse-Tung, Marx e Stalin. Um dia, quando o governador do estado ia visitar o presídio, a polícia foi dar uma batida nas celas. Mandaram Zé Duarte tirar as fotos da parede e ele disse que não tirava, não. O coronel, então, invadiu a cela, tomou

as fotografias e disse que não era mais possível continuar aquela subversão no presídio.

Passaram uns quinze dias. Zé Duarte estava conversando com a outra galeria e um dedo-duro denunciou. Veio punição tanto pro Zé Duarte como pro vigilante. Socaram Zé Duarte na cela. Durante o dia ele não podia mais ficar junto com os outros presos na galeria.

Na hora que “prenderam” Zé Duarte, a gente entrou logo em greve de fome. Durou doze dias. Nós aproveitamos para colocar reivindicações contra outras restrições que nós estávamos sofrendo.

As mulheres, seja dos presos políticos ou presos comuns, parentes e mesmo mulheres que vinham lá, tinham a maior fiscalização. Todo mundo tinha que ter uma carteirinha do presídio pra ser exibida na entrada. A gente disse que só pararia a greve quando acabassem com a carteirinha das visitas e que qualquer pessoa que viesse de longe pudesse entrar pra nos visitar.

A polícia feminina despia as mulheres de presos comuns e botavam espelho debaixo das pernas delas, pra olhar a vagina e ver se não tinha coisa entrando escondida. Com essa revista, tudo que as mulheres traziam era censurado. Não entrava nada com a desculpa que tinha maconha, diamba ou bebida alcoólica.

Isso criava a maior revolta nos presos. Eles começaram a reagir e acabavam indo para a solitária. Lá chamavam as celas de segurança de “bico de coruja”. O chão era molhado e todo dia um soldado passava para dar umas porradas. Coruja come pinto rasgado; a polícia ia rasgar os caras todo dia.

Ficou aquele rebuliço na prisão. Era denúncia do coronel pra aqui e acolá.

Tinha um preso que estava com pena de oitenta e cinco anos de cadeia e vivia com o coronel na mão. Sabia de muita coisa, então podia vender maconha e botar a radiola na altura que quisesse,

qualquer hora da noite. Agora, quando o coronel tinha medo de um preso, falava com esse cara pra ele matar o outro e aumentavam a pena do cara.

O coronel terminou caindo porque foi pego numa corrupção desgraçada, de tanto anúncio que a gente fez sair para os jornais. Até o rádio deu notícia da corrupção do coronel.

Que violência que tinha nesse presídio! Você escutava grito de preso a noite quase inteira; a polícia tirando nego da cela para espancar.

Vários presos fugiam. Chegavam lá fora e ficavam numa situação de miséria. Sem documento, sem condição de trabalhar, suspeito. Qualquer roubozinho que aparecia na zona que ele estava era o primeiro cara que ia preso. Às vezes o cara não tinha roubado, não sabia de nada, mas arrebatavam ele todo numa delegacia e terminava no presídio de novo. Nesse caso tinha rapazes de dezesseis, vinte anos. Podiam ser recuperados noutro sistema social, que desse condições pra eles. Pelo menos de trabalhar.

Outros caras tinham cumprido a pena e, quando chegava o alvará de soltura, eles diziam assim: "Já estou aqui dez ou quinze anos; não posso sair dessa prisão." Que é que faziam? Davam uma facada num cara no presídio, pra poder ficar morando lá. Fora, eles não tinham alternativa nenhuma.

Tinha também aquele feixe de crianças. Meninos que vinham apanhar os restos de comida dos presos. Quando era o dia dos policiais mais carrascos, eles não deixavam entrar. Outros ficavam com pena dos meninos, todos com fome, a barriga entrando e saindo, descalços, só de calcinha toda suja, rasgada: "Entra, rapaz, entra..."

A gente já sabia que eles vinham, botava todo o resto de comida numa bandeja e enchia os saquinhos de plástico que eles traziam.

Eu comecei a conversar com esses meninos, perguntar por que eles faziam aquilo. Um deles me contou assim:

“Meu pai era operário numa fábrica de fazer cimento. Terminou ficando cego. Minha mãe vive muito doente e não pode trabalhar. Nós somos seis filhos dentro de casa. Só eu e um irmão trabalha. A gente quebra pedra – dois metros por dia e ganha oito cruzeiros por metro. Não dá nem pra comer, o que dirá pra comprar alguma coisa de roupa, calçado?”

“E teu pai não ganhou nem uma indenização, um direito lá qualquer?”

“Não, não pagaram nada. Ele foi operado e, quando ficou cego, pronto. Tem que pedir esmola, mas o pai tem vergonha. Então a gente tem mesmo que pedir aqui no presídio.”

Com as doenças contagiosas que tinha lá: uma coisa absurda! Tuberculose demais. Tinha até lepra. O sujeito todo pelado, cheio de coisa na pele. Um dia um preso apareceu com meningite. Pra esse cara ir pro hospital tivemos que fazer uma briga desgraçada. Denunciamos pra auditoria. Até que o coronel mandou tirar ele de lá, mas o cara terminou morrendo. Quando levaram não tinha mais jeito.

Quase toda semana o médico vinha no presídio pra fazer um exame muito formal. Doença era só constatada. O doente era obrigado arrancar porque o cara não tinha instrumentos necessários pra fazer um tratamento.

E tinha o manicômio, onde tratavam as pessoas que ficavam loucas. Os doentes, quando estavam muito chatos ou sem condição mais nenhuma, iam pra lá. Era também o lugar de onde o pessoal mais fugia.

Contra o inimigo

Chegou a época do julgamento. Passei três anos e quatro meses preso. Não tive condenação nenhuma.

Eu acho que essa penúltima prisão me permitiu ver problemas que fora não era possível eu ver. E esses problemas me levaram a uma série de reflexões.

No passado eu às vezes era até agressivo com determinados companheiros, companheiras, por causa de posições políticas, por problemas ideológicos.

Na prisão, uma das coisas que eu aprendi foi ser torturado fisicamente, com toda espécie de torturas morais, que vêm desde o palavrão até as torturas sexuais. E eu fui obrigado a suportar esse tipo de coisa, simplesmente porque não podia reagir.

Daí senti a necessidade seguinte: por mais divergência que eu tenha com uma pessoa, seja ela qual for, ser capaz de entender que é necessário se discutir e poder trabalhar junto, dentro do que é possível, contra o inimigo.

CAPÍTULO XV

PARA A DESCOBERTA DAS COISAS

No Nordeste brasileiro tem todo tipo de crenças e estórias mais variadas sobre lobisomem, serpente, dragão, homem milagroso. No meio disso, aparecem os heróis: Padre Cícero, Antônio Conselheiro, João Grilo, Antônio Silvino, Jesuíno, o valentão Vilela, Lampião, muito colocados dentro de uma trajetória misticista. Na estória de Lampião não aparece a luta do povo junto com ele. Aparece Lampião como um cara que bateu e raspou a cabeça de latifundiário. Quando Lampião morreu, foi procurar lugar no céu, chegou lá e São Pedro não quis deixar ele entrar. Lampião passou pau na venta de São Pedro, desceu pro inferno, queimou todos os armazéns de algodão, buliu com moça, criou milhões de problemas. O valentão Vilela disputou com a polícia durante a vida dele toda. Terminou se santificando porque matou tudo quanto era polícia e no fim se arrependeu.

A história real do povo não é enfocada na cultura popular como instrumento de mobilização. Por isso, muita gente acha que o povo só vai se libertar no dia em que perder suas crenças, deixar de ser religioso. Logo daí começa um profundo desrespeito à cultura popular.

Na luta concreta do dia a dia, os trabalhadores têm os patuás, que botam no pescoço pra poder ser um herói contra o patrão, contra o jagunço, contra a bala que vem lhe agredir. Botam alguns versículos da Bíblia no bolso pra se defender da bala e vão lá brigar contra os desgraçados, inclusive de arma na mão. O cara é crente, mas está convencido que defender o pão da família dele é correto, é justo, é justíssimo.

Sem obediência

Quando começamos a mobilizar o sindicato no Pindaré-Mirim nunca foi discutido quem é crente, católico ou umbandista. Nós discutíamos nas assembleias de povoado os problemas que afligiam o povo: gado comendo roça, patrão que assaltou o paiol – é justo ou injusto? O povo foi se mobilizando ao levar à prática a defesa dos seus interesses. Isso foi criando uma divergência entre os pregadores de obediência das mais variadas formas e os obedientes.

Todo mundo que tinha propriedade ou comércio estava do lado de lá. E começaram a se unificar todas as correntes católicas, protestantes, umbandistas e essa outra que chamam maçonaria.

Do lado da pobreza, todas as correntes religiosas foram também se organizando em torno do problema, como força de classe. A religião não serviu nesse caso para dividir o povo, na medida em que eles romperam com a dependência ideológica. Foram se colocando como força política, sem obediência ao pastor e ao padre, desde que essa obediência implicasse abandonar o direito de lutar pelos seus interesses.

Uma parte das pessoas terminou perdendo fé nesses vários deuses, santos, patuás. Isso foi desaparecendo no dia a dia, não foi assim de uma vez só.

Alguns companheiros que tiveram acesso a conhecimentos de um novo tipo de cultura, mais materialista, acabaram com todo tipo de fé religiosa. Foi ainda uma pequena camada de companheiros que tiveram acesso a isso e que avançaram melhor politicamente. Procuraram buscar novas perspectivas pra poder participar das lutas de forma mais consciente.

Uma outra etapa

Hoje já não se colocam para a massa religiosa esses obstáculos que anteriormente impediam a luta – medo de desobedecer a fé ou medo do terrorismo de ir para o inferno. Embora para a esmagadora maioria dos trabalhadores exista a fé em Deus, no santo, já não é mais aquele negócio que o cara porque luta pelos seus direitos vai para o inferno. Quem vai para o inferno é aquele que quer impedir que o povo lute pelos seus interesses.

Essas foram ideias muito assimiladas pelos trabalhadores, sobretudo pelos que participaram desses dez anos de luta no vale do Pindaré-Mirim.

Quem é a força de hoje que faz com que o povo continue sem poder desenvolver a luta pela sua libertação? São os militares que estão lá, dizendo que qualquer que se bulir vai pra cadeia, leva bala. Não é mais aquele problema que o cara tinha que sofrer, esperando o céu, a salvação. O terror, hoje, já é a repressão.

Eu considero que isso é uma evolução. Já existe uma certa consciência ainda elementar. O povo não tem é uma profunda consciência que, pra lutar contra esse poder monstro – são as antigas bestas-feras, lobisomens, que se transformaram nisso –, vai ter que se organizar.

Esse poder apareceu no campo do Maranhão exatamente quando o povo foi quebrando com esse tipo de obediência, terror de ir pro

inferno, e foi lutando na prática pelos seus interesses. No momento que essa coisa foi quebrando, ou eles se apresentavam como força real, repressiva, com arma na mão, ou então, pouco a pouco, iam perdendo o seu poder. Aquele outro tipo de dominação não era mais suficiente pra que o povo continuasse lá sem lutar.

Hoje o obstáculo central na luta concreta está em o povo ter medo de ser preso, ser torturado, ser violentado por esse poder que está lutando contra os seus interesses.

Já não se pode pegar globalmente todos os padres e pastores, a religião em si, sem fazer distinção. E não concordo com a ideia que a Igreja como instituição, como um todo, seja um elemento progressista. Acho que é um elemento que sempre serviu ao lado da contrarrevolução. Hoje, dentro das religiões, seja qual for, determinadas pessoas, correntes, estão convencidas de não pregar mais esse tipo de ideologia do terror e de obediência. Ao mesmo tempo mobilizam o povo, apoiam suas iniciativas. Isso já é uma grande coisa. Ainda que muitos continuem dizendo que em nenhum momento devemos usar a contraviolência. Um erro fundamental é não apoiar a necessidade do povo procurar todos os meios de se organizar e se defender.

Eu não vou dizer que o povo vai se defender só com luta armada, seria um absurdo uma afirmação desse tipo. Eu acho que em cada momento, de acordo com as contradições que se apresentam e as crenças que o povo tem, ele aplica uma forma de luta. O esgotamento dela é que vai levar o povo a aderir a outro tipo de luta.

Superstições e conhecimentos práticos

As concepções místicas se manifestam também ao nível da produção. Já quando o cara começa a brocar o mato, derrubar

os paus grossos: “Deus me ajude que há de fazer um bom sol! Se Deus quiser, vai ter um bom inverno; eu vou cortar muito arroz, pra vender por um precinho melhor e poder comprar as coisas de que eu tenho necessidade.”

Faz aquele plano, com fé em Deus. Como ele está com aquela fé e se na época da colheita dá uma praga, ele supõe que é macumba.

A praga – lagarto, gafanhoto, grilo, pulgão – pode atacar no momento que chove e só vai morrer com dez, doze dias de sol. Se vem com sol, só a chuva acaba com a praga. Acontece que o camponês não observa isso. Ele fica dizendo: “A praga atacou minha roça, vou ter que procurar um rezador bom pra expulsar tudo quanto é praga da minha roça.”

O coitado do macumbeiro está ali por perto e às vezes teve com o camponês alguma rixa, briga de família. Então o caboclo começa logo a pensar: “Foi o macumbeiro que passou por aqui, cruzou o mal, botou praga na minha roça e está acontecendo isso.” Chama outro macumbeiro pra rezar nos três cantos e no centro da roça. Deixa um canto livre que é a porteira, a boca por onde sai tudo que é inseto.

Às vezes, quando o macumbeiro reza, está com dez dias que a praga tinha dado e não chovia. À noite vem uma tempestade de chuva desgraçada. O macumbeiro passa como o cara bom mesmo, o cara que fez o milagre. Rezou, foi embora a praga.

Quando o macumbeiro chega, diz logo assim: “Você deve ter algum inimigo, algum malfazejo, invejoso, olho grande, que passou na sua roça e jogou essa peste. Eu faço a reza e, no fim da colheita, você me dá um alqueire de arroz ou dois.” O cara se compromete e dá mesmo.

É um tipo de macumbagem que se manifesta na produção. Têm outras coisas que são como superstições que o camponês tem, mas já é resultado de um conhecimento prático.

Está tudo seco, sequinho. Não tem nada de chuva, nem nuvem, tudo azul. Mas quando dá a noite tem uns bichos que rapam coité, começam a cantar: cré-cré-cré. O camponês: “Ói, ói! Vou plantar minha roça, que nesses três dias vai dar uma chuva.” Aquele sapo é um bicho que nasce na água e percebe a atmosfera. Tem sensibilidade, sente que está perto de chover. Então, alegre, ele canta lá no oco do pau, onde está escondido. E, de fato, passa três dias, a água berra. Se não berrar no mesmo dia.

Têm as aves que chamam pássaros de agouro. A coã é um pássaro que o pessoal tem muita superstição com ela, seja no nível da produção, seja no nível da vida humana. Por exemplo: está seco e a coã vem por volta de dez horas ou mesmo meio-dia. Sentou num pau com muita folha, bonito, verde. Lá canta altíssimo. Aquilo ali: “Chuva, está na beira de dar uma chuva gigantesca.” Mas, caso ela venha voando, chegue numa árvore seca, sente no galho e comece a cantar, se estiver chovendo é que vai ter dez, doze, quinze dias de sol. Batata! Não tem como se desviar.

Tem também superstição religiosa com a coã. Se ela vir voando às seis horas da tarde, sentar num pau detrás da casa e cantar, o povo logo: “Te desconjuro, maldito! Cruz-credo! Cruz-credo!” Aí reza logo. Segundo a mentalidade popular, se a coã canta numa casa, é a mulher, o marido, o filho ou um vizinho que vai morrer. Está à beira do cemitério. Como sempre, acontece de gente morrer mesmo, às vezes termina coincidindo. Aí, desgraça, a coã fica pro resto da vida como agoureira.

Têm as madeiras que servem de base pro plantio. Está com meses que não chove ou durante o verão todo não teve nenhuma chuva. Você já está com a roça queimada, com a semente no ponto, mas não pode plantar porque não viu sinal de chuva. Não ouviu um grilo, um sapo, uma coã cantar. Lá tem um pau que chamam taipoca – um pau bonito que bota flor cheirosa. Quando está pra

dar uma chuva, mais ou menos três ou quatro dias antes, o taipoca começa a derramar água. Qualquer ferimento que tem lá nele dá espuma pra fora. Caem logo no chão aquelas bolas de espuma. Você pode andar pra todo canto; onde tem taipoca, estão todas fazendo aquilo. A natureza sentiu que está querendo dar uma chuva e provocou aquele negócio no pau taipoca e ele vomita aquela espuma. O pessoal já sabe: “Chuva na certa! Planta todo mundo hoje.”

Tem também o problema das águas. O cara chega num daqueles grandes lagos e olha pra água. Vê que a água está se bulindo, ventando. Ele diz: “Eh! Não vai chover tão cedo. Com água daquele jeito, maré no lago, o vento soprando água pra todo canto, como é que pode chover? Não chove, não.” Se ele chega num grande lago, vê a água paradinha, então ele diz: “Dentro de três ou quatro dias vai dar uma chuva.” Aí vem uma interpretação particular dele. Se a água está parada, é porque está evaporando. Começam a aparecer nuvens, aquilo tudo encapado, termina caindo chuva.

Tem outro pássaro que chamam sabiá. Quando ele canta no alagadiço, é sol. Pode estar chovendo como quiser, o sol vem aí. O sabiá vive nas laminhas, terreno alagado, pra comer as minhocas. Sabe que, quando fizer sol, vão aparecer muitas minhocas naqueles baixilhos. Então fica alegre, vai cantar por causa daquilo. Eu suponha que é isso aí. Quando ele começa a cantar na montanha, não espere chuva que não vem.

Jumento é um bicho que adivinha também chuva. Tinha lá uma velhinha que, por um jumento, ela sabia quando ia chover ou fazer sol. Na porta da casa dela tinha um pau torto. Podia estar fazendo sol como quisesse, toda vez que o jumento entrava debaixo daquele pau pra se proteger do sol, a velha dizia: “Vai chover nesses dois dias.” Aí chovia mesmo.

Uma vez chegaram lá uns caras muito inteligentes. Pediram arrancho: “Vamos armar a rede aqui fora mesmo.” Muito calor, ficaram ali no alpendrezinho.

“Não, vocês vêm pra dentro porque vai chover.”

“Que é isso, comadre? Chover coisa nenhuma, a gente conhece. Somos pessoas que estudamos aí a atmosfera, a gente sabe...”

Quando deu meia-noite, a velha acordou pelos gritos dos homens: “Comadre, comadre, abra a porta.” A velha vai abrir a porta, já rindo: “Ah! ah! ah! Que que está acontecendo?”

“Chuva demais, comadre.”

“Eu bem disse pra vocês que ia chover, vocês não acreditaram.”

Entraram pra dentro da casa. No outro dia:

“Diga uma coisa, qual é a experiência da senhora, que demonstra que chove?”

“Ontem, o meu jumento velho passou o dia se coçando debaixo da sombra daquele pau torto. Quando vejo ele lá, chuva chove. Está aí a experiência.”

“É, rapaz, um jumento saber mais do que nós!”

Eu falei da superstição dos trabalhadores na produção, mas também têm algumas coisas que são reais. A gente não sabe quais são as origens disso aí. O povo não sabe o porquê desses fenômenos, mas o fato é que tem uma experiência prática de conhecimento. A superstição também está aí dentro, enrolada no meio, como no caso da coã. Não tem nada a ver que a coã cante e o cara morra. Superstição puramente. Já não se pode dizer o mesmo da coã em relação a que ela cante no pau ao meio-dia e a chuva chove. Aí já é outra coisa. Pode ser que ela realmente esteja sentindo que vai chover. Está alegre e cantou.

Medicina popular

Têm os conhecimentos reais da massa ao nível da medicina. Alguns vieram como lenda de longa data. Outros, o povo vai descobrindo no dia a dia. O povo sempre procura um jeito de salvar o seu doente.

A gente ouvia falar de uma batata de tejo. Tejo é um bicho do mato. Ninguém sabia por que era batata de tejo, nem sabia a sua utilidade. Um dia, um cara andando no mato vê um tejo brigando com uma gigante cascavel. A cobra vai lá vem cá, eles se entrelaçam, se roçam, se fuçam. O tejo tem uma tática de pegar só no pescoço da cobra. O pescoço dela é fininho e ele termina matando porque tem a boca grossa. Uma hora o tejo vai picado pela serpente. Quando esse bicho se viu picado, abandonou a briga e saiu correndo a mais de mil. O cara seguiu atrás dele, devagarzinho, observando. Chega a uma distância e vê o tejo cavando muito rápido lá no pé de um cipó. Até que chegou à batatinha. Come umas três ou quatro, volta no mesmo rastinho e briga com a cobra. Ela pôde brigar, picar como quis. Daí pra frente o tejo mata a cascavel, ela não bota mais veneno de jeito nenhum.

Foi a descoberta de um verdadeiro contraveneno da serpente chamada cascavel-de-quatro-ventas. É como o povo se defende lá. Vai picado, corra até na batata. Tira duas cabecinhas daquelas, faz o chazinho, toma: adeus, veneno de cobra.

O caroço da graviola. Você pode estar no chão, mordido de serpente, qualquer que seja. Vai lá no pé da graviola ou tem em casa os caroços, machuca eles bem num pilão, faz o pó e tira o leite. Isso é tanto pra animal como pra gente. O leite do caroço da graviola é outro grande contraveneno de picada de serpente.

O angelim-coco. Esse pau é a maior arma contra verme, essas lombrigonas. Vai-se no mato, tira-se uma casca do pau e umas pelinhas que ele tem dentro. Faz-se um chá, dá-se pouquinho, porque senão mata a pessoa. Enquanto tiver verme na barriga, o cara bota eles pra fora.

O pau que chamam jító. Esse serve pra doença venérea. No interior, o povo pobre, por falta de higiene, muita gente morria com doenças venéreas. Você tira a raiz do jító, lava, raspa a casca da raiz e faz o caldo. Dá um pouquinho pro cara beber e um pouquinho pra fazer lavagem por baixo. Ele tem uma reação: obra muito e fica bom daí um mês. Isso no caso da doença venérea que chamam cavalo de crista.

O sumo do matruz. O sujeito leva um golpe no pé ou tem um ferimento: trata com aquele sumo. Tem outro que chamam âmagô do pau-santo. Você leva uma porrada, cria uma pustema de sangue por dentro. Toma a água do âmagô do pau-santo e sara tudo.

São antibióticos que nós temos no interior do Maranhão e que jamais foram explorados pela medicina que vive lá. O povo, dadas as necessidades objetivas que lhe são impostas no dia a dia, nunca fica parado. Está sempre à procura dos recursos e é isso que leva ele a descobrir essas coisas.

Monopólio de macumbeiro

Alguns remédios são conhecidos de todo mundo: batata-de-tejo, o jító, o angelim, o matruz. Existem outros que são ainda monopólio de macumbeiros. Os avós dele falaram ou ele viu escrito. O cara faz o remédio com casca de pau e cria o misticismo a respeito das madeiras que servem de medicamento. Sempre procura colocar o benefício do remédio na dependência da sua reza.

Faz a garrafada e depois reza na boca da garrafa. Você toma e fica bom. Então o macumbeiro fica sendo o rei da sua saúde, o cara que descobriu o remédio.

Lá tem muito macumbeiro que vive só pra benzer as pessoas contra o feitiço, contra o mau-olhado, contra o quebrante nas crianças. Às vezes tem menino todo encapetadinho, engraçadinho. Levam ele pra um lugar; as pessoas acham muita graça da criança e, quando chegam em casa, o menino começa a ficar doente. Chamam o macumbeiro. Ele traz o remédio e reza. Às vezes o pessoal mesmo reza. A criança termina ficando boa. Então era quebrante.

O pessoal diz que não se pode botar criança de mês, até um ano, de cabeça pra baixo. Diz que o intestino vira do avesso e a comida faz mal pra criança. É ventre virado. O macumbeiro traz o remédio e reza. A criança sara. Outros morrem. Mas, no povoado, se escapa um, já é uma grande coisa.

O cara é o máximo. Passa a ser visto como um pajé, um cara que sabe de tudo. E, de fato, sabe um bocado de coisa mesmo. Ele vive pra estudar esse negócio de ervas medicinais, através de suas curiosidades e capacidade. Mas ele também quer ser um cara afamado como grande benzedor – sabe combater a macumba, o feitiço. Então mistura o valor das ervas medicinais com sua macumba. Na verdade o que serve é o remédio que está dentro da garrafada e não a reza que o cara fez. Mas isso o povo não descobre, fica encoberto durante muitos anos.

O macumbeiro às vezes erra porque não domina a causa das doenças. Ele também aventura: aquele pau é bom pra doença tal, mas ele não sabe se o cara está realmente atingido daquela doença. Faz um certo raciocínio que esse sintoma em geral é a doença fulana.

No caso em que o remédio não serve, o cara fica de péssimo macumbeiro. Mas, depois, se ele consegue acertar num outro, cria o misticismo de novo: “Morreu porque tinha que morrer mesmo.

Quando Deus quer, não tem santo que salve. Deus chamou, ele vai; mas abaixo de Deus é fulano de tal. Se ele não estivesse aí, nós já tínhamos morrido.”

Jamais o remédio é enfocado como o principal aspecto. O que importa no cara é ele saber rezar. Ele diz que encosta nele o espírito de diferentes médiuns, que já morreram e entendiam de medicina. A partir da atuação espírita, o cara passa a conhecer o mecanismo das doenças, dos medicamentos. O conhecimento espiritual que ele tem das coisas e o poder da sua reza é a questão central.

Se você tem o mesmo conhecimento que o macumbeiro e sabe das mesmas ervas que ele, mas não é conhecido como um místico, cara rezador que tem espírito com você, pode dar o remédio que ninguém vai levar em conta. Agora, nem que você esteja mentindo, dá o remédio e reza lá pra um cara ver, ele fica bom. E dali pra frente você vai ser visto também como um cara místico. Uma desgraça.

Para a descoberta das coisas

O povo tem várias formas de aprender e se defender dos obstáculos que encontra na sua vida.

No Maranhão, quando o povo começou a criar os primeiros germes de organização para enfrentar a mata, descobriu que a única forma de se defender era andar em mutirão.

Na luta de classes o povo é massacrado. Vai sendo massacrado, individualmente. Mas quando coincide que numa região o inimigo toca os interesses do conjunto da população, o povo procura uma forma de se defender. Ele se organiza por alguma coisa. Nunca se organiza porque vem na cabeça que é bom ser organizado.

O povo começa a tomar consciência dos impedimentos pra sua luta do ponto de vista misticista, religioso, levando no dia a dia a luta. É aí que ele vai desmistificando essa coisa. Não é uma pregação simplesmente teórica, ideológica, que vai fazer ele mudar. Você pode pregar o ano inteiro, o resto da vida. Se essa pregação não está ligada estreitamente à defesa dos interesses do povo, esse negócio cai puramente no vazio e não se mobiliza ninguém, não se organiza nada.

Quanto o povo não errou pra acertar num remédio bom? Quantos meninos já não morreram pra hoje a massa camponesa ter uma série de conhecimentos práticos, que inclusive a própria medicina não conhece? Mas isso custou a vida de muitos filhos, muita gente, muitas mulheres, muitos homens. Não foi de graça. Não foi assim pensando. Foi na prática: descobrindo isso aí.

Então eu acho que só tem um critério fundamental para a descoberta das coisas: o enfrentamento dos problemas a partir do encontro prático com a realidade. Aí o povo realmente é capaz de descobrir mecanismos para se defender, seja das doenças, seja da opressão, seja da exploração, seja da dominação ideológica. Ele é envenenado por ela, mas termina encontrando um caminho pra defender seus interesses.

É baseado nesse raciocínio que eu digo o seguinte: qualquer pensamento político que coloca uma estratégia a longo prazo e desconhece os interesses do dia a dia das massas, passando por cima disso como se não fosse importante pra elas, jamais vai ser capaz de mobilizar toda uma massa de trabalhadores explorados, dominados política e ideologicamente.

A gente, lá no meio do povo, já tendo conhecimento da realidade do dia a dia e um certo conhecimento estratégico do caminho a longo prazo a seguir, pode ligar essa coisa do dia a dia com a longa

marcha que temos a seguir. Não um grupinho vanguardista, mas esse grupinho seguir com toda essa massa até a esmagada completa do sistema.

Independente de um conhecimento global, estratégico, dos seus próprios problemas, o povo sempre procura uma solução. Não resolve porque ainda não foi capaz, como massa, de descobrir todo o mecanismo de dominação que impõe a sociedade burguesa.

O próprio pensamento político marxista não surgiu do acaso. Surgiu do estudo desses problemas da luta de classe. Todas essas coisas que o povo foi descobrindo nessa luta o Marx foi capaz de estudar cientificamente. Não adianta ser marxista se eu não admito que o povo brasileiro, principalmente as massas camponesas, tem de fato uma crença profundamente religiosa. Se eu disser que isso não existe, já sou um antimarxista, porque não estou baseado numa realidade objetiva.

O povo em geral tem seus líderes já lá dentro dele. Pode ser um líder carismático, pode ser um líder popular assim mais religioso, misticador. Mas tem sempre lá alguém que o povo acredita. Um cara que dá mais atenção aos problemas do povoado. O povo acredita que é o cara com uma posição mais correta.

Se esses líderes do povo não vão tendo acesso a uma cultura política mais avançada, do ponto de vista de classe, terminam conduzindo a luta todinha pelo caminho do misticismo. Como fez o Antônio Conselheiro dos Canudos. Agora, se ele realmente é um cara que está lá no meio do povo, que começa um trabalho e, ao mesmo tempo, são criadas condições pra que ele possa obter novo tipo de conhecimento da realidade objetiva, sem querer desrespeitar o que ele está acreditando, mas a partir da luta prática e do encontro com a verdade que vai dando solução a seus problemas, ele termina chegando a um momento que precisa se libertar completamente dessa ideologia de terror e submissão. Para isso temos que manter o máximo de respeito ao que ele acredita agora e não amanhã, ao

que ele acredita hoje. Respeitar que ele se propõe a lutar com sua fé, com sua crença. Temos que apoiar a luta do trabalhador, como ela exige que ele participe dela.

Então o cara ser materialista é admitir que realmente existam as crenças religiosas e místicas. É com isso que o povo vai se libertar até certo ponto. Ele precisa de uma vanguarda que tenha isso na cabeça e que possa dirigi-lo de acordo com suas necessidades até o fim. Vai chegar um dia que a própria imagem que o povo criou ou que preservou até agora, ele mesmo vai tomar a decisão de derrubar. Não é preciso ninguém derrubar, ele mesmo derruba quando achar que não vale mais nada. Mas, pra ele derrubar, precisa participar de toda uma luta na defesa dos seus interesses e descobrir as raízes daquela dominação.

Ver e escutar muita coisa

Os militantes de origem camponesa, apesar de sua combatividade, têm um problema de inibição muito grande. Eles se acham impotentes teoricamente pra argumentar com qualquer intelectual. Então terminam sendo rebocados, mesmo que não estejam de acordo. Não tem argumento, vão fazer o quê?

Então eu digo o seguinte: é necessária a formação de quadros dentro do movimento de massas. O quadro se forma analisando as próprias realidades desse movimento, como ele é. É aí, pra mim, que está a ciência que nos permite uma formação marxista dos militantes. É claro que não podemos, de jeito nenhum, abdicar daquilo que Marx, Lênin e outros grandes marxistas, como Mao Tse-Tung, sistematizaram em relação à filosofia, teoria geral, princípios. A gente tem que estudar isso lá. Mas as particularidades de como orientar não é possível de jeito nenhum, se não se fizer numa pesquisa.

Aí é que está exatamente pra mim o miolo da questão: saber muito bem articular as lutas imediatas do povo do dia a dia, com a tomada do poder a longo prazo e a formação desse conjunto de companheiros que desenvolvem uma luta imediata aparentemente reformista, dentro desse contexto. Tem de ser uma formação no sentido de que a direção do movimento de massa seja capaz de ver o perto e o longe, porque senão não vê coisa nenhuma.

Eu cometi muitos erros nessa questão de dar informes do avanço das lutas camponesas, operárias e estudantis do Brasil para os militantes que às vezes estavam desanimados. Chegava lá e: “Rapaz, só nós aqui que estamos assim, viu. Em tal lugar a coisa está desse jeito.” Contava milhões de vantagens dos outros lugares: quando na verdade a gente estava muito na frente. Aí a gente fazia todo o trabalho se matando, quando na verdade nas outras regiões não havia esse desenvolvimento.

O meu erro estava exatamente em passar essa informação, que tinha sido passada por alguém e que esse alguém tinha ouvido falar. Mas eu não tinha visto pessoalmente essa coisa. Tinha aquela crença que fulano de tal falou, está falado.

Eu acho que é preciso que os militantes de cada região tenham de fato na sua mente a relação de força, o desenvolvimento do trabalho mais ou menos nas diferentes regiões do Brasil. Pelo menos os dirigentes desse movimento têm que ter necessariamente esse conhecimento. Senão ele corre o risco de avançar demais e pegar porrada ou corre o risco de ficar pra trás.

Ora, o meu meio de informação era estritamente os jornaizinhos clandestinos que circulavam na região. Pra nós as informações de jornal eram informações burguesas, que deformavam a realidade. Então não interessava os militantes lerem isso aí. Tinha uma ideia já preconcebida. Mesmo recusando, quando a gente ia a São Luís de dois em dois meses, comprava um jornal pra saber de alguma coisa.

A gente fez assinatura de um jornal mensal da igreja, publicado em São Luís. O jornal veio três vezes, mas o pessoal não conseguiu pagar a tempo e perdemos o jornal.

Na França, por exemplo, quando você entra num metrô, em qualquer lugar, nego está lendo o jornal. Não é hábito dos trabalhadores no Brasil, não. Só muito poucos. Lá no Maranhão, mesmo os operários não leem o jornal. Nos povoados, existem às vezes camponeses que leem. Você pode ir na casa deles que está cheio de literatura de cordel, estória de herói e ele lê contando aquilo com o maior prazer. Acha bonito aquele negócio, porque faz o nego achar graça. Independente que a gente oriente ou não, o cara já era incentivado pra ler aquilo.

O jornal das organizações políticas clandestinas só chegava lá às vezes, atrasado. Além do mais, eram jornais que, para o camponês ler, era preciso formação. O que o jornal estava falando não tinha nada a ver com o que o camponês estava pensando. Não tinha nenhuma identidade, nem com as palavras. O camponês estava sabendo que o comerciante está lá explorando ele. Agora, se o jornal fala de monopólio, burguesia monopolista, ele não sabe nem o que é isso. Primeiro tem que fazer um curso sobre o que é burguesia monopolista, pra poder saber o que está no jornal.

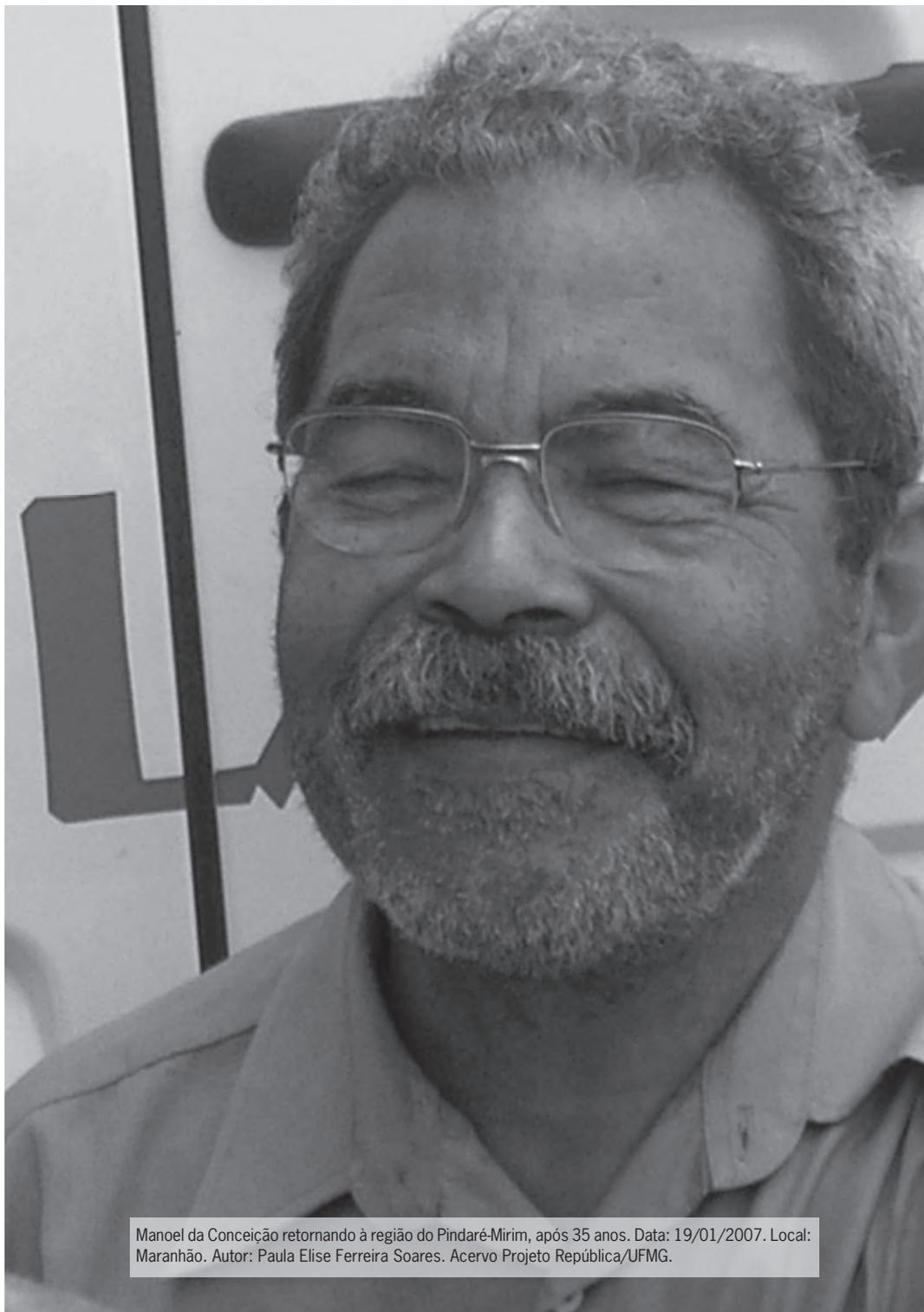
Nós tínhamos o jornal que se chamava *Hora de Luta*. Mas esse jornal era também escrito em São Luís sem nenhuma participação dos trabalhadores. Era feito lá e trazido pra região por um companheiro intelectual. O jornal não fazia assim entrevistas com o pessoal, quais eram os problemas, essa coisa toda.

A gente estava precisando de um instrumento que entrevistasse as pessoas, diga quais são os problemas do local, quais são as dificuldades. Começar por aí.

Houve um período muito curto, nessa fase de 1970 a 1972, em que a gente fazia assim não um jornal, mas um panfleto. O camponês dizia que ele tinha o maior prazer de dar uma opinião; depois

vinha escrito no panfleto. Saía com aquilo no bolso pra mostrar pros amigos: “Olha um panfleto, um jornalzinho, que fala da luta, olha aqui minha opinião.” Eles gostavam muito disso aí. O que não há é estímulo pra coisa.

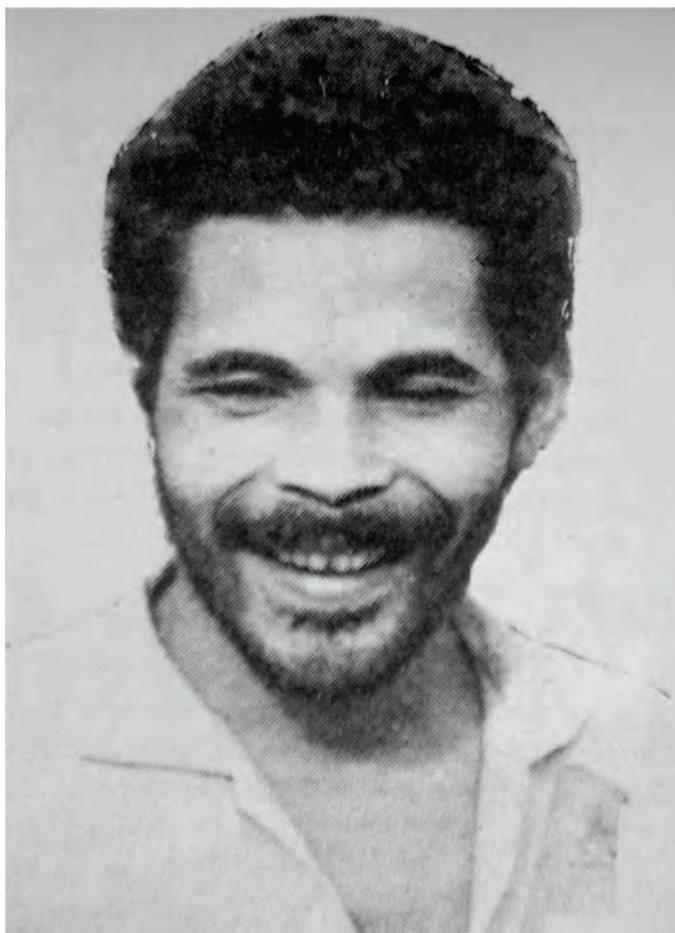
Eu acho que esse é um problema muito importante pra ser tratado numa retomada do trabalho. Não deixar que o militante do campo fique estritamente dependente dos jornais que já vêm com uma orientação política elaborada, pronta e acabada, só pro cara ler e aplicar. Não: tem que ter iniciativa, se estimular a iniciativa. Ele tem que procurar, tem que escavar. Tem que ver livro, ver jornal, escutar rádio. Ver e escutar muita coisa.



Manoel da Conceição retornando à região do Pindaré-Mirim, após 35 anos. Data: 19/01/2007. Local: Maranhão. Autor: Paula Elise Ferreira Soares. Acervo Projeto República/UFGM.



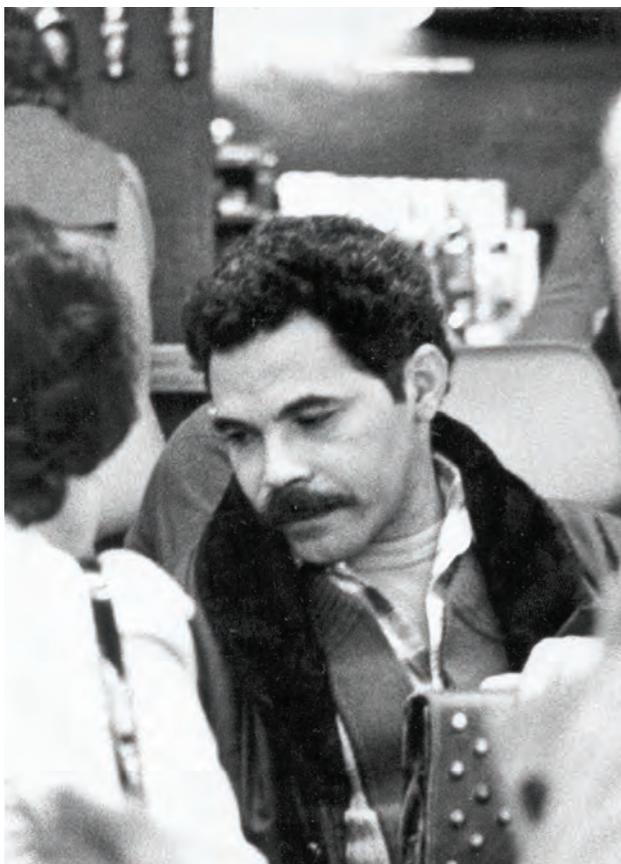
Manoel da Conceição e Antônio Pereira Campos abrindo as portas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tufilândia, município pertencente à região do vale do Pindaré-Mirim. Data: 19/01/2007. Local: Tufilândia (MA). Autor: Delsy Gonçalves de Paula. Acervo Projeto República/UFGM.



Manoel da Conceição durante seu período de exílio na Europa. Data: 197-. Local: desconhecido.
Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.



Placa indicando entrada do Cetral (Centro de Estudos do Trabalhador Rural), espaço criado pelo Centru (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) com o objetivo de abrigar trabalhadores(as) durante a realização de seminários, reuniões e eventos. Data: 19/01/2007. Local: Imperatriz (MA). Autor: Paula Elise Ferreira Soares. Acervo Projeto República/UFG.



Manoel da Conceição durante seu período de exílio na Europa. Data: 197-. Local: desconhecido.
Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.



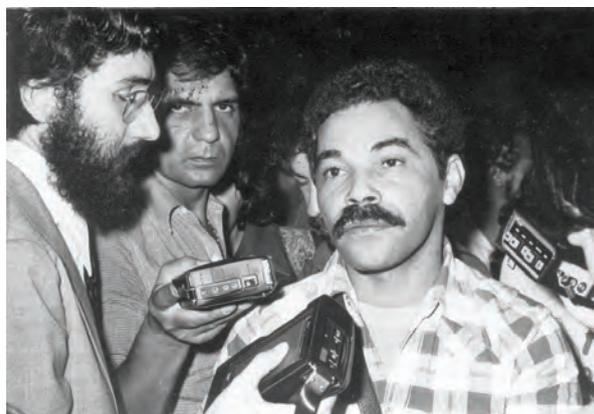
Da esquerda para a direita: Eduardo Suplicy, Lula e Manoel da Conceição, o qual discursa durante campanha realizada pelo movimento petista "Caravana da cidadania". Data: 1994. Local: desconhecido. Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFG.



Manoel da Conceição e Lula durante campanha eleitoral. Data: 19-. Local: desconhecido. Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.



Manoel da Conceição com sua filha Mariana durante seu período de exílio na Suíça. Data: 197-. Local: Suíça. Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.



Manoel da Conceição. Data: 19-. Local: desconhecido. Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.

'Internationale solidariteit heeft mijn leven gered'

Veel vakbondsstrijders in Brazilië zijn gedood sinds het militaire regime daar aan de macht is. Manuel Conceição Santos, wiens getuigenis wij hieronder publiceren, is een van de 'overlevenden'. Zijn zaak deed al verschillende internationale campagnes (onder meer van CLAT) ontstaan, en gaf zelfs aanleiding tot een actie vanuit het Vaticaan.

Hij spreekt hieronder over zijn ervaringen als lid van een boerenvakbond, het dagelijks leven in de krottenwijken en de martelingen die hij heeft ondergaan.

Dit getuigenis verscheen in 'Le Monde' op 24 april 1976. Het is interessant, dit artikel te leggen naast 'Nederland en de braziliaanse landbouw' in CLAT-nieuws 1976-3, bladzijden 13-15.



'Ik ben Manuel Conceição Santos, landbewerker. Ik ben geboren in Pirapemas, in de staat Maranhão in het noord-

duizend boeren acties uit in de vlakten van Pindaré. De represailles bleven niet uit. Herhaalde malen moesten we met alles helemaal opnieuw beginnen: reorganisatie van de bonden, wederopbouw van de alfabetisatie-scholen en het enige centrum voor medische hulp in de hele streek'.

VOLKSBEWEGING ONDERDRUKT

'In 1970 ontwikkelde zich de volksbeweging snel tegen de onderdrukking in. Om slechts één voorbeeld te noemen: terwijl de productie-prijs van dertig kilo rijst door de regering was vastgesteld op 14, 2 cruzeiros, werden we gedwongen ze te verkopen aan tussenhandelaren voor

bewerkt. Op een dag werd ik geblinddoekt een ruimte binnengeleid, ik geloof een kelder, waar een tiental verminkte lijkjes hing, sommige al verdroogd, andere in staat van ontbinding. De folteraars zeiden me dat die lijkjes van mensen waren die geweigerd hadden met de politie samen te werken. In de zelfde ruimte werd ik toen aangevallen door een aantal gevangenen. Ik vermoed dat ze geestelijk misvormd geraakt waren door de aard van de behandeling die ze hadden ondervonden.

Ik wist zeker dat de politie besloten had mij uit de weg te ruimen. De nationale en internationale solidariteit heeft dat tegengehouden. Tijdens het proces probeerde de politie me te laten doorgaan voor een dief en

Fotocópia de uma página da reportagem sobre Manoel da Conceição publicada em jornal estrangeiro. Data: 197-. Local: desconhecido. Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.

„Der Kleinbauer hat nur das Recht, sein Land zu verlassen“

Gespräch mit dem brasilianischen Bauernführer da Conceicao

Der Kampf auf dem Land zwischen Großgrundbesitzern auf der einen, Kleinbauern und Landarbeitern auf der anderen Seite wird immer brutaler. Berichte über wirtschaftliche und soziale Probleme, Sklaverei und bewaffnete Auseinandersetzungen häufen sich. Die Brasilien Rundschau sprach darüber mit dem brasilianischen Bauernführer Manoel da Conceicao, der nach langjähriger Haft und Folter heute in Genf im Exil lebt.

Manoel da Conceicao dos Santos stammt aus dem brasilianischen Nordosten, aus Maranhao, einem der ärmsten Bundesstaaten des Landes. Ende der 50er Jahre war er in den "Bauernliegen" aktiv, die zum ersten Mal eine Organisation der Landarbeiter gegen die Großgrundbesitzer schufen und für medizinische Betreuung und Alphabetisierung sorgten. "In meiner Gemeinde", erzählt er, "gab es 180 Landbesitzer und 30 000 Menschen ohne Land". Nach dem Verbot der "Ligas Agrarias" beim Militärputsch 1964 entstand Ende der 60er Jahre die "Gewerkschaft" der Landarbeiter in Maranhao, die Manoel leitete und in der 100 000 Menschen organisiert waren.

Ländereien aufkaufen. In den Bundesstaaten Amazonas, Para, Maranhao, Bahia und Minas Gerais erwarben sie Gebiete in der Größe von 100 000, 500 000 und sogar 1 Million Hektar, um dort Rohstoffe auszubeuten, Holz- oder Viehwirtschaft zu betreiben.

(Zum Vergleich: Das Saarland ist 256 700 ha groß).

Manoel erwähnt auch VW, als er über die Investitionen der großen Konzerne im Amazonasgebiet berichtet. VW arbeite in Sao Paulo in der Autoproduktion mit ausgeklügelter Technik, besitze aber auch Land am Amazonas, eine 140 000 ha große Rinderfarm. "Dort wird auf die brutalste Art ausgebeutet, die es geben kann.



Posseiros – rechtlose Bauern

Land urbar gemacht haben und diesen dieses Land nach 10jähriger Bebauung rechtmäßig zusteht – ist eine logische Folge der brasilianischen Agrarpolitik. Die Diktatur entschied sich – wie die Brasilianer sagen – für eine rasche "Modernisierung" der Landwirtschaft, den Einsatz modernster Produktionsmethoden und die Mechanisierung auf dem Land, die natürlich nur in Großfarmen rentabel sein kann und wenig Arbeitskräfte erfordert. Die Agrarreform blieb dabei auf der Strecke: Heute besitzen 72% der Landbesitzer nur 12% des Landes, während die 23% Latifundisten 73% der Land-

Fotocópia de uma página da reportagem sobre Manoel da Conceição publicada em jornal alemão. Data: 197-. Local: desconhecido. Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.

Beaucoup de militants politiques ou syndicaux, sont morts au Brésil depuis l'instauration du régime militaire. M. Manuel Conceição Santos, dont nous publions ci-dessous le témoignage, fait partie des « survivants ». Son cas avait déjà suscité dans le passé plusieurs campagnes internationales et même une intervention du Saint-Siège. Il parle ici de son expérience de syndicaliste paysan, de la vie quotidienne dans les bidonvilles, et des tortures qu'il a subies.

Je suis un travailleur agricole. Je suis né à Pirapemas, Etat du Maranhão, dans le nord-est du Brésil, en 1935. Mon père était un agriculteur pauvre, nous avons été expulsés plusieurs fois des terres sur lesquelles nous travaillions, avant de nous établir à Pindaré-Mirim, dans le même Etat, en 1962. Nous y avons défriché la forêt pour cultiver le riz. L'analphabétisme, les maladies et la sous-nutrition faisaient autant partie de notre vie quotidienne que

un bandit. Le gouvernement n'a pas oublié d'ajouter à ma peine la suppression pour moi de mes droits politiques...

J'ai été libéré au mois de mai 1975. Menacé de mort, j'ai dû quitter le Nord-Est. Dom A. Lorscheider, archevêque de Fortaleza, qui m'avait hébergé, m'a fait conduire à São Paulo, où j'ai été accueilli par le cardinal Arns. Il me fallait suivre un traitement médical, trouver un travail qui nous permette de vivre, ma famille et moi.

Le « miracle »

... dans les bidonvilles

Dans les quartiers ouvriers et dans les bidonvilles d'Osasco — ville industrielle de la banlieue de São Paulo, — où j'ai vécu la plupart du temps, j'ai pu voir de très près le côté urbain du « miracle brésilien ». J'y ai rencontré les paysans émigrés du Nord-Est et du Minas-Gerais, devenus ouvriers d'industrie, sous-employés ou chômeurs. Leur vie y est beaucoup plus misérable que

celle des policiers, que je ne sois allé sur le champ » pour avoir résisté ». L'intervention immédiate de l'archevêque de São Paulo, de mon avocat, de plusieurs institutions internationales démocratiques, de même que le large mouvement de protestation qui a suivi l'assassinat du journaliste W. Herzog, ont aussi contribué à faire reculer une nouvelle fois la police.

Jusqu'au 10 novembre on m'a mis dans un lieu appelé le « frigo », 2 mètres de long, 1 de large et 3 de haut. J'y étais tout nu et sans ma jambe mécanique (1). J'entendais les cris des prisonniers sous la torture, particulièrement la nuit. Lors de la première séance de torture, les policiers dirent que mon cas relevait maintenant de la police, puisque la justice n'avait pas été capable de me juger. Quand je m'évanouissais après les coups et les « chocs » électriques, ils m'entremalait avec les prisonniers de droit commun et les incitaient à m'achever.

Après quarante-quatre jours d'emprisonnement, j'ai été libéré, sans qu'aucune charge ne soit retenue

contre moi. En quittant la prison, un responsable de la police politique a déclaré, en présence de mon avocat, que cette fois-ci ils avaient été « honnêtes » à mon égard : s'ils avaient voulu me faire passer en jugement, il leur aurait suffi de glisser dans mon dossier des tracts « trouvés » sur moi lors de mon arrestation.

Hors de prison, la police m'attendait que le « bon moment » pour me liquider. N'ayant aucune possibilité de vie légale ou d'action clandestine, il ne me restait qu'une alternative : en prison ou sous terre. Encore une fois la solidarité internationale et les pressions internes ont obligé le gouvernement brésilien à reculer et à me fournir les papiers qui m'ont permis de quitter le Brésil.

MANUEL CONCEIÇÃO SANTOS,

avril 1976.

(1) Au cours d'une de ses nombreuses détections, Manuel Conceição Santos a été blessé de plusieurs balles tirées par des gardiens ; la gangrène s'étant déclarée, il a dû être amputé.

Fotocópia de uma página da reportagem sobre Manoel da Conceição publicada em jornal francês. Data: 197-. Local: desconhecido. Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DO TRABALHADOR RURAL

CENTRU

**ORIGEM E PROPOSTA
DE EDUCAÇÃO**

maio, 1984

Fotocópia da capa da cartilha utilizada pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), publicada em maio de 1984, com objetivo de educar e politizar trabalhadores rurais maranhenses. Data: [s.d.]. Local: desconhecido. Autor: desconhecido. Acervo Projeto República/UFMG.



Manoel da Conceição ao lado da placa que sinaliza o início da cidade de Santa Luzia, antes parte do município de Pindaré-Mirim. Data: 19/01/2007. Local: Santa Luzia (MA). Autor: Paula Elise Ferreira Soares. Acervo Projeto República/UFMG.

ENTREVISTA E DOCUMENTOS

LUTA CAMPONESA NO MARANHÃO

POR JORGE ALMEIDA

O líder camponês Manoel da Conceição fala da ocupação de seiscentos mil hectares de terras no Maranhão, da morte de lavradores e pistoleiros, dos desafios da produção, da reforma agrária e do governo Lula.

Manoel da Conceição Santos foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Pindaré, Santa Luzia e Santa Inês, estado do Maranhão, na década de 1960, numa das regiões de lutas camponesas mais importantes depois do golpe militar. Em 1968, já militando na organização revolucionária Ação Popular (AP), perdeu uma perna após ser preso e ser ferido a bala pela polícia. Solto por pressão dos camponeses, tornou famosa uma frase dita aos seus algozes: “Minha perna é minha classe.” Depois de visitar a China, voltou à luta na clandestinidade até ser preso em 1972 e barbaramente torturado. Depois de quatro anos foi solto e forçado ao exílio até a anistia de 1979. Voltando ao Brasil, foi um dos vice-presidentes nacionais da Primeira Comissão Executiva Nacional do PT. Radicou-se em Pernambuco, onde foi candidato do PT a governador em 1982. Em 1984, voltou ao Maranhão, retomando

as lutas de sua origem e organizando o Centru (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) no seu estado. Hoje é secretário-geral do PT estadual e candidato ao senado nas eleições de outubro [entrevista realizada em 1994].

Nesta entrevista ele fala das lutas no Maranhão, especialmente no vale do Pindaré e na região tocantina.

Jorge Almeida [JA]: O que é a luta dos trabalhadores rurais hoje no Maranhão?

Manoel da Conceição [MC]: Em meados da década de 1980, aqui na região tocantina, no município de Imperatriz, o pessoal que já tinha participado em reuniões definiu que a luta principal era tirar a pelegada dos sindicatos. O segundo ponto era a luta contra a pistolagem. Aqui tinha um grupo que envolvia delegado de polícia, deputado e fazendeiros, que eram conhecidos como os campeões da pistolagem na região. Todo mundo da cidade sabia quem eram os pistoleiros, e na hora que aparecia uma morte ninguém dizia nada porque corria o perigo de amanhecer com a boca cheia de formiga. Aí começamos a organizar os trabalhadores rurais em oposição sindical, dando uma visão nova diferente: um novo sindicalismo construído via a Central Única dos Trabalhadores. Em 1986 nós conseguimos derrubar os pelegos de Imperatriz. Mas o pelego não aceitou a derrota e resolveram fraudar a eleição e apelar para o Ministério do Trabalho, polícia e o diabo. O que aconteceu? Os trabalhadores rurais conscientes que tinham ganhado resolveram ocupar o sindicato, por quarenta e cinco dias. Aí veio a Polícia Federal, a Polícia Militar, mas o pessoal estava firme no sindicato sem arredar o pé. Tinha umas seiscentas famílias ocupando o sindicato. Trouxeram comida, arroz, feijão, farinha, galinha, pato. Fez-se uma junta governativa que o Ministério do Trabalho não reconhecia, mas ela começou a trabalhar, pois a luta pelo sindicato era um passo, mas não resolvia, pois a maioria das pessoas que travavam essa luta não tinha terra.

Aí começamos a discutir essa questão da terra, junto com a proposta da oposição sindical, em sete municípios, da região tocantina e do vale do Pindaré. O pessoal aproveitava também a conjuntura e a propaganda do governo Sarney dizendo que ia fazer a reforma agrária, sem fazer.

O lugar que mostrou que tinha mais condições para conquistar a terra foi o município de Santa Luzia, no vale do Pindaré. E, nesse município, a prioridade foi para a região de Buriticupu, um povoado que nasceu com um projeto de colonização feito pelos governos estadual e federal. Eles instalaram quinze pequenos povoados, com um total de mil e cinquenta famílias, com vinte e cinco hectares cada uma. Isso em 1974. O governo dizia que o objetivo era beneficiar os lavradores, mas, na realidade, a colonização era um chamariz para atrair a mão de obra para trinta e oito grandes empresas agropecuárias. Os lavradores receberam terras áridas e muitas promessas de assistência técnica etc., que não foram cumpridas. As empresas ficaram com grandes lotes de terras férteis, cortadas de rios e lagos.

Dez anos depois, o projeto estava falido, com muito desvio de verbas. As terras dos lavradores estavam cansadas. As crianças cresceram e precisavam de novas terras e foram chegando outras pessoas, como parentes e amigos convivendo nos pequenos lotes. Aí começaram a ter pequenas ocupações espontâneas e localizadas por essas famílias e veio a expulsão de dezenas de famílias que viviam nas terras doadas pelo governo aos grandes grupos. Expulsas pela polícia e grupos armados privados, foram morar nas margens da estrada. Aí começou uma maior organização. Em 1985 foi feito um movimento que reivindicou o assentamento de cinco mil famílias, divididas em vinte grupos de duzentos e cinquenta, cada uma com representação própria. A reivindicação era a desapropriação de quatrocentos mil hectares e foi dado um ano de prazo para o governo.

Um mês antes de terminar o prazo foram assassinados dois companheiros. Então, dois dias depois foi ocupada a primeira fazenda, a Capoeira, de sessenta e quatro mil hectares, hoje chamada Capoeira dos Lavradores. Foi ocupada por mil e seiscentas famílias. Era só de um dono, que foi secretário da Agricultura do Paraná, no governo de José Richa. Foi uma luta danada, onde os fazendeiros mataram alguns companheiros. A partir dessa ocupação se desencadeou a luta com ocupações em todo o município. Fazenda União (vinte e cinco mil hectares), Água Azul (vinte mil hectares), Terra Bela (vinte e três mil). Das trinta e oito grandes fazendas da região, vinte e três já estão ocupadas. Foi uma verdadeira guerra, mas hoje quinze mil famílias são possuidoras de terras e, apesar do abandono da região pelo governo, estão produzindo e não estão mais passando fome. Nas terras ocupadas e desapropriadas não existe escola nem eletrificação, nem estrada, nem água tratada, nem assistência médica, nem apoio à produção, pois o governo dos latifundiários apostou no fracasso. Isso era importante para eles tanto do ponto de vista econômico como ideológico. Mas os trabalhadores estão mostrando o contrário. O projeto deles na região foi que fracassou. O nosso, mesmo sem nenhum apoio, matou a fome e até transformou a região.

Em dez anos, Buriticupu, que era um pequeno povoado abandonado, que só tinha uma casa comercial e um motor de pilar arroz, se tornou a sétima arrecadação do estado. Tem dezoito mil residências, vinte e quatro usinas de arroz, cem casas de farinha, dois bancos, três postos de gasolina e mais quinhentos outros estabelecimentos de comércio, pequenas indústrias, restaurantes, bares, escolas, oficinas etc. Interessante é que quem fez isso não foi nenhum grande projeto capitalista, mas a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Foi a movimentação do dinheiro de pequenos produtores. Por isso é que hoje muitos pequenos empresários da região apoiam a nossa luta.

JA: E nas outras regiões?

MC: Também houve ocupações na região de Imperatriz, como a fazenda Criminosa (cinco mil hectares), a Taiguara (quatro mil), a São Jorge (esta de cem mil hectares) e as fazendas Alvorada I e II. Houve também duas ocupações do MST, nas fazendas Gameleira e Jussara.

Como no caso de Amarantes, as ocupações foram combinadas com a disputa do sindicato. Também na região do Sertão, como São Raimundo das Mangabeiras, numa terra conhecida como “terra dos ausentes”, há muitos anos abandonada. Os trabalhadores ocuparam a região todinha: treze mil hectares. No total, entre o Pindaré e a região tocantina do Maranhão foram ocupados seiscentos mil hectares, de 1985 pra cá.

JA: Como foram os conflitos ocorridos nessas ocupações?

MC: Houve muito pau. Muita violência dos fazendeiros, grileiros, pistoleiros e da polícia. Despejos, tiroteios, assassinatos, torturas, prisões, massacres de lavradores, casas queimadas e destruídas. Casos como o de um companheiro amarrado pelo saco e arrastado pela terra, uma barbaridade. E o de outros dois que foram assassinados dentro de um hospital. Mas não morreu somente lavrador, não. Em quase todas as ocupações morreu gente dos dois lados. Também pistoleiros, jagunços, fazendeiros e policiais. No Buriticupu não dá nem pra contar o tanto de pistoleiros que entrou pelo cano. Eram turmas de pistoleiros. Tinha ocupação onde apareciam até cem pistoleiros armados com rifles, doze e outras armas perigosas. Mas nesse enfrentamento todos eles também foram desaparecendo... Um aqui, outro lá, outro acolá. Muitos fazendeiros foram obrigados a negociar, entregando parte das terras aos trabalhadores e ficando com parte. Outros perderam tudo, ou venderam para o governo entregar aos lavradores. A verdade é que teve esses enfrentamentos. Morreram lavradores, mas também morreram pistoleiros... morreram muitos.

JA: Como vocês se organizam?

MC: De várias formas. Tem o sindicato ou oposição sindical. Têm os grupos de produção e as cooperativas. E têm os grupos de educação de base. Tem o PT. As formas de organização foram surgindo com o avanço da luta e das novas preocupações que apareciam. Os grupos de educação de base existem sempre, mesmo antes de ter o sindicato ou oposição. Nele a gente discute o sindicato, a sociedade, o socialismo, o partido político, a reforma agrária e tudo para dar uma visão independente para os trabalhadores.

JA: E os grupos de produção?

MC: Os grupos de produção se formaram depois das ocupações, para melhorar os resultados. É preciso enfrentar o desafio da produção. Para melhorar a vida de cada trabalhador na sua terra, mas também por uma questão política. Já em 1989 a gente começou a pensar: e se Lula ganhar as eleições? As classes dominantes podem provocar uma crise de abastecimento no país, pois os fazendeiros controlam a produção a nível nacional e estadual e o grande capital pode boicotar os alimentos. Bastava ver o que aconteceu no governo Sarney, na época do congelamento.

A simples ocupação e distribuição de terras em pequenas propriedades já aumenta a produção em geral. Basta ver o crescimento econômico que aconteceu em Buriticupu. Mas a produção ainda é pequena. Só dá para a sobrevivência, para acabar a fome e a miséria absoluta. Mas a pobreza continua. Porque as técnicas são muito atrasadas. É na base do toco, fogo, braço, machado, enxada e facão. A média das posses é de cinquenta hectares. A depender da qualidade do terreno, uma família planta no ano entre um e quatro hectares. No outro ano, essa área descansa e se planta em outra área. No final, volta para o começo. É assim desde o início das ocupações de terras no Maranhão. Os lavradores chegavam na frente, iam limpando e plantando na terra. Depois vinha o grande fazendeiro, expulsava, colocava gado e ia cercando, usando a

violência e pistolagem. E os lavradores iam para outra área e tudo recomeçava, sem muito conflito.

Minha história mesmo é mais ou menos assim. Minha família era de posseiros no vale do Itapecuru, foi expulsa e foi para o vale do Mearim, foi expulsa e foi para o vale do Pindaré-Mirim, onde eu comecei minha militância sindical na década de 1960, onde nós resistimos até a repressão me pegar, me prender e eu ser exilado. E reprimiu muita gente, mas a luta não parou. Era uma luta de resistência ao avanço do capitalismo no campo. Só que agora as terras já estão todas ocupadas, e aí nós travamos a luta para reconquistar uma terra que desbravamos durante toda a história do Maranhão. Esse é o grande problema que está acontecendo hoje. Mas eu estava falando das cooperativas.

JA: Dos grupos de produção de base.

MC: É, dos grupos de produção e cooperativas. Por isso, em 1989 nós começamos a debater a questão, em pequenos grupos locais. Quando chegamos a formar cento e setenta e quatro grupos organizados, compostos de dez a quinze famílias, nós fizemos um projeto e um plano de produção coletivo e que desse respaldo financeiro. Definimos dez produtos de cultura permanente e temporária e criação de animais. Mas nós não conseguimos os recursos e continuamos a produzir de subsistência, principalmente arroz, mas também mandioca, um milhozinho, feijão, fava, uma galinha. Mas a produção mesmo é arroz... é arroz, né?

JA: A tarefa desses grupos era o quê?

MC: Eram quatro: discutir e planejar a produção, um planejamento coletivo; se organizar em cooperativas municipais; por quê?... para não ficar isolado lá no mato, sem condições de defender o seu plano e sua produção; discutir o sindicato e a participação nas suas lutas e apoiar a luta dos outros trabalhadores até de outros municípios;

a outra é a discussão política: a política municipal, o partido, a vereança, a prefeitura, a política estadual e nacional. Houve um momento que discutimos muito a questão do socialismo, porque, com a crise internacional, todo mundo ouvia falar alguma coisa, trazendo dúvidas, e procurava saber o que era isso.

JA: Esse debate sobre o socialismo era feito com todos os grupos?

MC: Isto principalmente com os dirigentes dos grupos, que são companheiros mais conscientes e participam de seminários e encontros mais aprofundados. Nos grupos, a maioria não sabe bem o que é socialismo, mas não tem mais medo de ser socialista, como antigamente, que o socialismo era o bicho-papão. Não, essa história não existe mais, esse terror do socialismo e mesmo do comunismo! E olhe que no começo até mesmo falar em coletivo dava briga e fuxico. O pessoal não entendia. Uns pensavam que tudo tinha que ser coletivo: a terra, a roça e a produção. Então isso não deu certo. O que deu certo – e acabou as brigas e deixou as pessoas satisfeitas – é que a terra continua sendo da família e ninguém quer tomar nem coletivizar a terra de nenhuma família. O que é produzido na sua terra e com seu trabalho é produção da família.

Então, você pergunta, o que é coletivo? Qual a produção a fazer? É coletivo. Como fazer? As técnicas usadas para melhorar a qualidade da produção e também do trabalho são decididas coletivamente. Ninguém quer coletivizar a enxada, a foice e o facão. Isso é da família. Mas a máquina de beneficiar o arroz é coletiva. A casa de farinha também. Porque a produção de uma família não absorve a capacidade da máquina, então não precisa ser só de um dono e é mais vantajoso ser coletivo. O mesmo vale para um caminhão ou um trator. Assim avançou a discussão sobre a produção e sobre a política, pois fomos entendendo o que é preciso ser coletivo a nível municipal e nacional. Essas máquinas são mantidas por todos, que deixam uma parte da produção como pagamento. A produção é o indexador. Calcula-se em dinheiro e paga-se em produção. Todo mundo sabe direitinho como é e paga sem chiar.

JA: Isso vale só para a manutenção ou também para os novos investimentos?

MC: Até agora tem sido só para a manutenção, mas vamos começar a ultrapassar esse limite e pensar em investimentos para a ampliação dos instrumentos de trabalho.

JA: Vocês têm conseguido algum financiamento do governo ou de outras entidades?

MC: O governo só tem para os grandes. O que nós tivemos foram apoios de outras entidades para alguns projetos para a educação e formação, a fundo perdido, através do Centru. Afora um apoio para sete máquinas de pelar arroz. Agora estamos com um projeto para uma ONG europeia, com empréstimos para quatro cooperativas municipais. Esse projeto inclui a produção de caju, coco da Bahia, piscicultura, apicultura, cupuaçu e maracujá. Dentro dessas áreas de cultura permanente nós vamos continuar com a temporária, como o arroz e a mandioca.

Essa é a melhor maneira de acabar com a fome e as pessoas serem cidadãos. Você veja: a maioria dessas pessoas eram biscateiros, desempregados, não tinham trabalho, viviam na miséria, não produziam nadinha, iam ser marginais por aí, sabe? Agora não, são cidadãos. Não só podem se alimentar, como são cidadãos de si mesmos, de seu município, de seu país. Estão mais conscientes politicamente e não dependem do empresário e do fazendeiro para decidir política independentemente.

JA: E como vocês veem a relação dessa luta aqui, dos grupos de produção, das cooperativas, com a luta geral por reforma agrária?

MC: O primeiro ponto é que a luta pela terra tem que estar calçada com a luta pela produção e comercialização. E isso nós não podemos resolver sozinhos. Tem que ter apoio do governo, o que

só é possível com uma grande mobilização dos trabalhadores para conquistar recursos. A luta tem que ser conduzida pelos próprios trabalhadores e suas entidades, como os sindicatos, e assessorada e apoiada por muitas outras entidades, desde que comprometidas de fato com a luta. Mas para ter de fato uma reforma agrária, precisa uma decisão política do governo.

Aí tem o papel dos partidos como o PT, que tem que dar a sustentação institucional, mas não pode recuar diante dos conflitos.

JA: Qual o papel de vocês para conquistar um governo democrático e popular, com Lula presidente, e o que esperam desse governo em termos de reforma agrária?

MC: Em primeiro lugar, é preciso ter grande enfrentamento com as classes dominantes no plano institucional, mas é preciso ter também uma grande quantidade de militantes do PT que organize no plano do enfrentamento do dia a dia dessa luta, com o apoio dos que estão no plano institucional. Não vai haver reforma agrária se não continuar a luta de massas para isso.

Em segundo lugar, a primeira grande tarefa do governo Lula é legalizar essas áreas que foram ocupadas pelos trabalhadores. É o mínimo. Não requer recursos, e sim vontade política. E pode dar grande efeito e aumentar o apoio popular e dar condições para avançar com novas desapropriações.

Depois, trabalhar no sentido de ajudar a produção dos pequenos que já têm terra e que forem conquistando a terra: escolas agrícolas, implementos agrícolas, crédito, garantia de preço justo, infraestrutura como estradas para escoamento da produção, transporte e o diabo a quatro. Isso também vai aumentar a produção e o respaldo do governo na população. E os pequenos produtores vão se transformar numa força motivada politicamente e com condições materiais de ir à luta em defesa do governo democrático e popular. Veja você

que até mesmo as contribuições dos militantes para o partido na área rural vão melhorar. Aí, também com o aumento da produção, vai haver mais sobras nas cooperativas e elas vão poder reinvestir mais na produção por conta própria.

JA: E como uma política econômica global influi nesse processo?

MC: Pois é, eu não falo somente em infraestrutura para uma região, mas uma estratégia de infraestrutura e de política industrial. Estradas de ferro, por exemplo. Eletrificação rural. Nem tudo precisa ser do Estado, mas têm áreas estratégicas que devem ficar com o Estado ou com grande controle. Estrada, ferrovia, saúde, educação, transporte coletivo, eletricidade, telecomunicações, petróleo, não pode ser privatizado. Fertilizantes... essa coisa toda. E eu acho que os bancos, se não garantirem o crédito para o conjunto da população que precisa dele para produzir, e boicotarem o país, devem ser confiscados por um governo democrático e popular. Outras coisas podem ser privatizadas de indivíduos ou coletivas.

JA: Você foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Pindaré e Santa Luzia, que envolvia ainda o município de Santa Inês e a região de Buriticupu. Isso na década de 1960. O que é continuidade e o que é novo nessa luta?

MC: Nem tudo pode se dizer continuidade, nem tudo é totalmente novo. Por exemplo: na época a gente ia começando essa luta pelo controle da produção e isso desencadeou a maior repressão na região. Na época a luta era mais pela resistência na terra. Hoje é para reconquistar a terra nossa que eles tomaram. Outra coisa: no início, enquanto a luta era só pela resistência na terra, mantendo as ocupações, matando um boi aqui, cortando uma cerca acolá, e era uma luta local, o confronto ia sendo levado localizadamente. Mas quando nós fizemos os paióis coletivos de defesa da produção, para

os atravessadores não tomarem a produção dos lavradores – vendida na palha a um preço injusto –, então criou uma raiva neles até chegar o momento em que uniu os comerciantes com os fazendeiros e com o Estado e desencadearam a maior repressão. Quando o plano se generalizou para controlar a produção, aí veio a guerra.

Uma diferença é que naquele tempo da ditadura militar a luta era muito local. Não tinha espaço legal nenhum e as cooperativas eram controladas pelo Estado. As relações nacionais eram fechadas, clandestinas, não tinha apoio institucional nem nenhum espaço em rádio e televisão, e todo mundo tinha medo. Hoje nós temos um partido nacional, vereadores, deputados e, bem ou mal, ocupamos algum espaço em jornais, rádio e TV e podemos dar algum nível de repostas. As cooperativas e sindicatos são mais livres. Isso facilita a combinação da luta de massas e os enfrentamentos com a luta institucional. Naquela época diziam que era um bando de terroristas e bandidos que estavam aí e acolá, e quem ia saber que não era?

JA: E as bandeiras de luta e as palavras de ordem também eram diferentes?

MC: Eu diria que em termos. A luta pela terra era uma e pela produção era outra que, de certa forma, continuam com suas diferenças que já falei. Mas não tinha a luta pelo crédito. O atravessador financiava a produção comprando adiantado, na palha, a preço escorchantes. Por outro lado, as forças produtivas se desenvolveram. A gente queria produzir era de machado mesmo. Agora nós queremos máquinas. Na época, as terras eram mais fortes e tinham menos pragas e ervas daninhas. Hoje não dá mais para produzir com os mesmos instrumentos e técnicas. Por isso a gente quer mudar essas ferramentas e técnicas.

E do ponto de vista global acho que agora nós entendemos melhor a política. Olhe: quem pensa no imediatismo, para matar a

fome da barriga, planta hortaliça e simplesmente isso. Quem pensa mais adiante, num prazo médio, além da hortaliça planta o arroz e a mandioca. E quem pensa mais a longo fôlego tem que pensar na hortaliça, no arroz e em frutos permanentes, de longa duração. Se a gente só pensar em grandes mudanças, pode morrer de fome antes de chegar lá. Se só pensar em matar a fome, fica pobre e explorado o resto da vida.

JA: E você tem reencontrado companheiros daquele tempo?

MC: Poucos, mas já encontrei uns quinze. A maior parte dos lavradores mais militantes saíram da região. Foram para o Pará, o Amazonas, o Piauí. Alguns morreram. Outros sumiram, né? Dispersou tudo com a repressão e ainda tem gente escondida no Maranhão até hoje! Alguns estão de novo na luta, mas não dizem nada que são daquela época. Outro dia eu encontrei um companheiro. Ele estava escondido.

JA: Clandestino?

MC: É. Escondido. Eu cheguei na cidade, ele soube e apareceu lá na reunião, todo desconfiado. Pensava que tinham me matado. Foi ver se era eu mesmo... Eu respondi: "É, sou eu mesmo!" Rapaz... Foi uma alegria danada! Já está velho, mas é um cabra muito bom aquele companheiro.

Entrevista realizada por Jorge Almeida – que era membro do Conselho de Redação da Revista Brasil Revolucionário em 1994 – e publicada na Revista Brasil Revolucionário, ano V, n. 16, jun.-jul.-ago. 1994.

CHÃO DE MINHA UTOPIA

MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS

Falar da UTOPIA DA REFORMA AGRÁRIA é discorrer um pouco sobre minha vida e de muitos(as) companheiros(as) que tiveram suas vidas interrompidas de forma brutal e violenta, como de Margarida Maria Alves, Pe. Josimo Tavares, Antônio Conselheiro, Zumbi de Palmares... Quero com minha fala honrá-los.

UTOPIA DA REFORMA AGRÁRIA é falar de um sonho possível com muita luta, fé e organização que estamos realizando há vários anos no Maranhão, enquanto conquista de uma vida digna, sustentável e solidária com nossas famílias, em profundo respeito e valorização de toda a biodiversidade da área de transição amazônica ao cerrado maranhense, chão de minha utopia. Com isso, garantir um ambiente de paz e justiça às nossas futuras gerações, etnias e a natureza.

REFORMA AGRÁRIA para mim não tem a ver somente com questões e conflitos fundiários, mas, sobretudo, com uma articulação intensa e saudável entre as dimensões que proporcionam o equilíbrio da humanidade no planeta Terra – dimensões sociais,

econômico-produtivas, culturais e ambientais, e aí trabalhamos por REFORMA AGRÁRIA entendendo que a essencial riqueza desse processo, a TERRA e a ÁGUA e suas RIQUEZAS NATURAIS, não devam ter um único dono(a), um único senhor(a), mas que toda a sua beleza natural e manejo sustentável deva atender as “demandas de felicidades” das famílias, das comunidades, das cidades (pequenas, médias e grandes), dos estados, do Brasil e do mundo na luta constante por esse equilíbrio, que, no final das contas, acredito que devam ser todas as famílias trabalhadoras, construtoras de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário – valor da vida e do trabalho humano e ambiental:

I – REFORMA AGRÁRIA, para os campos de transição amazônica ao cerrado maranhense – chão de minha utopia: com um modelo de organização da produção aplicado, o AGROEXTRATIVISMO, numa relação que envolve aptidão e vocação de trabalhar e se deixar trabalhar mutuamente pela fauna, flora, recursos hídricos, minerais, clima, solo, relevo, cultura do ambiental local... Coexistência da sensibilidade racional humana e do saber nativo ecológico nesses campos, numa permanente dialética entre as pessoas e a natureza. Manusear uma agricultura com tecnologia associada e adequada às riquezas existentes do lugar, cultura popular e produtiva, no consórcio da produção de subsistência e permanente (nativa e implantada), com racionalidade excedente (manejo planejado), pequena e média produção pastoril integrada (agrosilvipastoril), manejo sustentável das ocorrências nativas, seja vegetal, animal ou mineral, agregação de valor cultural, econômico e ambiental, acesso a mercados convencionais e solidários, enfim, uma agricultura que garanta vida justa e saudável, individuais e coletivas, as pessoas e a natureza desses campos e das cidades de seu entorno.

II – REFORMA AGRÁRIA, para os campos de transição amazônica ao cerrado maranhense – chão de minha utopia: com um modelo de

organização social e produtiva, o ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO, numa relação que envolve valores e princípios éticos de:

- I. *Autonomia e Autogestão* – família agroextrativista sujeito de sua própria história, não subordinada aos setores oligárquicos/empresariais/políticos dominantes; uma autonomia que se refere também às alternativas tecnológicas, que não causem dependência de insumos industriais e à gestão de todo o processo – desde a unidade familiar à REDE CCAMA (Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão), passando pelas cooperativas singulares, tendo na capacitação em autogestão um dos eixos importantes de todo o processo;
- II. *Valorização da Diversidade Ecológica, Étnica e Cultural* – uma ética ecológica que parta do respeito aos processos e ciclos ecológicos, da convivência com os ecossistemas (cerrados e cocais), valorização da biodiversidade, que conduzem à sustentabilidade ambiental e onde as comunidades rurais do Maranhão trazem consigo características de uma mestiçagem rica e própria (índios, caboclos etc.);
- III. *Espírito de Solidariedade e Cooperação* – que se dá primeiro entre iguais, famílias agroextrativistas que constroem juntas alternativas de sobrevivência e de vida; passam pelo comércio justo (socioeconomia solidária), pela responsabilidade com a qualidade dos produtos e pela articulação com grupos de consumidores conscientes, redes de cooperação, cúmplices dos princípios norteadores;
- IV. *Integração Trabalho/Conhecimento Científico* – reconhecer e valorizar o saber local das famílias, propiciando um diálogo entre o saber popular e o

- conhecimento científico, entre o trabalho manual e intelectual; colocar no centro uma estratégia de formação holística que instrumentalize as populações locais a gerir seus sistemas produtivos e sua vida comunitária e associativa;
- V. *Democracia Participativa e Equidade/Integração de Gênero, Raças e Gerações* – implicando a gestão participativa dos processos políticos e econômicos das organizações e a participação igualitária de mulheres, homens, jovens, crianças e anciãos que representam o todo e a diversidade da agricultura familiar e que constroem juntos sua emancipação social;
- VI. *Desconcentração Econômica e de Poder* – o item anterior deve garantir internamente essa desconcentração, evitar criar uma casta de dirigentes sindicais e de cooperativas, como também lutar contra a perversa concentração de terra, renda e poder que marginaliza e exclui a população camponesa (de trabalhadores e trabalhadoras rurais) brasileira, em especial, a de nossa região;
- VII. *Desenvolvimento Local e Integração Regional (Global)* – nosso projeto se articula a partir de uma visão de valorização do local – cultura e natureza –, dinamizando as economias locais, e agrega valor aos seus produtos; a partir dos locais se forma a rede regional que encerra um projeto próprio para a região, diferente do projeto transnacional do agro-negócio que vem de fora para dentro, atendendo, fundamentalmente, interesses distanciados das populações locais e regionais.

Portanto, uma reforma agrária que vê a TERRA enquanto lugar da vida e não da exploração, por mais simples que seja. O espaço socioproductivo é antes de tudo o espaço da vida de toda a família e das comunidades, tendo as ÁGUAS (rios, riachos, brejos, lagoas) como a fonte de toda a vida.

É fundamental mencionar que dentro desse modelo de organização social e produtiva, desde o início de nosso trabalho, estabelecemos uma aliança estratégica e poderosa entre MOVIMENTO SINDICAL e COOPERATIVISMO: movimento de luta e conquista da terra e suas condições de se manter nela (infraestrutura, saúde e educação, crédito, assessoria técnica), e demais direitos da classe trabalhadora rural, e movimento que organiza toda a cadeia de produção agroextrativista (produção primária, industrializada e de comercialização) sob os interesses de classe e da “mãe terra”.

III – REFORMA AGRÁRIA, para os campos de transição amazônica ao cerrado maranhense – chão de minha utopia: com um modelo de organização política e partidária, que influencia as Políticas Públicas e a Legislação (PPs & L), garantindo a construção do desenvolvimento da reforma agrária tão sonhada pela classe trabalhadora rural e urbana ao considerar a questão fundiária enquanto questão de distribuição e gestão territorial e ambiental, base estrutural e estratégica de todo o processo produtivo. Isso requer uma contextualização da luta pela reforma agrária, enquanto principal instrumento sustentável de ruptura com o atual modelo de desenvolvimento concentrador de terra e renda e reprodutor do poder oligárquico.

Uma reforma agrária genuína é um instrumento essencial para promover o desenvolvimento democrático da agricultura e o resgate da cidadania de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que, expulsos da terra, se viram excluídos(as) do processo socioproductivo nacional.

PPs & L que promovam uma reforma agrária enquanto uma política de interface social e ambiental, promovam a geração de trabalho e ocupações produtivas para todo um segmento sem alternativas de inserção social e econômica, melhorem a vida das cidades, evita a migração rural, democratizem as relações sociais, viabilizem a equidade, sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades envolvidas, processos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de alternativas de desenvolvimento para o país.

IV – REFORMA AGRÁRIA, para os campos de transição amazônica ao cerrado maranhense – chão de minha utopia: com um modelo de organização do saber popular e científico-tecnológico que se coaduna e coloca as comunidades popular e científica como protagonistas de seu projeto estratégico, mais que um projeto político, um ideal de civilização. Pensar a dinâmica AGRÁRIA, o desenvolvimento, numa relação que se constitua num processo “essencialmente amigável” que “pode ser exemplificado por coisas como trocas benéficas, ou pelo trabalho de redes de segurança social, ou por liberdades políticas ou por desenvolvimento social – ou uma outra combinação dessas atividades de apoio –,” um entendimento de desenvolvimento, no qual nos identificamos, expressa por Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia, no livro *Desenvolvimento enquanto liberdade* (Sen, 1999, p. 34-35).

A definição mais precisa e muito bem empregada por Sen, a nosso ver, de desenvolvimento e de liberdade educativa, é a capacidade e as condições dos indivíduos e suas famílias fazerem escolhas. É essa visão que o faz exigir uma definição positiva de liberdade: liberdade não é apenas a ausência de restrições, o direito abstrato de ir, vir, comprar, vender, amar e ser amado. A liberdade – e, portanto, o desenvolvimento – não pode ser pensada fora das condições concretas de seu exercício (daí vem então a ideia de definir

o desenvolvimento pela natureza de seus resultados, traduzidos por certos indicadores de saúde, longevidade e educação. Ver, nesse sentido, os relatórios que o PNUD publica desde 1990, e dos quais Sen é um dos mentores intelectuais). Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os indivíduos tenham *capacidades, qualificações, prerrogativas* de se deslocar, de ler, de estudar e produzir conhecimentos, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas e ambientais que enriqueçam sua existência.

V – REFORMA AGRÁRIA, para os campos de transição amazônica ao cerrado maranhense – chão de minha utopia: nos quinze municípios que atuamos (Amarante do Maranhão, Buritirana, Senador La Roque, João Lisboa, Imperatriz, Cidelândia, Buriticupu, Davinópolis, Estreito do Maranhão, Carolina, Riachão, Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, Mirador e Loreto), durante esses vinte e dois anos, me revelou que sem o equilíbrio, sem a harmonia, sem a sinergia desses modelos de organização e construção da reforma agrária, do desenvolvimento (itens I, II, III e IV), não venceremos a rede de morte que alimenta a vaidade, a arrogância, a prepotência, o sectarismo, o fanatismo político e religioso... a guerra do preconceito racial e de gênero, a guerra religiosa e política (bélica), causando mais e mais atrocidades e violência contra a humanidade e sua natureza.

Por isso e por tudo que descobrimos, realizamos e aprendemos, acredito na REFORMA AGRÁRIA, para os campos de transição amazônica ao cerrado maranhense – chão de minha utopia – e de outros e outras do cerrado, caatinga, Amazônia, Pantanal, campos, mata atlântica e zona costeira e marinha, aos quais minha vida e de muita gente têm demonstrado toda a riqueza de esperança e de luta pela construção de “sociedades sustentáveis” (Diegues, 1992), mais amplas e adequadas, no nosso caso, “comunidades sustentáveis” que, segundo ele nos ensina: “O conceito de ‘sociedades sustentáveis’ parece ser mais adequado que o ‘desenvolvimento sustentável’ na

medida em que possibilita a cada uma delas definir seus próprios padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural.” Com isso, deixamos de ser objetos do desenvolvimento, da exploração fundiária, para darmos sentido à sustentabilidade dos modos de vida, onde a qualidade de vida humana e ambiental passa a ser a prioridade.

VAMOS MANTER A AMAZÔNIA E O CERRADO EM PÉ!

EM DEFESA DO EMPODERAMENTO COLETIVO DAS CLASSES TRABALHADORAS

MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS

Meus companheiros, eu queria iniciar dizendo a vocês que esse processo, que vem desde 1952... até então... foi muito doloroso para os trabalhadores e trabalhadoras rurais de nosso estado e também para os trabalhadores e trabalhadoras urbanos. Não só trabalhadores de fábricas, quem... e, quando eu chamo trabalhadores, eu quero dizer bem para todos que para mim trabalhadores e trabalhadoras não é só aquele que trabalha manualmente, na fábrica ou na roça, ou na cozinha. São também aqueles companheiros e companheiras que se dedicam ao estudo do conhecimento científico e tecnológico para ajudar a produzir a riqueza para a sociedade. Porque sem esse conhecimento científico e tecnológico que é feito pelos estudantes e pelos professores que estudam também jamais nós estaríamos vendo essa devastação e ter acabado a nossa riqueza que está aí. Para nós? Não! Fizemos para o dono do capital. Começamos a fazer isso para o dono dos escravos, depois para os donos das terras [incompreensível] e depois para o dono do capital. E hoje eles estão aí milionários no Brasil e no mundo e nós estamos empobrecidos.

É por isso que a gente, quando levantou a bandeira, desde 1962, numa luta dura que tive... de nosso empoderamento, enquanto classe trabalhadora, isso foi visto como um crime, como se fosse um assassino que está querendo ter poder. E o que era poder pra nós naquela época? Poder era nós termos as terras para nós podermos produzir esse arroz que nós plantamos igual a hoje. Que naquele tempo o nosso estado era mantido com a nossa produção. E o que mais? É ter o controle dessa riqueza que está nos solos aqui do nosso estado e nosso país. Essa riqueza que vem desde o ouro, que vem das pedras preciosas, de tudo. É o controle disso. É o que mais? É a questão das nossas florestas, das nossas madeiras, que estão aí sendo destruídas e sem controle nenhum nosso, do povo trabalhador, dos estudantes, dos professores, de todos nós.

E aí companheiros, o que é mais aí sobre esse empoderamento? Há também aquilo que se chama o poder dos meios de comunicação. Que ali os trabalhadores quase que não têm o acesso como nós temos. O que mais? Nós temos também, companheiros, o empoderamento através do conhecimento científico, tecnológico para todos nós, que estamos lá no mato produzindo, mas nós precisamos disso, senão sempre vamos andar a reboque de quem sabe. E a gente também quer produzir. A gente quer aprender a produzir com qualidade e quantidade. Preocupados com o quê? Com o lucro, apenas? Não! Nós estamos preocupados em produzir uma produção boa, sadia, porque estamos preocupados com a vida de cada um de nós que precisamos... que vamos digerir essa produção que nós fazemos. A gente quer a saúde de cada um que se alimenta com o que nós produzimos. A gente não quer que a nossa produção vá fazer mal aos nossos consumidores. E essas são preocupações que nós temos. Eu não quero ver os nossos rios aterrados, secando, os nossos peixes já liquidando, acabando, a nossa fauna... Todos nossos animais acabando tudo. Porque, até mais ou menos 1952, a gente nesse país e nesse estado, que estava trabalhando lá na roça, era pobre. Era

pobre. Nós éramos pobres porque riqueza a gente não tinha, mas a gente não era faminto. Nós tínhamos comida. Qualquer pessoa que chegava a minha casa, mesmo meia-noite... A gente não tinha aquela máquina de pelar o arroz rápido. A gente tinha era o pilão e a mão de pilão. “Vamos pilar arroz já, já. Vamos cozinhar feijão, vamos matar um frango, vamos matar uma galinha, um porco, um bode, qualquer diabo.” Todo mundo come. Mesmo se chegasse em casa cinquenta pessoas. Todo mundo comia.

E outra coisa: a quantidade de ladrões. Não tinha quase não, companheiros. Era todo, era a ofensa maior do mundo chamar um cidadão de ladrão, naquele tempo, no interior. Quem é que queria ter o nome de ladrão? Ninguém. Porque ladrão era coisa feia. Hoje é que está aí. Virou cultura ser ladrão. Ser ladrão hoje é coisa de gravatudo. É coisa para aquelas pessoas que têm um palitozão, com um gravatão no pescoço. É que está atrás desses todos os maiores ladrões. Porque esses ladrõezinhos pequenos, esses quase que não rouba nada. Quem rouba são esses; esses têm orgulho porque são ladrões.

Meus amigos, meus companheiros, eu não quero ir muito longe nessa história porque se eu for falar aqui, detalhadamente, nós vamos passar aqui de noite, o dia, amanhã e não vamos terminar tão cedo. Mas eu queria ter outras oportunidades para nós aqui aos poucos, aos poucos, ir aprendendo junto; porque não vão pensar que só aqui quem está estudando aprende as coisas. Não. Nós vamos trocar aprendizagens e eu quero aprender com vocês o que eu não tive acesso; mas também quero repassar para as pessoas, os humanos, os seres humanos, aquilo que eu aprendi com a vida por aí. Talvez não tenha sido na sala de universidade, mas foi nessa vida de luta nesse país, nesse estado e nessa América Latina e, porque não dizer lá pela Europa, pela África; a gente passou vendo essas coisas e estudando e observando o que estava acontecendo. E eu fico, assim, muito orgulhoso e muito contente quando companheiros

como esses aqui, que se dedicaram ao seu trabalho para estudar, que vai nos trazer informação que enriquece os nossos estudos, os nossos debates, a nossa reflexão. Porque, sem isso, é impossível a gente, até, vim aqui para debater.

Então, companheiros, para encerrar para poderem me fazer perguntas ou fazer o debate, eu não vou talvez gastar o tempo todo da atividade, só um pouquinho mais, para dizer assim: companheiros e companheiras, por causa dessa palavra empoderamento da classe trabalhadora de que eu falei, que eu entendo da terra e da indústria, do negócio e do conhecimento, por causa dessa insistência... Você sabe que eu fui preso nove vezes nesse estado, nesse país... E fui expulso desse país, considerado um monstro, destruidor, assassino, que está aí nos jornais e revistas da época. Está tudo aí, tem tudo isso guardado, coletado. E agora estou tentando um livro que a Sissi bem aqui vai me ajudar a fazer essa publicação. Para vocês verem o nível em que chegou: chamavam-me de analfabeto, não sabia fazer um "o" de pegar um canudo e fazer assim no papel, mas ao mesmo tempo tinham medo desse analfabeto, ignorante aqui. O porquê que tinham medo eu não sei. O que vai fazer um analfabeto que estudou a vida inteira a exploração e o roubo dos trabalhadores? O que vai fazer? O que mesmo pode fazer? Mas naquele tempo era uma ditadura que a gente era um perigo, um assassino. Embora a gente não fosse coisa nenhuma, considerado assim, como até hoje eu não me considero. Por quê? Por causa de uma palavra: empoderamento da classe trabalhadora do campo e da cidade, para ter domínio do que é seu, do que é nosso, é aquela questão... E eu continuo com essa mesma batalha e quero convidar vocês tudinho para essa luta, porque nós precisamos saber como nós vamos nos empoderar do que temos direito, do que é nosso. Por quê? Porque somos brasileiros e brasileiras, somos donos dessa riqueza. Somos donos dela. Somos donos do trabalho, somos donos da universidade, somos donos de tudo que está aí. Somos donos

das fábricas, somos donos de tudo. Porque a gente não se empodera do que é nosso? Deixar quem vem lá dos Estados Unidos mandar mais em nós aqui, do que nós que estamos aqui. Porque eles lá estão acostumados nos Estados Unidos, companheiros, mas aqui eles têm seus capachos, que lhes apoiam aqui. E aí são esses capachos que dão o direito de nós sermos a vida toda explorados por eles. E dominados. E até assim um Zé Ninguém: quem pode é quem está lá fora. Oh, desta vez: somos nós que produzimos a riqueza, mas quem é que é guardião, que enche de avião, que enche de gente para ir oferecer lá fora do país? Somos nós, os trabalhadores? Ou são os donos do agronegócio? Nós fazemos a produção, mas quem vai oferecer lá nos Estados Unidos, lá na França, lá em Portugal, em todo canto... não somos nós, não. O avião é cheio de empresário, que todos os anos enchem para chegar lá oferecer uma produção que eles não fizeram... Quem fez fomos nós.

E aí, eu queria dizer para vocês, essa palavra de luta social... Que quer dizer isso? Quer dizer que eu vou a vida inteira reivindicar direitos. E não estamos lutando pelo nosso empoderamento. A luta social que é travada no Brasil: algum que quer terra vai reivindicar do governo; algum que quer direito vai reivindicar do patrão; aí faz os movimentos sociais, que se acaba em movimento social. Nós temos que transformar movimento social em movimento coletivo, político, ideológico, cultural, econômico e tudo. Não dá para nós ficarmos a vida inteira só reivindicando, reivindicando e eles a cada dia enricando mais. E nós só reclamando como um menino que perdeu o pai, comida ou leite da mãe. Não dá. Então nós temos que começar a ser donos do leite. E não ficar pedindo desse jeito.

Bom gente, eu vou parar por aqui, para dizer a vocês que eu estou muito contente de estar aqui, quero voltar aqui de novo, em outras ocasiões, para nós, com mais paciência, com mais tempo, estudarmos melhor essa questão do nosso processo de organização, de luta pelo controle que eu falei aqui. Empoderamento dos

trabalhadores do campo e da cidade por aquilo que têm direito. Por aquilo que temos direito. E não aquilo que a gente acha que é dos outros. Eu queria dizer muito obrigado e desculpa a minha falação.

Obrigado!

Breve palestra proferida por Manoel da Conceição na Faculdade de Serviço Social da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISUMA), sediada em Imperatriz, em 2008. Gravação: Delsy Gonçalves de Paula. Acervo: Projeto República. O título foi criado no momento da transcrição da palestra, juntamente com Manoel da Conceição, já que não havia um original.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Paula Elise Ferreira Soares, mestranda em História pela UFMG é coautora do CD-ROM *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república* (Editora UFMG, 2006) e do capítulo “Uma história recôndita: a orientação socialista e as lutas no campo brasileiro” da obra *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república* (Editora UFMG, 2006). É assistente de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem/UFMG).

Wilkie Buzatti Antunes, mestrando em História pela UFMG é coautor dos CD-ROM *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república* (Editora UFMG, 2006), e *Direito à memória e à verdade* (Editora UFMG, 2009). É pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG.

SOBRE O PROJETO REPÚBLICA

O Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória é vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenado pela professora Heloisa Maria Murgel Starling. Ele conta com uma equipe executora de cinco pesquisadores e oito alunos assistentes de pesquisa e estagiários em níveis acadêmicos distintos – da iniciação científica ao doutorado. A formação da equipe, incluindo pesquisadores das áreas de história, sociologia, biblioteconomia, comunicação e ciência política, indica sua natureza multidisciplinar e de trabalho integrado, principalmente no sentido de induzir à inovação, transferir informações, catalisar mudanças e interferir na produção do conhecimento. A equipe é assessorada por um corpo de consultores também de natureza multidisciplinar, que inclui as áreas de filosofia, teoria literária, comunicação social, arquitetura, sociologia, além de um especialista nos programas de história para ensino médio.

Dentre os trabalhos realizados incluem-se a criação dos CD-ROM's *Visionários: a imaginação republicana nas Minas Gerais nos séculos XVIII, XIX e XX* (2003); *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república* (2006); *Direito à memória e à verdade* (2010) e *Sobre a corrupção* (2010); a curadoria e/ou pesquisa para execução das exposições *Juscelino Prefeito - 1940-1945* (2002); *Liberdade, essa palavra* (2004); *1964-1984-2004: Abra as páginas desse Livro* (5º Salão do Livro

e Encontro de Literatura, 2004); *Francisco de Assis Magalhães Gomes: físico, educador e humanista* (2006) e *30 anos do IIIº ENE*. Incluem-se ainda a coorganização dos livros: *Pensar a República; Retorno ao republicanismo, decantando a república: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira; Farmácia: ofício e história; Fundação Ezequiel Dias: um século de promoção e proteção à saúde; Corrupção: ensaios e críticas* e, em parceria com o Centro de Memória e Patrimônio Cultural da UFMG, a publicação do *Álbum Comemorativo dos 80 anos da UFMG*. Também inclui-se a organização do dossiê *Republicanism en el Brasil* (Universidad Nacional de Quilmes/ Argentina). Por fim, em parceria com o NEAD, a publicação dos livros *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república* (Editora UFMG, 2006); *Utopias agrárias* (Editora UFMG, 2008) e a pasta multimídia *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república* (Editora UFMG, 2009).

SOBRE O NEAD/MDA

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD/MDA é um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com diversos centros de pesquisa, universidades, organizações não governamentais, movimentos sociais e agências de cooperação, nacionais e internacionais.

As ações do Núcleo são orientadas pelo desafio de contribuir para ampliar e aperfeiçoar as políticas públicas de reforma agrária, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etnodesenvolvimento das comunidades rurais tradicionais, com destaque para a atuação junto às mulheres rurais, comunidades quilombolas e juventude rural.

Com o objetivo de democratizar o acesso às informações e estimular a participação social, a parceria entre o NEAD/MDA e mais de 40 centros permite produzir e publicar estudos, disponibilizar ao público bases de dados, realizar seminários e debates, dentre outras iniciativas.

Algumas das temáticas tratadas no âmbito das cooperações institucionais são questão agrária; integração regional e negociações internacionais; memória e cultura popular; gênero e desenvolvimento rural; e nova dinâmica do meio rural.

Como forma de propiciar o debate e a troca de experiências com entidades parceiras e demais segmentos da sociedade, o NEAD/MDA também disponibiliza uma memória dinâmica relacionada

a desenvolvimento rural por meio do Portal NEAD (<http://www.nead.org.br/>), onde podem ser acessados o boletim semanal NEAD Notícias Agrárias, as publicações editadas pelo Núcleo e diversos textos digitais.

Além dessas iniciativas, o NEAD/MDA tem lançado, em parceria com várias instituições, concurso que buscam valorizar as pesquisas existentes e incentivar a produção de estudos empíricos e acadêmicos sobre o temas referentes ao desenvolvimento rural. A proposta é promover o desenvolvimento do pensamento crítico, subsidiando a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas para a área



A presente edição foi comprosta pela Editora UFMG e impressa pela Label Artes Gráficas, em sistema offset, papel pólen soft 80g (miolo) e cartão supremo 300g (capa), em janeiro de 2010